



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Adalclever Lopes
1º-Vice-Presidente: Deputado Hely Tarquínio
2º-Vice-Presidente: Deputado Lafayette de Andrada
3º-Vice-Presidente: Deputado Braulio Braz
1º-Secretário: Deputado Ulysses Gomes
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.
3º-Secretário: Deputado Doutor Wilson Batista

SUMÁRIO

1 – PROPOSIÇÃO DE LEI

2 – DELIBERAÇÃO DA MESA

3 – PORTARIA

4 – ATAS

4.1 – 98ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 18ª Legislatura

4.2 – 46ª Reunião Especial da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 18ª Legislatura – Destinada à abertura do segundo ciclo de debates Muda Futebol Brasileiro

4.3 – Ata do Evento Realizado na 91ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 18ª Legislatura – Destinado à realização do segundo ciclo de debates Muda Futebol Brasileiro

4.4 – 50ª Reunião Especial da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 18ª Legislatura – Destinada a homenagear a Congregação dos Filhos de Maria Imaculada – Religiosos Pavonianos pelos 50 anos de sua presença na Arquidiocese e MetrÓpole de Belo Horizonte

4.5 – 51ª Reunião Especial da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 18ª Legislatura – Destinada a homenagear o Sesi e o Senai pelo desempenho de seus alunos no Enem e na WorldSkills Competition

4.6 – 46ª Reunião Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 18ª Legislatura

4.7 – 47ª Reunião Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 18ª Legislatura

4.8 – 28ª Reunião Ordinária da Mesa da Assembleia Legislativa

4.9 – 29ª Reunião Ordinária da Mesa da Assembleia Legislativa

4.10 – 30ª Reunião Ordinária da Mesa da Assembleia Legislativa

4.11 – 16ª Reunião Extraordinária da Mesa da Assembleia Legislativa

5 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

5.1 – Plenário

5.2 – Comissões

6 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

7 – PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

8 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA



PROPOSIÇÃO DE LEI

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 22.812

Declara de utilidade pública a Associação Animais Nossos Irmãos, com sede no Município de Lavras.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Animais Nossos Irmãos, com sede no Município de Lavras.



Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 26 de novembro de 2015.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Ulysses Gomes – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário



DELIBERAÇÃO DA MESA

DELIBERAÇÃO DA MESA Nº 2.631/2015

Institui o Conselho Editorial do programa de que trata a Deliberação da Mesa nº 2.607, de 19 de fevereiro de 2015.

A Mesa da Assembleia Legislativa, no uso de suas atribuições, em especial das previstas nos incisos IV e V do *caput* do art. 79 do Regimento Interno,

Considerando o empenho da Assembleia em promover o resgate, a compreensão e a valorização da memória de Minas Gerais, em especial, e do Brasil, em geral, de modo a contribuir para a construção de um senso de identidade e cidadania;

DELIBERA:

CAPÍTULO I

DAS FINALIDADES

Art. 1º – O Conselho Editorial do Programa Editorial de Obras de Valor Histórico e Cultural de Interesse de Minas Gerais e do Brasil, de que trata a Deliberação da Mesa nº 2.607, de 19 de fevereiro de 2015, é o órgão deliberativo responsável pela formulação e pela implementação da política editorial desse programa, no que concerne, observado o disposto na Deliberação da Mesa nº 2.504, de 21 de fevereiro de 2011:

I – à pesquisa, à apreciação e à seleção de obras que atendam aos objetivos da coleção;

II – à definição do padrão editorial e dos critérios de distribuição das obras publicadas;

III – à aprovação do programa editorial e à supervisão de sua execução;

IV – à avaliação das matérias submetidas à sua apreciação e emissão de parecer conclusivo sobre elas, de conformidade com a política, as normas e o programa editorial;

V – ao controle de qualidade do material editado.

§ 1º – Nenhum trabalho será publicado sem que seja previamente aprovado pelo conselho editorial.

§ 2º – Os trabalhos registrados em meio magnético estarão sujeitos ao disposto no § 1º.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA E DA ORGANIZAÇÃO

Art. 2º – O Conselho Editorial será composto:

I – pelo presidente da Assembleia Legislativa;

II – por um deputado;

III – por dois servidores da Assembleia Legislativa;

IV – por dois cidadãos.

§ 1º – Os membros a que se referem os incisos II, III e IV serão designados, mediante portaria, pelo presidente da Assembleia Legislativa, o qual presidirá o conselho.

§ 2º – Da portaria de designação dos membros constará também a designação do vice-presidente.

§ 3º – É requisito para a designação dos membros a que se referem os incisos III e IV do *caput* deste artigo notório conhecimento em áreas afetas ao programa a que se refere o *caput* do art. 1º.

CAPÍTULO III

DA SECRETARIA EXECUTIVA

Art. 3º – A secretaria executiva a que se refere o art. 2º da Deliberação da Mesa nº 2.607, de 19 de fevereiro de 2015, é o órgão executivo do Conselho Editorial.

Art. 4º – Compete à secretaria executiva:

I – auxiliar o Conselho Editorial no exercício das atribuições a que se referem os incisos I e II do *caput* do art. 1º;

II – secretariar e prestar assistência ao conselho, no decurso de suas reuniões;

III – receber e encaminhar material para publicação.

CAPÍTULO IV

DAS REUNIÕES DO CONSELHO EDITORIAL

Art. 5º – O conselho se reunirá por convocação de seu presidente ou mediante solicitação de um de seus membros.

§ 1º – As reuniões serão convocadas pelo presidente ou, na sua ausência, pelo vice-presidente, respeitada a antecedência mínima de três dias úteis, indicando local, hora e pauta.

§ 2º – Na ausência do presidente, o vice-presidente presidirá as reuniões e, na ausência de ambos, o presidente indicará um dos membros do conselho para substituí-lo.

§ 3º – A ausência injustificada a quatro reuniões consecutivas ou cinco alternadas para as quais for convocado acarreta a exclusão automática do membro do conselho e o encaminhamento de pedido de sua substituição.

Art. 6º – O presidente do conselho poderá convidar terceiro a participar de reunião, sem direito a voto, para esclarecimento de matéria a ser tratada.

Art. 7º – As deliberações das matérias postas em discussão serão tomadas mediante maioria simples, presente a maioria absoluta do conselho, com voto de qualidade do presidente ou de seu substituto em caso de empate.

CAPÍTULO V

DA COMPETÊNCIA EDITORIAL

Art. 8º – A Assembleia Legislativa é a editora de todas as publicações produzidas pela Coleção Minas de História e Cultura.

CAPÍTULO VI

DA ANÁLISE DOS TRABALHOS

Art. 9º – O conselho designará um de seus membros como relator, concedendo prazo mínimo de trinta dias, para examinar e emitir parecer sobre trabalho submetido à sua análise.

Art. 10 – Os trabalhos serão analisados quanto ao conteúdo e quanto à forma de apresentação.

Art. 11 – O conselho emitirá seu parecer quanto aos trabalhos, concluindo:

I – pela aprovação para publicação;

II – pela necessidade de editoração; ou



III – pela rejeição.

Art. 12 – Serão publicados preferencialmente trabalhos que pertençam ao domínio público ou cujos direitos autorais o titular concorde em ceder à Assembleia Legislativa.

CAPÍTULO VII

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 13 – Caberá ao conselho apreciar as solicitações de reedições e novas tiragens de trabalho já editado e esgotado ou em vias de se esgotar.

Art. 14 – Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho Editorial.

Art. 15 – O art. 2º da Deliberação da Mesa nº 2.607, de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º – O programa de que trata o art. 1º será gerido por conselho editorial com o apoio de secretaria executiva composta pelos titulares da Diretoria de Planejamento e Coordenação – DPC –, da Gerência-Geral de Documentação e Informação – GDI – e da Gerência de Publicidade e Comunicação Visual, vinculada à Diretoria de Comunicação Institucional – DCI.”.

Art. 16 – Fica revogado o art. 3º da Deliberação da Mesa nº 2.607, de 2015.

Art. 17 – Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 9 de novembro de 2015.

Deputado Adalclever Lopes, Presidente

Deputado Hely Tarquínio, 1º-Vice-Presidente

Deputado Lafayette de Andrada, 2º-Vice-Presidente

Deputado Braulio Braz, 3º-Vice-Presidente

Deputado Ulysses Gomes, 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr., 2º-Secretário

Deputado Doutor Wilson Batista, 3º-Secretário



PORTARIA

PORTARIA PRES Nº 62/2015

Designa os membros do Conselho Editorial do Programa Editorial de Obras de Valor Histórico e Cultural de Interesse de Minas Gerais e do Brasil.

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições, em especial da prevista no § 1º do art. 2º da Deliberação da Mesa nº 2.631, de 9 de novembro de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º – Nos termos do disposto no § 1º do art. 2º da Deliberação da Mesa nº 2.631, de 9 de novembro de 2015, o presidente da Assembleia Legislativa, na condição de presidente do Conselho Editorial do Programa Editorial de Obras de Valor Histórico e Cultural de Interesse de Minas Gerais e do Brasil, designa para compor o conselho em referência:

I – o Deputado Lafayette de Andrada;

II – Bruno de Almeida Oliveira, matr. 17450/5;

III – Sabino José Fortes Fleury, matr. 6720/2;



IV – Amilcar Vianna Martins Filho;

V – Marcos Henrique Caldeira Brant.

Parágrafo único – Nos termos do disposto no § 2º do art. 2º da Deliberação da Mesa nº 2.631, de 2015, fica designado como vice-presidente do conselho a que se refere o *caput* o Deputado Lafayette de Andrada.

Art. 2º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, 16 de novembro de 2015.

Deputado Adalclever Lopes, Presidente

**ATAS****ATA DA 98ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 26/11/2015****Presidência do deputado Hely Tarquínio**

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata; discurso do deputado Sargento Rodrigues; aprovação – Correspondência: Ofícios – Registro de Presença – Questão de Ordem – 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Requerimentos nºs 3.282 a 3.340/2015 – Requerimentos Ordinários nºs 2.369 a 2.384/2015 – Questões de ordem; chamada para recomposição de quórum; inexistência de número regimental para a continuação dos trabalhos – Encerramento.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Adalclever Lopes – Hely Tarquínio – Lafayette de Andrada – Braulio Braz – Ulysses Gomes – Alencar da Silveira Jr. – Doutor Wilson Batista – Agostinho Patrus Filho – Anselmo José Domingos – Antônio Carlos Arantes – Antônio Jorge – Arlen Santiago – Arlete Magalhães – Arnaldo Silva – Bosco – Cássio Soares – Celinho do Sinttrocel – Celise Laviola – Cristiano Silveira – Dirceu Ribeiro – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Duarte Bechir – Elismar Prado – Fabiano Tolentino – Fábio Avelar Oliveira – Fábio Cherem – Felipe Attiê – Fred Costa – Geisa Teixeira – Geraldo Pimenta – Gil Pereira – Glaycon Franco – Gustavo Corrêa – Inácio Franco – Ione Pinheiro – Iran Barbosa – Isauro Calais – Ivair Nogueira – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Leandro Genaro – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Neilando Pimenta – Noraldino Júnior – Nozinho – Paulo Lamac – Professor Neivaldo – Roberto Andrade – Rogério Correia – Sargento Rodrigues – Tiago Ulisses – Tito Torres – Vanderlei Miranda – Wander Borges.

Abertura

O presidente (deputado Hely Tarquínio) – Às 14h4min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte**1ª Fase (Expediente)****Ata**

– O deputado Dirceu Ribeiro, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior.

O presidente – Em discussão, a ata. Com a palavra, para discutir, o deputado Sargento Rodrigues.

O deputado Sargento Rodrigues – Sr. Presidente, eu queria fazer um apelo a V. Exa. Temos uma prática aqui agora, o Marcelo, gerente da Mesa, de forma muito gentil, acabou de acender o painel. Primeiro, não dá para fazer a abertura dos



trabalhos sem que a gente saiba quem está presente aqui. Se isso ocorre, eu vejo como fraude processual legislativa. Então vamos começar a nossa discussão da ata aí. Há aqui uma permanente abertura de trabalho sem conferir quem está presente. Olhe, se V. Exa. fizer uma leitura, rapidamente, do Plenário, perceberá que abrimos os trabalhos com 15 deputados. Há 2 minutos, quando comecei a contar, e V. Exa. disse que estavam abertos os trabalhos, havia 12 deputados na verdade. Ou seja, a tese que eu tenho defendido aqui, presidente, que coloquei em votação e para a qual fiz um apelo ao presidente, é para que os trabalhos sejam abertos com quórum. E que o deputado faltoso receba a contrapartida do desconto no salário dele, porque não veio. Por outro lado, Sr. Presidente, percebemos que estamos aqui correndo para que os projetos do Judiciário, do Ministério Público, que já emendei, voltem às comissões. Aliás, uma das emendas prevê o mesmo tratamento para o servidor. Dois projetos que estão aqui, a meu ver, são imorais e não condizem com a realidade que estamos vivendo no País nem com todo esse estrago que está acontecendo em Brasília. Deveríamos caminhar na mão contrária a isso, ter um pouquinho de bom-senso, enxergar o que está ocorrendo em Brasília e não permitir que matérias como essa continuassem sendo feitas a toque de caixa. Aqui vemos algumas posições. Às vezes, quando chegamos aqui, o líder do governo nos diz: "Olha, esse projeto é de interesse do governo". Não sei se os projetos do Ministério Público ou do Judiciário podem ser de interesse do governo, a não ser que promotores e juízes estejam com representantes em nome deles na Assembleia, como deputados, e nós não sabemos. A primeira questão é a da ata. Peço que comece a constar na ata que, no momento da abertura dos trabalhos, o painel deve indicar se fulano de tal está presente. Que se dê uma olhada e, se V. Exa. perceber... Peço à assessoria da Mesa que imprima a presença dos deputados que registraram a presença, mas que não estão presentes. Então, presidente, isso é algo que não dá para admitir. Por outro lado, peço a V. Exa., considerando que não há quórum para a continuação dos trabalhos...

O presidente – Esclareço que havia quórum para a abertura da reunião, portanto prosseguiremos a reunião.

O deputado Sargento Rodrigues – Perfeitamente. V. Exa. já fez a leitura da ata e obedeceu às disposições regimentais. Mesmo assim, quero que deixe registrada a minha fala de que, durante a abertura dos trabalhos, o painel não indicava a presença dos parlamentares. Além disso, Sr. Presidente, que os nomes constantes no painel, no momento da abertura dos trabalhos, não representavam a presença dos deputados em Plenário. Quero verificar isso na próxima ata. Obviamente, após V. Exa. se manifestar sobre a ata, gostaria do encerramento, de plano, da reunião, porque não há 26 deputados em Plenário para a continuação dos trabalhos.

O presidente – Se possível, sem diálogo maior, para ficar uma resposta bem clara, sobretudo sobre os nossos trabalhos, gostaria de dizer-lhe algo. A solicitação de V. Exa. é pertinente. Só que tem uma coisa que já é praxe, tradicional e clássico na Casa, de Mesas anteriores. Estou aqui, como V. Exa., há muitos anos. Os deputados registram a presença no painel eletrônico ou por meio da lista manuscrita e nem sempre permanecem no tapete vermelho do Plenário. O ser humano é movido e migrante, não fica quieto, promove mudança o tempo todo. Andar o tempo todo é natural. Então, não vou mudar a natureza do ser humano. A interpretação do ser humano, da verdade e daquilo que é duvidoso remonta a Darwin, a Freud, à primeira infância, ao animal e a uma porção de coisas. Temos um subjetivismo muito rico e não conseguimos ficar quietos na cadeira. Isso acontece no Congresso Nacional e aqui. Solicito a V. Exa. que formalize seu questionamento em questão de ordem.

Não havendo retificação a ser feita, dou a ata por aprovada.

Correspondência

– O deputado Glaycon Franco, 1º-secretário *ad hoc*, lê a seguinte correspondência:



OFÍCIOS

Do Sr. Antônio Marcos Ramos de Freitas, presidente da Câmara Municipal de Mariana, solicitando a esta Casa que comunique, com antecedência, a programação de eventos que tenham como objetivo tratar do rompimento das barragens da mineradora Samarco, uma vez que a referida câmara desconhecia a realização da audiência pública que aconteceu em 16 de novembro, nessa cidade. (– Às Comissões de Direitos Humanos e Extraordinária das Barragens.)

Do Sr. Antonio Augusto Anastasia, senador, agradecendo convite para participar de reunião especial em homenagem ao jornalista Theodomiro Paulino e justificando sua ausência ao evento.

Do Sr. Djair Fiorillo Lopes, diretor do Departamento de Gestão Interna do Ministério da Integração Nacional, informando a liberação dos recursos financeiros que menciona, destinados a garantir a execução de programas desse fundo. (– À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição do Estado, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Da Sra. Andrea Cláudia Vacchiano, diretora do Detran-MG, apresentando sugestões ao Projeto de Lei nº 1.241/2015, do deputado Braulio Braz, com vistas à regulamentação, no Estado, da Lei Federal nº 12.977, de 20/5/2014. (– Anexe-se aos Projetos de Lei nºs 1.055 e 1.241/2015.)

Registro de Presença

O presidente – Atendendo o pedido do nosso grande deputado Ivair Nogueira e também de todo este Plenário, gostaria de saudar os alunos da Faculdade de Direito Pitágoras, de Betim, terra do nosso amigo Ivair, e também o seu professor dirigente, Alexandre Trindade, presente com seus alunos nesta Casa. Saibam que a presença de vocês aqui nos honra muito. Estejam à vontade entre nós. Também vamos saudar aqui os representantes do sindicato dos servidores do Ipsemg, nossos companheiros, afinal, também sou do Ipsemg. A presença de vocês nos honra muito.

Questão de Ordem

O deputado Sargento Rodrigues – Já pedi à assessoria que me forneça, impressa, a lista de presença dos deputados que constam como presentes no painel para que eu possa instruir a minha questão de ordem. Presidente, este deputado requer de V. Exa., nos termos regimentais, fundamentando a questão de ordem... Quero dizer que, no momento da abertura dos trabalhos, V. Exa. percebeu, de plano, que haviam 12 deputados em Plenário. No entanto... V. Exa. tem razão. Eu não tiro a sua razão quando V. Exa. diz: “Olha, no momento em que consultei havia tantas presenças digitadas”. Mas, no momento em que V. Exa. abriu a reunião, constatei que havia 12 deputados em Plenário.

O presidente – No momento da abertura da reunião, havia 32 deputados com presença registrada no painel. Mas depois a inquietude toma conta.

O deputado Sargento Rodrigues – Eu sei, presidente, inclusive, estou concordando com V. Exa. Ocorre que já solicitei à assessoria da Mesa que faça a impressão da lista de presença. Estou aguardando – embora já seja a terceira vez que eu peça – a presença dos parlamentares, pois ela não condiz com os parlamentares que estão presentes.

O presidente – Concordo com V. Exa. Proponho um estudo mais aprofundado disso.

O deputado Sargento Rodrigues – Perfeitamente, presidente. Mas, *data maxima venia*, V. Exa. vai me permitir dizer que não se trata aqui de estudo muito aprofundado, porque já estamos calejados nesse assunto. Só de questões de ordem por esse motivo já levantei aqui umas oito. Propusemos, aliás, emenda quando V. Exa. era relator do Regimento Interno para que isso ficasse mais explícito. Ou seja, o deputado devia justificar o motivo de não estar aqui na abertura dos trabalhos, e não o 1º-secretário ir atrás dele, conforme está na regra do Regimento Interno. Portanto, se fizermos a leitura dos deputados que constam como presentes aqui, o que está impresso e o que está aparecendo no painel, vamos verificar, de plano, que eles não se encontram presentes.

O presidente – Não coincide.



O deputado Sargento Rodrigues – Perfeitamente. Pelo menos, V. Exa. está sendo sincero e acolhedor em nossa questão de ordem. Portanto, presidente, o apelo que faço é para que a abertura dos trabalhos realmente represente aquilo que temos de cumprir, que é o Regimento Interno: abrir com os 26 deputados presentes. Não vi escrito ali no Regimento Interno – talvez alguém da Mesa possa dizer o contrário, talvez exista alguma decisão normativa que não esteja constando no Regimento Interno – que a abertura dos trabalhos diz respeito a 26 deputados que não estejam presentes.

O presidente – A presença é de corpo e alma.

O deputado Sargento Rodrigues – Exatamente. Com relação à natureza humana, amolda-se essa natureza e esse comportamento à medida que a regra escrita exige. A regra regimental é que o deputado esteja presente na abertura dos trabalhos. Portanto correm aqui – não deixo de fazer a questão de ordem – para aprovar dois projetos que não são bons, não são tão republicanos para nós. Ontem um senador da República foi preso, e o Senado, pelo menos, teve dó do povo e manteve a prisão. O Senado teve dó do cidadão que não aguenta mais. Ele não consegue mais assistir ao escárnio, à imoralidade, à safadeza, à pilantragem, à roubalheira. Ele quer uma postura por parte de nós, deputados, de nós, da classe política, condizente e respeitosa ao erário, às responsabilidades e às atribuições do cargo. Portanto, se quer ser deputado, primeiro, não faça bico; segundo, cumpra as responsabilidades. Então fica aqui a questão de ordem suscitada a V. Exa., para que, nas futuras aberturas, primeiro V. Exa. peça que seja colocado no painel. A abertura deve ser feita com o painel. Havia aqui uma questão de praxe que deve ser abolida imediatamente. “Só quando passa para a 2ª Fase, porque vamos votar”. Não, o regimento diz que ele tem de estar aqui presente. Então, acendam o painel, e vamos certificar. Porque, de cara, o deputado diz: “Fulano não está aqui”. Não tenho esse problema. Não precisamos citar nomes de quem está e quem não está aqui, mas sabemos que não há número. Portanto, mantenho meu pedido de encerramento e formulo a questão de ordem para que V. Exa. responda no momento oportuno.

O presidente – Eu gostaria apenas de pedir vênua a V. Exa. e aos deputados João Leite e Felipe Attiê para ter um acordo com V. Exas. Deputado Sargento Rodrigues, V. Exa. concede? Fizemos um acordo pelo qual os deputados João Leite e Felipe Attiê falariam. Encerraremos após eles terminarem as questões de ordem, desde que não haja quórum.

O deputado Sargento Rodrigues – Acompanho a orientação de V. Exa. permitindo que os deputados João Leite, Felipe Attiê e Glaycon Franco façam uso da palavra. Mas, logo em seguida, percebendo não haver quórum, de plano, V. Exa. encerra a reunião.

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de Proposições

O presidente – A presidência passa a receber proposições.

– Nesta oportunidade, são encaminhadas à presidência as seguintes proposições:

REQUERIMENTOS

Nº 3.282/2015, do deputado Noraldino Júnior, em que solicita seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que o poder público estadual determine que a empresa Samarco Mineração reconstrua o Distrito de Bento Rodrigues, no Município de Mariana, com as mesmas características de arquitetura e urbanismo e em local de topografia semelhante, visando amenizar os traumas e danos causados aos moradores do distrito. (– À Comissão de Assuntos Municipais.)

Nº 3.283/2015, do deputado Cássio Soares, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Transportes e Obras Públicas pedido de informações consubstanciadas em cópia do contrato celebrado com a Concessionária Nascentes das Gerais cujo objeto é a concessão patrocinada da Rodovia MG-050 e dos termos aditivos ao contrato e em cópia, em mídia eletrônica, do projeto contratado, do plano de intervenções e planilhas de custos relativas a cada uma delas, bem como informações sobre o montante arrecadado pela empresa a título de tarifa de pedágio desde o início da cobrança, em

13/6/2008, e sobre o cronograma vigente das obras a serem executadas. (– Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pela Comissão de Transporte. Anexe-se ao Requerimento nº 1.090/2015, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.)

Nº 3.284/2015, da Comissão de Educação, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Educação pedido de providências para liberar recursos, em caráter de urgência, para atender à Escola Estadual Padre Epifânio Gonçalves, no Município de Barra Longa, atingida pelo rompimento da barragem de rejeitos da Samarco Mineração.

Nº 3.285/2015, da Comissão de Educação, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Educação pedido de providências para liberação de recursos para a reforma da estrutura física da Escola Estadual Antônio Pinheiro Diniz, no Município de Ibitaré.

Nº 3.286/2015, do deputado Noraldino Júnior, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Meio Ambiente pedido de providências para que esse órgão determine que a empresa Samarco Mineração reconstrua o Distrito de Bento Rodrigues, no Município de Mariana, com as mesmas características de arquitetura e urbanismo e em local de topografia semelhante, visando amenizar os traumas e danos causados aos moradores do distrito. (– À Comissão de Assuntos Municipais.)

Nº 3.287/2015, do deputado Duarte Bechir, em que solicita seja formulado voto de congratulações com os novos dirigentes do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região por sua posse para o biênio 2016-2017. (– À Comissão de Administração Pública.)

Nº 3.288/2015, do deputado Douglas Melo, em que solicita seja encaminhado ao Detran-MG pedido de providências para a proibição de cobrança de impostos retroativa dos ciclomotores de até 50cc. (– À Comissão de Defesa do Consumidor.)

Nº 3.289/2015, do deputado Douglas Melo, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a comunidade de Sete Lagoas pelo aniversário desse município. (– À Comissão de Assuntos Municipais.)

Nº 3.290/2015, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado ao diretor-geral do DER-MG pedido de informações sobre o desenvolvimento do novo modelo de contratação de conservação e manutenção de rodovias, sobre as fontes de financiamento das ações de construção e manutenção de rodovias e sobre a existência de planejamento para atendimento aos trechos que menciona. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 3.291/2015, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado ao chefe da Polícia Civil pedido de informações sobre a viabilidade de expansão dos centros integrados de atendimento ao adolescente – CIAs – por território. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 3.292/2015, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado ao comandante-geral da Polícia Militar pedido de informações sobre a viabilidade de expansão dos centros integrados de atendimento ao adolescente – CIAs – por território. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 3.293/2015, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado ao subsecretário de Atendimento às Medidas Socioeducativas pedido de informações sobre a viabilidade de expansão dos centros integrados de atendimento ao adolescente – CIAs – por território. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 3.294/2015, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Defesa Social pedido de informações sobre a viabilidade de expansão dos centros integrados de atendimento ao adolescente – CIAs – por território, conforme a demanda. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 3.295/2015, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Defesa Social pedido de providências para a implementação de políticas de saúde e de prevenção de doenças profissionais voltadas aos profissionais de defesa social. (– À Comissão de Saúde.)

Nº 3.296/2015, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado ao Instituto Estadual de Florestas – IEF – pedido de providências para que otimize a utilização dos recursos destinados à Ação 4322 – Fomento Florestal –, para beneficiar o maior número possível de territórios de planejamento. (– À Comissão de Meio Ambiente.)

Nº 3.297/2015, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania pedido de providências para ampliar e fortalecer as ações direcionadas à proteção da pessoa com deficiência em situação de vulnerabilidade e de exploração familiar no âmbito dos programas e políticas de proteção de direitos humanos existentes no Estado, inclusive com a destinação de recursos orçamentários específicos para essa finalidade. (– À Comissão da Pessoa com Deficiência.)

Nº 3.298/2015, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Defesa Social pedido de providências para promover gestão junto ao governo do Estado com vistas à suplementação de recursos na Ação 1127 – Expansão e Modernização do Sistema Socioeducativo – do PPAG 2016-2019, para fortalecer o sistema socioeducativo no Estado e expandir a execução dos eixos estratégicos do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – Sinase –, de forma a qualificar e ampliar as unidades de atendimento às medidas socioeducativas. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 3.299/2015, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Defesa Social pedido de providências para a manutenção das condições sanitárias e de higiene nas unidades de internação do sistema socioeducativo do Estado. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 3.300/2015, do deputado Douglas Melo, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Planejamento pedido de providências para a inclusão da comunidade de Tibuna, no Município de Santana de Pirapama, no programa Minas Comunica II. (– À Comissão de Transporte.)

Nº 3.301/2015, do deputado Noraldino Júnior, em que solicita seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para a concessão do título de Cidadã Honorária à Sra. Marina Zatz de Camargo, popularmente conhecida como Luísa Mell. (– À Comissão de Meio Ambiente.)

Nº 3.302/2015, do deputado Noraldino Júnior, em que solicita seja encaminhado ao Ministério Público pedido de providências para que exija da Samarco Mineração, através de termo de ajustamento de conduta – TAC – ou qualquer outro meio, a adoção de medidas para compensar os prejuízos sofridos pelos animais no Distrito de Bento Rodrigues. (– À Comissão de Meio Ambiente.)

Nº 3.303/2015, do deputado Cabo Júlio, em que solicita seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 18º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 21/11/2015, em Contagem, que resultou na apreensão de drogas; e seja encaminhado ao Comando-Geral da PMMG pedido de providências com vistas à concessão de recompensa aos militares pelo relevante serviço prestado à sociedade. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 3.304/2015, do deputado Cabo Júlio, em que solicita seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 34º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 22/11/2015, em Belo Horizonte, que resultou na apreensão de drogas e na detenção de duas pessoas; e seja encaminhado ao Comando-Geral da PMMG pedido de providências com vistas à concessão de recompensa aos militares pelo relevante serviço prestado à sociedade. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 3.305/2015, do deputado Cabo Júlio, em que solicita seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados na 12ª Companhia de Missões Especiais da Polícia Militar e no 58º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 22/11/2015, em Coronel Fabriciano, que resultou na apreensão de armas de fogo, drogas, munição, quantia em dinheiro e na detenção de duas pessoas; e seja encaminhado ao Comando-Geral da PMMG pedido de providências com vistas à concessão de recompensa aos militares pelo relevante serviço prestado à sociedade. (– À Comissão de Segurança Pública.)



Nº 3.306/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja formulada manifestação de aplauso aos policiais militares que menciona, lotados na 155ª Companhia de Polícia Militar, pela realização de trabalho social no Município de Itambacuri. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 3.307/2015, do deputado Cabo Júlio, em que solicita seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 34º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 23/11/15, em Belo Horizonte que resultou na apreensão de bebidas alcoólicas, equipamentos eletrônicos, quantia em dinheiro, arma de fogo, munições, veículos e drogas e na detenção de duas pessoas. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 3.308/2015, da Comissão de Saúde, em que solicita seja encaminhado ao Ministério Público e ao Tribunal de Justiça pedido de informações sobre o processo de intervenção judicial na Santa Casa de Misericórdia de Ouro Preto. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 3.309/2015, da Comissão de Saúde, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Saúde pedido de informações sobre a execução dos gastos da Ação 4468 – Atenção à Saúde das Comunidades Indígenas –, em 2014 e 2015. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 3.310/2015, do deputado Cabo Júlio, em que solicita seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 33º Batalhão da Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 21/11/2015, em Belo Horizonte, que resultou na apreensão de armas de fogo, munição, quantia em dinheiro e na detenção de duas pessoas; e seja encaminhado ao Comando-Geral da PMMG pedido de providências com vistas à concessão de recompensa aos militares pelo relevante serviço prestado à sociedade. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 3.311/2015, da Comissão de Saúde, em que solicita seja encaminhado ao Ministério do Trabalho pedido de providências com vistas ao cumprimento da NR9 pela empresa Novelis do Brasil Ltda. no que se refere à execução de um estudo epidemiológico das condições de saúde de seus trabalhadores.

Nº 3.312/2015, do deputado Cabo Júlio, em que solicita seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 22º Batalhão da Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 21/11/2015, em Belo Horizonte, que resultou na apreensão de drogas, arma de fogo, munição e dois coletes à prova de bala; e seja encaminhado ao Comando-Geral da PMMG pedido de providências com vistas à concessão de recompensa aos militares pelo relevante serviço prestado à sociedade. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 3.313/2015, da Comissão Extraordinária do Idoso, em que solicita seja encaminhado ao chefe da Polícia Civil pedido de informações sobre os casos de violência contra idosos registrados nos últimos quatro anos no Estado. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 3.314/2015, da Comissão Extraordinária do Idoso, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Direitos Humanos pedido de informações sobre os resultados da 4ª Conferência Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa, realizada em 7 e 8/10/2015, no Município de Caeté. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 3.315/2015, da Comissão de Transporte, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Transportes pedido de informações sobre o Programa Caminhos de Minas, bem como sobre a continuidade dos projetos e a quantidade dos já concluídos. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 3.316/2015, do deputado Cabo Júlio, em que solicita seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 63º Batalhão da Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 20/11/2015, em Formiga, que resultou na apreensão de drogas e quantia em dinheiro e na detenção de uma pessoa; e seja encaminhado ao Comando-Geral da PMMG pedido de providências com vistas à concessão de recompensa aos militares pelo relevante serviço prestado à sociedade. (– À Comissão de Segurança Pública.)



Nº 3.317/2015, da Comissão de Transporte, em que solicita seja encaminhado ao superintendente regional do Dnit pedido de providências com vistas à instalação de redutores de velocidade no Km 564 da BR-354, que liga Campo Belo aos Municípios de Lavras e Formiga.

Nº 3.318/2015, da Comissão Extraordinária do Idoso, em que solicita seja encaminhado ao governador do Estado e à Secretaria de Direitos Humanos pedido de providências para implementação da política pública de acolhimento ao idoso, acompanhado de cópia de projeto sugerido pelo deputado Isauro Calais. (– À Comissão do Trabalho.)

Nº 3.319/2015, do deputado Cabo Júlio, em que solicita seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 8ª Batalhão da Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 21/11/2015, em Carmópolis, que resultou na apreensão de arma de fogo, quantia em dinheiro e na detenção de duas pessoas; e seja encaminhado ao Comando-Geral da PMMG pedido de providências com vistas à concessão de recompensa aos militares pelo relevante serviço prestado à sociedade. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 3.320/2015, do deputado Cabo Júlio, em que solicita seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados na 4ª Companhia Missões Especiais da Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 21/9/2015, em Juiz de Fora, que resultou na apreensão de um menor e de 182 buchas de maconha; e seja encaminhado ao Comando-Geral da PMMG pedido de providências com vistas à concessão de recompensa aos militares pelo relevante serviço prestado à sociedade. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 3.321/2015, do deputado Cabo Júlio, em que solicita seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados na 7ª Companhia Missões Especiais da Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 21/11/2015, em Divinópolis, que resultou na apreensão de arma de fogo, drogas, balança de precisão, quantia em dinheiro e na detenção de três pessoas; e seja encaminhado ao Comando-Geral da PMMG pedido de providências com vistas à concessão de recompensa aos militares pelo relevante serviço prestado à sociedade. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 3.322/2015, do deputado Cabo Júlio, em que solicita seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 34º Batalhão da Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 22/11/2015, em Belo Horizonte, que resultou na apreensão de drogas e na detenção de duas pessoas; e seja encaminhado ao Comando-Geral da PMMG pedido de providências com vistas à concessão de recompensa aos militares pelo relevante serviço prestado à sociedade. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 3.323/2015, do deputado Cabo Júlio, em que solicita seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 1º Batalhão da Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 19/11/2015, em Belo Horizonte, que resultou na apreensão de drogas, quantia em dinheiro, arma, celulares e na detenção de cinco pessoas; e seja encaminhado ao Comando-Geral da PMMG pedido de providências com vistas à concessão de recompensa aos militares pelo relevante serviço prestado à sociedade. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 3.324/2015, do deputado Luiz Humberto Carneiro, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a Instituição Cristã de Assistência Social de Uberlândia – Icasu – pelos 48 anos de sua fundação. (– À Comissão do Trabalho.)

Nº 3.325/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita a inserção nos anais da Casa da nota de repúdio à agressão contra as mulheres negras assinada por entidades da sociedade civil, apresentada em 19/11/2015. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 3.326/2015, do deputado Douglas Melo, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Educação pedido de providências para a aquisição de um laboratório de informática para a Escola Estadual Padre José Epifânio Gonçalves, de Barra Longa. (– À Comissão de Educação.)

Nº 3.327/2015, do deputado Douglas Melo, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Educação pedido de providências para a doação de materiais atualizados para o acervo da biblioteca da Escola Estadual Padre José Epifânio Gonçalves, de Barra Longa. (– À Comissão de Educação.)

Nº 3.328/2015, do deputado Douglas Melo, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Educação pedido de providências para a aquisição de um laboratório de ciências biológicas para a Escola Estadual Padre José Epifânio Gonçalves, de Barra Longa. (– À Comissão de Educação.)

Nº 3.329/2015, do deputado Douglas Melo, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Saúde pedido de providências para a construção de uma unidade de saúde em Jaboticatubas. (– À Comissão de Saúde.)

Nº 3.330/2015, da Comissão Extraordinária das Barragens, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Meio Ambiente pedido de informações concretizado em cópia dos processos de licenciamento ambiental de todas as barragens de rejeitos licenciadas pelo Estado de Minas Gerais. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 3.331/2015, da Comissão Extraordinária das Barragens, em que solicita seja encaminhado ao diretor do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam – pedido de informações sobre: qual o impacto do rompimento das barragens para a quantidade e a qualidade dos recursos hídricos de Minas Gerais; qual o impacto do rompimento para a qualidade das águas superficiais, notadamente a Bacia do Rio Doce, e das águas subterrâneas do Estado; qual a perspectiva de recuperação dos recursos hídricos na região afetada; quais os resultados das análises de água e sedimentos dos corpos de água afetados, bem como do rejeito das barragens rompidas, incluindo condutividade elétrica, oxigênio dissolvido, pH, temperatura, sólidos totais, sólidos dissolvidos totais, sólidos totais em suspensão, turbidez e presença de arsênio e outros metais: alumínio, ferro, cobre, manganês, cádmio, chumbo e mercúrio, entre outras análises já realizadas; qual a projeção do Igam em relação ao impacto a ocorrer na política de abastecimento hídrico de Minas Gerais e nos mananciais de captação de recursos hídricos na região afetada, nos próximos anos. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 3.332/2015, da Comissão Extraordinária das Barragens, em que solicita seja encaminhado ao procurador-geral de justiça pedido de informações concretizado em cópia de todos os termos de ajustamento de conduta firmados pelo Ministério Público, nos últimos 15 anos, envolvendo as empresas Samarco Mineração, Vale e BHP Billiton. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 3.333/2015, da Comissão Extraordinária das Barragens, em que solicita seja encaminhado ao coordenador estadual de Defesa Civil de Minas Gerais pedido de informações sobre: qual o número oficial, nome e idade dos mortos e desaparecidos; quantos municípios e localidades foram atingidos no Estado; qual o número de mortos e desaparecidos por localidade; qual o número de desabrigados por localidade; quais são as condições de alojamento dos desabrigados por localidade; quais são as condições de alimentação dos desabrigados por localidade; quais os riscos de contaminação ou de doenças a que estão sujeitos os desabrigados e quais são as condições de saneamento das localidades atingidas e se a população das localidades atingidas está sujeita a contaminações ou a algum tipo de doença ou risco à saúde, em razão do rompimento das barragens de Fundão e Santarém no Município de Mariana. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 3.334/2015, da Comissão Extraordinária das Barragens, em que solicita seja encaminhado ao diretor-geral do Instituto de Geoinformação e Tecnologia – Igtec – pedido de informações concretizado nas imagens de satélite dos últimos cinco anos das barragens de rejeitos de mineração da empresa Samarco Mineração, no Município de Mariana. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 3.335/2015, da Comissão Extraordinária das Barragens, em que solicita seja encaminhado ao procurador-geral de justiça pedido de informações sobre o termo de compromisso preliminar firmado com a Samarco Mineração em 16/11/2015, no qual foi garantido o montante mínimo de R\$1.000.000.000,00 para tutela ambiental emergencial, em decorrência do rompimento da barragem de rejeitos da empresa. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 3.336/2015, da Comissão Extraordinária das Barragens, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Meio Ambiente pedido de informações concretizado em cópia de todo o processo de licenciamento das barragens de rejeitos da Mina de Germano, da Samarco Mineração, em Mariana. (– Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pela Comissão Extraordinária das Barragens. Anexe-se ao Requerimento nº 3.330/2015, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.)



Nº 3.337/2015, da Comissão Extraordinária das Barragens, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Meio Ambiente pedido de informações sobre a existência, entre os condicionantes para o licenciamento das atividades minerárias no Município de Mariana, de previsão de ações de relacionamento das empresas com a população vizinha aos empreendimentos, a fim de subsidiar plano de emergência em caso de desastres. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 3.338/2015, da Comissão Extraordinária das Barragens, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Meio Ambiente pedido de informações sobre o prazo, considerado normal, para licenciamento ou renovação de licença de operação de empreendimentos minerários, especialmente quando dotados de barragens de rejeitos; a quantidade de servidores designados para tal atribuição, a existência de carência de servidores e de equipamentos, e, especificamente em relação a Mariana, a razão da demora na renovação das licenças. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 3.339/2015, da Comissão Extraordinária das Barragens, em que solicita seja encaminhado ao superintendente Regional de Regularização Ambiental Central Metropolitana – Supram-CM – pedido de informações consubstanciadas em cópia da manifestação técnica dessa superintendência sobre a segurança na unidade operacional de Germano, feita a partir dos estudos sobre os impactos da sobreposição de áreas diretamente afetadas da Barragem do Fundão e da pilha de estéril União da Mina de Fábrica Nova da Vale. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 3.340/2015, da Comissão Extraordinária das Barragens, em que solicita seja encaminhado ao governador do Estado pedido de informações sobre as medidas de segurança adotadas, principalmente para o Município de Barra Longa, com vistas a evitar que ocorram mais mortes, em face do risco de rompimento de outras barragens de rejeitos na região. (– À Mesa da Assembleia.)

REQUERIMENTOS ORDINÁRIOS

Nº 2.369/2015, da Comissão Extraordinária das Barragens, em que solicita seja encaminhado ao Ministério do Meio Ambiente pedido de informações sobre os dados apurados por esse órgão acerca das consequências do rompimento das Barragens de Fundão e Santarém para o meio ambiente e, principalmente, para os recursos hídricos nacionais nos próximos anos.

Nº 2.370/2015, da Comissão Extraordinária das Barragens, em que solicita seja encaminhado ao Ministério Público do Trabalho em Minas Gerais pedido de informações consubstanciadas em cópias dos inquéritos, dos termos de ajustamento de conduta e das ações civis públicas propostas contra mineradoras e empresas terceirizadas que prestam serviços para o setor no Estado.

Nº 2.371/2015, da Comissão Extraordinária das Barragens, em que solicita seja encaminhado ao Crea-MG pedido de informações sobre as responsabilidades de profissionais e empresas envolvidas, direta ou indiretamente, no acidente da Barragem Fundão, da mineradora Samarco, em Mariana.

Nº 2.372/2015, da Comissão Extraordinária das Barragens, em que solicita seja encaminhado à Vale pedido de providências para que, em conjunto com a BHP Billiton, envie esforços para a inclusão, no orçamento previsto para a Samarco em 2016, dos recursos necessários para a solução de todas as consequências relativas ao rompimento da Barragem do Fundão, no Município de Mariana.

Nº 2.373/2015, da Comissão Extraordinária das Barragens, em que solicita seja encaminhado à Superintendência Regional do Ministério do Trabalho e Previdência Social pedido de informações sobre as ações fiscais realizadas nos últimos cinco anos em mineradoras que mantêm barragens de rejeitos, consubstanciadas em cópia dos relatórios de fiscalização, com inclusão, quando for o caso, do nome das empresas terceirizadas que prestam serviços para o setor.

Nº 2.374/2015, da Comissão Extraordinária das Barragens, em que solicita seja encaminhado à Superintendência Regional do Ministério do Trabalho e Previdência Social pedido de informações consubstanciadas em cópia dos laudos técnicos de análises de acidentes de trabalho referentes aos processos que envolveram a Mineração Rio Verde, cuja barragem



se rompeu em 2001, no Município de Nova Lima; a Mineração Rio Pomba Cataguases, cuja barragem se rompeu em 2007, no Município de Miraf; e a Herculano Mineração, cuja barragem se rompeu em 2014, no Município de Itabirito.

Nº 2.375/2015, da Comissão Extraordinária das Barragens, em que solicita seja encaminhado à Samarco Mineração S.A. pedido de informações consubstanciadas na relação de todas as empresas que prestam ou prestaram serviços às unidades da empresa no Município de Mariana nos últimos cinco anos, nas áreas de segurança industrial, acidente de trabalho e avaliação de risco, especificando-se as atividades desenvolvidas e o período da prestação de serviços, e em cópia dos laudos e dos pareceres emitidos por essas empresas.

Nº 2.376/2015, da Comissão Extraordinária das Barragens, em que solicita seja encaminhado ao Departamento Nacional de Produção Mineral pedido de informações sobre a quantidade de técnicos e servidores que compõem o quadro do órgão na função de fiscalização das atividades minerárias, a quantidade de inspeções realizadas no último ano em barragens de rejeitos de mineração, a carência de servidores ou de equipamentos indispensáveis para o exercício das funções fiscalizatórias e a quantidade de inspeções realizadas nos últimos três anos em Mariana, com as datas em que foram feitas.

Nº 2.377/2015, da Comissão Extraordinária das Barragens, em que solicita seja encaminhado ao Departamento Nacional de Produção Mineral pedido de informações sobre a fiscalização exercida nos últimos cinco anos na unidade operacional de Germano, da Samarco Mineração S.A., no Município de Mariana, consubstanciadas em cópia dos respectivos relatórios, laudos e pareceres.

Nº 2.378/2015, da Comissão Extraordinária das Barragens, em que solicita seja encaminhado à Samarco Mineração S.A. pedido de informações sobre as medidas de segurança adotadas para evitar perda de vidas em face do risco iminente em suas barragens de rejeitos, principalmente para o Município de Barra Longa.

Nº 2.379/2015, da Comissão Extraordinária das Barragens, em que solicita seja encaminhado ao Departamento Nacional de Produção Mineral pedido de informações consubstanciadas na relação das barragens classificadas como de alto risco no Estado e de todas as barragens de rejeitos no Estado e seus respectivos níveis de risco, destacando-se as 35 maiores.

Nº 2.380/2015, da Comissão Extraordinária das Barragens, em que solicita seja encaminhado ao Departamento Nacional de Produção Mineral pedido de informações consubstanciadas no quadro de servidores diretos e indiretos desse órgão por estado, indicando-se os respectivos cargos e atribuições.

Nº 2.381/2015, da Comissão Extraordinária das Barragens, em que solicita seja encaminhado à Samarco Mineração S.A. pedido de informações consubstanciadas em cópia dos relatórios e laudos de monitoramento geotécnico e estrutural dos diques da Barragem do Fundão, relativos aos últimos dois anos; do plano de contingência para casos de risco ou de acidentes, com a devida comprovação da efetividade do plano; da análise de ruptura (DAM – Break) prevista para ser entregue à Supram em julho de 2007, segundo o PCA do projeto da barragem; e do parecer, do relatório e dos estudos sobre os impactos da sobreposição de áreas diretamente afetadas da referida barragem e da pilha de estéril União da Mina de Fábrica Nova da Vale.

Nº 2.382/2015, da Comissão Extraordinária das Barragens, em que solicita seja encaminhado à Samarco Mineração S.A. pedido de informações consubstanciadas em cópia dos planos de emergência e de continuidade do negócio da empresa; do relatório SA-527-RL-17658-00, emitido em março de 2009, intitulado Plano de Ações Emergenciais da Barragem de Santarém – projeto SA-527; do relatório SA-210-RL-12251-00, emitido em março de 2008, intitulado Plano de Ações Emergenciais do Sistema de Rejeitos do Fundão; do plano de ações emergenciais de barragens da empresa; das diretrizes e do organograma do Sistema Integrado de Gestão da Samarco; das diretrizes e do organograma da gestão de segurança das barragens da Samarco; do manual de operações das barragens; e de documento que informe o lucro da empresa nos últimos cinco anos e os dividendos distribuídos nesse período.

Nº 2.383/2015, da Comissão Extraordinária das Barragens, em que solicita seja encaminhado à Samarco Mineração S.A. pedido de informações consubstanciadas em cópia dos planos e projetos de obras emergenciais, preventivas, de reforço,



de correção e de recuperação da Barragem de Santarém, que apresenta alto risco de rompimento, segundo técnicos do Departamento Nacional de Produção Mineral, e do plano de ações emergenciais a ser executado em caso de rompimento da referida barragem ou da Barragem de Germano.

Nº 2.384/2015, da Comissão Extraordinária das Barragens, em que solicita seja encaminhado à Samarco Mineração S.A. pedido de informações consubstanciadas em cópia dos planos e projetos de obras emergenciais, preventivas, de reforço, de correção e de recuperação da Barragem de Santarém, do plano de ações emergenciais a ser executado em caso de rompimento da referida barragem e da apólice do seguro da empresa para as barragens da Mina de Germano. (– Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pela Comissão Extraordinária das Barragens. Anexe-se ao Requerimento Ordinário nº 2.383/2015, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.)

Questões de Ordem

O presidente – E quanto à questão de ordem, embora seja o vice-presidente... Resolveremos a sua questão de ordem com todos os líderes, se possível com todos os deputados. Ouvirei um por um para verificar qual é o pensamento da maioria, porque, da forma como V. Exa. quer, tenho a certeza de que é um pouco difícil. Faço apologia à sua ideia, porém não sei se é de todo o Plenário. E na democracia representativa vale o voto. Farei uma votação pessoal com cada um para saber se estão de acordo ou não com sua proposta. Aí responderei à questão de ordem. Com a palavra, o deputado Felipe Attiê, depois o meu querido deputado João Leite.

O deputado João Leite – Obrigado, presidente.

O deputado Felipe Attiê – Sr. Presidente, peço a palavra para fazer um esclarecimento ao importante veículo de comunicação do Estado de São Paulo, o jornal *Estadão*. O *Estadão* fez uma matéria sobre a votação aqui ontem da modificação da lei ambiental, e eu disse que votei a favor do projeto porque simplificava uma série de coisas e facilitava a instalação de empresas que gerarão renda, trabalho, emprego para as pessoas.. Critiquei a burocracia que o Copam estava fazendo. Tudo bem, o jornal publicou certo, mas cometeu um pequeno equívoco, que eu gostaria de deixar registrado para a imprensa paulista, uma imprensa importante, já que São Paulo detém grande parte do PIB brasileiro: não pertenço à base de governo do Fernando Pimentel. Sou vice-líder do Bloco Verdade e Coerência, de oposição, então não pertenço à base do governo. Sou vice-líder da oposição, e houve esse equívoco no jornal *Estadão*, que colocou minha fala e se referiu a mim como da base de sustentação do governo Fernando Pimentel. Deve ter deduzido pela minha fala, porque ser da oposição não significa que eu não possa concordar com o governo em alguma coisa, votar e pensar sempre no Estado e nas modificações necessárias para qualquer governo, seja do PT, seja do PSDB, e votar com elas. Mas sou contrário ao governo que está aí instalado. Sou vice-líder do bloco de oposição e gostaria que o jornal *O Estado de S.Paulo*, o *Estadão*, retificasse essa afirmação errônea de que eu pertenço à base do governador Pimentel, porque não pertenço, não vou pertencer. Tenho definições claras nesta Casa, V. Exas. me conhecem. Muito obrigado.

O deputado João Leite – Muito obrigado, querido irmão, deputado Hely Tarquínio, que honra esta Casa, médico benemérito do nosso estado, da nossa região querida, Patos de Minas. Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Brasil está perplexo. Nunca antes na história do Brasil, vivemos uma situação como essa. Sr. Presidente, o enredo do que está acontecendo no Brasil deverá merecer talvez um longa-metragem ou uma série para a televisão ou para o cinema, como o *House of Cards*, série americana em que há um senador americano envolvido em ilegalidades aos montes. Era impensável para nós, brasileiros, que, no Senado da República, veríamos a corrupção, os malfeitos se instalando no Brasil, no governo federal, atingindo em cheio a nossa maior empresa, a Petrobras; veríamos, infelizmente, o governo que se instalou no Brasil e que, com seus arranjos, foi criando situações como a do mensalão, a do petrolão, a da compra de uma refinaria que, agora vemos, foi comprada com a autorização da presidente Dilma. Com essa delação premiada do Nestor Cerveró, diretor internacional da Petrobras, teremos informações claras de como roubaram o Brasil. É muito triste ver a situação de nosso país, a que o PT levou nosso país. Acompanhei, ontem, Sr. Presidente, a sequência do que aconteceu com o senador Delcídio do Amaral, líder do governo do PT, líder da presidente Dilma. É lamentável o que aconteceu. Imaginem que ontem ele tinha toda a estrutura. A

www.almg.gov.br Página 16 de 181



corrupção ainda está totalmente enraizada nesse governo, no Senado. Imaginem que ele pode escolher o avião para a fuga do Cerveró: “Nós lhe colocamos em um Falcon”. E o outro: “Não, em um Citation”. “É melhor um Falcon, porque tem mais autonomia de voo.” Os criminosos não se vexam, não se envergonham, eles se instalaram e tornaram o Estado brasileiro vítima do roubo desse partido e dos seus componentes, senadores e deputados. As piadas são muitas. Não se pode falar com o líder do governo, no Senado, porque ele está preso; não se pode falar com os tesoureiros do partido porque estão presos. O grande guerreiro, José Dirceu, está preso. E a sequência é impressionante. Imaginem: “Não, você pode ir para a Venezuela porque o nosso companheiro Maduro lhe dá asilo político”. Imaginem, dá asilo político a um criminoso, alguém que roubou o País!” É interessante. O PT quer dar abraço de afogado. Conosco, não. Ele não vai nos dar abraço de afogado. Afoguem-se sozinhos. Nós não aceitamos. Aí vem o sonho, a história da carochinha: “Ah, porque fulano foi não sei aonde”. Ah, se vocês querem acreditar nisso, que pena que acreditam na história da carochinha, mas a verdade está estampada. Imaginem que o líder do governo dizia: “Eu falo com o Fachin. Eu falo com o Tofolli, e ele resolve tudo. Nós armamos tudo. Nós resolvemos tudo. Você vai ganhar R\$4.000.000,00, e vamos lhe pagar R\$50.000,00 por mês”. Vejam o que fizeram com o Brasil. Vejam a lama. Vejam a lama. A lama está correndo por Minas Gerais. É uma lama vermelha, que enlameou o nosso país. Eu protesto. Eu protesto, Sr. Presidente. Esse partido tem de ter o seu registro cassado. Devem cassar o registro desse partido. Que tristeza vemos o que o PT fez com o nosso país. E agora, esse partido domina o Brasil, domina Minas Gerais. E estamos vendo, hoje, hoje, Sr. Presidente, hoje, o que está acontecendo, a nova decisão. O PT meteu a mão no dinheiro da pensão alimentícia, dos depósitos judiciais do incapaz, do auxílio dessa pessoa. O PT meteu a mão no dinheiro para gastar aqui, no Estado. O Supremo diz que é inconstitucional. Ele não podia fazer isso. Agora tem de pagar o dinheiro da pensão alimentícia da criança. E tem gente que ainda defende isso e tenta culpar os outros. É muito triste. Assumam o crime. Assumam o crime de vocês. Os líderes estão presos. Os tesoureiros desse partido estão presos. Cassem o registro... (- Manifestação nas galerias.) Sr. Presidente, peço-lhe que me garanta a palavra, porque, no grito, não tem jeito. No grito não tem jeito. No grito, não. Podem gritar. A minha palavra tem que ser garantida. Eu não tenho medo! Eu não tenho medo! Eu não tenho medo! No grito, vocês não vão ganhar de ninguém. No grito, não, não, não, não, não, não, não, não, não! Não adianta ameaçar. Não adianta ameaçar, não, não! Não adianta ameaçar. Sr. Presidente, se um deputado não puder falar na Assembleia Legislativa, se vêm pessoas aqui para calar um deputado, não dá. Sr. Presidente, por favor. Estou tentando falar, mas vêm pessoas a esta Casa para me ameaçar. Ah, não! Eu não vou ser ameaçado na Assembleia Legislativa de Minas Gerais! Olha aí. Não tem jeito, Sr. Presidente. Não tem jeito, Sr. Presidente. Vocês não me assustam, não. Não adianta, não. Não adianta. Eu não tenho medo de você, não. Eu não tenho medo. Sr. Presidente, estou tentando falar, e o tempo todo eles me ameaçam. V. Exa. é o responsável por este Plenário. Quem são essas pessoas? Quem são essas pessoas que gritam com o parlamentar? Quem são essas pessoas que me tratam dessa maneira? Não, Sr. Presidente. Eu quero a resposta. Quem é essa pessoa que veio à Assembleia Legislativa e me ameaça? (- Manifestação nas galerias.) Não, você é alguém que está me ameaçando, está cortando a minha palavra. Não, não, não, você está impedindo a minha fala.

O presidente – Peço à plateia que haja compreensão.

O deputado João Leite – Você não tem esse direito. Eu não tenho medo de você. Não adianta.

O presidente – Peço à plateia que haja compreensão. Vamos ouvir. Eu queria dizer, deputado Cristiano, que existe um acordo, do qual não vou abrir mão, como presidente deste Plenário. Houve um acordo com o deputado Sargento Rodrigues, que pediu, há muito tempo, para terminar a reunião.

O deputado Cristiano Silveira – E era para a reunião ter terminado. Se não encerrou naquele momento, V. Exa. abriu um precedente. Eu só quero o mesmo tratamento, presidente. Eu quero o mesmo tratamento.

O presidente – Eu tenho de explicar.

O deputado Cristiano Silveira – Seja justo. Seja justo.

O presidente – Eu tenho de explicar, espere.



O deputado João Leite – Eles querem ganhar no grito. Ninguém tem medo deles mais, não.

O presidente – Desse jeito, vou tomar outras atitudes. Quero só explicar o seguinte: há um acordo para ouvir o João Leite, para ouvir o Bosco e para ouvir o Glaycon. A partir daí, somente com recomposição de quórum a reunião poderá continuar. Já que V. Exa. se dirigiu a mim, deputado Cristiano Silveira, quero que entenda meu argumento. V. Exa. não estava no Plenário quando foi feito o acordo.

O deputado Cristiano Silveira – Estava, sim, Sr. Presidente.

O presidente – Se V. Exa. tem algum pronunciamento a fazer, será em outra reunião; nesta, só se houver, na recomposição de quórum, 26 ou mais deputados ou mais.

O deputado Cristiano Silveira – Lamento. Registro minha indignação. O PT foi agredido. Sou vice-líder do bloco e secretário-geral do PT.

O presidente – Com a palavra, o deputado João Leite.

O deputado Cristiano Silveira – Lamento. V. Exa... (- É interrompido.)

O deputado João Leite – Sr. Presidente, o deputado está fora de ordem. Ele nem entende o Regimento Interno, infelizmente. Lamentável mesmo que a gente seja agredido aqui dentro da Assembleia Legislativa e não tenhamos o direito de falar dentro da Casa. Eu queria até saber quem são essas pessoas que chegam aqui e agridem, não podem ouvir um parlamentar. Fui eleito para parlamentar, para falar, e falar o que eu penso, falar o que as pessoas que represento pensam sobre o que está acontecendo no País neste momento. Ou vamos nos calar e não dizer que há um senador, líder do governo, do PT, preso neste momento? Não aceitamos isso. Essa é minha fala, presidente.

O deputado Bosco – Presidente Hely Tarquínio, agradeço o entendimento e a abertura para podermos aqui, de forma bastante breve, fazer um registro. Presidente, caros deputados e deputadas, ontem aconteceu, em Brasília, pela Aneel, um leilão de 29 usinas hidrelétricas. Não poderíamos deixar de registrar, presidente, a grande participação da Cemig nesse leilão, essa estatal que é o maior patrimônio dos mineiros e das mineiras, que conquistou ontem, nesse leilão, 18 usinas hidrelétricas. Foi uma vitória extremamente importante sobretudo pelo fato de a Cemig ter concorrido com tantas outras empresas, inclusive empresas de capital estrangeiro, a exemplo da China. A Cemig ontem teve uma vitória extremamente importante com a conquista dessas 18 usinas hidrelétricas, o que vai possibilitar o aumento de geração de energia em Minas Gerais em praticamente 700MW. Essa energia vai possibilitar à Cemig fazer mais investimentos, com a instalação de mais empresas em Minas Gerais. Sobretudo, essa conquista da Cemig vai representar também um faturamento a mais para a Cemig de algo em torno de R\$500.000.000,00 por ano. Portanto, gostaríamos de deixar esse registro e fazer aqui uma menção, um voto de congratulações com o presidente da Cemig, Mauro Borges, e, por intermédio dele, cumprimentar toda a diretoria da Cemig, todos os servidores da companhia, que têm feito dessa estatal uma referência, um modelo não só para Minas Gerais, mas para todo o Brasil. Parabéns à Cemig por mais essa importante conquista, que vem acrescentar possibilidades de crescimento e desenvolvimento para Minas Gerais, sobretudo no setor da indústria. Muito obrigado, presidente.

O presidente – Com a palavra, o deputado Glaycon Franco, conforme o acordo firmado com o deputado Sargento Rodrigues, o último a fazer uso de questão de ordem, deputado Glaycon Franco. Depois vamos solicitar recomposição de quórum.

O deputado Glaycon Franco – Obrigado, Sr. Presidente, demais deputados, distinto público que nos acompanha pela TV Assembleia e das galerias. Eu gostaria, Sr. Presidente, que ficassem registrados minha solidariedade e meus votos de pesar à família do jovem Walysson Fonseca, de 19 anos, que teve sua vida ceifada no trecho pelo qual muitas pessoas vêm lutando por melhorias, que é o trecho da rodovia federal onde morre o maior número de pessoas no Estado de Minas Gerais. Esse trecho vai de Belo Horizonte a minha querida cidade de Conselheiro Lafaiete. No último domingo, esse jovem completava 19 anos de vida. Ele teria uma vida inteira pela frente, mas, no dia seguinte, voltando do seu trabalho, ele teve a vida ceifada na BR-040. Não é de hoje que ocupamos esta tribuna e lutamos por essas questões. A BR-040 já foi privatizada, e a



concessionária que ganhou a concessão da BR-040 não tem atendido, a contento, a essas demandas. São inúmeras as demandas, e é sempre nos pontos críticos que acontecem acidentes. Foi lá na Vila Cardoso que esse jovem perdeu sua vida, mas também no Pires, no Murtinho, na minha querida Gagé há trechos críticos, de que todos já são sabedores, mas, infelizmente, as obras não acompanham a celeridade devida, e vidas estão sendo ceifadas a cada dia. Precisamos do apoio desta Casa e do Ministério Público, que nos auxiliem a cobrar dessa concessionária que ela possa dar a resposta e atender, minimamente, essas pessoas que circulam por esse trecho, que o usam para ir ao trabalho, como esse jovem. Lá nesse trecho da Vila Cardoso existe uma escola com mais de quarenta crianças, então estamos alertando, fazendo esse pedido, conclamando o Ministério Público. Vamos fazer ofício nesse sentido, para que a Concessionária BR-040 tenha o devido respeito com essas famílias que moram à margem da BR-040 e que, vira e mexe, têm vidas ceifadas. V. Exa. sabe muito bem que nós, médicos, inúmeras vezes, fizemos alerta desta tribuna e estamos vendo a falta de celeridade, a falta de compromisso com esse povo, principalmente com famílias que moram nesse tão malfadado trecho da BR-040, que vai de Belo Horizonte à minha querida cidade natal, Conselheiro Lafaiete. Esse é o apelo que fazemos aqui hoje. Espero que possamos atender a essas demandas, que são antigas e que ainda não conseguiram sensibilizar a Concessionária BR-040. Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O presidente – Agora vamos solicitar recomposição de quórum. O presidente da Assembleia tem de ter palavra. Fizemos um acordo perante deputados de vários partidos. Eles foram testemunhas, já que ouviram o acordo, e, entre eles, estava o deputado Sargento Rodrigues, que fez uma questão de ordem sobre a permanência dos deputados neste Plenário.

O deputado Cristiano Silveira – Presidente, quero formalizar o meu encaminhamento.

O presidente – Solicito a recomposição de quórum.

O deputado Cristiano Silveira – Presidente, a arbitrariedade está demais.

O presidente – Isso faz parte do acordo.

O deputado Cristiano Silveira – Acordo feito somente com a oposição. Presidente, eu gostaria de fazer aqui o encaminhamento da minha questão de ordem. V. Exa. poderá acatar ou não, como uma prerrogativa do presidente.

O presidente – Solicito ao secretário que proceda à chamada dos deputados para a recomposição de quórum.

O secretário (deputado Dirceu Ribeiro) – (– Faz a chamada.)

O presidente – Responderam à chamada 13 deputados. Portanto, não há quórum para a continuação dos trabalhos.

Encerramento

O presidente – A presidência encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a especial de logo mais, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 46ª REUNIÃO ESPECIAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 10/11/2015

Presidência dos Deputados Anselmo José Domingos e Geraldo Pimenta

Sumário: Comparecimento – Abertura – Ata – Destinação da Reunião – Composição da Mesa para o 1º Painel – Execução do Hino Nacional – Palavras do Presidente – Palavras do Deputado João Leite – Palavras do Sr. Francisco Adolfo Pereira – Composição da Mesa para o 2º Painel – Esclarecimentos sobre a Dinâmica dos Trabalhos – Registro de Presença – Palavras do Sr. Eduardo Conde Tega – Palavras do Sr. Sérgio Santos Rodrigues – Palavras do Sr. Marcos Guiotti – Palavras do Sr. Fernando Galvão – Palavras do Sr. Lásaro Cândido da Cunha – Palavras do Sr. Paulo Bracks – Palavras do Sr. Gilberto Silva – Esclarecimentos sobre os Debates – Debates – Encerramento.

Comparecimento

– Comparecem os deputados:



Hely Tarquínio – Lafayette de Andrada – Ulysses Gomes – Alencar da Silveira Jr. – Doutor Wilson Batista – Anselmo José Domingos – Antônio Jorge – Antonio Lerin – Cabo Júlio – Carlos Pimenta – Celinho do Sinttrocel – Dalmo Ribeiro Silva – Dilzon Melo – Dirceu Ribeiro – Elismar Prado – Fábio Avelar Oliveira – Felipe Attiê – Geraldo Pimenta – Glaycon Franco – Ivair Nogueira – João Alberto – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Leonídio Bouças – Missionário Marcio Santiago – Paulo Lamac – Roberto Andrade – Sargento Rodrigues – Tony Carlos – Vanderlei Miranda – Wander Borges.

Abertura

O presidente (deputado Anselmo José Domingos) – Às 9h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra o 2º-secretário para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

– O deputado Alencar da Silveira Jr., 2º-secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Destinação da Reunião

O locutor – Destina-se esta reunião à abertura do segundo ciclo de debates Muda Futebol Brasileiro, que tem por objetivo discutir o cenário do futebol brasileiro em suas diversas realidades, destacando aspectos essenciais para seu aprimoramento, como a gestão dos clubes, o papel da mídia, a arbitragem, o fomento ao futebol amador e a formação dos profissionais do setor.

Composição da Mesa para o 1º Painel

O locutor – Convidamos a tomar assento à Mesa para o 1º Painel os Exmos. Srs. Francisco Adolfo Pereira, CEO do Centro de Excelência em Performance de Futebol; deputado João Leite, coautor do requerimento que deu origem a este ciclo de debates; e deputados Geraldo Pimenta e Fábio Avelar Oliveira, vice-presidente e membro efetivo da Comissão de Esporte desta Casa, respectivamente.

Execução do Hino Nacional

O locutor – Convidamos todos os presentes para, em posição de respeito, ouvir o Hino Nacional.

– Procede-se à execução do Hino Nacional.

O locutor – Com a palavra, o deputado Anselmo José Domingos, coautor do requerimento que deu origem a este ciclo de debates e presidente da Comissão de Esporte desta Casa.

Palavras do Presidente

Bom dia a todos e todas. Cumprimento o deputado João Leite, autor do requerimento que deu origem a este ciclo de debates; o deputado Fábio Avelar Oliveira, membro efetivo da Comissão de Esporte, Lazer e Juventude desta Assembleia Legislativa; o Exmo. Sr. Francisco Adolfo Ferreira, CEO do Centro de Excelência em Performance de Futebol – Ceperf –, representando a comissão organizadora deste evento.

Iniciamos este evento, o ciclo de debates Muda Futebol Brasileiro, agradecendo a presença de cada um de vocês. Agradeço pela receptividade com que receberam o convite da Assembleia de Minas e da nossa Comissão de Esporte, Lazer e Juventude e também por, com muito engajamento, divulgarem este evento aos demais interessados. Esta é a segunda edição do ciclo de debates que começou no ano passado. O grande idealizador deste movimento é o deputado e ex-jogador de futebol João Leite. Contando com o apoio dele, vamos construindo esta segunda edição. O deputado João Leite é ídolo do nosso futebol e defensor das causas esportivas. Conheço o seu trabalho de perto e sei o quanto se preocupa com os temas que iremos tratar aqui hoje. Agradeço a cada palestrante e debatedor pela disponibilidade diante do convite recebido desta Casa para, aqui, trazer o seu conhecimento e engrandecer este evento. Agradeço também à assessoria, à consultoria da Assembleia

Legislativa e à GPI, que se dedicaram nos últimos meses a elaborar este ciclo de debates. Agradeço a todos os participantes – vejo vários aqui – das reuniões preparatórias. Foram seis reuniões preparatórias que construíram este evento. A ideia é continuar a promover este ciclo de debates, para que possamos, juntos, aprimorar e melhorar o nosso futebol, esporte que é a paixão de todos nós brasileiros.

Focados no nosso trabalho da Comissão de Esporte da Assembleia de Minas, da qual sou presidente, estamos totalmente engajados na organização deste evento. Esse segundo ciclo de debates foi totalmente construído com a participação de pessoas envolvidas com os temas que vamos tratar aqui hoje. Foram seis reuniões preparatórias. É um evento desenvolvido de acordo com a realidade e dificuldades que nosso futebol enfrenta atualmente.

No âmbito do futebol amador, sei que a luta é diária, pois, a cada dia, tem ficado mais difícil para ligas e associações se manterem, principalmente diante dos inúmeros problemas enfrentados, entre eles a falta de apoio do poder público e de financiamento do esporte amador. Esse futebol que sempre revelou e revela muitos atletas e tira jovens e crianças das ruas está acabando por falta de incentivo.

É uma tarefa complicada e que merece muita atenção. Este ano realizamos uma audiência pública na Comissão de Esporte para tratar do assunto. Discutimos a formulação de uma política estadual de apoio ao futebol amador, que foi apontado como sendo a ação mais importante para fomentar a categoria. Os clubes têm sofrido com a exploração imobiliária, e não podemos deixar que isso continue. Essa comissão está estudando possibilidades que beneficiem essas associações.

Outro tema a ser debatido também aqui hoje é a profissionalização da arbitragem, que acredito não ser matéria para se pensar ou estudar, mas sim, algo que precisa ser implantado imediatamente. Dessa forma, o profissional terá seus direitos de trabalho garantidos; além disso, terá tempo para se dedicar totalmente à função e buscar especialização na área, adquirindo mais qualidade para atuar em um futebol cada dia mais competitivo e que exige mais, tanto física quanto tecnicamente. Ao se tratar do uso de tecnologias no futebol, é preciso analisar até que ponto a modernidade pode afetar o brilho do esporte e abalar a confiança no trabalho dos árbitros.

Para o desenvolvimento das categorias de base, tema também deste ciclo, precisamos garantir mais incentivo e regulamentação. É necessário preparar melhor a nossa base para termos jogadores de ponta no futuro. O que temos visto como grande dilema nessa área são as condições de trabalho para as crianças, afinal futebol é trabalho. Clubes e agentes precisam priorizar o viés educacional e não tratar os jovens somente pelo lado comercial.

Ressalto ainda que as categorias de base englobam fortemente o futebol amador, visto que vimos potenciais jogadores começando a jogar em campos simples, sem muitas condições. Mas é ali, naquele momento, que os atletas vão desenvolvendo o dom de brilhar nesse esporte que tanto amamos. Sendo assim, repito que precisamos reforçar o apoio ao futebol amador e às categorias de base, que são o início do sonho de todo menino ou menina que deseja tornar-se jogador ou jogadora de sucesso.

Existem diversas reclamações sobre calendário do nosso futebol, que vão de times de grande expressão nacional a times pequenos. Por um lado, temos clubes que jogam apenas dois meses durante o ano, e logo após seus jogadores procuram outras profissões para se manterem. Em contrapartida, alguns clubes jogam acima do que é fisicamente adequado, o que pode vir a causar lesões aos jogadores e a redução da qualidade do espetáculo.

Para finalizar, temos de lutar com rigor contra a corrupção que afeta o nosso futebol e mancha a imagem do esporte brasileiro. Precisamos de medidas urgentes para voltarmos a ser exemplo de profissionalismo e desenvolvimento de atletas. A gestão do esporte é outro ponto essencial que deve ser trabalhado com competência e técnica. Não podemos esquecer que somos a única seleção pentacampeã do mundo e precisamos honrar nossos títulos e o nosso povo.

Os temas que serão discutidos aqui são abrangentes e tenho certeza de que garantirão boas ideias e iniciativas. Ressalto ainda que a Comissão de Esporte está totalmente à disposição de cada um de vocês e será o fórum permanente que



dará continuidade ao trabalho que aqui se inicia. Muito obrigado pela presença de todos, espero que tenhamos um ótimo dia de trabalho.

Palavras do Deputado João Leite

Eu gostaria de saudar o deputado Anselmo José Domingos, presidente da Comissão de Esporte, e agradecer-lhe muito o empenho para a realização deste evento. O deputado Anselmo se envolveu desde o primeiro momento. Quero agradecer também ao deputado Adalcleber Lopes, presidente da Assembleia; à equipe de consultores e assessores da Casa, que fizeram várias reuniões preparando este ciclo de debates, interessados desde o primeiro, que ocorreu no ano passado, e agora na preparação deste, construído justamente por esta comissão, sempre com o entusiasmo muito grande do Prof. Francisco Ferreira, que está sempre nos empurrando para tratarmos desse tema tão importante. Queria saudar ainda o deputado Geraldo, meu colega na Assembleia e vice-presidente da Comissão de Esporte, e agradecer a presença de todos vocês. É muito bom que vocês tenham vindo.

Creio que a Assembleia de Minas, o Congresso, as câmaras municipais têm papel fundamental em relação ao esporte, ao futebol. Creio que o primeiro apelo que devo fazer é que as pessoas ligadas ao esporte, ligadas ao futebol se interessem mais pela política. Nesta Casa, entre os 77 deputados, há um oriundo do esporte, outros são muito apaixonados pelo esporte, mas eu queria animar o nosso povo. Alguns gostam de dizer: “Ah, o cara parou de jogar e já entrou na política”. Não é verdade, a maioria não entra, a maioria busca outro caminho. Estou vendo o Wilson Gottardo, que se transformou em diretor esportivo. Tantos outros vão por outro caminho, não o da política. Aqui são feitas as legislações.

Agora mesmo o Adilson, da Cabana, na região oeste de Belo Horizonte, ao lado da Vila Oeste, onde nasci, falava da perda dos campos de futebol amador da região da Cabana. Isso é um desastre, não é? Os jogadores de futebol nascem justamente no futebol amador, nos campos de futebol amador. E, quando perdemos um campo de futebol amador, estamos perdendo o início do futebol. Eu me lembro da minha infância na Vila Oeste, no campo do Alvorada, dos festivais. Havia mirim, petiz, infantojuvenil, juvenil, segundo quadro e primeiro quadro. Hoje não existe isso mais. Nós fomos perdendo o que é o mais importante, a base do futebol. A maioria dos jogadores de futebol nasceram assim, não só em Belo Horizonte. Está aqui o Gilberto Silva, de Lagoa da Prata. Poderíamos citar todas as cidades. Há cidades que são referência no futebol, como as do Vale do Aço, onde nasceram vários jogadores.

Então a presença de vocês anima muito a gente. Queremos muito as ideias, a participação. Poderíamos dizer que a categoria do esporte, do futebol é muito importante. Ela tem de se manifestar. Na democracia é assim, tem de haver manifestação permanente de todos nós que lidamos, que militamos. Aqui está o meio acadêmico ligado ao esporte. Aqui está o nosso Prof. Próspero, representando a academia, e também está aqui o Prof. Hebert. É fundamental essa participação de vocês.

Estou muito feliz com a presença de vocês. Muitas vezes, sinto-me só. Outro dia, fui para um debate no Tribunal de Justiça do Trabalho. Os juízes estavam discutindo o trabalho penoso dos jogadores de futebol na base dos clubes. Diziam eles, Guilherme, que é um trabalho penoso. Pude dizer aos juízes, naquele dia, que futebol, esporte não é trabalho. Futebol, esporte é educação. E educação com muito prazer.

Um jovem que passa pelas bases de nossos clubes e que tem, por exemplo, um treinador, um preparador físico que veio da nossa escola, que veio da nossa academia, não tem ali um trabalho, mas educação não formal. Ali estão as linhas, ali está a disciplina, ali estão valores fundamentais para a transformação da vida de um adolescente, de um jovem. Se colhêssemos aqui testemunhos de treinadores, de professores, de técnicos, ouviríamos como eles foram importantes na transformação da vida de um menino que chegou de uma comunidade com diversos vícios e como a passagem dele pelo clube fez uma grande transformação em sua vida. Temos de defender isso, pois esporte, futebol desde a base não é trabalho, mas educação. Pude dizer isso para aqueles juízes.



Aqui está um grande jurista, nosso juiz Dr. Fernando Galvão, que militou no Ministério Público por tantos anos e que estamos convocando a nos ajudar a mudar a visão que os poderes têm em relação ao esporte e ao futebol. Temos de mudar essa perspectiva.

Quando vamos perdendo os campos de futebol para a construção de moradias ou quando perdemos um campo para a construção de uma escola, muitas vezes me dizem que estou contra a educação porque não quero a construção da escola. Não! Eu quero a construção da escola, mas quero a permanência do campo de futebol, que é também um instrumento fortíssimo de contribuição para a escola localizada ao lado.

Aqui faço homenagem a Telê Santana na pessoa de seu filho, Renê Santana, que está aqui presente. Um jovem que passou pelas mãos do mestre Telê Santana é alguém que trabalhou ou foi educado, foi ensinado? Temos de defender esta nossa bandeira: esporte não é trabalho, esporte é educação, e educação com prazer, educação prazerosa.

Lembro-me de quando fizemos um time com os adolescentes infratores do Centro de Recuperação de Belo Horizonte. Eu era o secretário de Esportes de Belo Horizonte. Um dia, cheguei lá, e um dos meninos infratores havia sido expulso do treino. Ele estava fora do treino. E o Heleno, professor de educação física, estava comandando tudo. Perguntei para aquele menino: o que você está fazendo aqui, fora do treino? E ele disse: “Eu fui expulso por aquele ladrão”. Ladrão era o Ângelo, que estava apitando o treino. Fiquei calado, e o Heleno perguntou a ele: “Quer dizer que não pode roubar?”. “É um absurdo! Esse ladrão está roubando da gente.” E o Heleno insistiu com ele: “Quer dizer que não pode roubar?”. E ele respondeu assim: “Aqui não”. Na Praça Sete, quando os idosos saem do banco, onde sacaram dinheiro, aí pode, mas no campo não pode. O futebol, o esporte é isto: um instrumento fortíssimo de educação.

Lembro-me da minha infância no Colégio Dom Silvério, colégio marista, e eu gostava muito do colégio, mas gostava especialmente do campinho gramado do primário do colégio, onde comecei a fazer meus gols para defender os chutes. Em matemática, eu era mais ou menos; gostava muito de história, mas gostava mesmo era do campo de futebol. Eu ia muito ao colégio por conta do campo de futebol. Mas as nossas escolas públicas não têm parque esportivo, não têm lugar para os nossos jovens.

Quero convocar todos a sermos militantes dessa causa, que é nobre. A causa do esporte é uma das mais nobres que existem. Não deixemos ninguém dizer que o futebol na base ou que o esporte é um trabalho penoso. Não é, é educação. Muito obrigado pela presença de todos.

O locutor – Com a palavra, o Sr. Francisco Adolfo Ferreira, CEO do Centro de Excelência em Performance de Futebol e representante da comissão organizadora deste ciclo de debates.

Palavras do Sr. Francisco Adolfo Ferreira

Muito bom dia a todos. Agradeço em especial aos deputados Anselmo e João Leite, que tornaram possível a realização deste ciclo de debates.

Quero contar um pouquinho da história de como surgiram esses debates – alguns de vocês, que participaram no ano passado, já ouviram. No dia do 7 a 1, eu estava no Mineirão com minha esposa, e, aos 28 minutos do primeiro tempo, o placar já estava 5 a 0, perplexidade total. Naquele momento, eu já queria começar a escrever um artigo, porque as ideias fluíram de uma maneira muito estranha.

Minha esposa não tinha papel e caneta na bolsa. Fui guardando as ideias, cheguei em casa e escrevi o artigo e o distribuí. Ele gerou uma repercussão muito grande: “O '11 de setembro' do futebol brasileiro”. O retorno que recebi, inclusive de pessoas de renome no futebol, que gostaram e elogiaram, deu-me força para, por iniciativa própria, começar um ciclo de debates informais na Escola de Educação Física da UFMG. Fizemos umas quatro ou cinco reuniões na universidade. O deputado João Leite participou de uma delas e fez o convite para que trouxéssemos o debate para a Assembleia, já pensando em algo maior, que acabou sendo realizado no dia 24 de novembro do ano passado. O evento do ano passado foi de altíssimo nível, e, pelos palestrantes de hoje, temos certeza de que manteremos o nível ou ele será até maior que o do ano passado.



Atuo no futebol há mais de 25 anos, e o momento é grave. Quem conhece o futebol a fundo, quem atua nas suas entranhas, os treinadores, os atletas, os gestores, sabe que não dá para ficarmos tentando tapar o sol com a peneira. É um momento em que precisamos de muito debate, muita reflexão, mas, acima de tudo, precisamos também de ações práticas, ações realmente efetivas, para que consigamos modernizar o futebol em todas as suas estruturas. Esse processo envolve uma legislação que é ultrapassada, que não atende aos tempos modernos. A legislação esportiva brasileira é da década de 1940. O mundo evoluiu muito nesse tempo. Precisamos modernizar a legislação, para que todos os processos sejam mais transparentes e democráticos e para que o futebol possa ser bom para a maioria dos que nele militam.

A situação dos clubes do interior é de calamidade social. Temos batido nessa tecla há um bom tempo, e o deputado Anselmo fez referência ao caso de atletas que têm trabalho apenas dois meses por ano – quando trabalham –, depois disso ficam desempregados e, muitas vezes, nem recebem por aqueles dois meses em que trabalharam.

Essa é uma questão realmente grave. Os clubes do interior deveriam ser vistos como a célula *mater* na formação de atletas, como a galinha dos ovos de ouro do futebol brasileiro. Porém, o quadro é completamente o oposto: clubes falidos, sem recursos, muitos deles fechando as portas porque não têm como manter suas atividades.

Então fica aqui meu agradecimento pela presença de todos. Temos aqui representantes de praticamente todos os setores, das universidades, dos clubes, das federações, da CBF, dos treinadores; estou vendo aqui meu amigo Ricardo Drubsky, Wilson Gotardo, e atletas como o Gilberto Silva, representando o Bom Senso.

O objetivo do debate é não levantar polêmicas para gerar brigas, para gerar desacordos, mas levantar os problemas, às vezes colocando até o dedo na ferida, para que haja realmente o debate, para que haja realmente a intenção de todos caminharem juntos numa soma de esforços para fazermos com que o nosso glorioso futebol brasileiro volte a ser o que sempre foi. Muito obrigado a todos pela presença.

Composição da Mesa para o 2º Painel

O locutor – Convidamos a tomar assento à Mesa para o 2º Painel os Exmos. Srs. Eduardo Conde Tega, diretor executivo da Universidade do Futebol; Sérgio Santos Rodrigues, superintendente de futebol profissional do Cruzeiro Esporte Clube; Paulo Bracks, diretor de competições da Federação Mineira de Futebol; Gilberto Silva, campeão mundial em 2002 pela Seleção Brasileira de Futebol, representando o Bom Senso Futebol Clube; Marcos Guiotti, jornalista esportivo; Lásaro Cândido da Cunha, diretor jurídico do Clube Atlético Mineiro; e Fernando Galvão, vice-presidente do Tribunal de Justiça Militar do Estado e professor associado da Faculdade de Direito da UFMG.

Esclarecimentos sobre a Dinâmica dos Trabalhos

O presidente – Só para esclarecer rapidamente a todos, os palestrantes farão uso da palavra e depois, ao final, vamos abrir espaço para apresentação de perguntas aos participantes da Mesa, por escrito ou oralmente, e de perguntas que podem ser enviadas por formulário disponível no portal da Assembleia Legislativa.

Para melhor organizarmos o debate, os participantes poderão encaminhar suas perguntas por escrito no formulário próprio que está sendo distribuído pela equipe de apoio. Já aqueles que desejarem fazer sua intervenção oralmente devem especificar isso no formulário. Informamos aos telespectadores da TV Assembleia – o evento está sendo transmitido ao vivo – que poderão também participar, bastando acessar o portal da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, www.almg.gov.br, abrir o *link* com o formulário de participação e enviar sua contribuição.

Vamos iniciar agora o nosso ciclo de debates com a palestra do Sr. Eduardo Conde Tega, a quem passamos a palavra. Tenho certeza de que teremos um debate muito rico. Temos inclusive um pentacampeão na Mesa, portanto hoje teremos tudo de positivo para o esporte, para o futebol mineiro e brasileiro.

Registro de Presença

O presidente – A presidência registra a presença do deputado Célio Moreira, que atualmente é secretário municipal de Lazer do Município de Belo Horizonte.

Registro a presença do deputado federal Mário Heringer, amigo, que está nos honrando com sua presença neste evento da Assembleia de Minas. Obrigado, deputado Mário Heringer, por sua presença, acompanhado de seu colega do PDT, o deputado Alencar da Silveira Jr., 2º-secretário desta Assembleia Legislativa e diretor do América Futebol Clube, muito atuante nesta Casa em todas as áreas e, especialmente, no esporte. Gostaria de citar a presença do Dr. Rômulo Brasil, presidente da Comissão de Direito à Educação, à Ciência e Tecnologia e à Comunicação e Informação da OAB, e também da Dra. Cíntia Garcia, especialista em direito esportivo, advogada no Município de Ipatinga.

A presidência registra também a presença do Ernani, vice-presidente da FMF, e do Saulo Antônio, secretário de Esportes de Rio Acima.

Palavras do Sr. Eduardo Conde Tega

Muito bom dia a todos. É um prazer, uma honra abrir os trabalhos desta Casa. Saúdo os nobres deputados, as demais pessoas ilustres e os convidados. Em especial, os deputados João Leite, Anselmo José Domingos, Fábio Avelar Oliveira, o Gilberto, o amigo Chico Ferreira. Fico muito feliz com o nível de profundidade com que os assuntos são debatidos neste momento crítico do nosso futebol, por uma Casa respeitosa, e também com o interesse da comunidade e de seus representantes legítimos em falar mais a fundo sobre futebol. Acredito que esse seja um dos bons efeitos do 7 a 1 – se é que podemos ter algo bom nisso: os debates mais aprofundados de assuntos que antes não eram discutidos de forma contundente. Hoje nós expomos, a sociedade debate, a mídia informa. E isso se reflete no que pode ser feito de forma mais estratégica no nosso país para algo que é tão caro, é um patrimônio do nosso povo. Realmente, chegamos ao momento em que precisamos de uma intervenção.

Gostaria de esperar um momento para colocarem na tela a minha apresentação. (– Pausa.)

O presidente – Contamos com a compreensão de todos. É apenas um minutinho, pois estão resolvendo alguns probleminhas técnicos.

O Sr. Eduardo Conde Tega – Obrigado, nobre deputado; obrigado a todos. Um bom dia a todos novamente, aos ilustres presentes e aos convidados de forma geral. Agradeço muito a equipe técnica muito competente, que conseguiu dar um jeito para que possamos deixar aqui o nosso recado.

Eu queria começar contando uma história, já que o nosso Estado de Minas Gerais responde por mais da metade da produção de café do nosso país. Queria contar uma história breve sobre o café, fazendo um paralelo com o futebol.

O Brasil é o maior exportador de café do mundo. O Porto de Santos é o maior bule de café do mundo. De lá parte o nosso café em grãos, em sacas de 60kg, para as principais cidades do mundo. Vai para Londres, Nova Iorque, Madrid, Roma, Amsterdam; vai enfeitar as cafeterias dessas cidades com seus aromas especiais. O maior importador do nosso café é a Alemanha. A Alemanha está sempre na nossa vida. A saca de café média, de 60kg, no nosso país custa R\$500,00. A Alemanha importa 18 milhões de sacas do nosso café e vende 12 milhões pelo dobro, por R\$1.000,00. Isso não é sacanagem, é competência. Eles têm uma malha ferroviária privilegiada que consegue permear toda a Europa e entregar esse café pelo dobro do preço. Então, sem plantar um pé de café, a Alemanha é o 3º maior exportador do grão do mundo, atrás apenas do Brasil e do Vietnã.

Daqueles 6 milhões de sacas de café que ficam na Alemanha, uma parte vai para essa cidade muito especial, uma cidade de contos de fadas no Norte da Alemanha, próxima da Dinamarca, chamada Schwerin. Ali são produzidas aquelas cápsulas vendidas pela Nespresso, que eu acho que a maioria aqui conhece, que tomamos hoje. O quilo desse café hoje no varejo está em torno de R\$600,00. Se fizermos um paralelo, é praticamente 70kg do nosso café em grão. Então, senhores, no café perdemos de 70 x 1. E é bem interessante porque é exatamente o que acontece hoje no futebol. Nós exportamos aquele



menino novo, talentoso, da mesma forma que o grão de café, e consumimos e importamos o espetáculo final, que são as grandes ligas em formas de *pay-per-view*. E hoje infelizmente o Brasil abastece a série A do futebol mundial. Somos a série B do futebol mundial. Isso é claro e cada vez mais nítido na fala de todos.

Somos vítimas de uma globalização de mão única; não somos vistos lá fora, infelizmente. A venda dos nossos direitos internacionais do Brasileirão, por exemplo, é completamente insignificante. A camisa infantil mais vendida no nosso país é a do Barcelona, e, a cada três camisas de clubes vendidas no Brasil, uma é de um clube do exterior. Não competimos em um mundo globalizado, infelizmente.

Somos obrigados a sustentar uma estrutura corrupta, como a da Conmebol, em que, graças a uma investigação, revelou-se o grau de corrupção. Só para os senhores terem uma ideia, a Libertadores paga 52.000.000,00 €, e a Champions League paga 24 vezes mais do que o prêmio da Libertadores. E nós somos obrigados a sustentar e ficar restritos a um mercado que, infelizmente, desculpem os nossos irmãos vizinhos, não nos traz muita coisa em troca. Jogar na Bolívia, no Peru ou mesmo na Argentina não nos dá um mercado consumidor que possa sustentar e trazer receitas significativas para os nossos clubes. Mas, hoje, vivemos um momento muito especial para romper com uma série de paradigmas, e um desses paradigmas é literalmente nos libertar da Libertadores, isto é, olhar para o mercado, do Chile ao Canadá, por exemplo, passando pelo maior mercado consumidor do planeta, que são os Estados Unidos, para fazermos frente a um continente europeu, que hoje desenvolve um jogo com muito mais receitas do que nós.

Comecei com essa história para mostrar, ao encontro do que os nobres colegas citaram anteriormente, que estamos com um ambiente muito ruim para se fazer futebol no nosso país, para todo mundo, isto é, para o nosso treinador, para o nosso jogador, para os árbitros, para os patrocinadores, para os clubes, para os gestores e para os torcedores, infelizmente. Vivemos em um ambiente muito frustrante para jogar futebol. Na verdade, deveríamos ter fechado para balanço lá no dia 12/7/2014, quando perdemos de 3 a 0 para a Holanda. Devemos nos aprofundar em uma série de temas fundamentais para que possamos entender onde queremos estar em 10 anos. Será que queremos continuar nessa guerra do nosso futebol? Que tipo de evolução queremos para o nosso jogo? O que fazer para resgatar uma identidade que se perdeu e o nosso orgulho que está ferido?

Quando o Neymar faz um gol maravilhoso, como o que vimos esta semana, isso é motivo de orgulho para todo brasileiro. Entretanto, ao mesmo tempo, não podemos deixar de olhar a quantidade de camisas 10 que tínhamos há algumas décadas e que não iam para a Seleção Brasileira por falta de espaço. Mas, hoje, temos o Neymar, que é um talento fora da curva e que nos faz lembrar, com saudosismo, desse tempo que já passou, infelizmente. Então, no tocante a esse trabalho, a esse diagnóstico, infelizmente, já faz mais de um ano da data do 7 a 1, e não fizemos nada ou fizemos muito pouco. Quem fez foram as pessoas de bem, foram os movimentos que não aguentam mais esse *status* do nosso futebol; são os ciclos de debates qualificados, a comunidade e os seus representantes, que iluminam caminhos e trazem essa comunidade para discutir o problema de maneira mais aprofundada.

Nesse trabalho de mais de um ano, como Universidade do Futebol, como uma instituição de pesquisa que existe há 12 anos e que estuda o futebol e se comunica com toda essa comunidade, perguntamos se, de fato, o Brasil pode ser o País do futebol. O que temos de melhor? Fomos cinco vezes campeões mundiais. Só o Brasil participou de todas as competições da Copa da Fifa. Em números absolutos, é o País que mais exporta jogadores, e ainda temos uma fonte privilegiada de atletas, apesar de não termos mais aquele manancial inesgotável de talentos. Entretanto, há profissionais querendo se desenvolver e qualificar o futebol.

Temos muitas pessoas boas no País, pessoas que estudam, compreendem e produzem conhecimento de qualidade. Em Minas Gerais temos grandes pensadores do futebol e produtores de conhecimento. O futebol é ainda um poderoso elemento de identidade nacional.

Rebatendo muito do que estamos falando desde o início desta manhã, o que temos de pior? Temos uma estrutura e uma gestão de instituições esportivas corruptas e ineficazes, uma falta de vontade política para as mudanças e transparência www.almg.gov.br Página 26 de 181



dos dirigentes, um arcabouço jurídico de clubes antiquado e antidemocrático – e isso também se estende às entidades que organizam as competições –, uma qualidade do jogo hoje ruim, se comparada à das grandes ligas mundiais, uma falta de segurança, uma ausência de público nos estádios, uma baixa qualidade dos gramados e uma não obrigatoriedade de formação profissional, entre outros assuntos.

E o que podemos fazer para mudar esse jogo? Acho que a oportunidade que tenho hoje, de forma muito honrosa por estar nesta Casa, é a de trazer, além de problemas, uma proposta. Como eu disse anteriormente, hoje existem muitas pessoas dando sinais de inteligência querendo mudanças e se organizando. Contudo, devemos ter uma organização mais ampla e perceber que o problema do futebol brasileiro não são apenas o calendário, a governança, a falta de responsabilidade social dos clubes e a gestão. Devemos integrar isso em um eixo comum de mudanças. Vamos fazer isso, vamos sair dessa, mas demorará muito. Quando fui convidado para este encontro, pediram que falasse um pouco sobre a realidade internacional. Optei, então, por mostrar essa proposta, que é um trabalho que está sendo feito desde o final de 2013, e trazer também três exemplos de países – tentarei ser o mais breve possível no meu tempo – que estão passando ou passaram por problemas ou estão nascendo do zero para construir dessa mesma forma um eixo condutor para o desenvolvimento do futebol. Alguns têm mais problemas que nós, outros nem tanto, mas esses exemplos são inspiradores para olharmos e nos integrarmos de uma forma que faça com que a mudança ocorra em menor tempo.

Esse é o movimento para qualificar o futebol brasileiro em 10 anos. Temos um eixo condutor e sabemos exatamente a maneira como desejamos estar em 2025. Hoje existem movimentos, clubes, organizações e muitas pessoas competentes querendo mudanças. Muitas delas já foram ouvidas e estão participando desse processo. Esse diagnóstico começou em 2013, e mais de 500 pessoas vivem os problemas do futebol na prática. Elas são nossas referências e estão começando agora no futebol. A ideia é que tenhamos um plano diretor para o desenvolvimento do futebol brasileiro com metas claras de curto, médio e longo prazos. Queremos principalmente nortear esse caminho de desenvolvimento, integrando as ações de todas essas pessoas, movimentos e fóruns que produzem soluções para nosso futebol e principalmente escutando quem está lá no dia a dia, quais são suas propostas e dificuldades.

Temos uma estrutura sistêmica do futebol brasileiro que é muito complexa. Temos o poder político-econômico formado por patrocinadores, empresas, empresários, mídia, entidades que organizam as competições, os grandes clubes e o governo. Depois, temos os atores dessa atividade-fim. Sem eles isso não existiria. São eles os clubes, os atletas, os praticantes e os torcedores. Ainda nessa estrutura temos os setores estratégicos: a área jurídica, a gestão, a governança, o *marketing*, a capacitação profissional, a área técnica metodológica, a responsabilidade social, a torcida, os praticantes, a mídia e parte de ciência, tecnologia e inovação, que muitas vezes é esquecida.

Estamos olhando para o futebol, não só para a ponta do *iceberg*; estamos olhando também a parte da massificação da prática. Vamos falar o quanto isso é fundamental e que impulsiona a base, que, por sua vez, vai impulsionar o alto nível dessa pirâmide.

Infelizmente, se não conseguirmos mostrar a apresentação na grande tela, vou continuar a minha fala. Depois posso disponibilizar com a equipe técnica a apresentação aos senhores, para não atrasarmos e tomarmos tempo dos senhores. Só um minuto, vou voltar ao ponto.

Como eu estava dizendo, não há condições de desenvolvermos o mais alto nível no futebol se não houver estratégias e investimentos significativos na base da massificação, do interesse pelo jogo, do prazer pelo jogo. Se a gente não entender que a criança e o jovem do século XXI se estimulam de uma forma totalmente diferente da criança das décadas de 1970 e 1980, não vamos conseguir traçar estratégias importantes para que, em 2025, tenhamos uma quantidade significativa de praticantes de futebol. Essa é uma atenção fundamental que temos de ter. E não falo só do ensino, mas ensinar bem o futebol, aproveitar o potencial que o futebol tem para gerar valores para essa criança se tornar uma pessoa melhor. Então, definitivamente, hoje temos um cenário confuso, não temos um norte estabelecido. Há uma série de soluções mais pontuais e fragmentadas.

Vou falar rapidamente do que a China está fazendo. O presidente da China criou um plano para o futebol chinês. Ele quer que, em cinco anos, a China tenha 8 milhões de crianças praticando futebol. A conta que fazem é a seguinte: a cada 200 mil crianças, terão um grande jogador de futebol. Ou seja, em cinco anos, a meta da China é ter 40 grandes jogadores de futebol, e vamos acompanhar esse processo, pois eles já começaram a fazê-lo. Primeiro, eles fizeram uma política governamental. O futebol é parte do currículo dessa criança. Ela aprende futebol na escola; é parte integrante do currículo de educação física. Neste primeiro momento, grande parte das 20 mil escolas já têm estrutura adequada para treinamento, e seus professores estão recebendo capacitação profissional de qualidade. Eles querem voltar a participar de uma copa do mundo, querem sediar uma competição e ganhá-la. Alguém duvida que eles terão 8 milhões de crianças jogando futebol daqui a cinco anos? Eu não duvido. Vamos acompanhar essa questão, porque hoje há uma série de propostas metodológicas e influências de outros países na maneira de ensinar futebol. Hoje eles têm cartilhas do ensino de futebol, o interesse de fazer a criança gostar do jogo; enfim, uma série de métodos que podem levar um pouco mais de tempo ou não, mas que será inevitável que a China faça parte do cenário global do futebol na próxima década.

Quero também fazer um relato sobre a federação americana, do futebol americano, que hoje é um claro exemplo de um país que se apaixonou pelo futebol, cuja maior quantidade de praticantes é de meninos e meninas. Sua federação tem um modelo muito particular.

Naquela federação especial, há uma lei governamental, criada em 1978, que prevê que o presidente da federação de futebol deve ser eleito por seus clubes, pelas federações regionais, pelos seus atletas, pelos seus treinadores e pelos seus executivos, ou seja, ela tem um outro arcabouço político que privilegia o seu aspecto técnico, e não o político. Esse é um outro ponto, que, para mim, é fundamental que seja levado às entidades que organizam as competições. Temos de levar a questão da democracia de forma muito clara. Temos de escancarar a questão democrática nas entidades, que poderão, sim, privilegiar projetos técnicos e estratégicos de fomento e de desenvolvimento do mais alto nível, para fazermos futebol.

Os Estados Unidos têm um problema muito sério, que serviu para estruturarem esse plano. O problema deles é: “Os nossos jogadores não são bons o suficiente, comparando-se com o resto do mundo. O que faremos para mudar esse quadro?”. A partir disso, traçaram uma estratégia, olhando para um mercado absurdo de receitas. Para terem uma ideia, até 2018, foram estimados US\$70.000.000.000,00 para o mercado esportivo americano. A liga de futebol e o futebol, nos próximos 15 anos, serão os principais esportes coletivos, com pesquisas e com tendências. Eles estão se preparando para isso. Alguém duvida de que os Estados Unidos terão um número maior de praticantes, melhorarão e incrementarão a qualidade dos seus jogadores a ponto de ganhar uma Copa do Mundo? Creio que não podemos duvidar do poder desses caras. Da mesma forma, a China entra pesado nesse jogo de futebol.

O modelo de gestão da liga americana é diferente do nosso. Na Europa e no Brasil as ligas são abertas, com uma estrutura política dos seus clubes e principalmente das federações que participam desse processo. Nos Estados Unidos, as ligas são fechadas, e isso é tratado como um *business*. Eles trabalham com o conceito de franquias. Isso já se reflete positivamente em alguns aspectos. Por exemplo, eles fecharam recentemente um contrato de R\$1.500.000.000,00 com uma TV até 2022. Eles já conseguiram números expressivos de receitas para a sua liga. Até 2022, o objetivo da MLS, que é a liga americana de futebol, é qualificar o jogo, fazer com que os fãs se tornem mais apaixonados, fazer com que os clubes tenham mais relevância global e fazer com que a liga seja uma das mais valiosas no mundo. Eles têm um plano e sabem exatamente como chegar lá. O interesse coletivo prevalece sobre os interesses individuais. Eles buscam a competitividade para fazer com que essa liga seja uma das mais valorosas nos próximos anos, comparando-se com as ligas com formato mais tradicional. Eles têm uma visão de longo prazo e foco em gestão profissional.

Em relação à Alemanha, tenho algumas imagens bem interessantes, pois tive o prazer de estar lá no mês passado e acompanhar de perto o trabalho da federação alemã, da Bundesliga e de alguns clubes. Eles têm um *modus operandi* de fazer perguntas que não encontramos a distância, nos livros, ou mesmo pela TV. Em 2000, eles fizeram um paralelo com o nosso 2014, ou seja, eles tiveram o 7 a 1 deles, guardadas as devidas proporções. Eles saíram da Eurocopa, em uma fase de

grupos, perdendo para a Finlândia. Pararam tudo e disseram: “Precisamos mudar e entender o que queremos para o nosso futebol”. A imprensa noticiou o enterro do futebol alemão. Em 2000, apesar de não terem perdido de 7 a 1, os alemães provocaram uma comoção, para que realmente essas entidades que participam e organizam o futebol pudessem ter um planejamento mais estratégico para mudar o patamar em que estavam. Naquela época, em 2000, eles tinham apenas um jogador com menos de 23 anos na seleção, que tinha uma média de idade altíssima. Eles olhavam para baixo, mas não viam reformulação consistente.

Em 2001 e 2002 fizeram mais do que faremos em 10 anos, se continuarmos nesse ritmo. Com a Bundesliga, com os clubes, com a federação alemã e com o apoio do governo, focaram um sistema de desenvolvimento de talentos para que pudessem monitorar toda criança que estiver jogando futebol naquele país. Hoje, da categoria sub-11 à sub-15 são 600 mil atletas monitorados. Eles sabem onde está cada um e sabe quem é cada uma dessas crianças. Têm um sistema na escola que favorece o interesse da criança pelo jogo. Têm uma estratégia muito interessante de dar apoio, de qualificar o profissional da educação física, de fomentar competições entre as escolas, de dar estrutura no entorno da escola, com campinhos. Construíram mais de mil campinhos perto das escolas. Depois que sai da escola, a criança vai para os centros comunitários praticar futebol. Hoje existem 366 centros comunitários, que são praças de esportes – guardadas as devidas proporções, os nossos campos de várzea. Já que a urbanização chegou, já que o século XXI está aqui, já que a várzea é só uma saudade, vamos trazer a essência da várzea para o século XXI com inteligência, com tecnologia, com qualidade para ensinar essa criança a jogar futebol. Então, construíram 366 campos de várzea para fazer a comunidade, as crianças gostarem de futebol.

Desse estágio em que todos são monitorados, eles passam para o segundo estágio, que são as escolas de elite de futebol e, depois, para o terceiro estágio, que são as academias para jovens. Hoje são 54 academias no futebol alemão. Quanto mais competente a criança for, mais dinheiro vai levar. Em 15 anos, de 2000 a 2015, a Bundesliga, que hoje é a liga mais lucrativa do futebol mundial, investiu 1.000.000,00 € nessas academias de formação de atletas. Isso significa que, quando começamos a discutir liga, temos que olhar para a base da pirâmide. Como vou ter uma liga com qualidade daqui a 10 anos se não tiver estratégias para fomentar o interesse dessa criança pelo jogo, para ela aprender bem o futebol e se desenvolver melhor ainda e para que tenha um grande produto? A Bundesliga tem um posicionamento muito claro: quer ser a segunda melhor liga do mundo. Não dá para competir com a Premier League, que é a liga inglesa; isso é impossível em termos financeiros. Mas ela quer ser a segunda melhor liga do mundo. Hoje ela tem ingressos com preços justos, tem estádios incríveis para que as pessoas tenham uma experiência incrível com a sua família.

Estive no Wolfsburg, que é um time que nasceu em uma cidade em torno da fábrica da Volkswagen. A cidade tem 85 anos. No Wolfsburg trabalham 60 mil pessoas, e a cidade tem 120 mil pessoas. A Volkswagen criou a Arena Wolfsburg, patrocina-a e é sócia. Trinta mil pessoas dessa cidade vão à arena todos os finais de semana assistir ao Wolfsburg, um time médio no futebol alemão, que hoje participa da Uefa Champions League e que, em janeiro, ganhou a Copa da Alemanha. No estádio deles tem um setor para a família, com *playground*. Vocês já pensaram em alguma coisa assim? De como levar a família, de como entreter as crianças em um jogo de 90 minutos? Parece uma coisa incomum, mas isso lá é muito natural.

Esse é um exemplo. Reforço a posição estratégica de se olhar, de forma mais sensível, para essa massificação, para esse interesse do futebol.

Na Euro de 2012, a Alemanha tinha nove jogadores abaixo de 23 anos. Hoje, os jogadores que ganharam a Copa do Mundo no Brasil estão com 24, 25, 26 anos. Jogarão mais uma ou mais duas copas pelo menos. Estão formando gerações de muita qualidade embaixo desse novo patamar. Diminuíram consideravelmente a idade de seus atletas: 20, 24 anos. Valorizaram o atleta alemão. Hoje têm não só a liga mais lucrativa, mas também a que tem o maior número de gols, o tíquete mais justo, a maior audiência, perde apenas para a NFL dos Estados Unidos, a liga de basquete. E o principal: quase 75% dos atletas da seleção alemã jogam na Alemanha. Conseguiram criar um ambiente muito saudável para que o alemão pudesse optar por ficar no próprio país. Lá ele é querido, joga nos melhores estádios, tem condições de disputar grandes campeonatos. O atleta pensa algumas vezes antes de receber uma oferta financeira, principalmente do mercado inglês.

Ficou uma grande lição da reunião realizada com um alto executivo da federação alemã. O Prof. Medina estava comigo, ele que é o grande idealizador da Universidade do Futebol, esteve aqui no ano passado. Levamos um soco no estômago ao fazer a seguinte pergunta: em quem vocês se inspiraram para traçar esse plano no início da década de 2000? Ele parou e disse: “Nos japoneses, na atenção ao detalhe e ao foco” – e olhem que o povo alemão é muito detalhista, muito concentrado; “nos Estados Unidos, na organização de eventos e mídia; na França, nos seus centros de treinamento de referência na formação de atletas” – isso culminou, em 1998, no título francês; “na Bélgica, nos controles metodológicos e na tecnologia” – a Bélgica exerce hoje um papel muito importante em países significativos, que fazem futebol de qualidade; “no Brasil, na alegria e na descontração de jogar futebol”.

Foi uma aula de humildade e que nos traz uma grande lição. Podemos nos inspirar em qualquer país que nos traga contribuição. Esse é um momento de organização. O povo brasileiro é muito criativo, temos grandes profissionais no País. Podemos sair dessa num tempo menor que o que levaremos, se não tomarmos essa decisão. Obrigado.

– No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de *slides*.

O presidente – Obrigado, Dr. Eduardo Conde Tega. Com a palavra, o Dr. Sérgio Santos Rodrigues, para sua exposição sobre o tema “Organização e gestão”, do painel “Reestruturação do futebol brasileiro”.

Palavras do Sr. Sérgio Santos Rodrigues

Bom dia a todos. Bom dia, deputados. Em nome da celeridade, vou cumprimentar somente o deputado Anselmo José Domingos, mas sintam-se todos os presentes cumprimentados. Vimos da advocacia e estamos acostumados com a sustentação oral, que são 15 minutos. Então vamos tentar ser o mais breve possível, até em respeito a todos que estão aqui para que possam ouvir tudo que será falado hoje.

Como muito bem colocado pelo deputado, me propus a falar, dentro da reestruturação do futebol brasileiro, sobre a organização e a gestão. Dessa forma, fiz uma divisão em dois temas: o primeiro diz respeito à reestruturação e gestão do sistema futebol em geral, sobre a organização do desporto; e o segundo diz respeito aos clubes. E, na organização geral do sistema, não existe lugar melhor que uma casa legislativa para falarmos sobre uma questão que discuto e debato muito, que é a necessidade ou não de intervenção estatal no futebol.

A Fifa é uma entidade privada. A CBF é uma entidade privada. Os clubes são entidades privadas. Portanto defendo, cada dia mais, que esse sistema se autorregule; que esse sistema do futebol permita que se regule e seja tocado por regras próprias. Nada contra haver leis que regulem o mercado do futebol, mas a Fifa tem mais associados que a ONU. Salvo engano, são 215 filiados à Fifa e, à ONU, são 205. Portanto, se cada país quiser regular o futebol de uma maneira, dentro do seu próprio território, certamente não teremos um futebol único, que não será praticado da mesma forma. E a intervenção estatal é desnecessária porque, como entidade privada que é, vai se regular de acordo com as leis do mercado. Hoje o que vemos são mais leis querendo regular o futebol: lei discutindo bebida no estádio; lei para discutir quem pode ir ao campo, se é metade de cada time; como o Dr. Lásaro vai falar, numa entidade privada, lei para determinar quantos anos de mandato deve ter um presidente de clube. Enfim, leis querem discutir tudo; lei quer discutir até preço de ingresso, e não há a menor necessidade disso.

Particpei, nesta Casa, dos debates que foram muito profícuos sobre a questão da liberação da bebida nos estádios, por exemplo, e ela foi liberada aqui. O Atlético deu um exemplo de que o mercado se regula: entendeu que, em seus jogos, não queria vender bebidas e parou de vendê-las. Correto, Dr. Lásaro?

Ou seja, o mercado se regula, não precisa de lei para dizer o que deve ou o que não deve acontecer. Temos de deixar que as próprias gestões dessas entidades privadas se preocupem com isso porque certamente, se estiverem sendo mal geridas ou se estiver ocorrendo algum problema, farão como o Atlético, isto é, consertarão com solução própria. Sei que há uma crise e que algo precisa ser feito em prol do Estado, bem como que há corrupção no futebol, mas não é por isso que devemos modificar o que o sistema determina. Aliás, costumava dizer muito, quando dava aula no 1º período, que a grande



mania que temos de perder é não querer aplicar a lei quando não gostamos dela. Isso é natural, normal para o cidadão, mas a lei existe para ser cumprida, e hoje, dentro de uma entidade privada, sabemos que ela não precisa de lei para se regular, mas de um cenário geral, como dizem a Constituição, no seu art. 217, relativamente ao desporto, e a Lei Geral do Desporto, que é a Lei nº 9.615, para dar uma normativa geral sobre o assunto, mas jamais para interferir em determinadas questões, como está ocorrendo agora. Do contrário, chegaremos ao ponto, como a própria Espanha fez, de fazer lei até para discutir cota de TV, sendo que cota de TV é uma matéria eminentemente privada. Vou falar sobre isso daqui a pouco.

O segundo grande aspecto que digo ser preciso para que possamos reestruturar o sistema e o desporto em geral é delimitar o que queremos vender com o futebol. Queremos vender tão somente uma partida jogada por 11 contra 11, ou queremos vender um espetáculo? Acho que é o espetáculo. O sucesso está demonstrado no estrangeiro, não só no futebol, mas também em todos os outros esportes, como na liga de futebol americano, de *hockey* e de basquete. Não basta vendermos um jogo porque temos de transformar o futebol em espetáculo para que ele seja vendido.

Adoro o futebol americano e ontem estava assistindo a um jogo de futebol americano. Dentro do futebol americano, existe a maior renda de cota de TV e também a maior média de público. No intervalo de uma partida de futebol americano, você pode assistir a um *show* ao vivo ou ver pessoas diferentes, na entrada, a cada dia, cantando o hino. Quem já teve oportunidade de ir a uma arena dessa sabe disso. Além do mais, na entrada dessas arenas há mármore no chão, bem como todo tipo de lanchonete, e as pessoas ainda podem beber vinho ou uísque. Se quiserem, também há festival de chope. As pessoas podem comprar todo tipo de produto, e existem bons estacionamento. Enfim, conseguiram transformar o *sportainment*, que é o entretenimento, o *entertainment*, misturado com o esporte. Essa é a ideia que temos de trazer para saber vender o produto futebol, que precisa ser modificado, mas, no exterior, eles já enxergaram isso.

Recentemente, a Supercopa da França, torneio realizado entre o campeão francês e o campeão da Copa da França, foi feita em Montreal, no Canadá. A liga norte-americana de futebol americano também tem rodadas fixas em Londres e Toronto. A própria NBA, recentemente, também esteve no Brasil. Não me recordo agora, mas alguns jogos da Europa foram realizados na China, ou seja, estão buscando transformar o seu produto próprio em um produto global. Mas aqui erramos muito ao começarmos. Aliás, o próprio Leonardo diz isso, embora não concorde com tudo o que ele fala, mas ele disse uma coisa muito interessante. A partir do momento em que chamamos o nosso campeonato de Brasileirão, o americano nem saberá pronunciar o nome do nosso campeonato, e é por isso que temos de transformar os nossos campeonatos nacionais em produtos globais, mas não em um produto que seja tão somente o jogo de futebol. Esse produto precisa ir muito mais além para se transformar em espetáculo.

Agora vou entrar em outro assunto, em outra grande fórmula para transformarmos esse nosso produto num produto melhor. Estou falando da promoção da competitividade. Isso é essencial hoje. A NFL é a liga de futebol norte-americana, denominada socialista, porque lá as cotas de TV são divididas igualmente. Nos jogos em que há grande público, e também naqueles em que o público é pequeno, a média é muito alta, isto é, todos os visitantes também têm direito à participação na renda. Até mesmo a renda de produtos licenciados é dividida, em parte, para que os clubes que têm mais torcedores possam ajudar aqueles que têm menos torcedores. Sei que vocês dirão que estou falando uma coisa completamente diferente, que é o mercado norte-americano e o futebol americano. Com certeza, sei que é diferente, mas certamente também sei que isso é algo adaptável. Aliás, o que mais demonstra que a competitividade é sadia é exatamente o que todo mundo sempre cita. Ontem ouvi uma entrevista do Alexandre Kalil a uma rádio, e ele falava sobre o exemplo da Premier League inglesa, e o que ela mais busca é a competitividade. Ela foi a pioneira na questão da divisão das cotas de TV igualitárias, uma coisa pela qual brigamos muito hoje, não é, Dr. Lásaro? Essa cota de TV precisa ser mais justa. A Premier League se tornou um grande produto não porque os times são muito bons, já que, de fato, vemos que muitos não são.

Ainda assim temos quatro ou cinco ou seis lá que costumam ganhar a maioria dos títulos, mas os jogos são mais competitivos, os times prepararam-se mais. Os times com mais dinheiro conseguem ter bons jogadores. Na temporada 2013/2014, o Liverpool arrecadou 117.000.000 €. Foi o que mais arrecadou em direito de tevê. Foi o campeão. O Cardiff ficou



em último lugar, mas arrecadou 73.500.000 €, ou seja, mais do que o Bayer, mais do que PSG, mais do que grandes times de ponta da Europa. Esse foi o time que menos arrecadou na liga inglesa. Alguns podem argumentar: “Sérgio, mas, se ele arrecadou tanto, por que ele ficou em último? Isso é sinal que esse valor não está valendo de nada”. Claro que está. O que eles estão fazendo? Promovendo o torneio de futebol. Essa é a mentalidade. Por isso, nunca uso esse discurso para falar: vamos brigar com a CBF, vamos brigar com a tevê que transmite, que hoje é a Globo e amanhã poderá ser outra. Não é brigar. Todos e também os clubes devem entender que a divisão de cotas mais igualitária será boa para todos.

O Brasil caminha para um significado muito diferente. Discordo das pessoas quando falam da “espanhização” do futebol no Brasil. Acho que o cenário no Brasil é mais sombrio que o espanhol. Se voltarmos a 2014 e fizermos uma proporção do time que mais arrecadou nessa ligas, teremos: na liga inglesa, a média de 1,6 para 1; na liga alemã, 2 para 1; na liga francesa, 3,3 para 1; na liga italiana, 5,3 para 1; e na brasileira, 5,9 para 1. A espanhola tinha 7,8 para 1, e por que eu falei “tinha”? Porque veio, por meio de intervenção estatal, um decreto no ano passado que modificará este ano a forma de divisão das cotas de tevê na Espanha. Hoje, em todos os campeonatos europeus de ponta, 40% ou 50%, dependendo do campeonato, da cota de tevê é dividida de forma igualitária; e o restante, conforme o desempenho de cada time na temporada anterior.

E qual a realidade que existe no Brasil? Quanto aos contratos que terminam agora em dezembro de 2015, se somarmos Flamengo e Corinthians, veremos que eles tinham direito a 18% do total da renda, além da proporção que eu mencionei de 5,9 para o último, que foram os times de Santa Catarina. Estes arrecadaram, salvo engano, R\$6.000.000,00, alguma coisa assim, enquanto Corinthians e Flamengo arrecadaram R\$110.000.000,00. No próximo contrato que passará a vigor de 2016 a 2019, Corinthians e Flamengo terão direito a R\$170.000.000,00, enquanto os últimos times com contrato terão direito a R\$35.000.000,00. Ambos vão aumentar a sua participação conjunta de 18% para 26% do valor total que é dividido. Ainda não estou contanto com o *pay-per-view*. Se pegarmos os números de 2014, veremos que o Corinthians arrecadou R\$45.000.000,00, Flamengo R\$38.000.000,00 e o Cruzeiro, que vinha de um campeonato, R\$24.000.000,00. Goiás arrecadou menos: R\$2.000.000,00. Ou seja, no *pay-per-view* a proporção é ainda mais injusta, é de 22 para 1.

Então, se fizemos essa soma total, o que acontecerá? Há uma projeção feita recentemente em uma reunião na Federação Mineira de Futebol. O Dr. Lásaro estava comigo nessa reunião, em que discutimos a liga. O próprio presidente Daniel Nepomuceno falou que a projeção que existe é de que, nos próximos 10 anos, Flamengo e Corinthians arrecadarão R\$1.000.000.000,00 a mais que os outros clubes. É isso que queremos para nós? Não quero que apenas nós vejamos isso. Todos devem entender que a mudança do sistema em geral é melhor. Para a Globo é melhor, para a tevê é melhor, para a Record é melhor, para o SBT é melhor, enfim, para quem for transmitir os jogos; e não queremos falar um nome apenas. Para a CBF é melhor, porque, a partir do momento em que se tem um torneio mais competitivo, mais pessoas assistindo-o e mais pessoas no estádio, o preço do campeonato, que hoje é de uma montadora de carro, será muito maior. Não tenho dúvida nenhuma. Conseguiremos vender talvez esses direitos de tevê para o exterior, o que hoje não existe.

Cito um exemplo clássico. No ano passado, eu estava com um amigo atleticano na França quando da final da Copa do Brasil, mas nós não conseguimos assistir ao jogo em Paris, uma capital mundial. Enquanto isso, se eu ligo a minha tevê no sábado ou no domingo, vejo ao vivo talvez o jogo de pior nível no campeonato francês. Não vendemos o produto futebol brasileiro. Isso deve ser vendido de forma melhor. Eu brinco na economia dizendo que é o jogo de ganha-ganha. Ganham todos. Ganha a federação, ganha a tevê, ganham os clubes e ganham os atletas. Isso precisa ser repensado. Fica muito claro que jamais a minha briga será contra a organizadora do campeonato ou contra quem o transmite. Apenas quero que eles entendam que será bom para todos se isso acontecer, e temos exemplos disso na prática.

Voltando a falar sobre a liga de futebol norte-americana, lembro que sequer rebaixamento eles têm. Isso também acontece na liga de basquete e na liga de hóquei.

Não existe nos esportes americanos o sistema do rebaixamento, mas, ainda assim, ele é competitivo, consegue arrecadar muito e colocar muita gente nos estádios. Ele só é competitivo porque proporcionou aos pequenos a capacidade de



crescer e de competir com os iguais, com os grandes. Ainda que eles não sejam campeões, conseguem competir, sim. A discussão teórica que se tem: em um domingo, é possível um time pequeno ganhar de um grande no contexto do campeonato inglês? Hoje sim. É um time que joga em casa, que tem um estilo de jogo em que se retranca e consegue ganhar de um time grande. Vemos isso com bastante frequência.

Portanto, encerrando esse tema da reestruturação geral, até para ser mais rápido por causa do tempo, acho que essas três coisas precisam ser discutidas. A primeira, a necessidade da intervenção estatal no futebol – creio que não é preciso. A segunda, delimitar o que queremos vender, o produto futebol, e valorizar esse produto. Não tenho dúvida de que, a curto prazo, a melhor forma de valorizar o produto futebol, de torná-lo mais competitivo e global é permitir que os pequenos também tenham um tipo de ascensão. Só para não dizer que sou injusto, às vezes podem questionar, como já foi questionado: “Ah! Você quer tratar o Joinville igual ao Flamengo e Corinthians com a torcida que eles têm?”. Não. Quero até respeitar um princípio do direito. Quando falamos do princípio da igualdade, tratamos os iguais e os desiguais na medida das suas desigualdades. Só que o Flamengo e o Corinthians já vão ganhar muito mais com os seus sócios torcedores, que são muitos mais, no seu contrato de patrocínio, que também é muito maior. Existem outros meios de arrecadar, como o próprio *pay-per-view*, e aí sim é proporcional, é justo, porque quem compra é o torcedor. Então, existem outras formas de, proporcionalmente, ganharem mais que os outros, mas não nas cotas de tevê. Até porque, se o Joinville se recusar a jogar contra o Corinthians, não haverá partida. A tevê vai passar o quê? Corinthians, titular contra reserva? Não terá jeito. Então, isso precisa ser repensado em nome da melhoria do futebol em geral, de valorizar o campeonato, o sistema de futebol e torná-lo um produto melhor.

Passando do futebol, temos de discutir também, de alguma forma, a gestão dos clubes. Uma brincadeira que o meu professor de mestrado sempre fazia quando íamos falar do clube empresa: há como pensar no clube empresa? Ele dizia uma coisa muito curiosa: “Não me imagino pegando a camisa de uma empresa de que sou acionista, no domingo, todo feliz, dando as mãos aos meus filhos e passeando pelas ruas defendendo essa empresa, porque tenho ações dela”. Claro que não. É completamente diferente. Por outro lado, e até parafraseando o livro que acabei de ganhar do Francisco, temos de perder aquela mentalidade de que o futebol é assim mesmo. Não é. Claro que o futebol é um negócio diferente, mas temos de saber adaptar ao futebol as práticas empresariais atuais na sua realidade. Temos de esquecer o modelo de gestão do futebol de 20, 30 anos atrás, em que se contratava de qualquer jeito e o clube era gerido de qualquer forma, sem ter profissionais. É necessário que haja uma modernização, uma profissionalização na gestão dos clubes.

Cada setor tem de ter pessoas que entendam do que estão fazendo. É necessário que os clubes passem a ter orçamento; é necessário que os profissionais sejam remunerados com metas. Isso é muito importante. O Ferran Soriano, hoje CEO do Manchester, conta que, quando assumiu o Barcelona, estipularam metas de salário até para jogador. O jogador queria ganhar “x”; ele falava que pagava 20% a menos do fixo, mas que, se o jogador cumprisse determinadas metas de participar de partidas, campeonatos e títulos, poderia ganhar até 20% a mais do que queria. Vejam, isso acontece até com os jogadores. O que estou contando está acontecendo na Europa há 10 anos. Está na hora de isso chegar aqui. Precisamos entender que o clube de futebol é, sim, uma empresa. Estamos falando só dos clubes mineiros. São clubes que arrecadam entre R\$200.000.000,00 e R\$250.000.000,00. Esse é o faturamento. O balanço do Cruzeiro que foi publicado ano passado é de R\$223.000.000,00. Do Flamengo e do Corinthians nem se fala, faturam mais de R\$300.000.000,00, R\$350.000.000,00.

Então, estamos falando de estruturas muito grandes que precisam ser geridas de modo profissional. Estou muito feliz porque estou vendo isso acontecer, cada um na medida do possível. Sei que estamos fazendo. O Atlético está fazendo também. Vários outros clubes já contratam a figura do CEO, têm reunião de diretoria. Vemos o Flamengo como um grande exemplo. O presidente Bandeira de Mello está reestruturando a dívida do Flamengo, tratando o clube como uma empresa. Portanto, é essencial que isso ocorra, e temos de passar a repensar o futebol dessa forma. Temos de trazer essa profissionalização e modernização.



Outra coisa fundamental: temos de adaptar ao futebol a análise de desempenho. E aí, já falando do futebol *stricto sensu* do jogo, da bola. É fundamental que isso exista. Temos de analisar os números no futebol. Para um time de futebol se desenvolver hoje não basta mais a contratação de um jogador, achar que o jogador joga bem e o contratar sem saber quantas partidas fez; seu histórico de lesões; se é atacante, quantos gols fez; se é defensor, quantas bolas cortou; se faz gols de cabeça; se se posiciona bem. Enfim, é preciso saber utilizar a nosso favor a tecnologia que temos à disposição. Isso é essencial.

Segundo, na gestão dos clubes, temos de buscar formas alternativas de receita e parar de pensar só em patrocínio de camisa, pronto e acabou. Vi pelo *site* que o próprio Flamengo já tem 37 patrocinadores. O Manchester United – vi o Francisco citar isso em seu livro, que tive a oportunidade de folhear agora – tem mais de 100 patrocinadores, os institucionais e os que efetivamente pagam. Portanto, é necessário repensarmos isso.

Lendo o livro de Abílio Diniz, vi quando teve a ideia de visitar vários supermercados, voltar e abrir um hipermercado, que era algo muito diferente. Temos de adotar essa mentalidade empresarial para inovarmos também no futebol a fim de buscarmos fontes alternativas de receita, como amistosos fora. Para isso, o campeonato precisa ser um produto global. Temos de levar o time para o exterior para fazer rodadas fora. Enfim, temos de buscar algumas formas para que isso seja feito. Temos de nos preparar e esquecer que o dinheiro do futebol tem de vir somente de cota de TV e de patrocínio. Infelizmente, a cota de TV é fundamental. O estudo do Itaú BBA de 2014 mostra que, em média, 40% das receitas dos clubes da Série A advêm da cota de TV. Temos de nos desprender disso de alguma forma e ser inteligentes na busca de alternativas.

Por fim, já que ainda disponho de 2 minutos, não poderia deixar de dizer que o fundamental, que, infelizmente, tem ocorrido menos de forma geral, é o investimento na base. A base é o fundamento de tudo. Esse estudo do Itaú BBA mostra que, infelizmente, de 2013 para 2014, em média, esses clubes da Série A reduziram o investimento na base em 20%. Isso tem de ser modificado.

Como disse o deputado João Leite, há o aspecto social de educação, que é fundamental. Temos, em média – e posso citar os clubes que adotam quatro categorias, como o Cruzeiro –, de 120 a 125 atletas de base, com uma média de 30 a 35 atletas por categoria. Desses, poucos subirão. Sabemos disso. A realidade é que vingarão e se tornarão jogadores profissionais talvez 10 desses todos, não dos nossos próprios clubes, mas, quem sabe, de outros.

Se cumprirmos um aspecto social de educação e conseguirmos investimento de base, será a maior oportunidade de transformarmos ou criarmos um ativo barato também nos clubes. O investimento anual que se faz em base, em média, se for bom, ainda mais sabendo que podemos vender para a Europa, para os Estados Unidos e para os mercados emergentes, que estão gastando muito com isso, como Catar, Rússia, China e outros, é o seguinte: vendendo um jogador, pagam-se três anos de custo da base. Portanto, os clubes têm de reestruturar essa questão do investimento em base.

Como foi dito aqui, depois do 7 a 1 passamos a falar muito em Alemanha. O futebol alemão fez muito isso. A federação alemã usa muito a análise de desempenho para os clubes. Enquanto investimos nesse departamento para estruturar todos os clubes, a federação alemã paga aos clubes para que forneçam esses dados aos seus jogadores de base a fim de que a Alemanha comece a preparar a base para a profissionalização dos seus jogadores.

Vejo que os meus 20 minutos se encerraram. Estou à disposição para responder a quaisquer perguntas. Desculpem ter falado um pouco rápido, mas precisava adequar isso. Gostaria de deixar esses recados relativos às sugestões que fiz de reestruturação em geral e do desporto. Vamos repensar intervenção estatal, o papel do futebol e a distribuição das cotas de TV. Isso é essencial. Quanto aos clubes, vamos pensar na profissionalização, na busca de formas alternativas de receitas para os clubes e, sobretudo, em reforçar o investimento na base, pois esses jovens serão o nosso futuro. Muito obrigado.

O deputado João Leite – Gostaria de deixar encaminhado para os debates um questionamento, ou talvez uma dúvida. O Dr. Fernando Galvão até pode nos ajudar. Na brilhante exposição do Dr. Sérgio, creio que tenha faltado uma análise. No próximo ano, R\$100.000.000,00 da Caixa Econômica Federal serão dados ao Corinthians e talvez ao Flamengo também. Dr.



Sérgio, isso é dinheiro público, pois a Caixa Econômica Federal é pública. Creio que faltou isso, que, no caso, precisa de lei mesmo. É necessário um regulamento legal para que a Caixa Econômica Federal cumpra. Não é possível que ela dê todo esse dinheiro.

Poderíamos falar também sobre o BNDES, que emprestou dinheiro para um clube construir seu estádio. O Mineirão é público, mas o Itaquerao não é. Ele é privado, pois pertence a um clube. Poderíamos falar também do dinheiro do Imposto de Renda que é dado aos clubes. Para isso, é necessária uma legislação. O Congresso e as assembleias legislativas têm de proteger a população e também os clubes.

Já deixei para o debate para que o senhor possa comentar essa questão também. Peço ao Dr. Fernando Galvão, com a sua experiência no Ministério Público, que também a comente, no momento dos debates. Muito obrigado, presidente.

O presidente – Muito obrigado, deputado João Leite. Obrigado, Dr. Sérgio Santos Rodrigues. Com a palavra, o Sr. Marcos Guiotti, para a sua exposição sobre o tema “Papel da mídia”.

Palavras do Sr. Marcos Guiotti

Bom dia a todos. É uma pena que dispensaram as formalidades. Estava doido para falar aqui: nobres companheiros. Certa vez, em Brasília, perguntei ao Ulysses Guimarães: “Presidente, por que o senhor usa tanto a palavra nobre?”. E ele respondeu o seguinte: “Porque não posso dizer outra coisa, meu amigo”.

Prometo ser breve, até porque já está disseminado o pensamento de que jornalista não entende de nada. De certa forma, isso é verdade, não entendemos de nada, mas falamos um pouquinho de tudo. Pretendo dar uma pincelada geral sobre como nós, da imprensa, estamos vivendo hoje. Fazemos parte dessa transformação do futebol brasileiro. O futebol brasileiro tem muito o que mudar. A sua estrutura ainda está muito atrasada.

Na história dos nossos clubes, geralmente os presidentes, que são ligados a famílias tradicionais que participaram da fundação dos clubes, passavam o dia na empresa e, à noite, davam uma passadinha no clube para assinar cheque, e o clube seguia a sua vida. Hoje não dá mais para ser assim. Acho que hoje os clubes podem até ter um presidente histórico, mas é preciso ter pessoas com formação um pouco mais ampla, gestores remunerados, que realmente tratem o clube – não vou dizer clube-empresa porque está muito batido – como gerenciador de recurso.

Futebol é coisa séria porque mexe com duas coisas muito importantes na nossa vida: dinheiro e paixão. Tendemos a copiar tudo o que é desenvolvido lá fora, mas temos história, temos tradição e também temos de seguir o nosso modelo. É lógico que ainda temos muito a aprender. Hoje não sabemos nem vender ingresso. Encontrei-me com um colega que trabalhou muito tempo na imprensa e depois foi trabalhar em um clube de futebol, e ele me disse o seguinte: “Coitada da imprensa! Não sabe de 10% do que passa em um clube de futebol”. Realmente não sabemos, até porque hoje tudo é muito blindado. Na verdade, os clubes têm assessoria de imprensa para assessorá-los, para filtrar a que a imprensa pode e a que ela não pode ter acesso.

Esta semana entrevistamos o Muricy Ramalho na CBN – ele voltará a trabalhar o ano que vem –, que esteve uma semana no Barcelona e voltou maravilhado de lá. Estávamos tentando entender o momento que o São Paulo vive hoje e ele nos disse o seguinte: “Olha, vocês não vão entender, porque a imprensa não sabe o que se passa dentro de um clube de futebol”. Temos que tentar identificar alguns pontos para passar para os nossos ouvintes, telespectadores e leitores. Precisamos de elementos, de subsídios para elaborar as nossas reportagens, porque hoje ficou muito pasteurizado. Na época em que trabalhava na cobertura do Atlético, entrevistava o João Leite desde a hora em que ele chegava até a hora em que ia embora; entrevistava-o no estacionamento, saindo do vestiário, depois do treinamento. Ou seja, tínhamos acesso irrestrito a todos os jogadores. A reportagem que fazíamos nos clubes dependia da qualidade, da capacidade do jornalista que estava lá. Hoje, não. Hoje, o mesmo jogador fala para todo mundo ao mesmo tempo e a mesma entrevista. Então, no final da tarde, você ouve a mesma entrevista nas rádios, na internet, nos programas da noite, nos jornais do dia seguinte, nos programas esportivos. O Levir Culpi fala na sexta-feira à noite, o Mano Menezes fala na sexta-feira à noite, e vamos ficar o sábado inteiro



ouvindo aquilo. Em qualquer jornal, em qualquer programa de televisão, haverá a mesma entrevista. Antigamente, tínhamos o hábito ler três jornais e assistir a vários programas de televisão para termos uma visão do que estava passando no dia a dia dos clubes. Hoje, você lê apenas um e já fica sabendo o que está acontecendo.

Antigamente, tínhamos por hábito ler três jornais e assistir a vários programas de televisão para que tivéssemos uma visão do que estava acontecendo no dia a dia dos clubes. Hoje você lê apenas um jornal e fica sabendo o que está acontecendo. Antigamente, quando o juiz terminava o jogo, todos saíam correndo para dentro de campo, a fim de entrevistar os jogadores. Às vezes, estavam sem fôlego, tinham de parar um pouquinho para dar uma respirada. O acesso era livre no intervalo e depois do jogo. Isso está delimitado. Acho que é preciso dar uma moralizada, uma normalizada nisso. Antigamente eram poucos os veículos de comunicação, havia duas ou três rádios, duas, três televisões e poucos jornais. Hoje o número é muito grande. Estamos na era da informação.

Não temos mais acesso aos jogadores antes e depois do jogo. No intervalo, nem pensar. No final do jogo, só se um jogador passar pelo local onde está o jornalista, porque as entrevistas são concedidas na sala de coletiva. Não conseguimos mais fazer um trabalho exclusivo, elaborado com um jogador de futebol. Temos de marcar a entrevista com uma certa antecedência, é mais difícil. Tínhamos os telefones de todos os jogadores. Você ligava, e eles falavam pelo telefone, não havia problema algum. Hoje isso não pode ser feito; é necessário falar com a assessoria de imprensa, o jogador pode ser multado se falar. A imprensa enfrenta essa dificuldade para trabalhar. Acho que isso faz parte de um processo de evolução e de busca pela melhoria. Desde os 7 a 1 todos vêm perseguindo essa melhoria, mas não sabemos exatamente onde melhorar, porque há muitos pontos para serem melhorados dentro e fora de campo.

O jornalista precisa estar bem informado sobre tudo o que está acontecendo, mas tem de buscar informações por conta própria. Acompanho tudo diretamente, dentro e fora de campo, conheço esses números que foram mencionados aqui. Temos de acompanhar o que está acontecendo na Inglaterra, Espanha, Alemanha e Itália, a fim de saber o que está sendo feito lá e o que está sendo feito no Brasil. Percebemos as diferenças não apenas pela divisão de cotas da televisão. Há 10 anos existiam as cotas de televisão. Os times de futebol, a partir de 2008, se não me engano, começaram a trabalhar com um orçamento muito grande. Os orçamentos dos clubes são maiores que os orçamentos da maioria das prefeituras de Minas Gerais, ou seja, trabalham com orçamentos de R\$300.000.000,00, R\$350.000.000,00.

Todos estão com medo da “espanholização” do futebol brasileiro. O que aconteceu na Espanha foi exatamente isto: quiseram tornar Barcelona e Real Madrid internacionais, conseguiram fazer isso – tornaram-se referências –, mas se esqueceram dos outros clubes. Brigaram agora por uma cota mais igualitária. Até os últimos números, Real Madrid e Barcelona ficaram com 150.000.000,00 €. O terceiro time, Atlético de Madrid, ficava com 50.000.000,00 €. A diferença do primeiro para o último era de 150 para 15: o Getafe, 20º time, ganhava 15.000.000,00 €. Lógico que ia acontecer isso. Todos estão preocupados porque Flamengo e Corinthians são privilegiados, têm as maiores torcidas, as maiores audiências e têm, portanto, as maiores receitas de televisão. Como se isso não bastasse, têm ainda a maior facilidade de captação desses recursos. Como foi dito aqui, em 2016 a TV Globo vai pagar R\$170.000.000,00 ao Flamengo e ao Corinthians e R\$60.000.000,00 ao Atlético e ao Cruzeiro. Será que a diferença entre eles é tão grande assim? Acho que não.

Isso deve ser trabalhado. Sem dinheiro não se faz futebol. Trabalhamos num universo em que 3% de jogadores ganham altos salários. São realmente altos. Apenas 3% dos jogadores brasileiros têm altos salários. Onde os clubes vão chegar com essa disputa por jogadores e salários? Quando há um jogador à disposição, surgindo ou querendo voltar para o Brasil, os clubes não medem esforços para pagar o salário desse jogador. Aí, vira um leilão: quem dá mais? Como limitar o salário de um jogador? Colocar um teto? Por exemplo, ninguém pode pagar mais que R\$300.000,00 por um jogador de futebol, que seria um salário maravilhoso? Nenhum executivo de empresa multinacional ganha salário de jogador de futebol. Os clubes não têm como seguir: ninguém paga mais de R\$200.000,00 para jogador de futebol. Não dá para ser assim.

Essa reestruturação passa por tudo isso, pela base, como foi citado aqui. O Muricy disse que foi acompanhar o treino do time sub-8 do Barcelona. Sub-8? Sim, o Barcelona tem um time sub-8, que já tem o conceito de jogo do time profissional.



Qual é o conceito? Toque de bola. Criação de bola e trabalhar com ela. Já começa ali. Aqui no Brasil, acho que nenhum time tem sub-14; acho que é só a partir de sub-15. O Ministério Público não permite, porque considera exploração do trabalho infantil pegar um garoto e colocá-lo dentro do clube para trabalhar.

Falou-se sobre a eliminação dos campos de futebol, os campos de várzea que o João Leite citou. Hoje é muito difícil ser jogador de futebol. Todo brasileiro – aliás, não vou dizer todo –, a grande maioria dos brasileiros sonha em ser jogador de futebol. O bebê, quando nasce, ganha uma bola, a camisa do time do pai, e o seu sonho é ser jogador de futebol. Isso é muito limitado. O pior vestibular do mundo é ser jogador de futebol. Poucos conseguem. É uma trajetória complicada. Estamos no meio do futebol. Recebo muitos pedidos, entre eles de frentistas de postos de gasolina, do pessoal que porventura me conhece nas ruas. Dizem que têm um filho de 14, 15 anos que deseja treinar e perguntam se eu não arrumaria um teste no Atlético ou no Cruzeiro. Mas não tem jeito. Vejo muita gente reclamar que não tem como colocar o filho para treinar nesses times. O filho é bom, mas também não é só por culpa dos clubes, pois não é possível atender a todo mundo que quer ser jogador de futebol.

Acho que essa forma de buscar jogadores deve ser repensada, porque não há futuro sem base. Hoje os grandes clubes no Brasil gastam R\$7.000.000,00, R\$8.000.000,00, R\$9.000.000,00 por ano com a base. Gente, um jogador que você revelar por ano já paga isso. Se você não vender por mais que isso, pelo menos deixa de comprar. Não dá para admitir algumas coisas na base. Por exemplo, um garoto fica no clube desde os 15 anos, ocupa o lugar de alguém, treina, faz toda a preparação e, quando faz 20 anos, chegam para ele e lhe agradecem, dizem que não dá para ele jogar lá, para procurar outro clube. Quem ficou cinco anos analisando esse jogador e não percebeu que ele não teria futuro? Hoje a base trabalha com pouco mais de 200 jogadores. Não tem capacidade para comportar mais. Entretanto, é preciso solucionar isso melhor.

Temos também como conceito histórico a ideia de que a base é formada por filhos de desembargadores, conselheiros, juízes, enfim, de que esse pessoal de alta influência tinha mais facilidade para colocar jogadores para treinar nos clubes de futebol. Tenho conversado muito com o pessoal da base sobre isso, e todos garantem que não é mais assim, que todos passam pelo mesmo processo. Tudo bem, mas não se pode investir cinco, seis, sete anos num garoto para, quando ele chegar aos 20 anos, perceber-se que ele não tem condições de jogar profissionalmente naquele time para o qual foi preparado.

Posições específicas. Clube não gasta dinheiro com goleiro, porque você tem por obrigação que fazê-lo na base. Você tem como buscar esse garoto na base e prepará-lo para ele chegar a ser goleiro do time. Há muita coisa não só dentro como fora do campo para ser mudada no futebol brasileiro, para ser melhorada.

Há dívidas altíssimas. Daqui a pouco o Dr. Lásaro falará sobre as dívidas do Profut. Todos os clubes estão endividados, todos os clubes precisam negociar, mas não sabem gerir os próprios recursos. Esse é o grande debate do futebol brasileiro: onde captar esses recursos? Você tem essa delimitação de território. Os times de São Paulo têm facilidade para isso, porque têm mais visibilidade. Pelo conceito moderno de futebol, os clubes que têm estádio próprio estão um passo a frente de quem não tem. Ter estádio próprio é fundamental para que você tenha como buscar mais recursos, ou seja, fazer dinheiro com esse estádio. Em Belo Horizonte, os três maiores times tinham estádios. Belo Horizonte é uma cidade relativamente jovem. Quando surgiram, cada clube pegou um terreno, só que um terreno próximo demais do centro, áreas supernobres. Com a especulação imobiliária, foram obrigados a se desfazer dos estádios e, por ser um município muito pequeno, agora não há como conseguir. Perde-se a grande oportunidade de Cruzeiro e Atlético assumirem uma gestão compartilhada do Mineirão e do Independência.

Eu acho que os dois clubes estão perdendo dinheiro. Sempre deixei clara a minha posição em relação a isso. Acho que o Mineirão deve ser para o Cruzeiro e o Atlético fazerem jogos importantes, e o Independência para o Cruzeiro e o Atlético fazerem jogos de menor importância. Esse é o melhor dos mundos, o melhor cenário, já que é difícil construir estádio próprio. O Atlético até lançou o projeto de ter estádio próprio. Se saísse, seria um passo muito bom para o Atlético em termos de faturamento, de arrecadação, até de visibilidade.

Precisamos brigar contra os times do eixo – sabemos que Rio e São Paulo sempre foram privilegiados – e, ao mesmo tempo, deixar de lado a rivalidade, em determinado momento, entre o Cruzeiro e o Atlético, para buscar o bem comum dos dois clubes. Acho que a rivalidade é importante, é sadia, precisa existir, mas, quando se trata de dinheiro, de organização, de www.almg.gov.br Página 37 de 181



gestão, é preciso haver um trabalho conjunto, porque estamos sempre em condição de desigualdade com os times do Rio e de São Paulo.

Então, hoje, o estádio é uma fonte grande de recurso. No percentual de arrecadação atual dos clubes europeus, a venda de ingressos, a bilheteria dos jogos representa de 13% a 17%. E os clubes jogam sempre com os estádios cheios. Isso é impressionante. E não é só porque eles têm craques, não é só porque os melhores jogadores do mundo estão lá. O Palmeiras não tem tanto craque, e a gente está jogando para 34 mil pessoas, em média; o Corinthians também não tem tanto jogador para levar a torcida ao campo, mas joga para mais de 30. O Flamengo, um time muito razoável, também joga para mais de 30. O brasileiro quer ir ao campo de futebol; o torcedor brasileiro tem por hábito ir ao estádio de futebol, mas não tem muito acesso, muita facilidade para ir ao estádio de futebol hoje.

Nossos clubes descobriram agora o sócio torcedor, mas não sabem o que fazer ainda com esse sócio torcedor. Não se sabe o tamanho do grupo de sócios torcedores que se pode ter. Vai ser dado ingresso a todos? Será que essa é a melhor forma? Até isso está fazendo parte de um laboratório. Quando há um jogo de maior importância, você vê filas horrorosas atrás do Diamond, de dois quarteirões. Então não estamos sabendo ainda vender ingresso, não estamos sabendo ainda explorar o potencial do torcedor, que é apaixonado. Vejo que, quando há lançamento de uma camisa, o torcedor quer logo comprá-la, mas tem dificuldade porque a camisa acaba. Isso é o quê? Planejamento. Acho que primeiro é o tratamento do torcedor.

É lógico que, quando você assiste a um jogo num estádio europeu, parece que você está chegando ao Palácio das Artes para assistir a uma peça de teatro. É outro mundo. Mas aqui, com essas novas arenas que ficaram, a gente tem como caminhar um pouco nesse sentido. Só precisamos saber ocupar os espaços vazios que ficam nos estádios de futebol. Cada cadeira vazia é um dinheiro que o clube deixou de arrecadar, não é? E não é preciso haver um Ronaldinho Gaúcho no time para levar o torcedor ao campo de futebol. É preciso saber primeiro tratar o torcedor, ter um time razoável, para o torcedor ir ao estádio. O Cruzeiro não está brigando por nada. Praticamente o campeonato para o Cruzeiro acabou, e o Cruzeiro coloca pouco mais de 30 mil pessoas no campo de futebol num domingo. Por quê? Antigamente, se o time não tinha chance de ser campeão, o torcedor não ia mais ao estádio. Então nós demos um passo para reconhecer o interesse desse torcedor, mas há como ocupar melhor os espaços nos estádios, não sei se com redução dos preços do ingresso, promoção, algum de tipo de venda.

Por isso estou dizendo que não dá mais para o clube hoje ser gerido por pessoas que são apaixonadas pelo clube, pelas pessoas que gostam do clube. É preciso haver profissionais especializados em cada área para trabalhar. Hoje o clube de futebol é uma potência para fazer dinheiro, mas, principalmente no Brasil, a gente não sabe fazer isso. Onde buscar esse pessoal? Existe uma universidade que prepara as pessoas para serem gestoras de futebol? Acho que não, mas há pessoas com experiência suficiente, com conhecimento suficiente. Só é preciso trazer essas pessoas para o mundo do futebol e começar a prepará-las melhor para que elas possam contribuir com os clubes.

Estava conversando com Dr. Lásaro ali fora, ele entrou para o Atlético em 2008, 2009. Nesse tempo em que estive lá, ele ampliou sua visão sobre clubes de futebol de forma gigantesca. E percebeu o potencial que é, mas uma pessoa só não consegue explorar ou extrair tudo o que um time de futebol pode passar a nós.

A imprensa também faz parte desse processo e também precisa se reestruturar, precisa se modernizar, precisa estar inserida nesse contexto de mudança do futebol e também precisa se reposicionar. Acho que é muito ruim para quem consome informação de futebol ter sempre a mesma visão, a mesma notícia do que se passou no dia a dia do futebol. Esse é um ponto que precisamos mudar, precisamos melhorar. Obrigado.

O presidente – Muito obrigado, Sr. Marcos Guiotti. Passamos a palavra ao Dr. Fernando Galvão, para sua exposição sobre o combate à corrupção.



Palavras do Sr. Fernando Galvão

Bom dia a todos. Inicialmente, parece-me necessário fazer uma explicação do porquê de um juiz da Justiça Militar estar em uma Mesa discutindo futebol. Parece que, de certa forma, caí aqui de paraquedas, falando de uma coisa que não entendo.

Essa substituição parece ser algo comum no esporte. O titular não pôde vir e, na última hora, meu amigo deputado João Leite pensou em alguém que pudesse substituí-lo. E a responsabilidade é toda de quem fez o convite.

Mas a ideia que me parece ter orientado a lembrança do meu nome é que fui promotor de justiça durante 16 anos em Minas Gerais, promotor especializado na defesa do meio ambiente e patrimônio cultural. No exercício dessa atividade, tive oportunidade de ampliar minha percepção sobre a influência do fenômeno cultural que é o futebol, os esportes. E tive oportunidade de trabalhar em casos concretos que diziam respeito à gestão de entidades de administração do esporte, Federação Mineira de Futebol e clubes de futebol. Então, tive então oportunidade de aprofundar reflexões sobre esses aspectos que são complexos e nos desafiam a uma ampliação de percepção dessa complexidade.

Assim, quero parabenizar a iniciativa da Assembleia, por seus deputados, de realizar este evento e permitir que discutamos as coisas que são importantes a partir dessa referência cultural bastante importante, que é o futebol.

Até fiquei feliz por poder falar um pouco mais cedo, tendo em vista essa dificuldade tecnológica para já, de início, tentar oferecer um contraponto.

Parece-me que as duas abordagens já desenvolvidas de maneira muito consistente focaram, em parte, esse fenômeno complexo que é o futebol, fizeram considerações a respeito do produto futebol, do negócio futebol. Mas tive ocasião de perceber que o futebol é muito, mas é muito mais que um produto. Embora o negócio envolva cifras consideráveis, precisamos perceber a amplitude desse fenômeno cultural.

No contexto da nossa legislação, a referência que me parece ser muito importante, até para que possamos pensar a ideia de um combate à corrupção, está na Lei nº 9.615, de 1998, no seu art. 4º, § 2º, que dispõe: a organização desportiva do País, fundada na liberdade de associação, integra o patrimônio cultural brasileiro e é considerada de elevado interesse social, inclusive para os fins do disposto nos incisos I e III do art. 5º da Lei Complementar nº 75, que regulamenta as atribuições do Ministério Público da União. Isso quer dizer que há um reconhecimento formal, na legislação brasileira, de que o fenômeno esporte envolve as pessoas de tal maneira que não posso reduzi-lo a apenas um negócio e as competições esportivas a um produto que gera receita e dinheiro.

Quero desenvolver um pouco mais essa referência, até para que possamos pensar que a corrupção não é apenas um crime, é mais que isso. Se começo a provocá-los dizendo que o esporte é um fenômeno cultural, hoje tenho a percepção de que as pessoas têm direito a desenvolver as potencialidades individuais que dizem respeito a participar dos grupos que tenham bons objetivos, como o esporte nos educa a fazer; a ganhar segundo as regras do jogo, a ganhar cumprindo o combinado.

Essa referência à educação, que meu amigo João Leite trouxe já num primeiro momento, parece-me de extrema importância. Quando o foco é essencialmente o ganhar dinheiro, a ética do fenômeno cultural é contaminada pela lógica do ganhar a qualquer preço, ganhar a competição, ganhar o dinheiro a qualquer preço. Será que essa é a boa ideia para a sociedade ou para o grupo a que queremos pertencer? Digo isso porque, além de ter trabalhado com esporte, com sete anos eu tinha problemas respiratórios e tive, então, que praticar esporte para obter melhora de saúde. Consigo praticá-lo até hoje com uma boa regularidade. O esporte em que fui iniciado e em que trabalho até hoje tem uma ética muito clara, que também sofre a influência do espetáculo, do negócio, do ganhar dinheiro. Meu esporte de coração, de infância, permite que, no mesmo contexto, pessoas de diferentes origens convivam e se relacionem, não importa saber quem é desembargador, quem é filho de desembargador, quem é pedreiro, isso não importa minimamente. As pessoas se vestem da mesma maneira, as regras estão postas para que todos as obedeçam, e só vale ganhar se for segundo as regras.



É claro que essa ética de respeito ao outro, à integridade física do outro, do ganhar honestamente desdobra-se para todos os outros aspectos da vida daquele participante. Aprendi com o esporte a trabalhar segundo as regras, a levar minha relação de casamento segundo as regras, a conviver com minha família respeitando a integridade e a dignidade dos meus filhos, dos meus amigos. E essa é a referência cultural que nos dá identidade.

Quando vejo uma torcida de futebol, a primeira coisa que percebo é a necessidade do indivíduo que tem uma vida difícil, que tem, digamos, um dia a dia duro de trabalho, de pertencer a um grupo que tem um objetivo, objetivo que tem uma honra, que tem uma dignidade. E ele pode ter uma dificuldade imensa no trabalho, mas tem a expectativa de pertencer ao grupo que vai ganhar, que vai ser campeão. Mas ele vai ser campeão por que vai ganhar dinheiro? O campeão ganha mais dinheiro, o clube ganha mais dinheiro. Será que essa é a boa lógica do fenômeno cultural? Será que as pessoas estão interessadas somente nisso? Aí me parece que há um espaço importantíssimo de intervenção do Estado no desenvolvimento das atividades que compõem o fenômeno. E o João Leite já mencionou.

Ora, a sociedade brasileira é um condomínio em que nós pagamos as contas. Se há a decisão política de gastar 100 milhões em determinada atividade, isso é de interesse de todos, pois estamos gastando aqui e não ali. E estamos gastando aqui com qual objetivo? É claro que, se há desvio desses recursos, se imaginarmos que a opção política foi acertada, o mínimo que se pode esperar é que haja o uso adequado daquele recurso destinado. Como imaginar que não se pode criminalizar os desvios dos recursos públicos que foram empregados em uma atividade irrelevante e não foram utilizados como deveriam ser? Não estou sustentando que todos os problemas sociais devam ser resolvidos por meio da criminalização. A ideia não é essa. Mas a sociedade tem o direito de usar também esse instrumento para, na medida do possível, tentar evitar que desvios ocorram. Nessa perspectiva, o Código Penal traz previsão para crimes de corrupção, corrupção ativa, corrupção passiva, e o contexto em que os crimes foram concebidos, que envolve sempre a atuação de um agente público, de recursos públicos.

O Estatuto do Torcedor também trabalha a ideia da corrupção. Embora não use o mesmo nome, temos lá a figura da corrupção passiva e da corrupção ativa, que vão interferir nesse fenômeno cultural, em que há uma disputa, uma proposta, um objetivo de competir segundo as regras. E temos lá a corrupção que influencia o resultado. Percebemos que quem acompanha aquilo, que quem se envolve, que quem se emociona tem direito a que o jogo se desenvolva honestamente, segundo suas regras. Já vi muitos reclamarem que não existe criminalização para *doping*, que é uma forma de corrupção, é uma forma de deterioração da nossa atividade. Com *doping*, não estamos jogando licitamente, honestamente. Se o Estatuto do Torcedor não traz uma específica previsão para o uso de substâncias que aumentem o rendimento do atleta ou que possam desequilibrar as condições de igualdade para o desenvolvimento das atividades, temos uma figura que é abrangente, que fala em fraudar por qualquer meio. É o art. 41, "e", do Estatuto do Torcedor: "fraudar por qualquer meio o resultado da competição". E uma das formas de fraudar o resultado da competição é desequilibrar ilicitamente as condições de competição.

Da mesma forma acontece na licitação: os concorrentes precisam ter igualdade de competição; os atletas precisam ter igualdade na competição. Então, é possível extrair do sistema jurídico que, já no âmbito da incriminação, não se tem preocupação exclusiva com a questão patrimonial, ou seja, não interessa só unir desvios de recurso; há interesse expresso de se manter a atividade segundo as regras, o que estabelece uma ética que nos interessa perceber como conteúdo importante da atividade.

A atividade não é simplesmente estética, bonita no movimento; ela tem um conteúdo ético; é preciso desenvolvê-la da maneira certa, porque assim a nossa sociedade preserva valores. A atividade esportiva tem essa contribuição importante a dar na educação não só de jovens, mas também de adultos e pessoas idosas. Vejam como, por exemplo, o Minas Tênis Clube faz um excelente trabalho com os idosos, que lá têm garantida sua potencialidade de se relacionar e se envolver em atividades esportivas que trazem benefícios de toda ordem.

Mas, se a minha provocação é no sentido de que corrupção não é só crime, eu queria, a partir da referência da Lei nº 9.605, provocar os debates sobre se é possível, por meio de discussão de natureza civil, ou seja, de inquérito civil público, termo de ajustamento de conduta e ação civil pública, discutir os limites de equilíbrio da atividade adequadamente



desenvolvida. Como promotor de justiça, não propus ações criminais, em tese, apenas no contexto da má gestão dos recursos que são do clube – e percebam que o fato de ser uma entidade privada não significa que o administrador pode desviar o dinheiro que não é dele, mas do clube. Obviamente, ele não tem esse direito; caracteriza-se, com facilidade, um crime do código penal. É possível discutir, no cível, por meio de ação civil pública, ou fazer acordos, por meio de termo de ajustamento de conduta, para a manutenção e preservação das boas práticas. Nesse contexto de responsabilidade civil, precisamos perceber também que as pessoas sofrem danos. Podemos falar em dano moral coletivo quando a atividade não se desenvolve de maneira adequada, e é uma frustração das expectativas daquela massa de pessoas, daquele coletivo que se envolve emocional e apaixonadamente no acompanhamento e na torcida, naquela prática desportiva, de seu time, seja de futebol, seja de qualquer outra modalidade. Então, a má gestão de uma entidade pode não somente causar prejuízos financeiros, mas também afetar negativamente a ética da sociedade que, todos os dias, estamos construindo, estamos preservando em termos de bons valores. Obviamente vamos identificar efeitos concretos na vida das pessoas que lá tinham suas expectativas legítimas de participar, envolver-se e se desenvolver.

Gostaria que os meninos tivessem como sonho ser bons atletas de futebol, e não somente ganhar dinheiro.

A lógica do ganhar dinheiro acaba sugerindo que se pode fazer qualquer coisa para ganhar dinheiro, e me parece que essa não é a sociedade que queremos construir e em que queremos viver. Desculpe se me alonguei. Acho que me mantive no prazo. Fiz um contraponto, espero que seja produtivo. Muito obrigado, João; muito obrigado a todos pela atenção.

O presidente – Muito obrigado, Dr. Fernando Galvão. Passo a coordenação dos trabalhos ao deputado Geraldo Pimenta, vice-presidente da Comissão de Esportes da Assembleia de Minas.

O presidente (deputado Geraldo Pimenta) – Peço emprestado ao poeta pantaneiro Manoel de Barros e saúdo cada um dos presentes como fazedores do amanhecer no futebol. Um abraço. Passo a palavra imediatamente a Lásaro Cândido da Cunha, diretor jurídico do Clube Atlético Mineiro.

Palavras do Sr. Lásaro Cândido da Cunha

Bom dia para todos, saúdo os componentes da Mesa, presidente, meu amigo Sérgio, Renê, saúdo os ídolos atleticanos, João Leite. Essas semanas têm sido muito tensas no futebol, no clube, mas, finalmente, estamos chegando à nossa quarta Libertadores seguida. Vamos à luta.

Vou falar sobre uma parte chata, uma parte quase legal do futebol. Os debates, as experiências externas são sempre interessantes, mas temos de conhecer nossa realidade, especialmente a realidade legal, normativa. Mudar simplesmente sem conhecer a realidade não dá. Ao longo desse tempo que estou no futebol, tenho constatado que, entre os dirigentes, clubes de modo geral, atletas em particular, torcedores, há um desconhecimento quase geral sobre as regras do futebol. Regras legais do futebol, seu arcabouço normativo.

Nesse pouco tempo que tenho, vou fazer minha exposição concentrando no Profut, com considerações iniciais sobre a natureza jurídica, autonomia constitucional, sistema legal, antecedentes do Profut, a própria Lei nº 13.155, de 4/8/2015, e também autonomia e responsabilização, parcelamento, vetos, desequilíbrio tributário etc.

Nas reuniões de que os clubes participaram na CBF para discutir o Profut, o que aconteceu? Participei de todas as reuniões. O Atlético acabou tendo uma intensa atuação nos debates.

E o primeiro dado importante é o seguinte: os clubes não conversam, os clubes não estabelecem um diálogo direto. Praticamente nas reuniões do Profut os clubes começaram a conversar. Até digo que os clubes não têm o WhatsApp de seus presidentes e diretores. Não há nenhum grupo, cada um defende o seu, e aí reina a desinformação, a ignorância, ocorrendo então coisas não tão interessantes.

As pessoas não sabem, mas os principais clubes do Brasil são associações. Há regimento do Código Civil, e essa é uma questão cultural. Se quisermos copiar o futebol inglês, temos de trazer alguns russos para cá. Aí se pegam, digamos,



aquelas coisas de petróleo mal-explicadas na Rússia, bilionários compram os clubes, e nós vamos ficar só assistindo. Eu acho que a história brasileira tem mais densidade que isso.

Nossos clubes são associações, e associações de pessoas. “Constituem-se as associações pela união de pessoas que se organizem para fins não econômicos”. Mas como não econômicos, se o futebol envolve muito dinheiro? Aqui é um conceito técnico. Não há distribuição de lucro entre diretores, dirigentes etc. A gente até tem desconfiança de que há.

Mas a corrupção é um fenômeno mundial. Vejo muitas pessoas dizendo que isso é Brasil. Não, aqui tem muita coisa boa, e corrupção tem no mundo todo. Quem gritava e elevava o futebol alemão, o melhor do mundo, o Sr. Beckenbauer, recentemente foi pego. Então nós temos de tirar isso, de que tudo de errado está aqui. Não, tem muita coisa boa aqui. Então sou favorável a integrar os aspectos positivos, mas nós temos uma realidade cultural, uma realidade histórica. E aí está o filho do Telê, o Renê. O Telê é experiência para todo o mundo, sempre uma lembrança de educação, de dedicação, de organização, de obstinação. Então nós temos muitas experiências positivas.

O inciso I do art. 217 da Constituição Federal define claramente: “I – a autonomia das entidades desportivas dirigentes e associações, quanto a sua organização e funcionamento;”. O que as leis recentemente aprovadas fizeram foi intervenção no futebol à revelia do texto constitucional. Isso está claro. Daqui a pouco vão mexer até na pontuação. Obviamente isso não é possível, mas, como atualmente há muita confusão no plano legal, têm ocorrido coisas inimagináveis.

Há um arcabouço infraconstitucional que todos conhecem, pelo menos de nome, que é a Lei Pelé. Em alguns aspectos, essa lei é uma tragédia. A Lei Pelé para os clubes é uma tragédia em alguns aspectos. Aí vem uma sequência de leis. O que não falta é lei. Há lei para tudo. Só na Lei Pelé houve uma infinidade de alterações. Estou acompanhando rapidamente ali as questões legais e a quantidade de leis que existe.

Então, veio a discussão do Profut. Todos sabem que os clubes têm uma dívida histórica. Agora, por incrível que pareça, os clubes pagam muito. Isso é inacreditável, pois as pessoas pensam que os clubes não pagam, mas pagam muito e ainda devem muito. E não devem o que propalam por aí. Hoje, a dívida fiscal dos clubes está em torno de R\$4.000.000.000,00.

Nas discussões do Profut, apresentamos a seguinte proposta e as seguintes questões para os representantes do governo que estavam lá: vamos fazer um jogo aberto? Vamos ver o que de fato é devido dessa dívida? Em torno de 35% a 40% dessa dívida é indevida. Mas indevida como? É dívida prescrita, dívida que o Supremo Tribunal julgou inconstitucional. Mas vieram sucessivos governos e presidentes de clubes que fizeram o refinanciamento e confessaram tudo. Vamos jogar um jogo aberto? Vamos. Vamos tirar o que é indevido? Não vamos.

Então, vamos fazer de conta, e confessamos, inclusive, uma dívida cuja parte é absolutamente questionável. Existe até matéria sumulada do STF sobre isso. Mas não, confessamos a dívida de R\$4.000.000.000,00, e foram dizer para a nossa torcida que os clubes devem muito, em vez de jogarem aberto, claro. Agora que isso foi colocado para o governo, está difícil conversar. A verdade é esta: está difícil conversar sobre coisas sérias.

Pois bem, nas discussões, vamos estabelecer um refinanciamento adequado para o futebol, correto. Mas, no meio do caminho foi editada a Medida Provisória nº 671. Se o número 1 estivesse no lugar do 6, seria Medida Provisória nº 171. Olhem o que os burocratas fizeram! E medida provisória não é projeto, já vira lei, é uma lei. O art. 8º dessa medida provisória impôs que os clubes abrissem uma conta em um banco e ficassem nesse banco durante 25 anos. Estão escritas ali essa e outras aberrações dessa medida provisória, pois são aberrações, coisas esdrúxulas, na pressa, na correria, porque é uma medida provisória e seria a discussão de um projeto de lei, de conversão da medida provisória. E há toda uma ação para negociar coisas bizarras, a verdade é essa. E aprovaram essa lei do Profut.

Quando discutíamos o Profut, estavam lá os presidentes dos clubes. Quando o Daniel não podia ir, quase sempre estava eu lá representando o Atlético. Em uma dessas reuniões, eu disse que os clubes pagam 5% de contribuição previdenciária sobre todo o faturamento, e milhares de empresas pagam 1%. Se estamos discutindo a necessidade de isonomia, de melhoramento do futebol, vamos cobrar adequadamente, corretamente. Até o Eurico Miranda, que estava



próximo, levou um susto, pois eu disse que, no ano de 2014, o Atlético pagou quase R\$7.000.000,00 de contribuição previdenciária por esses 5% que são descontados na fonte. Os clubes deveriam pagar 1,3%. Na fabricação de navios, nos *calls centers*, na fabricação de aviões, de autopeças, no ramo automotivo, em tudo, paga-se 1% ou 1,5%. Recentemente isso foi reformado, passando para 2,5%. Mas os clubes pagam 5%.

Se isso será colocado na mesa, vamos jogar aberto. O Sr. Eurico Miranda tomou um susto: “Mas nós pagamos isso?”. Os clubes pagam porque o desconto é na fonte.

Então, não há um jogo aberto. Foi aprovado esse Profut, que promove uma intervenção nos clubes. E olhem, não vai demorar, daqui a três, quatro anos, vamos discutir isso de novo, o Profut de 2017-2018, vamos continuar. Quem lê isso pensa: “Que maravilha! Tem de haver responsabilidade social”. Só que os clubes são entidades de direito privado, e, se ficarmos criando órgãos de fiscalização, como o Apfut, que é ligado ao Ministério da Saúde, não vamos chegar a lugar algum.

Vou resumir esta parte, porque meu tempo já se esgotou. Recentemente foi editada uma portaria, que estabeleceu as regras para a adesão a esse programa. Estão descritas ali as obrigações, que constam na lei. Uma delas é a fixação de mandato. O Atlético, por exemplo, só prevê uma reeleição, e o mandato é de três anos. Isso é matéria de lei? É um clube! Vamos promover a intervenção no Minas Tênis? Promovam a intervenção no Minas Tênis, para ver o que acontece? Em clube de futebol todo mundo dá palpite, porque ele não tem meio dono, e o torcedor é um pouco alienado.

Vou contar uma história para vocês. Sou professor há 30 anos. Há algum tempo, um colega meu, juiz de uma corte, atleticano doente – um pleonismo –, disse: “Contrate o fulano”. Falei: meu amigo, ele quer ganhar R\$400.000,00. “Contrate, depois a gente...” Sabe, se depender do torcedor, é assim. Toda hora ouço esse tipo de coisa. “Vamos trocar o André pelo jogador do São Paulo, aquele lateral que hoje é ala, é ponta.” O André tem contrato por mais seis meses; não é assim, está vencendo o contrato. Se se analisar economicamente, pela realidade do futebol, seria melhor esperar, fazer um pré-contrato agora e ir embora de graça. Isso foi a Lei Pelé que fez.

O Profut estabeleceu o percentual que terá limitação de antecipação de receita, etc. Defendi sempre, na regulamentação da legislação do Profut, que a lei determinasse a existência de normas nos regulamentos das competições, regras de *fair play*, ou seja, obrigatoriamente. Mas como serão essas normas? Evidentemente, tem de ser regulada entre os clubes, porque aí se tem um jogo de apertos e pressões, que vai se ajustando. Não é governo que vai tomar conta do futebol.

Quando eu não lidava nessa área, imaginava, lá atrás: a Justiça tem de entrar no futebol. Se a Justiça entrar no futebol, acabará com o futebol; um juiz vai dizer que foi falta, que não foi falta. Então, existe todo um regramento específico. Aliás, quanto a esse regramento, hoje a questão está passando ilesa para todo mundo. O regramento do futebol existe, o regramento Fifa. É o único ramo de atividade no mundo em que se tem uma vinculação lá em cima, na marra, que é o modelo Fifa, e todas as instituições vão se vinculando. Atualmente estão sendo discutidos os chamados licenciamentos de clubes, e o Atlético até participa dessa comissão. Já fiz constar que todas as entidades no mundo terão de fazer a adequação desse chamado licenciamento de clubes.

O nome parece ingênuo, mas o licenciamento de clubes, se aprovado nos termos em que a Fifa quer, vai matar, matar os clubes do interior. Por quê? Teríamos um sistema em que o modelo seria sueco. É inadmissível que a Fifa venha dar determinação para o meu clube de origem, o URT, de Patos de Minas. O URT não tem condição de ter o que o Atlético tem. Não tem jeito. É uma elitização e uma exclusão. E os clubes resolvem não aceitar isso. Então ficarão excluídos de qualquer competição. Hoje, briga-se, briga-se e briga-se com a Conmebol, mas ela é a salvação. Por quê? Conmebol paga pouco, mas, no cenário atual, disputar a Libertadores é um sonho. E, daqui de Minas, o Atlético estará lá mais uma vez. Espero que, como 2012, em que fomos vice-campeões, agora 2013 de novo. Quem sabe?

Dia 22 é o sorteio. Aliás há uma especulação. O sorteio é com potes 1, 2, 3 e 6, 7 e 8 da Libertadores. Como o Atlético vai ficar em segundo ou terceiro lugar – segundo seguramente, espero em Deus –, não seria cabeça de chave. Mas há uma



discussão atual de que a Conmebol faria o sorteio conforme o *ranking* dos últimos seis ou cinco anos. Aí, a coisa mudaria, abre-se a possibilidade, no modelo anterior o Atlético não seria cabeça de chave, mas poderia eventualmente ser.

Cumprimento de contratos e obrigações legais. Meu tempo acabou, mas estou finalizando. O parcelamento será em 240 meses. Dos cinco primeiros anos até a 24ª, dois anos, a prestação é de 50% do valor. Da 25ª à 48ª prestações, ele pagará uma redução de 25% e, no último ano desses cinco, redução de 10%. A correção monetária é uma loucura, é a Selic. Com uma prestação de R\$900.000,00, é uma bola de neve no cenário. Redução da multa. Brigaram com os clubes dizendo que era um absurdo haver redução de multa em 70%. Sabem o que aconteceu? Recentemente, em março, foi aprovada uma lei que fazia o ajuste e o refinanciamento do empregador doméstico. Milhares de empregadores domésticos puderam refinar seus débitos com redução de 100% da multa. E ninguém falou nada. Só falam dos clubes. Existe refinanciamento para tudo. Na hora dos clubes, é isso, é essa Lei Complementar nº 150. Aliás fizeram uma regra básica elementar e não conseguiram resolver a questão básica. Tivemos de entrar no sistema e resolver, mas deixem para lá.

Meu tempo terminou, mas preciso de 5 minutos. Categoria de base. Está dando aí Alemanha, Espanha. Mas vemos nossa realidade.

A nossa realidade é a seguinte: com muito custo, os clubes conseguiram que o Congresso aprovasse uma redução para 12 anos – hoje são 14. Sabem o que aconteceu? Foi vetado. Vamos ler as razões do veto: “Da forma como redigida, a possibilidade de adolescentes com idade inferior a 14 anos praticar desporto de formação organizado por entidade de prática esportiva pode mascarar a relação de emprego”. Mas, com 14 anos, não há relação de emprego. Ele deve ter considerado apenas uma e vetou. As pessoas não leem.

Há um argumento muito forte quanto à questão cultural: o futebol deve ser cultura. Então, vamos parar com a competição, pois futebol é um desporto de alto rendimento, e isso exige muita preparação. Na China, as pessoas começam a praticar o tênis de mesa com três anos; já aqui vamos começar aos 14; daqui a pouco, será aos 20, vamos começar a entrar na categoria de base. Isso é inacreditável, e também é inacreditável o fundamento do veto.

Agora, há algo mais bizarro ainda: sou radicalmente contra quererem transformar atleta de futebol em vítima. Há pessoas que ganham muito. Considero absurdo um técnico ganhar R\$400.000,00. Entretanto, os clubes não se reúnem para estabelecer regras de competição – eventualmente para uma *fair play* financeira. Alguns atletas ganham R\$200.000,00 e ainda querem um benefício se o contrato for rescindido. Não sei se todos sabem, mas contrato do atleta de futebol profissional tem prazo determinado. Se for um contrato de um ano e ele se destacar, o clube o perde; ele vai embora porque a famosa Lei Pelé o tirou dos clubes e o entregou para alguns empresários. Existe uma multa na lei atual, na Lei Pelé, e, se rescindirmos o contrato antecipadamente, é preciso pagar uma indenização que, até 2011, era de 50% do valor do salário restante que ele tinha definido no contrato. Isso agora passou para 100%. Há pouco tempo, o nosso coirmão contratou um jogador argentino que ficou aqui uns anos, e ele deveria rir de nós: “Lá, fazemos um contrato de quatro ou cinco anos e depois, se nos mandarem embora, é preciso pagarem tudo”.

Os clubes apresentaram uma proposta para reduzir para 50%, o que já é um negócio altíssimo, um absurdo, e isso foi vetado. Vejam o veto: “O tratamento do tema dos contratos de trabalho dos jogadores profissionais de forma isolada, como o realizado pelo dispositivo, poderia trazer prejuízo aos clubes”. Vou parar aqui: prejuízo aos clubes? Foi feito um *lobby* para vetar isso, e vetaram; não há motivo.

Estou vendo aqui que há ex-árbitro de futebol e estou vendo ali 0,5%. Aí não há uma posição institucional. Os clubes são favoráveis, publicamente, ao direito de arena dos árbitros. Eu, como estudioso, considero um absurdo. Então, vamos colocar todo mundo: o homem da maca, etc. Entretanto sou favorável à profissionalização. O árbitro tem que ganhar bem, pois sofre muito, ainda mais hoje, com a tecnologia. Existem situações um pouco estranhas.

Vou narrar para vocês um caso que aconteceu recentemente com o Marcelo de Lima Henrique num jogo contra o Atlético do Paraná. Eu postei perto do vestiário e esperei a presença dele. Eu não ia brigar porque, com essa estrutura, eu ia



apanhar. No futebol a gente aprende. Eu não ia falar nada, só olhar para ele. Quando ele se aproximou, estava transtornado. Ele olhava com um olho esbugalhado, completamente sem preparo. Então, se você tem por trás uma organização misteriosa, cheia de escândalos, como você vai acreditar nisso?

Já passei muito do meu tempo, mas aprendi com os deputados. Vejo o presidente dizer “Deputado, venceu seu tempo”, e ele continuar. Já estou acabando.

Há uma coisa escandalosa: os clubes aprovaram uma regra que acho absurda. Tinha que provar para as entidades governamentais que os tributos têm sido pagos para participar de competições, um negócio escandaloso. Foi vetado e aprovada a CND. Quero saber um time do interior que não tem nenhuma condição nem para ter advogado para se defender, como vai ter CND? Se não tiver CND não pode participar da competição. E mais: vai ser rebaixado. Agora, o inacreditável é que você tem que ter a CND para trabalhar? Como assim? Fabricante de parafuso tem que ter CND para trabalhar? Se for para fazer contrato com o governo ou receber verbas, tudo bem. Não sei como vai ser o futebol com todas essas exigências.

Estou louco para voltar a ficar na arquibancada, voltar para o meu Galo na Veia e começar a criticar. Estou louco para ficar de fora. Evidentemente depois de todo esse tempo tenho que aproveitar alguma coisa. Vou continuar estudando futebol, mas acho que só vamos mudar alguma coisa no dia em que houver conscientização do nosso sistema legal. Precisamos ter conscientização, mas não é copiando esse ou aquele: é conhecendo, porque mudar por mudar, você pode mudar para pior, então eu prefiro mudar sem muita ruptura, mas qualificando e aproveitando o que o brasileiro tem de bom. Sou contrário a esse tese de que “isso é Brasil”. O Brasil tem muita coisa boa.

Terminando agradeço muito a oportunidade. Obrigado a todos.

– No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de *slides*.

O presidente – Agradecemos também ao ilustre palestrante Lásaro Cândido. Com a palavra, o Sr. Paulo Bracks, diretor de Competições da Federação Mineira de Futebol, para falar do tema “Calendário”.

Palavras do Sr. Paulo Bracks

Boa tarde a todos. Agradeço a atenção e a presença de todos. Antes de mais nada, agradeço à Assembleia Legislativa por ter renovado esse convite a mim. Ano passado estive no I Ciclo de Debates Muda Futebol Brasileiro. Na pessoa do deputado João Leite e do deputado Anselmo José Domingos, agradeço à Assembleia por ter renovado esse contrato.

Ficamos ansiosos para falar sobre um tema instigante, que é o futebol. Coube a Gilberto Silva, parece que de propósito, bater o último pênalti da nossa Mesa. Geralmente o último pênalti, em tese, é do melhor batedor, então, antes de passar a palavra ao Gilberto, vou falar para vocês sobre um dos objetivos desse ciclo de debates, que é “Calendário”. Cada um aqui – e estamos com um plantel bem completo – está na sua área. Temos atletas, treinadores, imprensa, coordenadores, empresários, membros de federação, de confederação. Cada um joga em uma posição aqui. Eu não jogo nas 11 e meu objetivo é falar sobre o que enfrentamos hoje em Minas Gerais. Não vou falar sobre o calendário nacional, mas sobre o calendário estadual.

A quem interessa o calendário estadual? Qual é o objetivo que eu trouxe institucionalmente, em nome da Federação Mineira, para falar neste ciclo de debates sobre futebol?

A quem interessa o calendário estadual, isto é, qual é o objetivo, institucionalmente falando em nome da federação mineira, para debater o futebol neste ciclo de debates? A quem interessa: aos atletas, à televisão, às confederações, às federações? O objetivo foi restrito a clubes. Temos, sim, de discutir as outras áreas. Precisamos ouvir cada um com o seu papel, e meu objetivo aqui é falar sobre clubes. Se eu passar esses meus óculos já combalidos para cada um experimentar, cada um de vocês vai enxergar uma imagem diferente. Futebol é assim, a imagem pode até ser a mesma, mas cada um enxerga de forma diferente.

Na verdade, na primeira palestra, na palestra da imprensa, que foi feita pelo Guiotti, o futebol é uma fábrica de sonhos, então cabe ao teórico e a quem pega no chifre do boi, que é o meu caso, complementar o outro e fazer dessa fábrica de sonhos algo real para promover um bom futuro para todos, atletas, treinadores e pessoas que trabalham com isso.

Vou começar a falar sobre o que planejei, que são números. Números da Diretoria de Competições da Federação Mineira de Futebol – FMF. Não estou falando da paixão do deputado João Leite, que é o futebol amador, que é muito importante, principalmente em razão de seu papel social. Vou falar em nome do departamento profissional e de base, que cabe à Diretoria de Competições da FeMF, profissionalmente falando.

Hoje existem três divisões do futebol profissional em Minas Gerais: primeira, segunda e terceira divisões. A nomenclatura é antiga e faz parte do estatuto da federação, que um dia pretendemos, sim, mudar, mas por enquanto chamamos de módulo 1 e 2 e de divisão. Tecnicamente, o nome é primeira, segunda e terceira divisão. Então há três divisões de profissionais ao longo do ano, e, além das divisões profissionais, existem as categorias de base, que são a base de tudo no nosso futebol, isto é, a formação, que são as categorias sub-20, sub-17 e sub-15. As categorias sub-15 e sub-17 já foram objeto de mudança desta nova gestão. Conseguimos duas divisões dentro da sub-15 e da sub-17, e, futuramente, pretendemos abaixar ainda mais essa categoria, fazendo torneios de sub-13 e de sub-11. Entretanto, primeiramente devemos consertar, de forma gradativa, o que precisa ser consertado nas divisões de cima para termos respaldo e competência para trabalhar nas categorias inferiores à sub-15. Então, hoje, contamos com a sub-15, sub-17 e sub-20 e com três anos de profissionais.

No meio do ano, acontece a nossa estimada Taça BH, que teve a sua cara mudada do ano passado para este ano. Ela deixou de ser um torneio simplesmente estadual e local para ser um torneio internacional, o que nos dá muito orgulho. Isso traz para Minas Gerais, para Belo Horizonte e para as cidades do interior times estrangeiros, empresários, olheiros e *scouts*. A Taça BH deste ano, para quem trabalhou nela, foi um sucesso. Pudemos proporcionar um ganho à seleção brasileira, já que, dos 23 convocados, 20 jogaram a Taça BH, no sub-17. Então, no meio do ano acontece a Taça BH, e agora vamos tentar, já que isso não depende só da FMF, o retorno da Taça Minas Gerais, como torneio profissional, para o segundo semestre. A Taça Minas Gerais não é disputada há três anos e já vai completar quatro anos, mas vamos tentar voltar com essa competição no segundo semestre.

No tocante ao número de clubes e atletas, para quem às vezes não trabalha com o futebol mineiro ou para quem está na prateleira de cima dos grandes clubes, é algo que essas pessoas não conseguem enxergar. Atualmente, nesses 10 campeonatos, existem cerca de 39 times profissionais atuando e mais uns 5 ou 6 que ainda estão ativos na FMF. Em relação aos clubes profissionais, aos números de Minas Gerais, estamos falando de um Estado que é maior do que a França, isto é, de um Estado com mais de 800 municípios.

Se me perguntarem – e hoje sou diretor de Competições da federação – se esse número é pequeno, vou dizer que é grande. Clube profissional tem que ser profissional. Entendo que esses números de 39, 43 e 45, mesmo para um Estado enorme como Minas Gerais, tendem a ser reduzidos, não sei se pelo licenciamento de clubes que a Fifa quer introduzir, como disse o Dr. Lásaro, mas principalmente porque a gestão deve ser profissional. A seleção, então, acaba sendo um pouco natural quando você tem na direção do futebol pessoas que querem ser profissionais. Então, acredito que esse número tende a ser reduzido. Times somente com categoria de base são hoje cerca de 35 disputando as competições de 2015. Há times que estão sendo privilegiados, e estão presentes dirigentes de times de base. Há privilégios para quem trabalha a categoria de base o ano inteiro. Não há prestígio para quem monta clube, para quem faz elenco para disputar uma ou duas competições. A nossa proposta é fomentar quem fomenta a base, razão pela qual antecipamos o início do sub-15 e do sub-17 em 2016 para o primeiro semestre. Queremos privilegiar esses clubes que só têm a categoria de base; é um só que não é pouco, mas muito. Hoje há clubes profissionais na nossa primeira divisão que não têm categoria de base. A União Recreativa dos Trabalhadores, citada pelo Dr. Lásaro, fundada em 1939, não tem base.

Hoje temos clubes de base muito bons em Minas Gerais que fornecem atletas para os clubes que ainda não possuem a base, que é a formação de tudo. O número aproximado de jogadores é fornecido pelo Departamento de Registro de Transferência, que trabalha diretamente como a Diretoria de Competições. Quase cinco mil jogadores disputaram em 2015 as nossas competições – e não estou falando do amador; para o amador, multiplicamos esse número por três ou quatro. Então, temos hoje cerca de cinco mil famílias que dependem do futebol e das competições da Federação Mineira de Futebol para sobreviver, ter o seu ganha-pão e colocar dinheiro dentro de casa; e ainda há pessoas que especulam dizendo que federações não servem para nada. Servem, e muito. Isso depende do óculos que a pessoa está usando. São cinco mil atletas registrados em competições estaduais, sem contar o amador, sem contar o terrão, cujo número é exponencial. São quase mil jogos sobre a batuta da Diretoria de Competições. São 855 jogos, quase 900 jogos. Cada jogo exige uma preparação que talvez quem não trabalha com o futebol não conheça. É árduo preparar uma partida, é árduo você fazer aquele jogo que o torcedor vê da arquibancada.

Já fui torcedor de arquibancada e, ao contrário do Dr. Lásaro, não quero voltar para ela. O torcedor enxerga aquela bola rolando, que é o produto apaixonante do futebol, e todo esse trabalho que circunda a partida de futebol passa por várias pessoas, por um sem número de pessoas. São 855 jogos por ano, e a tendência é, em 2016, aumentarmos esse número. O nosso período de competição será entre fevereiro e final de novembro ou início de dezembro. Temos o recesso de dezembro para janeiro. Em janeiro há a preparação para o ano de 2016, e o nosso período compreende fevereiro a novembro. Esse é o período estadual.

Farei um comparativo entre clubes exatamente para pensar e deixar a interrogação para alguns de que Clube Atlético Mineiro e Cruzeiro Esporte Clube não precisam tanto da federação quanto os outros 40 clubes.

Por isso a nossa preocupação é com os demais clubes. A federação é gestora dos demais clubes. Atlético e Cruzeiro disputaram este ano mais de 60 jogos. Foram 11 meses de competição. Houve 1 mês de pré-temporada; 1 mês de férias e 11 meses intensos de competição. Atlético e Cruzeiro querem reduzir o número de jogos? Não, querem aumentar. Ano que vem, Atlético e Cruzeiro possivelmente vão disputar a Copa Sul-Minas-Rio, que tem apoio da federação mineira. Os clubes não costumam dialogar, mas a federação abriu espaço para eles conversarem a respeito dessa competição, que, de início, nasceu independente. Então, Atlético e Cruzeiro querem disputar mais jogos. Quanto mais jogos, melhor, tanto para o Atlético quanto para o Cruzeiro. Quanto a período de descanso, os clubes querem excursionar, querem disputar mais competições. E já que querem disputar mais competições, fica o convite público para que Atlético e Cruzeiro disputem a Taça Minas Gerais com seus clubes, com seu plantel sub-23 ou sub-20, o que dará um brilho diferente para os times do interior, no segundo semestre.

A preocupação da federação não é com o calendário do Atlético ou do Cruzeiro, mas sim com os demais. O Boa Esporte – também poderia estar aqui o América Futebol clube –, clube da Série B do Campeonato Brasileiro, disputou este ano 51 jogos em cerca de 10 meses de competição: Campeonato Mineiro, Primeira Divisão e Série B, que é muito boa para o clube, pois recebe incentivo da CBF e dá calendário o ano inteiro. O Boa vai para a Série C ano que vem e terá o seu número de jogos diminuído drasticamente. O Tupi, que disputou a Série C este ano e, com muito mérito, subiu para a Série B – perdemos o Boa Esporte e ganhamos o Tupi na Série B –, é de uma cidade grande, Juiz de Fora, que tem grande estrutura, e disputou apenas 36 jogos este ano: Campeonato Mineiro, Primeira Divisão e Série C do Campeonato Brasileiro, com cerca de sete meses de atividade. E a ampuheta vai perdendo sua areia. O URT – não combinei hoje de falar dele duas vezes, já estava na apresentação – é um clube de primeira divisão que não se classificou para as semifinais e finais, ao contrário de Caldense e Tombense, e disputou este ano 11 jogos em cerca de dois meses de competição – a mais alta competição em Minas Gerais, que é a primeira divisão. E o Democrata, de Sete Lagoas, que tem uma história muito bonita em Minas Gerais, é um clube que este ano disputou a segunda divisão, que é a terceira divisão. Ele não se classificou para a hexagonal final e disputou apenas oito jogos profissionais em cerca de um mês e meio de competição. Estou falando de competição profissional. O Democrata, de Sete Lagoas, disputou oito jogos este ano. A Patrocinese, da segunda divisão do nosso Módulo II, disputou oito jogos em cerca de um mês e meio de competição.

Então, o nosso foco, a nossa proposta na federação mineira é fazer com que clubes iguais ao Democrata, URT, Patrocinense, Tombense, Tricordiano e Uberlândia tenham um calendário maior. Não adianta a gente querer achar que tem solução para tudo, que futebol é muito fácil de resolver, que o calendário é muito simples, que é só colocar jogo para as equipes atuarem, não é. A nossa proposta é gradativa: primeiro, o degrau de cima, depois subir mais. Parece simples, mas não é. Não é fácil fazer o Democrata de oito jogos triplicar esse número.

O nosso calendário para o ano que vem já tem os períodos estabelecidos. Divulgamos o calendário de 2016 no dia 20 de outubro. Foi um dos itens que mudamos assim que assumimos a federação, que não tinha calendário de competições e muito menos a divulgação desse calendário com tantos meses de antecedência.

Essa é a proposta de calendário. O mais rígido é o módulo 1, que tem a data estabelecida pela CBF. Iniciaremos no dia 31 de janeiro. Em relação às demais competições, conseguimos caminhar uns dias à frente e uns dias para trás, dependendo dos clubes.

Esse é o calendário. Temos os módulos 1 e 2 no primeiro semestre. A primeira e a segunda divisões estão no primeiro semestre, e a terceira divisão no segundo. A Taça Minas Gerais será no segundo. O objetivo é congrega ao menos quatro clubes da primeira divisão e clubes da segunda divisão, para que valha vaga na Copa do Brasil.

A CBF mudou a regra de acesso à Série D. Os clubes que conquistarem a vaga na Série D em 2016 terão vaga na Série D de 2017. Temos de trabalhar isso já para o ano que vem, visando à Copa do Brasil e à Série D dos nossos clubes. Hoje, dos 12, temos 8 em competições nacionais.

No segundo semestre haverá ainda o Campeonato Mineiro de Futebol Feminino, que realizamos todos os anos, além do amador. Em relação às competições da categoria de base, mudamos o calendário. Quem acompanha o futebol de Minas Gerais sabe que o calendário do sub-15 e do sub-17 começava apenas no segundo semestre, mas agora começa no primeiro.

As propostas são módicas, mas, na minha opinião, são o primeiro degrau. A primeira é haver, no mínimo, três meses para um clube disputar. Vimos a Patrocinense e o Democrata de Sete Lagoas. Um mês e meio de competição é muito pouco durante um ano inteiro. O mínimo tem de ser três meses, até para haver diálogo com o contrato de trabalho dos atletas profissionais de futebol, indiretamente e diretamente, favorecendo o atleta, que terá pelo menos esses meses para jogar. Essa é a proposta para o ano que vem. As competições devem proporcionar aos clubes, ainda que sejam eliminados na primeira fase, três meses de competição.

A outra proposta é que haja, no mínimo, duas competições por ano. Os clubes estaduais terão duas competições por ano: seu torneio estadual da primeira, segunda e terceira divisões e a Taça Minas Gerais, no segundo semestre. Os clubes que galgarão competições nacionais terão uma competição estadual e a sua nacional.

A próxima proposta é que haja no mínimo 20 jogos por ano. Isso parece pouco, mas há clubes que jogam 8. Estamos pensando em quase triplicar esse número, mas isso não depende somente da federação mineira, mas dos clubes, da CBF, das outras federações e da televisão. Não adianta a federação querer um campeonato com o mínimo de três meses se os clubes não tiverem estrutura para pagar seus jogadores durante esse tempo. É melhor contratar um atleta por no mínimo três meses ou contratar um atleta para ser dispensado em um mês, sem ter de pagar nada? Não queremos isso, pois desejamos profissionalizar, e nossa praia é o calendário, tentando proporcionar esse mínimo de tempo e de jogos, para que os clubes possam se profissionalizar. Quem não se profissionalizar, a seleção é natural, de Darwin, sairá. Volte para o amador, que é digno da mesma forma, aliás é até mais digno saber o seu tamanho.

A federação está aberta a propostas, críticas e sugestões. Como ressaltéi no início, não jogo nas 11. Por isso muitas pessoas já me procuraram. Tento dialogar, mas não consigo, em minha limitação funcional, atender a todos. A federação, principalmente em minha área de competições, está sempre aberta a ouvir propostas, sugestões e críticas. Para tanto, deixo os meus contatos de telefones fixo e celular e *e-mail*. Muito obrigado. Bom dia. Ótimo evento a todos.

– No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de *slides*.



O presidente – Agradecemos ao ilustre palestrante Paulo Bracks. Hoje também há lançamento de livro na Livraria Leitura, no Pátio Savassi. O título do livro é: *Para um futebol jogado com ideias*. Autores: Israel Teoldo da Costa, José Guilherme e Júlio Garganta. O lançamento será às 19 horas, na Livraria Leitura. Todos estão convidados. Com a palavra, o Sr. Gilberto Silva, dirigente do Bom Senso Futebol Clube.

Palavras do Sr. Gilberto Silva

Bom dia a todos. É um prazer imenso poder fazer parte de um debate tão rico como este; um debate de alto nível, que envolve o futebol da forma como é preciso ser envolvido e trata da complexidade do nosso futebol brasileiro comparado ao que tem lá fora. Mas, antes de olharmos para o lado de fora, temos de olhar para o lado de dentro do nosso futebol com muito cuidado e com muito carinho, para que possamos chegar a um alto nível em todos os sentidos: na questão técnica, que, infelizmente, com o passar dos anos, fomos perdendo; na questão de gestão, no calendário e em tantas outras complexidades, como as outras ligas. Muito obrigado pelo convite.

Cumprimento todos os componentes da Mesa, os colegas, os deputados, as autoridades e os demais presentes. Vim falar em nome do Bom Senso, mas, muito mais que isso, vim falar como cidadão brasileiro; cidadão que acredita que o nosso futebol pode ser muito maior que um negócio; maior que a cultura; muito maior que o exemplo de coisas positivas para a nossa sociedade. Há vários debates relacionados a futebol, e infelizmente vemos um conflito muito grande de interesses, enquanto deveria haver a união de interesses. Por que não temos isso? Porque os atletas pensam de uma forma, os clubes pensam de outra e as confederações e federações pensam de outra? Por que não fazer um trabalho, uma força conjunta? Precisamos entender que todos somos partes importantes do processo de mudança, do processo de melhora, do processo daqueles que acreditam que o futebol pode ser melhor para todos.

Aqui, vários *players* estão envolvidos nesse processo. Não é só o meu caso como atleta e o de vários outros, como clubes, federações e confederações; engloba vários ambientes, vários setores nessa complexidade. Precisamos enxergar o horizonte de forma positiva em busca do processo de melhora para que tenhamos no nosso País esse futebol, futuro que tanto almejamos e queremos, que tem vários exemplos de sucesso. Na minha simples opinião, é inadmissível aceitar que o nosso futebol, do nosso Brasil seja inferior ao lá de fora. Obviamente, com toda a humildade, podemos aprender o que é feito de positivo lá fora e procurar adaptar ao que já temos de bom. É ignorância nossa achar que tudo de ruim acontece aqui no Brasil, pelo contrário.

No nosso cenário atual, diante de toda essa confusão de interesse que vivemos, cada um puxando a sardinha para o seu lado, todos perdemos. E a maior entidade do nosso esporte, a CBF, tem um papel fundamental.

Acredito que precisa definir melhor qual é a sua posição: política, financeira e técnico-mercadológica. Acredito que pode ser englobada à política esportiva, trabalhando todos os anos com o futebol, gerando a parte financeira e sustentando a parte técnico-mercadológica, com todos os fatores necessários, como capacitação de treinadores, cursos parelhos aos que existem na Europa, aos cursos da Uefa. Infelizmente, andamos em passos lentos nessa questão. A confederação e as federações têm de ter uma noção maior sobre o que é preciso ser feito e trabalhar isso em conjunto.

Estão acontecendo algumas mudanças, algumas formas diferentes de pensar o futebol. Algumas pessoas acreditam que pode ser englobado. Como disseram, vamos aumentar algumas datas. É necessário que haja renovação? Em que sentido? Hoje existe a Copa Nordeste, que, aparentemente, é um sucesso. Estamos caminhando para a Copa Sul-Minas-Rio – torço para que também seja um sucesso. Há um questionamento muito grande: qual o sucesso disso em âmbito nacional? Sucesso para os clubes que disputam apenas a competição, como é o caso da Copa Nordeste? Por que não pensamos em trazer o sucesso da Copa Nordeste – hoje tão falada – para o âmbito nacional, em que as mais de 600 equipes possam participar desse processo de mudança, de reformulação, de entretenimento, como negócio e, acima de tudo, como ação social, envolvendo atletas, clubes e comunidades? Podemos avançar com essa ferramenta tão poderosa, a bola, que transformou a forma de muitas pessoas verem o mundo.



Analisando o calendário atual, essa é a realidade do momento. No Brasil há mais de 600 clubes registrados na CBF, com um agravante muito sério: conforme esse quadro à direita, mais de 400 clubes possuem apenas uma atividade mínima durante 12 meses. Isso pode ocasionar um processo gravíssimo na questão social. O futebol, ao mesmo tempo em que nos traz uma alegria muito grande, como entretenimento, como ferramenta de inclusão, nos traz também um problema gravíssimo na questão social. Em média, 16 mil atletas ficam desempregados após o campeonato estadual. Portanto há uma dificuldade muito grande de inserção no mercado. Como esse atleta, que jogou 30 dias, 45 dias, vai fazer após esse pouco tempo de trabalho? Como ele vai sustentar a sua família no restante do ano? Como ele vai viver? De que forma vai levar comida para casa? Isso gera um gravíssimo problema social, e todos sofremos com esse impacto.

Alguns problemas do calendário atual. Aqui está um exemplo que foi bem estruturado e fundamentado com o Bom Senso e com a Universidade do Futebol, em termos de pesquisa: URT e Democrata, duas equipes mineiras. No primeiro semestre foram apenas 11 jogos, pouco mais de dois meses, 63 dias de competição. As partes em branco representam os meses de inatividade. Podemos concluir que o modelo atual precisa ser melhorado em todos os sentidos, para que essas lacunas sejam preenchidas, para que haja realmente fomento do esporte, para que o futebol seja visto como entretenimento, seja visto de forma profissional.

Aqui, outro exemplo. O módulo 3, com duas equipes, o Nacional de Muriaé e o Betinense. O pouco tempo de atividade agrava qualquer tipo de planejamento. O Dr. Sérgio falou sobre gestão. Com um calendário desse de 30 dias, 45 dias, dois meses, como pensar em planejamento? Não vou dizer a longo prazo, digo a médio prazo. Você não consegue nem a curto prazo, porque não consegue montar uma estrutura, não consegue formar atletas, não consegue ter uma base fortalecida. Como foi dito há pouco, base é tudo. Como vamos ter a base com esse calendário em que falta várias datas, meses a serem preenchidos?

Se existe uma boa notícia para nós mineiros, embora seja trágica para nós brasileiros, é que se trata de um problema de âmbito nacional. Vários estados sofrem com a falta de calendário adequado, em que esses 16 mil atletas que estão desempregados, após o término do campeonato regional, tenham calendário suficiente para jogar a maior parte do ano, tendo sustento para suas famílias. Acima de tudo, dentro de cada localidade é preciso um trabalho junto com a comunidade em busca de melhor retorno no que se refere aos exemplos.

Do lado do atleta, devemos ter essa consciência pontual de que somos formadores de opinião, somos exemplo para a sociedade. A partir do momento em que você dificulta esse fomento do esporte dentro da comunidade, especialmente os clubes menores, as crianças, principalmente, começam a perder a referência. Pode ser o atleta que fez o gol do final de semana. Ele vira modelo para esse jovem. Ele quer chegar àquele clube e almejar um futuro melhor. Obviamente, todos nós sabemos que o futebol traz muitas alegrias, mas, infelizmente, muitas frustrações para grande parte desses atletas, pois muitas vezes eles não são observados de forma criteriosa. Infelizmente, olhamos apenas o lado de cima da pirâmide, em que 5% são bem-sucedidos na carreira ou mesmo financeiramente.

Em contraponto, há algumas coisas que são ditas, é preciso observar a parte de baixo para depois chegar à porta principal, onde para muitas pessoas está a maior relevância, são os clubes de ponta.

Como definir esses clubes? Que definição vocês dariam? Federação? Confederação? Dirigentes? Grande parte desses clubes são amadores? São semiprofissionais? São profissionais? Em que quadro eles se encaixam? Não sei responder. Gostaria que todos fizessem uma reflexão nesse sentido e pensassem: em que contexto esses mais de 400 clubes se encaixam? São clubes que jogam 60 dias, 45 dias, 30 dias, durante um ano de 365 dias. Gostaria que todos fizessem essa reflexão. Não tenho resposta, não sei se vou apertar o Bracks um pouco. Não sei se a federação ou mesmo se a CBF teria uma resposta. Em que contexto esses clubes estão inseridos? Eu não tenho a resposta. Obviamente, serve de alerta para todos nós para trabalharmos em conjunto e resolvermos esse problema o quanto antes.

Acho que nunca se falou tanto sobre futebol no Brasil.



Acho que há muito tempo não se via essa abertura, essa oportunidade de o atleta tratar do jogo que ele joga, falar abertamente. Muitas vezes ele é criticado pelo que diz. A criação do Bom Senso gerou algumas controvérsias, uma má interpretação, porque as pessoas entenderam que eram atletas de elite, que queriam jogar pouco futebol, estavam cheios de “mi-mi-mi” e ganhavam cifras astronômicas.

Vejam bem, quando falamos do futebol como um todo, seria quase impossível, em um processo de mudança, para um país com mais de 600 clubes, pensar nessa mudança de baixo para cima. Isso serve para os atletas, os clubes, as federações e as confederações. Se todos nós conseguirmos trabalhar em conjunto – os atletas, os clubes, as confederações –, poderemos sair do processo para o qual está caminhando o futebol brasileiro, um processo de morte, pouco a pouco.

Os clubes do interior de cada Estado são os que mais sofrem com esse processo, por não haver calendário, por não conseguirem fazer nenhum tipo de planejamento. Infelizmente o modelo atual para os clubes menores, para os clubes do interior é um retrocesso, pela falta de calendário. Porém ele mostra uma diferença muito grande, uma disparidade, quando olhamos para as federações e as confederações, em relação aos números. Houve um faturamento interessante de ano para ano, um crescimento de receitas, como podemos observar.

Com esse crescimento, na minha opinião, o que pode ser feito é um planejamento melhor de distribuição de fomento, de suporte a todos esses clubes. Infelizmente, na condição atual, esses clubes menores não têm a mínima possibilidade de brigar com qualquer clube de ponta, por não haver calendário nem continuidade dos trabalhos. Todos nós sofremos com isso, o atleta sofre, o treinador sofre. É impossível desenvolver qualquer processo de continuidade. Todos nós sofremos, a elite de futebol sofre.

Quando eu digo elite, eu não quero falar somente das Séries A ou B do futebol brasileiro, eu quero falar também das Séries C e D, porque todos nós somos futebol, todos nós somos futebol brasileiro. Todos nós precisamos ter condições adequadas, condições interessantes, para que consigamos, com força conjunta, dar suporte. Como foi dito, esses clubes são a célula *mater* de suporte aos clubes maiores, obviamente respeitando a condição de cada um. Mas todos nós temos de pensar no futebol em todas as categorias, da Série A à Série D. Não podemos pensar na Série A, querer o melhor para a Série A ou para a Série B e nos esquecermos dos clubes menores.

Como disse mais cedo o João Leite, eu também saí da várzea. Vejo aqui o colega Gottardo, que teve experiência parecida, como vários outros. Vários de nós saímos da várzea e chegamos aos clubes menores. Se você mata isso, você mata a esperança de um povo, de um povo que quer algo melhor, algo que possa transformar não só a vida daquele indivíduo, porque por trás de um atleta existem várias pessoas que dependem disso, várias pessoas que sonham e acreditam que o mundo pode ser melhor para todos nós.

Vou expor mais alguns detalhes sobre a questão do nosso calendário. Em alguns casos, como foi dito aqui, existe uma janela que gera um problema muito sério: o distanciamento entre uma competição e outra de algumas equipes. No caso aqui, existe uma janela de mais de 100 dias. Alguns desses clubes são obrigados a se desfazerem dos seus atletas ou até mesmo cumprir com a condição financeira, com o compromisso financeiro, muitas vezes, sem ter condição de arrecadamento, de buscar patrocínio, de vender ingresso, de pensar em venda de camisa. Infelizmente, fica inviável nesse sentido.

Mais uma vez vocês podem ver que o problema se estende de Norte a Sul do País. Aqui estão destacados alguns estados onde isso está bem definido. Vocês podem ver que não é só o nosso. Por isso são importantes todos esses *players* envolvidos nesse processo de melhora do futebol brasileiro. E que estejam envolvidos para que tenhamos realmente um futebol de ponta como sonhamos, queremos, e podemos. Só precisamos sair da inércia e começar a agir de forma conjunta.

A Série D acaba se transformando numa roleta-russa, de certa forma, por causa da ausência de calendário. Isso gera desinteresse do público e desinteresse do patrocínio. Como um patrocinador vai colocar sua marca onde não há fomento de nada, onde a marca não é exposta? É necessário que tudo isso exista. E há também desinteresse por parte da comunidade em torcer por aquele time. Vou dar um exemplo próximo: temos o Villa Nova que está do nosso lado. Se o Villa joga apenas 2



meses por ano, como é que ficará o sentimento dos torcedores do time durante os outros 10 meses? Começam a perder o interesse, começam a torcer pelo Atlético, pelo Cruzeiro, pelo América, pelo Barcelona, pelo Real Madrid, e assim por diante. É preciso que comecemos a pensar em uma forma de solucionar esses problemas conjuntamente.

No sistema atual, acredito que precisamos avançar em algumas coisas. Em relação à questão política, temos o modelo atual, que impossibilita a todos nós influenciar todas as pessoas envolvidas em um processo de crescimento. Precisamos melhorar nosso calendário urgentemente. Não só o calendário, pois sabemos que a complexidade na melhora do futebol precisa ser repensada da melhor forma possível para termos prioridade em relação a um calendário mais racional, gerando equilíbrio na questão técnica e mercadológica, para que ele seja bom para todos nós.

Algumas premissas são importantes para que isso aconteça, trago algumas que acredito serem superimportantes para que tenhamos a cada dia um processo de melhora.

Qual o objetivo de mudança? Muitas pessoas encaram a mudança como um processo ruim. Sempre vejo a mudança como um processo positivo. Muitas vezes essa mudança nos faz sair da zona de conforto e entrar numa zona de desconforto, onde o aprendizado é maior, onde temos de pensar o tempo todo de que forma melhorar o nosso processo, de que forma estamos fazendo. Qual modelo atual que praticamos? Aonde queremos chegar? Qual é o nosso objetivo? Esse é o objetivo de mudança.

E, falando de calendário, para os clubes que pensam sobre o aumento da receita dos clubes de elite, das quatro séries, coloco os clubes de elite nessa condição. Temos de pensar na melhora técnica do espetáculo em relação aos clubes que jogam com maior frequência. Existe talvez a ideia de alguns clubes de terem mais datas durante o ano. Será que já pensaram na condição e no que pode ocasionar de problemas? Quantos jogadores serão necessários durante uma temporada para suportar 70 ou 80 datas, aumentando o que já existe hoje para esses clubes que jogam mais? Para os clubes menores, obviamente, a partir do momento que eles tiverem mais datas durante a maior parte do ano, a condição técnica do espetáculo, como entretenimento, será muito melhor.

Conseqüentemente, o público no estádio será melhor porque, com esse fomento, o número de jogos e de datas para esses clubes, a qualidade aumentará em todos os aspectos e, obviamente, haverá um interesse maior da TV, seja ela qual for. Com os clubes do interior jogando de forma mais regular, eles vão, pelo menos, pensar numa forma de planejar suas ações e de se estruturarem melhor, já que dessa maneira fica quase que inviável. Além disso, com o *fair play* financeiro – que já foi discutido aqui, essa melhor distribuição de renda –, a situação ficará bem mais tranquila no sentido de termos uma competição muito mais prazerosa para todos nós.

Naquela imagem temos o raio-X atual da Série D do Campeonato Brasileiro. Por estarmos num país muito grande, as distâncias, muitas vezes, causam dificuldades em vários aspectos. Em razão disso, alguns clubes realizam pouquíssimas partidas durante o ano; porém, com uma distância percorrida muito grande. Na Série C existem os mesmos problemas. Se vocês me perguntarem como solucioná-los, não saberei responder de bate-pronto. É um assunto que temos de tratar de forma minuciosa e conjunta, porque cada um está certo à sua maneira, mas podemos estar certos de forma conjunta.

Finalizando minha apresentação, quero deixar uma frase para reflexão. Nenhum de nós é tão bom quanto todos nós juntos. Quando falamos de futebol, estamos tratando de uma paixão mundial, não somente nacional. Um esporte como ferramenta potencial de negócios, uma ferramenta potencial de inclusão social. Ao falar de inclusão social, quero lembrar-me de um grande amigo meu, de Belo Horizonte, o Piazza. Ele realiza atualmente um trabalho fantástico na área social, resgatando a dignidade de vários atletas que não tiveram oportunidade de estar no topo do futebol brasileiro ou mundial. Se conseguirmos alinhar as nossas ideias de forma positiva, simples e objetiva, em busca da melhora do nosso espetáculo, do nosso futebol como um todo, todos seremos vencedores ao final da corrida, e aí, sim, teremos um futebol melhor para mim, para o atleta, para o torcedor, para o dirigente, para a mídia, para todas as pessoas que são amantes desse esporte.



Encerro minha participação e sou muito grato a todos pela paciência de me ouvirem. Estou deixando alguns contatos e colocando-me à disposição para quem quiser debater algum assunto. Foi um prazer imenso estar aqui com vocês. Obrigado.

– No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de *slides*.

Esclarecimentos sobre os Debates

O presidente – Neste momento daremos início aos debates. Informo que as inscrições para questões orais e por escrito estão encerradas. Solicitamos àqueles que fizerem uso do microfone que se identifiquem e, mais ainda, sejam objetivos e sucintos, ficando dispensadas as saudações pessoais. Cada participante disporá de até 2 minutos para fazer sua intervenção. Vou convidar primeiro os participantes que farão perguntas orais. Em seguida, passarei a palavra aos palestrantes, para as suas considerações finais, e retomaremos os trabalhos às 14 horas, 14h30minutos.

Debates

O presidente – Convido para apresentar questão oral o Denart D'Ávila, da AABB de Montes Claros. Com a palavra, o Sr. Denart D'Ávila.

O Sr. Denart D'Ávila – Boa tarde a todos. Sou de Montes Claros. Infelizmente, lá não há futebol nem na primeira, nem na segunda, nem na terceira divisão. O meu questionamento com relação ao futebol brasileiro, que foi muito bem debatido por todos os palestrantes, é o seguinte: temos os jogos do interior de Minas em todas as modalidades esportivas e por que não o futebol, principalmente porque envolve quase todas as cidades de Minas Gerais? Esse questionamento é para os deputados.

O presidente – Com a palavra, o Sr. Wellington Wadson Lins, do Betim Futebol Clube. Informo ao Denart que, ao final, será esclarecido o questionamento dele.

O Sr. Wellington Wadson Lins – Nem sei se é bom dia ou boa tarde, já perdi a noção do tempo. Acompanhei fria, não vou dizer cegamente este debate e fiz algumas considerações aqui. Não tenho perguntas individuais, mas num todo, justamente para valorizar este segundo ciclo em relação à mudança no futebol.

Primeiramente, quero referir-me à palestra do Sérgio Santos, com o tema relacionado a organização e gestão. É importante falar sobre os pequenos clubes, sobre o futebol feminino, a organização das categorias de base. Pelo que notei no debate, parece-me que ele trabalha no Cruzeiro. Trabalhar com dinheiro fica fácil – claro que por meio da competência, pois só o dinheiro não resolve. Vemos muitas coisas do governo serem jogadas pelo ralo por não terem competência para utilizar os recursos. Muito dinheiro foi jogado pelo ralo e não conseguimos obter esses recursos, mas eles existem.

Quero referir-me às palavras do Paulo Bracks e do Gilberto Silva no que diz respeito ao calendário. Gilberto, todo atleta começa na várzea. Não se começa no profissional, pois é humanamente impossível, que é a origem do atleta profissional. É necessário aumentar o número de jovens. Vamos pegar o exemplo do futebol mineiro. Os clubes jogam cinco, seis partidas e, às vezes, dá até vergonha de ver a miséria em que eles se encontram. Quando se fala em gestão de presidentes de clubes, só se refere a Cruzeiro, Atlético e América. Os outros clubes, os outros profissionais do futebol estão morrendo.

Falamos muito, Gilberto, do Bom Senso Futebol Clube. Gostaria que esse fosse o seminário não da aparência, mas sim da transparência. Quando falamos em Bom Senso Futebol Clube, falamos de atletas que estão morrendo de fome, de clubes que estão morrendo. Não li livros, mas tive o privilégio de ser ex-atleta profissional de futebol, ex-técnico de futebol e hoje sou presidente do Betim Futebol Clube. Então, tenho conhecimento de causa daquilo que estou falando.

Uma contribuição para este seminário: vemos que há muitas pessoas ligadas à causa do futebol. Fala-se em mudança no futebol do Brasil, no conjunto. No futebol, nada se cria, tudo se copia; não há como inventar mais nada. Temos de ser bem conscientes, quando fazemos um debate, do que precisamos evoluir, pois temos de deixar algo neste mundo.

Fico muito satisfeito de falar nesta Casa, de este seminário ser montado não somente por um grupo político, mas sim pela Assembleia, pois esta Casa tem a obrigação de fazer, de construir um processo político, e não politicagem.



Marcos Guiotti, com relação à imprensa, todos sabemos que os repórteres recebiam dinheiro para falar bem dos atletas, para fazer o atleta, ou seja, recebiam um dinheiro além de seus salários, que eram legítimos, pois são trabalhadores. Se a pessoa não tinha dinheiro, não tinha ascensão, pois a imprensa era o elo – sempre foi e sempre será. Quando começaram a existir os assessores de imprensa, cortou-se essa propina para os repórteres falarem bem de um atleta, levantarem-no.

Estou falando com conhecimento de causa porque passei por esse processo, não li em livro não. Hoje existe assessoria de imprensa e um grupo de empresários que trabalha junto aos presidentes dos clubes e os empresários de futebol para levantar seu atleta e valorizar seu investimento. Isso é notório, é verídico. Não adianta usarmos hipocrisia e demagogia, pois todos nós demos a nossa contribuição negativa para o esporte. Precisamos ter essa consciência. Não adianta dizer “eu não sabia”. Sabia sim, você foi até o seu limite. Não o estou culpando, mas sim ao processo, pois ele reprime as pessoas, que não podem falar a verdade.

O presidente – Desculpe-me, Wellington, conclua por favor.

O Sr. Wellington Wadson Lins – Lásaro Cândido, com relação ao Profut, os clubes gostam de pagar impostos como associações; isso é ótimo, pois associações não têm fins lucrativos. Entretanto, na hora de fazer o caixa, de trabalhar como empresa, há um alto rendimento. Como querem passar como associações sem fins lucrativos e distribuir renda como empresa? Fica difícil para o poder público fazer justiça. Temos que ser justos no que fazemos e também conscientes; não podemos usar de demagogia nem de hipocrisia.

No final, quero falar com relação ao Fernando Galvão, que foi promotor, não é isso? E o promotor está ligado diretamente ao futebol. Quando existe um problema em relação à disputa do campeonato, aciona-se o promotor para parar um campeonato ou dar-lhe início. Então, o promotor tem tudo a ver com a competição. Somos pessoas ligadas à situação e falamos que não se pode usar a Justiça civil. Se formos até essa Justiça, o clube estará privado de qualquer situação, estará morto. Não se pode procurá-la para isso, mas sim para outras coisas.

Então, falo da corrupção de privar o trabalhador de seu direito. Existe o atleta profissional de futebol, Gilberto, mas não se usa o Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT – para qualificá-lo. O Ministério do Trabalho deveria estar aqui. Quando vamos reivindicar – e fui ex-atleta profissional de futebol – os direitos, não somos tratados pela CLT, pois chega-se a um momento em que não é possível usá-la; não há como, a situação fica desprovida. O atleta profissional de futebol não se aposenta; é humanamente impossível se aposentar assim. Temos que rever todo o processo para a categoria de base, pois, na formação de categoria de base, os clubes estão mendigando, passando fome. Não adianta fazermos seminários.

O presidente – Wellington, por favor.

O Sr. Wellington Wadson Lins – Todos aqui têm o direito de falar 20 minutos para contribuir com suas palestras. Estou falando aqui com conhecimento de causa e não sou o dono da verdade, estou narrando fatos que aconteceram. Precisamos fazer essa mudança. Não é porque perdeu de 7 a 1 para a Alemanha que o Brasil tinha que fazer essa mudança. O resultado do jogo é o que menos interessa, meu amigo: você pode vencer tanto pelo acaso quanto pela competência. E aí? Vamos contar com a sorte?

O presidente – Obrigado, Wellington. Com a palavra, Rosenir Antônio de Jesus, da Associação Desportiva Dom Bosco. O próximo é Ricardo Pires, do ITS.

O Sr. Ricardo Pires – Boa tarde a todos. É um prazer o Instituto Telê Santana fazer parte deste debate. Vou ser breve; acho que poderíamos contribuir trazendo algumas informações. Ouvimos atentamente a exposição de todos, e vou começar falando um pouquinho com o Eduardo Conde, porque a academia se fez presente nesta primeira etapa do debate, e é importante dizermos aqui que todo processo é globalizado. Qualquer processo sobre o qual conversarmos hoje é globalizado. A ação é localizada. A ação que temos de fazer no futebol tem de ser localizada.

O Gilberto trouxe diversos processos no Brasil. As ações terão que ser localizadas. Se tivermos de regionalizar esses campeonatos, vamos regionalizá-los. Isso é um debate, uma discussão. O Brasil passa hoje por um processo de

conhecimento. Faço parte do terceiro setor há 35 anos. Há recurso de sobra no terceiro setor, e o Brasil não conhece esse setor. Eu sou *spec holder* de uma instituição internacional. A gente arrecada um dinheiro, mas, se eu for falar aqui, vocês vão dizer que estou mentindo. E nós, por meio dessa instituição que está em Belo Horizonte, estamos atuando na China, na Índia, aqui do Brasil. Não há dificuldade nenhuma. Então, há trilhões de dólares no mercado, pela Lei de Responsabilidade Social, e o Brasil não consegue captar. Será por quê? Aí vem a primeira pergunta: por que não captamos? Não captamos porque não há indicadores. Não um processo seletivo para se ter indicador daquilo que é preciso fazer no Brasil. As instituições brasileiras não têm, como foi dito aqui, uma CND. Se você não tem transparência no seu processo, se não tem balanço, auditoria, nenhuma empresa vai se ligar a você. Não há nenhuma marca no mundo que vai deixar dinheiro com você. Como você quer fazer futebol? Como o Sérgio falou aqui, vamos lá globalizar da Alemanha? Sem transparência, sem auditoria, ninguém vai colocar nenhum recurso aqui. Quer saber qual empresa pode colocar dinheiro? Posso citar o nome de mil empresas que colocam. O Brasil não tem sequer projeto.

Levamos para o governador um centro de competência e sustentabilidade, que é uma cópia do que há no Panamá, que é o maior processo da Cidade do Saber. É conhecimento. É para trazer educação, um transporte de vida dessa juventude que está aí, em massa. Temos que trabalhar a educação como responsabilidade social. Esses fenômenos que saem dali e vão para o profissional, aí, sim, vão trabalhar com alto rendimento. Senão não vamos sair do lugar e vamos ficar discutindo o que fazer. E aí eu pergunto aos senhores: como fazer? É isso que eu gostaria de saber. Muito obrigado.

O presidente – Agora passo a palavra, para suas considerações finais, da esquerda para a direita, a cada um dos convidados. Com a palavra, Galvão, por favor, para responder às perguntas orais e escrita, se houver.

O Sr. Fernando Galvão – Eu fui citado em uma manifestação um pouco emocionada e acabei não entendendo exatamente qual era o sentido do que foi dito. Enquanto fui promotor de Justiça de Meio Ambiente e Patrimônio Cultural cumpro minha missão. Quanto às questões que foram colocadas na mesa, à época, dei os encaminhamentos que me pareceram adequados. Quem acompanhou isso talvez tenha uma avaliação a fazer em relação a isso. Talvez eu não tenha sido muito claro: defendi a existência de um espaço de necessária intervenção do poder público, mas, com certeza, não defendi que o poder público tenha ingerência em todas as atividades do esporte.

Então o Ministério Público tem atribuições relacionadas à referência cultural que é o esporte. Isso não significa dizer que o Ministério Público deva intervir em tudo, mas apenas nas questões consideradas mais essenciais, preservando necessariamente o âmbito de liberdade e autonomia para que as entidades façam seus empreendimentos e suas escolhas. Reconheço que o Ministério Público deva participar na medida do necessário. Não adianta participar de dois ou três casos eventuais. Ele deve ter, efetivamente, uma participação de fiscalização e acompanhamento dessa importante atividade que é o desenvolvimento do esporte. Percebam que, em todos os aspectos, isso deve acontecer não só para defender o direito do trabalhador ou do clube, mas também o do indivíduo que também tem o direito de participar da atividade esportiva, até mesmo para não ser um atleta de alto rendimento. As pessoas têm o direito de acesso ao esporte até para não serem um atleta de alto rendimento. Não sei se foi suficiente. Muito obrigado pela atenção.

O presidente – Obrigado. Por favor, Eduardo.

O Sr. Eduardo Conde Tega – Pois não. Foi bastante interessante sua fala, principalmente no que diz respeito às oportunidades de captação de recursos. Muitas vezes, hoje, as pessoas nos perguntam o que fazer para gerar receita nos seus clubes, e sempre digo a elas para pensarem no departamento de captação de recursos e projetos incentivados em vez de pensarem no departamento de *marketing*, porque isso faz muito mais sentido.

As dimensões do futebol precisam estar muito claras: o alto rendimento, o lazer, a participação e a socioeducacional. Aliás, é preciso que essa distinção esteja clara para que não haja conflitos com o Ministério Público, e há canais para isso. Realmente, o que falta é orientação e capacitação das pessoas para que elas aproveitem dos recursos existentes, que são realmente amplos. Um exemplo disso é o próprio Estado de Minas Gerais. Estive discutindo isso com nossa equipe da secretaria há cerca de um mês, ou melhor, conversando sobre a lei de incentivo do Estado e sobre a falta de projetos e de



recursos no Estado. Salvo engano, há R\$11.000.000,00 de recursos disponíveis, mas só foram aproveitados R\$300.000,00 no ano passado.

Já finalizando, é importante dizer que tudo isso também passa por um processo de orientação e capacitação profissional, voltado para toda cadeia que deseje se beneficiar desse esporte. Obrigado.

O presidente – Obrigado. Por favor, com a palavra, Paulo Bracks.

O Sr. Paulo Bracks – Só uma complementação à palestra do Gilberto, quando ele cita a federação mineira, especificamente com valores. Até tive o cuidado de mostrar ao colega Tega a prestação de contas da federação. Isso está no *site* da federação, Gilberto. A arrecadação foi mesmo de R\$2.098.000,00, em 2014. Os números da apresentação estão corretos. Só de despesas operacionais foram cerca de R\$11.500.000,00, com um superávit de R\$500.000,00. Então o interessante sempre é não discutir e deixar as coisas transparentes, por isso acho importante e de bom senso apresentar esses números, mas sempre apresentando os dois lados. Aliás, mais interessante ainda, Gilberto, é a sua condição de ídolo, com todo o seu currículo e com toda a sua história, para que você possa levar essa reivindicação do Bom Senso aos clubes. Isso seria interessante. Este ano – você certamente tem esse dado –, a federação não conseguiu realizar a Taça Minas Gerais com os clubes da primeira divisão. Alguns não tiveram torneio nacional porque não quiseram disputar exatamente porque para esses clubes isso representa um custo a mais, uma competição a mais, um preço a mais que se paga.

Na verdade, achamos interessante o calendário e convergimos nesse sentido, tanto a instituição quanto o Bom Senso, já que a proposta do Bom Senso é interessantíssima.

Mas os clubes precisam compreender a necessidade e querer também esse calendário maior. Acho isso extremamente interessante, e convido-o para nos sentarmos na federação a fim de conversar sobre alguns pontos que temos em comum. O nosso objetivo é o mesmo. Acho que as propostas devem vir e as mudanças devem ser gradativas. Não vamos sair de 8 jogos para 30 jogos, mas de 8 jogos para 20 jogos, de 8 jogos para 15 jogos. Precisamos sim dessa postura de vocês, que é extremamente positiva para o futebol. Então temos a proposta de, aos poucos, ir mudando isso, e obviamente precisamos da opinião, da crítica e da sugestão de todos. Então, você, Gilberto, está publicamente convidado a me ajudar. Quero também que você possa ajudar a instituição e todos nessa proposta que é o objetivo comum. Muito obrigado.

O presidente – Com a palavra novamente, o Sr. Eduardo Conde, para responder a mais uma questão escrita.

O Sr. Eduardo Conde Tega – Responderei à pergunta do amigo Luiz Dolabela, que me indaga como eu vejo a declaração do Leonardo sobre o Brasil não formar jogadores, técnicos e dirigentes e, por isso, o nosso futebol ser pobre. “Se essa é a nossa realidade, como mudar esse quadro?” O Leonardo é uma pessoa diferenciada que tem muita contribuição a dar e realmente tem voz. Acredito hoje que o problema não é apenas esse. Tem muito significado o que ele fala, mas, por exemplo, formamos bons atletas. Temos bons processos de formação. Temos estrutura condizente hoje com o processo de clubes que formam atletas no exterior. Temos que aperfeiçoar, vamos dizer assim, esse processo. Muitas vezes os bons profissionais da base estão sufocados por uma estrutura de alguém que toma a decisão e não tem uma fundamentação técnica suficiente ou é que pressiona por resultados. Dessa forma, começamos a ter dificuldades para fazer o nosso melhor trabalho. Começamos a preferir a formação por resultados. Isso realmente é algo conflitante. Então, deveremos estar mais capacitados, e isso poderá ocorrer com o treinador, o dirigente, os executivos e o segurança de um estádio. Um segurança melhor capacitado causará uma experiência melhor quando formos ao estádio. Acho que esse é um ponto estratégico, e não existe apenas ele nesse processo de mudanças pelo qual precisamos passar.

Aproveitando a oportunidade, agradeço mais uma vez a todos o convite. Fiquei muito honrado. Agradeço muito todo o esforço da equipe técnica para me ajudar com a minha apresentação, mas infelizmente não conseguimos fazê-la até o final. Contudo, já me prontifiquei e, ainda esta semana, estará disponibilizado um *link*. A área técnica disponibilizará a minha apresentação no *hot site* do segundo ciclo de debates. Muito obrigado.



O presidente – Obrigado, Eduardo. Em seguida, com a palavra, o nosso craque Gilberto Silva, para fazer suas considerações e responder às perguntas.

O Sr. Gilberto Silva – Sobre a participação do Wellington, não sei se serei bem claro, mas gostaria de falar novamente sobre o Bom Senso. Quando o Bom Senso foi criado há pouco mais de dois anos, infelizmente houve uma distorção muito grande sobre a forma como muitas pessoas viam o movimento. Achavam que ele era um movimento de elite, um movimento que estava brigando apenas pelo futebol de elite. Enxergamos o futebol de elite no Brasil em todos os âmbitos, da Série A à Série B. Portanto, na minha apresentação, não falei em momento algum da Série B ou da Série A. Falei principalmente focado na Série B. Houve uma fala do Denart sobre Montes Claros, onde não existe mais o futebol na Série A ou na Série B. Estamos perdendo esses clubes que são também parte da estrutura do futebol brasileiro. Então, o foco do Bom Senso, principalmente em se tratando do calendário, está em relação a esses clubes. Queremos que ele tenha um calendário. Foi muito bacana agora receber o esclarecimento do Paulo, da federação, quando tivemos a surpresa de saber que alguns clubes não querem um calendário, que os ajudaria até mesmo na questão da despesa.

Porém, deixo uma observação com relação a esse processo de mudança. Sabemos que não conseguimos mudar tudo do dia para a noite. Às vezes, o processo é lento, mas precisa caminhar, movimentar-se de alguma forma como está sendo feito em várias instituições, seja nos clubes, nas federações, nas confederações, cada um a sua maneira. Entendo que, se conseguirmos fazer isso de forma conjunta, vamos avançar mais rapidamente.

Respondendo a pergunta da Marilene que acha que o amor pelo futebol acabou, que existe somente o sonho dos altos salários no futebol, esclareço que, infelizmente, há uma imagem distorcida do jogador. Em muitos casos, as pessoas olham o jogador e acham que ele entende o futebol somente como cifra. Existe uma distorção nisso. Muitas vezes a realidade do atleta não é mostrada em toda a sua complexidade. As pessoas não veem o que o atleta passa para chegar a um clube: por quantas peneiras ele passou, quantas dificuldades enfrentou, e quantas oportunidades educacionais ele perdeu para chegar ao tão sonhado futebol. Incluo-me nisso. Venho de uma cidade pequena, mas muito querida, minha Lagoa da Prata. Jogando futebol de várzea, eu enxergava nos meus ídolos a referência de seres humanos, como qualquer um de nós, mas também pessoas que mostram à sociedade que através do futebol podemos fazer muitas mudanças.

Há uma outra pergunta com relação ao que aconteceu no jogo da Alemanha. A pergunta é do José Áilton. Quando pensamos naquele jogo, não podemos pensar somente nele. É muito fácil julgarmos a Seleção Brasileira, até mesmo o futebol brasileiro por aquele jogo. Aquele jogo é o retrato do que está acontecendo no nosso futebol brasileiro. Não é um retrato da seleção em si, mas de uma melhor formação, de melhor estrutura educacional do nosso esporte, de melhor estrutura em todos os sentidos, para que conjuntamente consigamos não repetir os fatos históricos que aconteceram naquele dia, naquele 7 a 1. Que tenhamos a possibilidade de momentos mais prazerosos para todos nós. Obrigado.

O presidente – Obrigado, Gilberto. Passo a palavra ao Sérgio Santos, para suas considerações e respostas.

O Sr. Sérgio Santos Rodrigues – Boa tarde. Primeiro, vou responder à Andrea Vieira, preparadora física autônoma, que mandou uma questão, e já entrar na fala do Wellington, presidente do Betim. Ela pergunta como vejo a situação do futebol feminino e se ele se enquadra na concepção do espetáculo. O Wellington havia falado que não comentei isso, porque estou no Cruzeiro. Sempre digo que só me proponho a falar do que entendo. Realmente não entendo de futebol feminino. O Cruzeiro não tem futebol feminino. Valorizo-o e acho que ele faz parte do espetáculo e deve ser desenvolvido. Vejo que ele está se desenvolvendo cada dia mais no Brasil e torço para que cresça e se torne igual ao futebol profissional masculino.

Ainda na questão do Wellington quando comentou sobre o futebol de base, acho que já falei bastante. Aliás, falei que ele é um dos três pilares para o desenvolvimento do futebol. Citei um dado do estudo Itaú BBA que, em 2014: caiu 20% do investimento em futebol de base. Entretanto, o Cruzeiro está junto com o São Paulo, Corinthians e Santos como os times que mais investem no futebol de base do Brasil. Lá, no Cruzeiro, valorizamos muito isso e sabemos da sua importância.

Mais do que isso, Wellington, quando você fala dos clubes do interior, quero chamar atenção para o fato, e já casando com a fala do Ricardo Pires, a quem mando um abraço, grande amigo, acrescento que os clubes do interior, quando conseguem estabelecer uma gestão, uma continuidade, conseguem incentivos sim. O exemplo clássico disso é o América, de Teófilo Ottoni, não sei se foi em 2013 ou 2014, que conseguiu captar quase R\$4.000.000,00 da Cemig, por meio da lei de incentivos. Então, há uma forma de procurar, de tentar fazer com que isso aconteça, mas, para isso – casa com a fala do Ricardo – é preciso ter mais transparência na gestão do futebol. E aí, Ricardo, falo que temos de globalizar.

Falei também no final das minhas palavras que, para a melhoria do esporte, é fundamental que os clubes também adotem novos modelos empresariais.

Quando digo que têm de ser adotados modelos empresariais, concordo que seja a governância em gestão. E, na governância, está incluído o conceito da transparência. Não tenho dúvida nenhuma de que isso será fundamental para o desenvolvimento do esporte. Ao conversar com um amigo da Ernst & Young, ele me disse que a sua empresa já recebeu convite para auditar balança de clubes, mas recusou, pois achou que os dados não são confiáveis. Vemos que a coisa tem de mudar na base, quando se faz os dados no balanço, antes de simplesmente querer contratar alguém para auditar. Enfim, isso é algo que realmente precisa mudar ao longo do tempo.

Em relação a algumas perguntas, que tentei mesclar, iniciarei com o tema do Luiz, colega da Universidade do Futebol, curso que também faço, que é sobre gestão desportiva. Ele me perguntou sobre cota. O Ronaldo André falou sobre a aplicação de cotas para arbitragem, e o Roney Cândido Alves falou sobre a importância da arbitragem na organização do esporte. Tentarei juntar os três temas.

Primeiro, o Luiz pergunta se já existe essa conversa da divisão igualitária das cotas. Sempre existe isso em teoria. Como disse ao Lázaro, noutro dia participei de um debate em Salvador, com os presidentes do Bahia, do Flamengo e do Vitória. Todos queriam discutir isso, menos o presidente do Flamengo. Há, sim, essa conversa, mas, como a maioria dos clubes já têm contrato assinado até 2018, alguns já recebendo adiantamento para prorrogar até 2020, é muito difícil que essa discussão seja adiantada em relação a esse prazo.

Quanto à aplicação dessa divisão de cotas para a arbitragem, não vejo que isso seja impossível de ocorrer. Citei dois exemplos: a Premier League inglesa destina 5% do que arrecada para causas comunitárias e outros. Poderia estar incluída, sim, a questão da arbitragem. Na Espanha, de acordo com o novo decreto que modificou a divisão das cotas, 3,5% delas também são divididas entre associação de atletas, futebol feminino, futebol de base e outros. Se houvesse a discussão das cotas de TV, não haveria problema nenhum em parte delas serem destinadas a sindicato de atletas, a sindicato de árbitros e à associação de árbitros, até porque, como o próprio Wellington, presidente do Betim, disse, sabemos da realidade do sindicato dos atletas hoje. A maioria dos atletas que já encerraram suas carreiras enfrenta grandes dificuldades.

Como o Gilberto disse, o futebol de grandes cifras é exceção. Na realidade, é apenas 1% de acordo com a realidade. Se hoje é arrecadada essa grande quantia do futebol profissional, não vejo por que não dividi-la de certa forma com o sindicato de atletas e de árbitros.

Roney, respondendo a sua pergunta, acho que o árbitro tem um papel fundamental nesse espetáculo, sem dúvida nenhuma, pois pode definir uma partida tanto para o lado bom quanto para o lado ruim. Para o lado bom, é o que mais esperamos, mas, em relação ao lado ruim, estamos cansados de saber das questões péssimas acontecidas, como o caso terrível de 2015, que alterou todo o Campeonato Brasileiro. Portanto, a arbitragem precisa, sim, de todo o apoio, pois é fundamental para o desenvolvimento do futebol.

Encerrando, uma questão pegou bastante. O deputado João Leite falou primeiro, e depois recebi mais dois questionamentos sobre o meu posicionamento quanto à não intervenção estatal. Quando digo não intervenção estatal, como dizia ao Francisco aqui ao meu lado, é porque já existe alguns instrumentos jurídicos na legislação brasileira para punir os dirigentes que agem de forma equivocada. E cito um exemplo: não precisa haver a responsabilidade pessoal do dirigente que



não paga tributo, pois, como acontece com as associações, com as empresas e com outras entidades de direito privado, caso não recolham tributos e não paguem as verbas trabalhistas, se não forem demandadas, o seu dirigente pode ser demandado, e, dependendo do caso, ele pode ser solidariamente demandado.

Mas penso que não deve haver leis demais sobre a questão. Há o Estatuto de Defesa do Torcedor. Até gosto disso e tenho livro sobre a matéria, mas o Código de Defesa do Consumidor já existe desde 1990, e o torcedor, por interpretação jurisprudencial, é equiparado ao consumidor. Não é preciso haver tantas leis. Há a nova lei para regular preço de ingresso. Digo que o futebol tem de ser um espetáculo, como um *show*, como uma peça de teatro. Então, regularemos ingresso de *show* e de teatro? Você vai proibir bebida em um *show* de *rock*? Para mim, isso é a mesma coisa, pois todos são espetáculos. Sou contra essa intervenção máxima.

Como o deputado João Leite disse e o Dr. Fernando Galvão disse muito bem, é óbvio que o MP e o poder público atuarão quando for necessário. Por exemplo, se há uma empresa pública pondo dinheiro no futebol, é claro que, por ser questão pública, o Ministério Público tem de fiscalizar e ver como o dinheiro está sendo aplicado, se há imoralidade ou não e se há uma justificativa para a aplicação desse patrocínio nesse valor. Se houver, ótimo; se não, o MP tem de intervir. Mas a intervenção máxima é muito ruim. O deputado João Leite falou sobre isso também. Vemos o Ministério Público do Trabalho atuando no futebol de base. Com todo o respeito, poucos entendem o que é um futebol de base e o bem que faz para muitos atletas. É muito prático tentarmos aplicar essa moralidade, dizendo que isso não pode, pois fere o direito do trabalho, mas poucos conhecem um CT de base.

Como o Dr. Lásaro colocou aqui no veto que a presidente fez em relação à antecipação para os 12 anos. Se pudéssemos fazer isso, seria uma maravilha, porque, hoje, quando proíbem demais, procuram-se meios de burlar isso. Aí, contratam o pai do menino, como vemos exemplos no exterior, onde isso acontece muito. Enfim, buscam-se outras formas de regularizar uma situação que poderia já existir e ser aplicada da forma mais correta. Há outras perguntas detalhadas, mas, tendo em vista o adiantado da hora, farei questão de respondê-las depois, por *e-mail*. Agradeço o convite e coloco-me à disposição de todos vocês.

O presidente – Obrigado, Sérgio.

Com a palavra, para as suas considerações finais, o nosso jornalista, Marcos Guiotti.

O Sr. Marcos Guiotti – Primeiro, quero agradecer a oportunidade. Realmente, é de grande valia e de grande importância debater o futebol como esta Casa está fazendo hoje. Se não conseguirmos encontrar o caminho ou resolver todos os problemas, pelo menos vamos nos informar e buscar a melhor maneira para pensar sobre tudo o que está acontecendo.

Vou responder ao Wellington, ao jornalista Glaudo Fonseca Júnior e ao Alisson Reis, do Centro Esportivo Portuguesa. Wellington, não conheço ninguém que recebe de jogador de futebol. Posso lhe garantir que nunca recebi e nunca aceitaria receber. Tenho uma postura ética e responsável. Sempre tive. Tenho 30 anos de atuação e sempre procurei me informar. Sou economista, jornalista e, daqui a 20 dias, estou terminando o curso de direito. Como o futebol envolve muito direito, senti a necessidade de entender um pouco mais das leis para poder falar e escrever. Hoje, trabalho em rádio, jornal e televisão e não tenho nenhum medo dizer: atire a primeira pedra quem tiver algo a falar sobre mim. Nunca fiz nada errado nesse meio. Nunca ninguém me ligou para me corrigir em relação ao que falei ou escrevi, porque tenho uma preocupação muito grande. Como disse, os clubes brindam para não deixar certas informações que não interessam a eles. Tudo bem, é o direito deles. A imprensa tem buscar formas de descobrir isso. Não somos investigadores, mas existe o jornal investigativo e há outras formas de você saber.

Como dou muita opinião, trabalho dando opinião, procuro estudar muito. Por isso, conheço futebol mundial quase todo; conheço muito bem o problema do futebol de base; tenho as minhas convicções. Se você perguntar qual a solução que daria para o trabalho de base, responderei que o Cruzeiro, o Atlético e os grandes clubes têm de espalhar em cada região do Estado um centro de treinamento para buscar esses garotos menores. É só colocar um centro de treinamento do Cruzeiro e do Atlético

para treinar todo mundo, e quem for bom virá para a capital. Acho que, com a extinção do futebol de base, o futebol amador tem um papel muito grande. Como disse várias vezes, é preciso mudar tudo. Quando falo tudo, é dentro e fora de campo, é a arbitragem, é o trabalho da presidência, é a qualificação, é a base, é o árbitro. O Corinthians não pode gastar R\$300.000.000,00 para fazer um time de futebol e pagar R\$4.000,00 para um juiz decidir o título. Isso é um contrassenso. Então, tem de mudar tudo.

Vejo a imprensa muito responsável, e precisa ser porque não podemos falar sem provas. Jamais vou acusar alguém ou falar alguma coisa sem prova. Aliás, durante um jogo de futebol, tenho muito cuidado de dizer que o time do Cruzeiro está cansado. Sabe por que não falo isso se não tiver certeza? Porque, quando falo que o time do Cruzeiro ou o time do Atlético está cansado, estou atingindo diretamente o departamento de preparação física. Tenho certeza de que se o responsável ouvir isso vai dizer: "Não, esse cara não está cansado". Daí, a minha preocupação. Quando digo que o Levir Culpi errou nas alterações e o time perdeu, tenho muito cuidado. Preciso ter fundamento. Digo que ele errou e porque errou. Busco o meu fundamento. Se ele quiser discutir comigo, depois discutimos, mas não falo simplesmente por falar essas frases comuns que estão no dia a dia do futebol. Tenho essa responsabilidade.

Fui professor do curso de jornalismo na Newton Paiva e na Estácio de Sá durante 12 anos e sempre tentei passar isso para os meus alunos que estão chegando no mercado. Sabemos que hoje chegam ao mercado muitos jornalistas despreparados. Aliás, muitos deles torcedores, que acabam misturando as coisas. Não misturo. Se me perguntarem qual é o meu time, vou dizer que torço para o sucesso do futebol mineiro e fiquei muito feliz com 2013 e 2014. É isto que quero, quero o bem do futebol mineiro. Por isso é um prazer estar aqui tentando, de alguma maneira, colaborar para o bem do futebol mineiro. Não visto camisa de nenhum clube, visto a camisa do nosso futebol, aliás, do interior, porque sou do interior.

O presidente – Obrigado, Marcos Guiotti. As questões encaminhadas ao Lásaro Cândido, que teve de sair, serão enviadas para ele e respondidas depois. Vamos fazer um intervalo e depois retornaremos. A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais manifesta seus agradecimentos aos expositores, às autoridades, aos telespectadores da TV Assembleia e ao público em geral e convida todos a retornarem, após o intervalo, para a continuação deste ciclo de debates, às 14h30min, com a palestra *Desafios na formação de jogadores de futebol: da rua à excelência*, conforme a programação.

Encerramento

O presidente – Cumprido o objetivo da convocação, a presidência encerra a reunião, desconvoando a extraordinária de hoje, às 18 horas, e convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada. Levanta-se a reunião.

ATA DO EVENTO REALIZADO NA 91ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 10/11/2015

Presidência dos Deputados João Leite, Fábio Avelar Oliveira e Anselmo José Domingos

Sumário: Destinação da Interrupção dos Trabalhos Ordinários – Composição da Mesa – Esclarecimentos sobre a Dinâmica dos Trabalhos – Palavras do Sr. Júlio Garganta – Palavras do Deputado Tito Torres – Registro de Presença – Palavras da Sra. Isabel Mesquita – Palavras do Sr. Márcio Rezende Freitas – Palavras do Sr. Juliano Lopes – Palavras do Sr. Michel Neves – Palavras do Sr. Genderson Silveira Lisboa – Palavras do Sr. Próspero Paoli – Palavras do Sr. Afonso Celso Raso – Palavras do Sr. Sérgio Romanelli – Esclarecimentos sobre os Debates – Debates.

Destinação da Interrupção dos Trabalhos Ordinários

O presidente (deputado João Leite) – Destina-se esta parte da reunião à realização do segundo ciclo de debates Muda Futebol Brasileiro, que tem por objetivo discutir o cenário do futebol brasileiro em suas diversas realidades, destacando aspectos essenciais para seu aprimoramento, como a gestão dos clubes, o papel da mídia, a arbitragem, o fomento ao futebol amador e a formação dos profissionais do setor.

Composição da Mesa

O presidente – Convidamos a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. Júlio Garganta, doutor em ciências do desporto e professor na Universidade do Porto; e Próspero Paoli, doutor e mestre em educação física e professor titular da Universidade Federal de Viçosa – UFV; a Exma. Sra. Isabel Mesquita, professora da Faculdade de Desporto da Universidade do Porto; e os Exmos. Srs. Genderson Silveira Lisboa, procurador do trabalho em Minas Gerais; vereador Juliano Lopes, da Câmara Municipal de Belo Horizonte; Sérgio Romanelli, supervisor de Futebol Amador da Federação Mineira de Futebol; Afonso Celso Raso, presidente de honra do América Futebol Clube; Márcio Rezende Freitas, comentarista esportivo; Michel Neves, representante do Villa Nova Atlético Clube; e deputados Geraldo Pimenta, vice-presidente da Comissão de Esporte, e Tito Torres.

Boa tarde. Vamos reiniciar os trabalhos. Vejo que as pessoas preferem sentar-se mais atrás; só árbitro de futebol, que é mais corajoso, é que senta na frente. O Márcio Rezende não tem medo de nada, ele sentou-se aqui na frente; os outros também podem sentar aqui na frente, como o nosso Márcio Freitas fez.

Esclarecimentos sobre a Dinâmica dos Trabalhos

O presidente – Esclarecemos que, após as palestras, abriremos espaço para a apresentação de perguntas aos componentes da Mesa, por escrito ou oralmente, e de outras enviadas pelo formulário disponível no portal da Assembleia Legislativa.

Para melhor organizarmos o debate, os participantes poderão encaminhar suas perguntas, por escrito, no formulário próprio, que está sendo distribuído pela equipe de apoio. Aqueles que desejarem fazer suas intervenções oralmente deverão especificar isso no formulário. Informamos que os telespectadores da TV Assembleia poderão participar, e, para isso, basta acessarem o portal da Assembleia www.almg.gov.br, abrir o *link* com o formulário de participação, e enviar a sua contribuição.

Agradeço muito a presença de todos. Ficamos muito felizes com as apresentações feitas na parte da manhã. Sem dúvida, estamos reunindo um material muito rico.

Passo a palavra ao Prof. Júlio Garganta, para proferir a palestra “Desafios na formação de jogadores de futebol: da rua à excelência”.

Palavras do Sr. Júlio Garganta

Boa tarde a todos. Inicio agradecendo o honroso convite da Assembleia de Minas para partilhar ideias e reflexões com vocês. Eu me propus a desenvolver o tema devido a esse honroso convite. Tentarei lançar algumas pistas para depois, em conjunto, refletir sobre o tema.

Começo falando de algo controverso, embora muitas vezes quase tacitamente aceito, que é o conceito de talento. Do nosso ponto de vista, essa ideia de que o talento é nato tem sido um dos maiores empecilhos ao maior desenvolvimento do futebol e de seus jogadores. Tentarei sustentar de alguma forma que são muito mais importantes a educação, a formação, a cultura e o treinamento do que a genética para a evolução do futebol e dos jogadores, em função do ser humano enquanto gente, não apenas enquanto jogador. De fato, os nossos pontos de vista sobre o talento são extraordinariamente importantes, dado que condicionam o modo de influenciar, identificar e sobretudo desenvolver as pessoas que ocupam os cargos de treinadores, professores, tutores, enfim, quem quer que seja para ajudar alguém a crescer numa atividade, nesse caso concreto, o futebol. A ideia de que o talento é um dom concedido por alguém ou algo externo é de fato algo que tentamos questionar, ou seja, a ideia de se ter ou não talento constitui o tal estorvo para apostarmos em métodos de treino e ensino, para que, de alguma maneira, possamos admitir que o mais importante na transformação das pessoas é o que conseguimos fazer delas e com elas. Por isso, é importante tentarmos distinguir quais são as verdades e as mentiras implícitas no conceito de talento.

De fato, a ideia é reequilibrar. Não venho aqui com a pretensão de dizer que isso é fim, mas, sobretudo, como disse no início, para partilhar algumas reflexões sobre essa questão. O que a ciência nos mostra é que em 27 mil genes que constituem



o genoma humano nunca foi encontrado nenhum que estivesse ligado a algum talento em particular, seja no futebol ou no esporte em geral, na música, na matemática, na arquitetura. Não há nenhum cientista, nenhum trabalho publicado, nenhuma evidência de que exista algum gene específico responsável por determinado talento. Isso nos leva a pensar que se as pessoas nascessem com esse gene provavelmente a ciência, ao longo de todos os anos, já teria identificado alguns deles – não falo em todos, mas em alguns.

Por si só, o que se sabe, e todos os trabalhos em diferentes áreas têm-nos permitido concluir, é que os genes não nos tornam inteligentes, nem excelentes, nem rápidos, nem educados, nem deprimidos, nem talentosos, ou seja, eles interagem com o ambiente para mudar a aparência e o comportamento de um indivíduo. Obviamente, algumas características que temos, notadamente do ponto de vista antropométricas, nossa altura, nossa estatura têm um componente genético forte, mas, ainda assim, não são totalmente determinadas geneticamente. É o que a ciência fato tem concluído.

Então, o talento é um compromisso, uma conquista, e não um dom. Essa é a nossa ideia. Há mais avanços com essa possibilidade que nos parece, neste momento, mais de vivência. E vai resultar de uma mistura poderosa de instrução, incentivo e prática constante. É aqui que nós temos que, ao admitirmos que esse é o lado mais importante, vamos, obviamente, apostar muito mais em questões relacionadas com educação, com formação, do que acreditar em outro tipo de forças, no acaso, na genética, na hereditariedade, etc., para dizer que o jogador nasce e depois só temos de esperar que, em algum momento, o seu talento possa eclodir. As coisas, de fato, não parecem ser assim.

Temos verificado que o desporto tem evoluído não à custa da genética, mas porque está treinando e competindo de modo mais eficiente e eficaz. Reparem no exemplo a seguir: em 2004, um senhor chamado Ed Whitlock, com 74 anos de idade, correu a maratona em 2h54min48s. Isto é, correu essa distância 4 minutos mais rápido que o ganhador dos jogos olímpicos de 1896. Há muitas evidências, mas essa é uma evidência forte que nos faz pensar o que aconteceu nesse tempo.

Então, como os genes evoluíram e as coisas evoluem? É, de fato, à custa de como se está treinando, de melhor conhecimento, de tecnologias cada vez mais refinadas que vamos conseguindo aprimorar esse processo. Então, poderíamos perguntar, qual será a experiência a partir de recursos diários e genes comuns? Ou seja, qualquer um de nós é inspirado a ser excelente num determinado domínio? Entendo que sim. Não podemos ser todos excelentes no futebol, mesmo aí, nem todos podem ser excelentes em jogar como centroavantes ou como goleiros, ainda que no futebol haja especificidades tais que seja necessário desenvolver talentos de maneiras diferentes para ser um volante, um centroavante, um extremo ou médio, o que quer que seja, como se houvesse diferentes profissões nesta atividade que é o futebol.

O que a ciência nos tem dito, então, para além daquilo a que já me referi? Não é a biologia que estabelece o patamar que o indivíduo pode alcançar e, por isso, devemos ficar preocupados quando estamos sistematicamente referenciados em noções de natureza lógica para nos dizer que este, aquele ou aqueloutro podem ou não ter talentos. Não podemos nos deixar, do nosso ponto de vista, condicionar por isso. Então, isso é algo que está em aberto, não é algo que está fechado. Essa é uma ideia que me parece importante. Ninguém está preso ao seu patamar original. Daí, a importância da cultura, de entendermos que as pessoas podem sempre mudar quando devidamente orientadas e ajudadas, e não só no futebol. É preciso entendermos quais serão os melhores meios, os melhores modos de o fazermos. Uns podem desenvolver melhor o seu talento na pintura, nas artes plásticas; outros, na arquitetura. No caso, estamos falando do futebol, assunto que nos trouxe aqui.

Qualquer ser humano pode tornar-se melhor por meio da educação e do treino, embora, como vamos ver, haja uma excelência – podemos dizer que é absoluta –, que é atingir o topo, o máximo, o mais alto rendimento que se conhece no atletismo, no futebol ou em outra modalidade. Mas há também uma influência relativa, que é buscarmos ser o melhor possível no segmento que estamos trabalhando. Se estou treinando com meninos ou meninas de 14, 15 anos, é possível desenvolver um trabalho de excelência e é possível alcançar a excelência nesse nível, embora haja outras excelências que estão, digamos, acima dessa do ponto de vista da escala hierárquica no rendimento, obviamente. É importante ter essa ideia em mente.

Portanto, o talento não é algo em si mesmo, é um processo. Daí temos muito as chamadas sessões de detecção de talento ou peneiras. Entendemos que é muito difícil conseguir identificar jogador ou jogadoras em uma, duas ou três sessões.



Obviamente, se o jogador ou a jogadora são fora de séries em uma determinada idade, todo o mundo vê isso, até minha vó vê, não é preciso ser especialista em futebol. Mas o problema está com os que não mostram imediatamente que podem vir a ser talentos, que são a maioria. Grande parte dos talentos surgem ou se afirmam como talentos somente mais tarde. Precisam de um tempo maior até aparecerem. O sucesso nem sempre é o que se vê. A ponta do *iceberg* é o que normalmente vimos, mas a maior área está submersa. No talento isso é uma metáfora, e portanto acontece de forma semelhante.

Quando falamos de excelência, a ideia é pensar que se pode ir à rua até a excelência, seja ela absoluta ou relativa. Começamos a perceber que a excelência tem muitas vias, muitos caminhos. Qual caminho iremos escolher depende de muitas coisas, como do contexto cultural, dos meios de que dispomos, da nossa filosofia de trabalho, das nossas convicções sobre os seres humanos e sua possibilidade de evolução. Mas ela é de fato um complexo de muitas condicionantes.

Aquilo que a ciência tem mostrado, através de vários trabalhos, é que atingir a excelência depende da data e do local do nascimento. O momento e o local em que nascemos podem condicionar sobremaneira o fato de chegarmos ou não a ser talento. Isso é muito importante. A experiência precoce e o tempo dedicado à prática são duas condicionantes importantíssimas. Não se pode ser talento no que não se faz, no que não se pratica, seja com um número de horas significativo e sobretudo com uma qualidade significativa, como vamos ver.

As oportunidades. Quando falamos de sorte, talvez nos refiramos a isso fundamentalmente. Muitas vezes há um fechar ou um abrir de oportunidades, que podem em um determinado momento nos fazer acreditar ou nos afiliar a uma atividade e ganhar mais confiança, ter mais motivação ou acreditar que pode ser possível. Essa questão de abrir janelas das oportunidades ou fechá-las é o que fazem alguns treinadores: por vezes, alguns abrem e outros fecham. É importante perceber como isso acontece e por quê.

A paixão pela superação é algo determinante. Ninguém, no nosso ponto de vista, consegue chegar ao topo de uma atividade e sobretudo, lá se manter durante muito tempo, que é o mais importante, se não tiver paixão por isso. É preciso dedicar muito tempo, é preciso fazer sacrifícios e ultrapassar muitos obstáculos. Por isso essa paixão pela atividade dá um acréscimo à motivação, dá um acréscimo de vontade de seguir aquele caminho, apesar dos obstáculos com que se vão deparando.

Acesso a treino especializado. Obviamente temos consciência de que para que se consiga jogar futebol de alto rendimento, de alto nível; jogar um futebol que agrada a quem o vê e a quem o joga, é muito importante haver jogadores criativos, que não sigam apenas pautas, que não conheçam apenas princípios de jogos em que todos reproduzam as mesmas coisas. Não, queremos jogos diferentes, que tenham diversidade. Isso vai permitir ao futebol sobreviver. Do nosso ponto de vista, se o futebol começar a ser globalizado negativamente, se todos treinarem da mesma maneira, se todos jogarem da maneira semelhante, isso será altamente negativo. Por isso o acesso a treino especializado, de maneira diferenciada, é de fato, uma condicionante que pode nos permitir alcançar patamar de excelência.

O que parece gênio ou criatividade pura resulta de muitos anos de entrega a práticas eficazes. Inicialmente, práticas são espontâneas, daí a importância do jogo de rua, mas depois é necessário treino sistemático, treino especializado.

Escrevemos um livro sobre futebol de rua em que entrevistamos várias personalidades do futebol, alguns treinadores e alguns jogadores brasileiros e alguns jogadores portugueses que jogaram nos mais altos patamares, sobretudo no estrangeiro – na Inglaterra, no Manchester United etc. Todos foram unânimes em considerar que é importante o treino sistemático com uma prática de futebol, digamos, livre, em que se aprende a jogar sem ninguém ensinar, a não ser o próprio jogo. É muito importante, é aí que se aprende a relação com a bola. No futebol ninguém ensina ninguém a passar, a arrematar, a controlar a bola, mas se podem criar condições para que as pessoas aprendam. Isso é o mais importante. O jogo de rua faz com que as crianças que o praticam desenvolvam essa alfabetização, para, depois, mais tarde, vir a ser grandes craques, grandes jogadoras ou grandes jogadores. Sem isso é muito difícil, mais tarde, ser criativo, ter uma relação com a bola diferente, para melhor, etc.

Não duvidamos, quando falamos com treinadores, com especialistas em futebol, que as pessoas olhem para um jogo de crianças e identifiquem talento. “Para mim, essa ou esse são talentos.” Mas o que queremos saber é o que elas ou eles veem quando identificam talento. “O que estamos de fato a identificar? O que é isso de talento, quais são os indicadores que usamos para perceber o que é ou não é talento?”

O que disse há pouco e quem tem condicionado muito esse processo que chamamos de detecção de talentos. Não gosto da expressão, porque parece que estamos a detectar tais, e não é detectar alguma coisa, passar um censor num código de barras e, se der um silvo, um apito, é talento; se não ser, não é. As coisas, de fato, não parecem ser assim. Grande parte dos indivíduos que se tornaram talentos em suas atividades não exibiram sinais precoces de talento. Isso é muito importante que vocês percebam.

Eu trouxe dois filmes para apresentar, mas depois vi que havia alguma incompatibilidade e os suprimi. Mas, a propósito disso, é incrível: eu apresentei um clipe com o Messi, aos 5 anos, em que se reparava que aquele menino era completamente diferente dos outros. A forma como ele jogava sobressaía. Ele era o menor, o mais velho, mas o mais habilidoso, era o que se sobressaía. Todos viam que estava ali, pelo menos, um prodígio. É importante que se distinga, por vezes há alguma confusão entre prodígio e talento. Um prodígio é alguém que até os 10 anos da idade biológica consegue resolver tarefas muito semelhantes às que os adultos conseguem resolver, da mesma forma ou de forma semelhante. Mas há muitos prodígios que, depois dessa idade, não conseguem tornar-se ou firmar-se como talentos; foram prodígios, mas não chegaram a talento. O Messi foi prodígio e chegou a talento; o Mozart, na música, foi prodígio – aos 4 anos compunha, interpretava – e prosseguiu como talento. Mas há muitos casos no mundo – a maior parte – de prodígios que depois morreram, não seguiram por várias razões, e tem a ver com as tais oportunidades, com acesso a treinos especializados, com a paixão pela atividade etc.

Esta é a grande questão: temos estado muito mais preocupados com a seleção do que com o desenvolvimento dos jogadores; andamos muito preocupados em selecionar, em ver quem está, quem é. Mas o mais importante, do nosso ponto de vista, é desenvolver primeiro para selecionar depois, e não o contrário. Temos feito o contrário. E quando digo nós, refiro-me ao mundo, não é o Brasil nem é Portugal. Tem sido uma prática corrente no futebol, andam todos atrás da pepita de ouro, e as coisas não são assim. A pepita, no caso do talento, é algo que se vai transformando, que se vai construindo, não é uma coisa que seja feita a princípio. Mesmo aqueles que revelam condições iniciais diferentes, precisam de trabalho, de acompanhamento, de treino, muitas vezes para não se perderem.

O problema da seleção está nos pressupostos. O primeiro equívoco é este: a melhor maneira de viabilizar os altos desempenhos é escolher os melhores e rejeitar os menos bons à data da seleção. Se tenho um grupo, vamos fazer um teste ou um jogo. Se esses são os melhores, ficam; os menos bons vão embora. As pessoas, habitualmente, o que dizem? “Não há problema, porque, se eles forem realmente bons, mais tarde aparecerão.” Em outras coisas não é assim.

Quando acredito ou seleciono indivíduos em bandos, com a chancela de que são talentos, essas pessoas serão alvo de um foco, melhor atenção, melhor treino, melhores treinadores, melhor competição. Ao fazer isso, estamos dando melhores condições. Aqueles que não foram identificados como talentos ficarão na penumbra e serão alvo de subdesempenho porque não têm tão bons treinadores, tão boas condições, a maneira como nos dirigimos a eles e os comentários que fazemos são completamente diferentes, e as expectativas vão modular o comportamento deles.

Isso quer dizer que, quando fazemos isso, estamos tendo uma tendência para classificar como talentos praticantes que ainda não têm suficiente tempo da instrução à prática. É óbvio que, se eu pegar dois vasos com plantas, olhar para um e para outro e dizer que essas sementes vão dar melhores plantas do que a outra, e coloco uma na garagem, na sombra, e outra no sol, regando e adubando, estancando o caule que começar a crescer, enfim, é óbvio que essa planta será muito mais viçosa, mais bonita, porque estou colocando meu foco ali. Há uma profecia que será autocumprida. As minhas expectativas serão obviamente satisfeitas porque estou colocando minha atenção e meu trabalho naquele campo e não no outro.

Uma das principais questões que têm preocupado os cientistas dos desportos e algumas pessoas que estudam isso é o efeito da idade relativa. Para quem já está identificado com isso, não é nenhuma novidade. Idade relativa e profecia www.almg.gov.br Página 64 de 181



autocumprida têm a ver com o fato de imaginarmos que, em uma temporada desportiva, estão jogando na mesma equipe meninos que nasceram em janeiro e outros que nasceram em dezembro. A distância de maturação de um ano é muito significativa quando falamos de meninos de 10, 11, 12 anos. Muitas vezes o que identificamos não é talento, é maturação. São estágios maturacionais mais avançados, por isso identificamos focos positivos. Mas como vamos dar-lhes mais atenção? Eles vão chegar mais acima do que os outros.

Esse é um grupo de seis crianças de um clube em Portugal. Foram identificados como talentos os três mais altos. O treinador, que era meu estudante, resolveu falar com os diretores e dizer não. Decidiu manter as três crianças que queriam mandar embora, os menores, porque tinham habilidade e muita vontade de progredir, muita paixão. E esses três meninos agora estão jogando na primeira liga portuguesa, enquanto os outros três maiores desapareceram. Há muitos casos como esses. Eram três falsos negativos e três falsos positivos, que iam ficar.

Estou dizendo isso para pensarmos que, muitas vezes, os treinadores se regozijam, dizendo: fui eu que acompanhei e lancei o Neymar. Podemos perguntar quais foram os outros lançados por borda fora. Não sabemos. É mais difícil saber. Mas, de fato, todos nós, incluindo eu, que também já estive nessa situação, mandamos crianças embora que provavelmente teriam potencial para chegar a talento. Isso é algo que nos preocupa.

Se vocês repararem aqui, foi feito um estudo muito importante sobre os efeitos de idade relativa no Campeonato Português, na liga portuguesa, nos três grupos considerados mais significativos em Portugal – Porto, Benfica e Sporting. Os círculos maiores significam a porcentagem de jogadores nascidos no primeiro semestre, e os círculos menores significam os jogadores da primeira liga que nasceram no segundo semestre. Como é óbvio, os jogadores que nasceram no primeiro semestre têm maior probabilidade de ser identificados como talentos, porque são maturacionalmente mais avançados. É o que isso nos diz, mas há muitos estudos como esse mundo afora, centenas deles, que provam isso, não é nenhuma novidade. A seleção de talento precede o desenvolvimento, quando deveria acontecer precisamente o contrário, como há pouco conferimos. É essa a nossa convicção.

David Shenk, que tem um livro editado no Brasil, que comprei no ano passado quando participei de um congresso em Pelotas, diz o seguinte, baseado em evidências e em alguns estudos: “Os atributos necessários para um amplo desempenho em idades baixas não são os mesmos que impulsionam o desempenho na vida adulta”. Então, por que temos de utilizar critérios para identificar talentos em idades baixas que são, digamos, decalcados do rendimento que queremos para a idade adulta? Temos de olhar para eles com outras lentes, com outras diferenças.

A riqueza e a diversidade dos estímulos recebidos são essenciais para se possa consumir a atualização do talento. Daí que a seleção não pode preceder o desenvolvimento, a não ser quando não temos outra possibilidade – quando nos dizem, por exemplo: “Temos 200 crianças e não podemos fazer mais nada a não ser ficar com 50 e mandar embora os outros 150”. Nesse caso, não nos resta nada a fazer. Mas, se pudermos manter as 200 crianças praticando, para ver como evoluem, quem vai dizer qual delas é ou não um talento não sou eu, mas elas mesmas. Com a forma como reagem, como respondem ao treino e às adversidades, como reagem ao fato de serem ou não escaladas para jogar, enfim, como reagem à frustração é que vai nos dizer quem pode chegar lá e quem não tem condições para isso.

Então, do nosso ponto de vista, o mais importante é criar boas oportunidades de exposição ao treino e à competição. O criar boas oportunidades implica que tenhamos gente capaz para fazê-lo. Ou seja, sem uma boa formação de treinadores, não é viável, do nosso ponto de vista, formar jogadores para a excelência, com a proficiência que pede um futebol cada vez mais exigente em vários aspectos – dos pontos de vista cognitivo, físico e até social, relacional. Não é possível formar esses jogadores se não consensualizarmos de fato a importância da boa formação do treinador.

Então, que condições podemos criar para que os talentos despontem e evoluam? Essa é a pergunta que acho importante fazermos, em vez de nos perguntarmos onde estão os talentos.

O Sr. Arsene Wenger, treinador do Arsenal há muitos anos, mais de duas décadas, diz: “Young players need freedom of expression to develop as creative players... They should be encouraged to try skills without fear of failing”. Isso é muito importante. Então, o que estamos a fazer agora, com uma febre de criação de escolas? Elas até podem ser importantes, mas é mais importante percebermos o que essas escolas podem proporcionar aos jovens jogadores e às jovens jogadoras para que cheguem lá em cima e não que comecem a tecnicizar em demasia o processo de ensino e treino. Primeiro, deve-se brincar de futebol; o treino pode esperar. O treino tem que aparecer mais tarde, em vez de se começar logo com a apresentação de esquemas e princípios que intoxicam os meninos e as meninas que estão começando a jogar e os fazem perder o gosto pelo jogo e o gosto pela aprendizagem, o que vai impedi-los de serem criativos mais tarde, de tão reprodutores de padrões e princípios – não passam disso. Do nosso ponto de vista, isso é muito importante.

Então, entre as práticas não formais está o futebol praticado nas ruas, que na Europa – não conheço bem a realidade daqui – está nomeadamente em vias de extinção, obviamente pela supressão dos espaços, por outras solicitações que as crianças vão tendo, que são completamente diferentes e que muitas vezes as privam de ter uma estimulação motora, como tínhamos em nosso tempo, brincando nas ruas. Mas o futebol de rua é um exemplo de como uma atividade auto-organizada e não formal pode ser educativa e proporcionar prazer a quem a prática. Ou seja, mesmo que não esteja ninguém ensinando ali, eles ou elas estão aprendendo com o jogo, e isso é muito importante.

Aqui está o livro a que me referi há pouco sobre o futebol de rua. Nele, questionamos isso e conversamos com vários atletas e ex-atletas, treinadores e ex-treinadores sobre a importância de terem praticado, digamos, um futebol mais informal e, depois, o treino mais sistemático e outras coisas práticas formais, que obviamente são extraordinariamente importantes. É que poderemos saltar, digamos assim, um conceito ou uma instituição que nos parece muito importante.

Quando estamos a falar em talento, de criar a oportunidade, a ideia é olhar um pouco para aqueles que são os denominados viveiros de talento que estão pelo mundo afora. Há um senhor, que devem conhecer, um americano chamado Donald Coyle, que passou cinco anos da sua vida a visitar aquilo que denominou de viveiros de talento: no tênis; no futebol, veio ao Brasil, foi à Rússia verificar alunas de tênis que eram consideradas fora de série, de onde saiam mais mulheres tenistas, por ano, do que nos Estados Unidos ao longo de 10 anos. Então ele disse “tem de ter alguma coisa diferente, vou ver”. Uma professora de piano que foi professora dos melhores pianistas do mundo: “Vou lá ver”. Ou seja, ele foi àquilo que considerou viveiro de talentos e visitou esses países.

E nós devemos nos preocupar com isso, em criar boas condições, tentar identificar o que têm esses viveiros de talentos que proporcionam o aparecimento ou o desenvolvimento de pessoas, dos jogadores, que as capacitam. São as chamadas, se quisermos, empresas qualificantes; quem lá entra corre o risco de se tornar melhor.

E este é um deus, Ajax Amsterdam. O Ajax, nesse momento, como sabem, já foi uma grande equipe. A equipe absoluta dos seniores. Esteve, no tempo do reino do Sr. Rinus Michels, foi considerado o treinador do século pela Fifa. No tempo da Laranja Mecânica, que depois foi treinador da seleção nacional holandesa. Nessa altura tinha uma expressão forte nos seniores. Nesse momento não. É uma equipe que não tem muita visibilidade nesse nível, vai à Liga dos Campeões e não aparece, desaparece. Vai às primeiras fases e depois desaparece. Mas é o melhor celeiro atual, o melhor celeiro dos jogadores do mundo. Os jogadores formado no Ajax, nesse momento, jogam em qualquer modelo de jogo no mundo. Isso quer dizer muito, quer dizer que têm uma formação que lhes permite jogar em diferentes, digamos, com diferente filosofia, diferentes concepções. Têm uma cultura tática, uma cultura de trabalho, uma cultura de treino e uma cultura, digamos, desportiva, que lhes permite estarem pelo mundo e, digamos, conseguirem uma proficiência muito alta. Isso é muito importante.

O outro, queria me referir a este senhor, Ruben Jongking, esteve em Portugal há pouco tempo e ele dizia que no Ajax nem sempre a filosofia foi essa da formação dos jogadores, de apostar muito na formação. Dizia ele: “A nossa forma de pensar mudou do ganhar para o desenvolver”. Ganham algumas coisas, mas perdem outras, mas depois temos de saber o que um grupo pretende. Porque, se nós começarmos a pensar, e muitas vezes esse argumento aparece: “Sim, formam jogadores, mas depois não ganham nada”. Só que depois temos o outro exemplo, que é irrefutável. Estive lá há duas semanas, em La Masia,



para entrar em contato um pouco com essa realidade. Eu tinha lido muita coisa, conversado com muita gente, muitos treinadores, mas nunca havia estado, digamos, algum tempo lá imerso, o que é diferente. Estive lá e, de fato, para mim, este é o modelo dos modelos. Embora neste momento talvez as coisas, o nível das equipes tendem a modificar um pouco, devido a políticas de contratações, mas não me compete falar sobre isso agora. Mas a formação mantém o seu padrão e é de fato uma escola fantástica que produziu, entre 2010 e 2013, o que eu considero um dos melhores futebol de sempre, e que resulta em sete jogadores formados em La Masia, que foram campeões do mundo, campeões da Europa, que ganharam várias ligas, ganharam tudo que havia para ganhar, inclusive um treinador que lá foi formado, Pep Guardiola, que ajudou a equipe a chegar aonde chegou. Portanto, o que viemos perguntar é será que em La Masia existem genes especiais ou dons divinos? Por que aparecem lá tantos talentos? Deve haver genes especiais. Ou trata-se de contextos qualificantes que transformam positivamente quem os vivencia.

O fato é que, quem vai lá ver e quem vê aqueles meninos treinarem e jogarem: a sistematização dos conteúdos, a preocupação com os primeiros anos, de serem práticas mais informais e depois adquirirem competências para jogar em mais alto nível, percebe que, de fato, aquilo é um contexto muito rico, que melhora e vai melhorar seriamente as pessoas que lá entram. Então essa é a questão: procurar talentos ou formar para o talento? Quase a terminar. Isto é aquilo a que nos propusemos, de alguma maneira, a sustentar. É preciso favorecer uma cultura de excelência, estando atento ao que é mais importante em cada momento.

Nem sempre o que é importante no início da prática de futebol é o que será importante mais tarde. Temos de ver o que se vai manter, o que é transversal e o que é diferente. E essa diferença varia com muitas coisas nomeadamente com as culturas, com a cultura de cada país, a cultura de treino, a cultura de competição, a forma como as pessoas veem o fenômeno esportivo, nesse caso o futebol.

Então, é importante perceber quem vai regulando capacidade e vontade para poder tornar-se talento. Como disse no início, pode-se chegar por vários caminhos. Temos de ser capazes de escolher o nosso. O Brasil tem de ser capaz de escolher o seu caminho para conseguir voltar a ser e a dar ao futebol aquilo que já deu. Ele tem num potencial incrível. É importante que as pessoas reflitam, e provavelmente esse é um dos debates que podem ajudar nisso, mas não sou propriamente a pessoa mais indicada. O meu contributo é muito, digamos, lateral, porque não conheço bem a realidade. Mas parece-me extraordinariamente importante que se pense um pouco por que muitas vezes uma equipe ou um conjunto de jogadores que tanto prometem não concretiza, digamos assim, o potencial. O que se passa? Entendo que uma das coisas que podem ser mais perniciosas ao futebol, que pode se emancipar e é diferente, como é o caso do brasileiro e do africano, é a ilusão, a tentação perversa de copiar e importar modelos europeus. As pessoas têm de encontrar o seu caminho de acordo com idiossincrasias, particularidades, sua história, e aproveitar o que tem de melhor para crescer ou continuar a crescer. Essa é a minha ideia. De fato, a ausência de prática e a má prática são os maiores inimigos do talento.

Esses livros que alguns, ou muitos provavelmente, já conhecem são muito interessantes para quem quiser aprofundar mais sobre essas questões da forma como o talento pode crescer, digamos, em diferentes atividades.

Essa comunicação ficará aqui disponível para depois os senhores terem acesso a ela, com calma, e verem os livros, por isso passei tão rapidamente.

Então, a ideia é essa. O que temos feito no talento é desempenhado o papel de caçadores, ou seja, andamos à caça de talento. Entendo que devemos ser mais fiscalizadores, buscar, encontrar uma boa isca, escolher uma boa forma de lançar, digamos assim, o anzol e esperar que venham criar condições a fim de que surjam mais peixes para que possamos pescá-los, e não andar tanto atrás de coisas que, por se andar tanto atrás, muitas vezes fogem. É melhor pescar do que caçar talentos, no nosso ponto de vista.

Em síntese – estou quase terminando –, o talento se aprende – essa é a nossa convicção. Não é algo que esteja lá, mas que se tem de aprender, atualizar e ir, digamos, desenvolvendo; requer ambientes estimulantes; necessita de tempo para se exprimir – isso é muito importante. É como um bom vinho. Posso ter boas uvas, mas beber um vinho feito de boas uvas no fim

www.almg.gov.br Página 67 de 181



do ano não é a mesma coisa que se ver passar cinco ou seis anos, em que se precisa de um tempo de maturação; não cresce se não lhe damos atenção. Mas há o efeito perverso: excessiva atenção sobre uns desvia a atenção a dedicar a outros. É importante que tenhamos isso em mente.

Então, eu diria que não há escassez de talento, mas há abundância de talento latente. Depois muita coisa dependerá da nossa forma de antever e das possibilidades que temos de criar oportunidades ou desperdiçá-las.

Então, em termos práticos, como se pode semear talento e minorar os tais erros de seleção. A ideia é esta: aumentar a base de praticantes; favorecer cultura de excelência – isso implica ter pessoas bem formadas, e não acredito que se possa ter uma boa formação sem pessoas bem formadas à frente dessa formação –; dar tempo a que possa exprimir-se; e estar atento aos efeitos ilusórios da maturação – essa é uma que todos defendemos na teoria, mas depois, na prática, é mais difícil de se levar a cabo; não hipervalorizar os resultados desportivos.

Não quero, com isso, que se deve dizer aos meninos ou às meninas que não importa ganhar, o que importa é participar. Não! Quando se joga deve-se jogar sempre para ganhar, sempre para fazer o melhor. Não devemos desmoralizar ou desmotivar as crianças, até porque depois não acreditarão nisso. E ficamos do outro lado da barricada.

O importante é não acelerarmos o processo para ganhar. Isso é outra coisa, é outra faceta. O formador, o treinador precisa ver essas prioridades. E, depois, quando terminar, é algo que por vezes vai ficar até para identificar ou ajudar a acumular talentos. Por outro lado, é preciso que os próprios treinadores acumulem talento também e façam o seu trabalho. Que eles próprios tenham sua formação, atualização de competências, reflitam, pensem sobre isso e desenvolvam processos que tenham marca própria. É inevitável. Vemos que as pessoas que estão a nossa frente são pessoas que têm ideias próprias, que ouvem, que aprendem com todos, mas depois encontram o seu caminho, um caminho original.

Queria terminar agradecendo muito a atenção de vocês. Espero que minha fala tenha ajudado. Espero que vocês possam comungar de algumas questões ou até discordar delas. Muito obrigado a todos e a todas.

– No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de *slides*.

O presidente – Com a palavra, pela ordem, o deputado Tito Torres. Antes, quero agradecer ao ilustre palestrante a aula espetacular que nos deu. Muito obrigado, professor. Com a palavra, pela ordem, o deputado Tito Torres.

Palavras do Deputado Tito Torres

Muito obrigado, presidente. Vou ser breve para não atrapalhar o ciclo de palestras de vocês. Gostaria de parabenizar o deputado João Leite pela iniciativa de trazer pessoas que estudam sobre futebol, que realmente dedicam a vida a isso, que é uma paixão de todos nós, brasileiros. Não quero falar mal da seleção portuguesa, mas estamos aprendendo com os portugueses, não é? É uma pena, pois a nossa escola de futebol poderia também estar ensinando. Porém, sabemos que há pessoas aqui no Brasil que têm trabalhado com o Júlio.

Quero cumprimentar o Israel, que está aqui presente, e a Profa. Isabel Mesquita. Fiquei muito feliz com a realização deste evento. Coincidentemente, a minha prima Daiane esteve com você no Porto, neste ano, Isabel, e pede para agradecer-lhe o apoio que foi dado a ela lá. Não posso deixar de fazer um convite, Júlio, já que contamos com a presença do Israel aqui. Hoje eles lançarão um livro aqui, em Belo Horizonte, na Livraria Leitura, às 19 horas. Os seus autores são: Israel Teoldo, José Guilherme e Júlio Garganta, que está aqui fazendo esta palestra. O título do livro é *Para um futebol jogado com ideias – concepção, treinamento e avaliação do desempenho tático de jogadores e equipes*. É uma oportunidade que temos em Belo Horizonte de estar hoje no lançamento desse livro. Embora o Júlio não tenha feito o convite, farei um jabá para o livro dele, convidando a todos para estarem presentes.

Quero parabenizar, mais uma vez, o deputado João Leite pela iniciativa de trazer o tema futebol e a comunidade para debatermos na Assembleia mais esse assunto que interessa a todos os mineiros.

O presidente – Obrigado pela lembrança. Então, já temos um programa para depois do ciclo de debates. Vamos nos encontrar novamente com o Prof. Júlio Garganta. Será um prazer ter um livro autografado por ele.

Registro de Presença

O presidente – É com prazer que registro a presença de Gilberto Silva. Ele continua ali assentado. Ele falou pela manhã e ficou para estar conosco à tarde. Fábio Júnior está ali também acompanhando. É um prazer recebê-lo também. Wilson Gottardo está sentado ali desde o horário da manhã, também acompanhando e fazendo as anotações. Prof. Ricardo *Drubscky*, também está desde o evento da manhã.

O Alexandre Barroso chegou agora. Estou anotando a presença como professor. O Paulo Roberto só chegou agora também. O Fábio Avelar e o Paulo Roberto Bracks não vieram pela manhã... O Paulo Roberto está em pé ali, na porta. Muito obrigado pela presença de todos. O Prof. Maurão, da nossa PUC, está ali, jogadorzão de basquete, sempre apoiando essa discussão também, nosso professor e coordenador da PUC. Temos também a presença do Ministério do Trabalho com a nossa querida Elvira, que está ali acompanhando, de olho, para ver se a gente está maltratando os meninos dela. A gente está fazendo os meninos terem um trabalho penoso, não é, Elvira? Vigie os meninos para nós. Muito obrigado. Os nossos árbitros estão aqui também, o Igor, por quem estamos sempre torcendo, e o Marcus Vinícius. O Antônio William não é mais árbitro, já encerrou a carreira, mas está aqui também. Depois quero registrar a presença de mais pessoas. É um prazer ter a presença de todos os que estão aqui nos ajudando neste debate.

Agradeço também ao Prof. Pablo Greco, nosso professor da Universidade Federal. Neste encontro, tivemos a oportunidade de ter esses grandes professores conosco. Muito obrigado, Prof. Pablo, em nome da Assembleia Legislativa. Queria registrar também que está aqui o Prof. Jurandir Gama, desde a manhã. O Prof. Emerson chegou atrasado, só veio à tarde. Onde ele está? O Prof. Emerson estava por aí também, mas só veio na parte da tarde. Estou com a chamada em dia. Meu sonho era este, fazer a chamada de professores e dar falta para eles, viu *Drubscky*?

Quero registrar ainda a presença do Ricardinho, que, além de vice-prefeito de Sabará, é secretário de Esportes da nossa Sabarabuçu. Encontra-se aqui conosco também o Sr. Juliano Lopes, vereador e ex-árbitro. Há uma pergunta do Sr. Adilson Tie, da União dos Clubes Amadores, do Cabana. Ele pede que instituamos um projeto de verbas para os clubes se manterem, para a reforma dos campos e a iluminação. Estão aqui o presidente e o vice-presidente da Comissão de Esportes. Quero até sugerir que essa seja uma emenda ao Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG –, que tramita na Assembleia neste momento e pode perfeitamente absorver esse projeto. Então, peço à assessoria, à consultoria da Comissão de Esportes que encaminhe essa ideia do presidente da União dos Clubes Amadores. É interessante que já temos mil campos de futebol amador iluminados em Minas Gerais com o Campos de Luz, que iniciamos em 2004, mas falta algumas prefeituras assumirem o custo. Trata-se de iluminação pública, e à noite as crianças e as mulheres podem caminhar em volta do campo. Até para a geração de renda é bom se alguém abrir uma barracquinha. As prefeituras podem perfeitamente arcar com esse custo para que os campos fiquem iluminados à noite.

Por fim, quero dizer da nossa parceria com a Universidade Federal e o Prof. Pablo Greco. Inicia-se amanhã, dia 11 de novembro, no Departamento de Esportes da Escola de Educação Física da UFMG, o V Congresso Internacional de Jogos Esportivos com a presença do Prof. Júlio Garganta, da Profa. Isabel Mesquita e do Prof. Marc Williams, que esteve conosco no ano passado e é, sem dúvida, alguém que deve ser ouvido. Parabênizo a UFMG e o Prof. Pablo por essa iniciativa. A Assembleia Legislativa e todos nós nos beneficiamos com a presença do Prof. Júlio Garganta e da Profa. Isabel aqui conosco.

Para mais informações, anatem aí o *site*: www.5cijd.com.br/o-congresso. Ajudei muito – não é? Repetiram o *site* no painel, pelo menos? Se repetiram, foram muito rápidos – não é? www.5cijd.com.br/o-congresso. A coordenação-geral do evento é do Prof. Pablo Greco, da Universidade Federal de Minas Gerais, que está aqui conosco.

Passo a palavra à Profa. Isabel Mesquita, da Faculdade do Desporto do Porto, Portugal. Quero agradecer muito à Profa. Isabel, que enriquece este nosso encontro com sua presença. Ainda bem que a professora é uma atleta. Perderam ela aí pela



Assembleia, ela andou por esses corredores todos. A informação da Polícia Legislativa é que a Profa. Isabel está em grande forma, caminhou firme aí por esses corredores. Muito obrigado.

Palavras da Sra. Isabel Mesquita

Muito obrigada. Antes de mais, gostaria de agradecer o convite para estar aqui, aos componentes da Mesa, ao deputado João Leite. Vou falar de improviso, não tenho PowerPoint. Entendo que minha fala poderá ter algo para contribuir. Vou contar o que tem sido minha experiência na formação de treinadores.

Tive a felicidade de ter em Portugal um projeto financiado pela Fundação de Ciência e Tecnologia, a maior agência de financiamento para investigação de Portugal na área de formação de treinadores, em 2007. A partir daí, tive outro em 2011. Isso me obrigou a estudar a formação de treinadores. Simultaneamente tive o privilégio de o governo de Portugal me convidar para fazer parte da comissão que alterou o modelo de formação de treinadores em Portugal, muito de acordo com aquilo que tinha sido feito, a grande alteração na Europa. Esse trabalho tem ajudado a refletir, acima de tudo, para dar respostas. Penso que um dos fatores fundamentais para podermos dar resposta, por exemplo, o que o Prof. Garganta disse, que o mais importante era instrução, incentivo e prática. Esses três aspectos dependem da grande figura que é o treinador. Este é o maior responsável pela qualidade da instrução, pela capacidade de estimular para ficarem melhores e pela capacidade de criar condições e práticas prolíficas.

Um dos fatores fundamentais que de fato não temos visto através dos meus trabalhos em investigação – quando falo em investigação, não é no laboratório, o meu laboratório é prática, é estudar os treinadores – é que é preciso ver como os treinadores treinam, como eles desenvolvem as suas práticas. Um dos problemas que acontece mais, que tem acontecido na formação do treinador, é, de fato, o ativismo prático, ou seja, a formação do treinador vai muito da aplicação. O que é o ativismo prático? É prática com a prática. Os espaços onde o treinador vai se desenvolver são repetitivos, onde as pessoas explicam coisas que já foram feitas.

Há um desenvolvimento de uma mentalidade reprodutora, dogmática, e a pior coisa para o desenvolvimento do esporte é a dogmatização, é transformar um conceito em dogma. Por exemplo, um treinador, para ter bons conceitos táticos, é fundamental para ele desenvolver um jogador taticamente, mas, se ele for dogmático, se olhar para o conceito como verdade absoluta, porque não sabe pensar, não sabe contextualizar e não sabe compreender de que modo esse conceito deve ser aplicado, não dará qualidade à sua prática. Ele não tem capacidade de olhar para a prática e dizer: o que este treino precisa? O que eu tenho de trabalhar mais aqui? Isso passa muito pela forma como os treinadores são formados.

Daí que uma das grandes máximas eu estou a trabalhar, felizmente, com uma das pessoas de nível mundial do Reino Unido, Prof. Robin Johnson, e outros com a formação de treinadores. Temos feito muitos trabalhos nesse âmbito e, de fato, uma das coisas que aparece como fundamental é desenvolver treinadores com mente de qualidade. O que é um treinador com mente de qualidade? É um treinador capaz de olhar para sua prática com visão de formação, com uma visão de jogo. Essa visão de jogo tem o seu estilo pessoal, mas não pode ter só seu estilo pessoal, tem de ter uma estrutura construída, e a formação de treinadores tem de dar essa estrutura, uma estrutura que é flexível, que lhe permite observar os vários conceitos fundamentais dessa formação, mas simultaneamente dá-lhe as ferramentas cognitivas para que ele próprio escolha o seu caminho. Será que os nossos treinadores, com a formação que têm, baseada muito na prática pela prática, baseada em receita, baseada em retórica, será que essa formação permite que os treinadores tenham uma mente de qualidade, possam desenvolver práticas apropriadas aos problemas que os atletas têm?

Na semana passada, dei um curso no Sesc em São Paulo. Foi muito gratificante para mim, porque ao mesmo tempo estive a fazer formação de professores e treinadores. De fato, me disseram: “Professora, como, através de situações dos conceitos táticos simples envolvidos na prática e dos muitos questionamentos que foram colocados, recebemos novos conceitos?”. Não adianta eu crer, posso falar muito, posso dar muitos exercícios num curso de treinadores, mas se as pessoas que estão lá não nos entenderem, não nos compreenderem, não perceberem o seu significado, vão fazer duas coisas: nunca



utilizam ou vão copiar, usar a teoria e a prática, e a teoria tem que andar de mãos dadas com a prática para ajudar a sistematizar essa prática, mas a teoria nunca se transforma em prática, porque a prática é muito mais complexa que a teoria. A teoria é para nos ajudar a ter uma visão de sistematização dessa prática. Isso tem sido um dos objetivos fundamentais.

Muito rapidamente, o que se tem mudado na formação de treinadores na Europa, particularmente em Portugal, que neste momento orgulhosamente posso dizer que é dos países mais evoluídos do mundo, na maneira em que conseguimos aliar sistemas esportivos e sistemas de ensino superior? O ensino superior tem que trabalhar de mãos dadas com o sistema esportivo. Qual é o espaço onde podemos estudar como os treinadores se formam? É o ensino superior. Temos obrigação de dar esse conhecimento para a prática. Não que venha a sermos nós que vamos dominar essa prática, mas podemos, de fato, respaldá-la com uma maior consistência dos cursos teóricos e perceber o que essa prática tem. O que vocês pensam que o Ajax e o Barcelona têm? Eles têm concessão de jogo, têm concessão de formação, têm ideias, têm treinadores com mentes de qualidade, têm um projeto com princípio, meio e fim. Sabem o que querem. Dão aos atletas espaços para descobrirem, mas a descoberta, a criatividade não surge sem uma base de organização, transforma sem bagunça. A criatividade sem organização não tem possibilidade de ter sucesso no jogo.

Há 50, 70 anos, no tempo do Pelé e do Eusébio, isso era possível, por virtuosismo técnico. Isso não era mais que suficiente, mas era fundamental. Atualmente, um jogador pode ser muito virtuoso tecnicamente, mas, se não tiver uma estrutura tática forte por trás dele, se a equipe não lhe der o respaldo para que possa pôr ao serviço da equipe a sua criatividade, gerar o espaço livre, gerar a linha de passe, fazer a cobertura ofensiva e defensiva no momento certo, só tendo uma estrutura tática muito forte.

Um treinador que não pensa, que não reflita, que não tenham mentes de qualidade, não pode desenvolver esses conceitos. Temos de mudar, no nosso ponto de vista, a formação do treinador. Não podem ser cursos breves de fins de semana, onde tudo que se faz são exercícios ou, em salas teóricas, estudar conceitos abstratos só para dizer que têm alguma teoria. Não, a teoria tem de andar de mãos dadas com a prática. A prática tem de ter um olhar teórico que ajude a compreender o que isso quer dizer: “O que está naquele exercício? O que quero treinar aqui? Que conceito tático? Como estou ligado à tática ou à técnica?”.

Para isso é necessário que os treinadores tenham mentes de qualidade. Portanto, temos formação de ensino superior, via sistema desportivo, e via ensino superior. Obviamente não é toda faculdade que pode fazer formação de treinador. Tem de ter um currículo de acordo, alinhado àquilo que é o sistema desportivo, do ponto de vista da modalidade. Nós, no Porto, por exemplo, neste momento, a Faculdade de Desporto da Faculdade do Porto é a faculdade referência em Portugal na formação de treinador. Quando houve esse processo de reconhecimento, que ocorreu em 2012, todas as modalidades desportivas que fazem parte de nosso currículo tiveram reconhecimento de formação do treinador de grau dois e grau três, em algumas modalidades. Isso resulta de nosso trabalho, sempre centrado no desporto desde 1979, em que o desporto esteve sempre presente. Os alunos que procuram o ramo do treino desportivo, a especialização em ramo do treino desportivo têm um estágio, que é feito num centro de treino ao longo de um período, com um tutor do clube e um tutor da faculdade. Esse diálogo entre o tutor do clube e o tutor da faculdade já está tendo efeitos positivos. Por quê? Porque está havendo diálogo, disseminação do conhecimento, discussões de expectativas diferenciadas, que são fundamentais para levar à qualidade. Ninguém pode ter um desporto de qualidade sem treinadores com qualidade, que tenham conhecimento forte.

Isso não quer dizer que, para ser treinador, é preciso ser licenciado em educação física. Sou contra essa lei brasileira. A lei brasileira diz isso, e sou contra essa lei. Não é obrigatório ser professor de educação física. A formação do treinador pode ser feita por um sistema acadêmico e por um sistema desportivo, desde que o sistema acadêmico seja forte, robusto na formação do treinador. E por que isso é importante? Porque um espaço acadêmico tem espaço para investigar, para estudar, para ir a fundo, para dar indicações e dicas para a prática importante, para ajudar os treinadores.

Falo assim porque fui treinadora por 20 anos. Não sou só uma acadêmica, tenho também o suor da prática. Por isso que percebo que essa prática, quando vem informada por uma investigação fundamentada em saberes que dão ao treinador uma



capacidade de refletir, de compreender o que está a sua frente, é que vai permitir, de fato, aquilo que o Prof. Júlio Garganta disse. No fundo, ele falou que o talento tem de ser formado, tem de ser desenvolvido. Quem o desenvolve? É o treinador. Vi aqui estruturas, neste fim de semana, como o centro olímpico em Fortaleza, de alta excelência, de excelência em nível mundial. Temos de ter treinadores qualificados para que possam desenvolver práticas que levem o desporto, de fato, a níveis altos. E mais o Brasil tem, por excelência, a melhor matéria-prima do mundo para a maior parte das modalidades. Digo isso em todo lado. O Brasil tem matéria-prima como quase ninguém tem, em razão da miscigenação de raças. Vocês têm aqui uma multilateralidade cultural em termos étnicos, em termos culturais, que faz a diferença.

Acho que é preciso agarrar na formação do treinador e deixar de haver divisão entre ensino superior e federação desportiva e desporto federado. Quanto mais unidos estiverem, em sintonia, não para ocupar o espaço de cada um, pois o acadêmico não deve querer ocupar o espaço do prático, nem o prático do acadêmico, mas em sintonia, podem formar um desporto com maior qualidade. Penso que é aí que está a grande viragem.

Tive a felicidade, a oportunidade de conjugar a possibilidade de estudar e intervir em Portugal na mudança da formação de treinadores.

Portanto, é esse trabalho que tem de ser feito em muitos países. Neste momento, está sendo feita a escala mundial em muitos países. Trabalho para o Reino Unido, Canadá, Austrália e diferentes países que já perceberam que, se não houver esse ato construtivo e edificador do sistema esportivo e do ensino superior, não será possível um desporto com maior qualidade. E o talento só se desenvolve se quem o dirige, quem o orienta souber o que está fazendo. Isso passa muito por uma formação qualificada. Muito obrigada pela atenção. Espero não ter sido cansativa. Boa tarde.

O presidente – Agradecemos à ilustre palestrante. Obrigado pela contribuição.

Há uma pergunta aqui do Ildeu, que até é arbitro da Federação Mineira de Futebol. Ele está fazendo, corretamente, a seguinte pergunta: “Por que passam anos e anos e os campos de várzea, campos de futebol amador continuam sendo destruídos por mal-elementos, e os políticos e dirigentes esportivos não fazem nada?”. Está correta a crítica do Ildeu. Recentemente, Belo Horizonte perdeu 13 campos de futebol amador com a construção das oficinas do metrô justamente no Bairro São Gabriel, e estamos correndo o risco de perder os campos do Cabana. Esse é um esforço que todos nós temos de fazer. Infelizmente, muitas dessas áreas são particulares. Os proprietários permitem que o campo de futebol fique aí anos e anos, porque o campo de futebol impede a invasão do imóvel, mas a maioria desses times, como o Alvorada, o Vila Oeste, o Glorioso – em que comecei, é de 1926 –, o Suzano, que é de 1930, e esses times vão perdendo os campos.

Estamos impressionados com as aulas do Prof. Júlio e da Profa. Isabel. Imagino que todos nós fomos percorrendo nossos campos, a base do futebol, e vendo que falta muita coisa. Os campos em que comecei estão debaixo da Via Expressa – o campo do Alvorada, o campo dos Reunidos, o campo do Regional e o campo do Athletic. Todos eles estão enterrados debaixo da Via Expressa. É um desafio. Não sei se é uma legislação, mas temos de fazer a proteção desses campos.

Hoje pela manhã, ouvimos a Universidade do Futebol trazer informação sobre o investimento na construção de 300 campos de futebol amador na Alemanha. Estamos destruindo nossos campos, o lugar de fazer esses jovens e aquilo que foi lembrado pelo Prof. Garganta, relacionado àquela expressão da invenção do jogador e do pensamento dele. Fomos perdendo isso. É um desafio monumental.

Recentemente fui a Londres, e lá havia um lugar com 20 campos gramados de futebol amador. Fui lá acompanhar os jogos e fiquei impressionado. E o País do futebol tem um descaso total com os campos de futebol amador das vilas e comunidades, onde estão as crianças que amam esse esporte e estão perdendo oportunidades. O Ildeu faz uma provocação para que lutemos pela manutenção desses campos. A outra é do Denart D`Ávila, que está pedindo a realização de uma fase deste debate no interior. Vamos levar a proposta ao presidente da Assembleia Legislativa, que neste momento está fazendo contenção de despesas. O deputado Adalclever Lopes tem um compromisso muito forte com o esporte e, nesse caso, o futebol amador.



Hoje pela manhã falei dos nossos verdadeiros nascedouros de atletas, como o Vale do Aço, o Leste de Minas, o Norte, o Jequitinhonha. Devem vir pedidos para a Assembleia Legislativa, para o deputado Anselmo José Domingos, presidente da comissão de esporte, e para o deputado Geraldo Pimenta, vice-presidente. Teremos de fazer pressão para que esta discussão vá ao interior, porque esse é um direito de todo cidadão de Minas Gerais. Já imaginaram se levamos o professor e doutor Júlio Garganta e a Prof^a. Isabel a Montes Claros? Vão comer carne de sol. Será um sucesso.

Com a palavra, o Sr. Márcio Rezende Freitas, que falará sobre o aprimoramento da arbitragem de futebol, profissionalização e uso de tecnologia. Na verdade, o uso da tecnologia é uma pergunta. O nosso palestrante é comentarista de arbitragem, comentarista esportivo e ex-árbitro da Fifa, para orgulho de todos nós, mineiros. Querem mais? Foi o único árbitro mineiro na Copa do Mundo. Ele honra mesmo o Estado de Minas Gerais. Foi também à França em 1998, como lembra o nosso querido Juliano. Muito obrigado por sua presença, que alegra e honra a Assembleia Legislativa. Parabéns pela folha de serviços prestada ao futebol brasileiro.

Palavras do Sr. Márcio Rezende Freitas

Obrigado. Boa tarde a todos. Cumprimento os membros da Mesa na pessoa do deputado João Leite, que foi um dos melhores bandeirinhas que tive quando eu apitava. Sempre que havia lançamento ele já levantava o braço.

O presidente – É verdade.

O Sr. Márcio Rezende Freitas – Lembra, João? É um prazer estar com vocês aqui. Agradeço o convite da Assembleia para participar deste ciclo de debates, que é muito importante. Esperamos que, ao final, com todas as apresentações, os objetivos possam efetivamente ser atingidos. Falaríamos de um tema, mas nos propuseram mais um. Então, peço um acréscimo de tempo, para dar conta dos dois temas.

O presidente – Três minutos.

O Sr. Márcio Rezende Freitas – O que é isso, João? Três minutos é tempo carimbado. Um no primeiro tempo e três no segundo. Aí não tem jeito.

No primeiro momento, chamaram a minha atenção as palavras do Prof. Júlio Garganta em relação ao talento. Conversamos agora há pouco. Ele disse uma frase marcante: “Tendemos a classificar como talentos os praticantes que não têm tempo para a prática”. Ao falar da profissionalização da arbitragem e da tecnologia, percebi que a arbitragem está com um problema sério, que o processo de profissionalização está lento. A arbitragem é álibi de tudo, principalmente no erro. Tentaremos cumprir o nosso tempo e mostrar algumas imagens a vocês.

Aqui vocês podem ver a foto dos 5% da Lei nº 12.867, que trata da regulamentação da profissão dos árbitros. Está havendo uma guerra, pois a presidente acabou tirando do escopo da lei 0,5% relativo ao direito de imagem dos árbitros. Os árbitros estão ali em cima. Essa foto que está fazendo 80 anos mostra os funcionários no topo de um arranha-céu, sem nenhum equipamento de proteção. Está igual à arbitragem, ou seja, sem proteção alguma.

É importante saber o que acontece com a arbitragem. Citarei alguns dados. É necessário profissionalizar a arbitragem? É a primeira pergunta. Sim, necessário. Agora, como funciona e como é feito isso? É só dinheiro? Obviamente não.

Vejamos a realidade no Brasil. Um árbitro Fifa recebe hoje algo em torno de R\$3.675,00 por partida na Série A. Se for aspirante à Fifa, um degrau logo abaixo, recebe R\$2.820,00. Nos dois casos, há uma diária única de R\$500,00. Só que, se ele vai fazer um jogo na quarta-feira, viaja na terça, apita quarta e volta quinta. Se você fosse o chefe dele no trabalho – que ele tem de ter, para ser árbitro –, como você procederia se ficasse sem o seu funcionário por três dias? Ele vai viajar terça, apitar quarta e chegar quinta.

O árbitro Fifa apita aproximadamente – estamos trabalhando aqui com a elite do futebol brasileiro – de 35 a 40 partidas por ano, entre Campeonato Brasileiro, Copa do Brasil, os campeonatos regionais, o mineiro, aqui no nosso caso, e ele pode ganhar em torno de R\$145.000,00 brutos por ano. Você pode pensar que é muito dinheiro dentro do contexto da economia



brasileira. Vamos ver que não. No borderô do jogo, na hora, já são descontados 11% de INSS, 27,5% de Imposto de Renda e 2% da Associação Nacional de Árbitros, que é para ajudar o crescimento da associação, logística, questões administrativas etc.

Vamos fazer um comparativo aqui com outros órgãos no mundo. Por exemplo, futebol com a NBA. Na elite do basquete norte-americano também há quem ganhe R\$3.700,00 por jogo, mas são os árbitros jovens, iniciantes na NBA. O valor, que é teto no Brasil, é o piso de árbitros novatos lá, ainda assim podem chegar a receber R\$6.800,00 por jogo.

No segundo momento, na comparação com os árbitros experientes da NBA, os ganhos variam de R\$10.000,00 a R\$15.400,00 por jogo. Como a competição tem muito mais partidas que a Série A do Campeonato Brasileiro, os rendimentos anuais podem chegar de R\$696.000,00 a R\$1.900.000,00 para os veteranos.

Comparemos o nosso futebol com a Europa. No europeu, o salário que mais se aproxima dos brasileiros – está aqui o Prof. Júlio Garganta conosco e pode confirmar isso – é o pago em Portugal, onde os árbitros recebem algo em torno de R\$4.500,00 por partida. Já no campeonato inglês o valor é mais ou menos idêntico, mas os árbitros profissionais têm um bônus na temporada em que estiverem atuando que varia de R\$148.000,00 a R\$162.000,00, de acordo com a experiência, vivência, número de jogos e uma série de coisas. Em todas as outras grandes ligas – vamos falar da Espanha, Alemanha, Itália, França –, os valores pagos estão bem acima do que o que é pago na Série A do futebol brasileiro. A Espanha paga hoje algo em torno de R\$23.100,00 por jogo; Alemanha, R\$13.800,00; Itália, R\$13.100,00; França, R\$10.600,00.

Vamos nos preocupar aqui agora, só para vermos o que acontece, só com o lado direito da tabela que está no telão. O Brasil é um país enorme, de dimensões continentais.

O campeonato paulista paga em torno de R\$2.770,00; o carioca, em torno de R\$2.800,00, mas, na final, de R\$5.000,00 a R\$7.500,00. No entanto, no Piauí, no Amazonas, no Mato Grosso há árbitro recebendo de R\$300,00 a R\$400,00 por jogo. O que é mais grave ainda, senhores: às vezes, não recebe. Vai para a competição com a taxa combinada antes da competição, no valor de R\$300,00, R\$400,00, R\$500,00 que seja, apita e não recebe. Temos vários casos desses pelo Brasil. Cabe à Associação Nacional dos Árbitros de Futebol, que é a representante maior dos árbitros no Brasil, ajudá-los nesse aspecto, porque o árbitro, infelizmente, está abandonado em todos os sentidos.

As taxas praticadas no Brasil atualmente na Série A: R\$3.675,00, Fifa; o aspirante, R\$2.820,00; CBF-1, R\$2.500,00; o da CBF-2 é estratificado, tipo um acesso em descenso, R\$2.290,00; CBF-3, R\$1.800,00; 4º arbitro, o árbitro assistente e reserva, R\$480,00; O assistente, que é o bandeirinha, recebe metade da taxa do árbitro com quem ele estiver trabalhando, dentro dessa gradação também – se o assistente for Fifa, se for aspirante a Fifa, etc.

Existem inúmeros jogos. Há jogo para todo mundo. São vários campeonatos. Há Séries A, B, C, D, Copa do Brasil, Copa do Nordeste, agora deve ser lançada a Copa Sul Minas, Copa Verde no Centro-Oeste do País, Copa do Brasil de Futebol Feminino, Campeonato Brasileiro de Futebol Feminino, Campeonato Sub-17, Sub-20, Campeonato Brasileiro Sub-20 e por aí vai. São 1.592 partidas por ano. Esses dados são da CBF. Foram escalados 7.960 árbitros.

O que vemos que acontece no futebol brasileiro? Sempre há dinheiro para tudo, mas, toda vez que vai se falar de arbitragem, acham a arbitragem cara. Historicamente vamos repetindo esse processo danoso em relação à arbitragem. A cobrança é violenta, mas o investimento é ínfimo.

Segundo a CBF, ela gastaria em torno de R\$6.586.080,00 por ano mais o transporte aéreo ou terrestre dos árbitros para fazer as quatro séries do Campeonato Brasileiro. Nas Séries C ou D, o árbitro vai de carro ou de ônibus, pois não há transporte aéreo para ele. O árbitro é ser humano, é casado, normalmente tem um trabalho, tem filhos. Na parte da manhã, ele veste seu terno e gravata, sai trabalhar, trabalha 8, 10 horas por dia, volta para a casa e tem de dar assistência aos filhos e à mulher. Lá pelas 8 horas, 9 horas da noite ele vai correr, vai dar aquela corridinha e volta para a casa para começar tudo novamente no outro dia. Falta uma melhor preparação. É a busca do talento de que o Prof. Júlio Garganta falou.



Propus a ele e até o provoquei a Mesa para que comece um trabalho desse com a arbitragem. Ele me disse que já está fazendo isso em Portugal. Lá já há um árbitro trabalhando nisso com ele. Isso é muito importante. Temos de pescar – usando um termo dele – esses talentos também na arbitragem. Vocês podem não acreditar, mas há muito menino querendo ser árbitro de futebol – não procuram só ser jogador –, com todo o ônus dessa atividade, que não é profissão, é uma profissão votada. Agora vocês me perguntam: “Márcio, o que mudou nesses dois anos, pois a lei é de 2013?”. Vou responder: nada. Não mudou absolutamente nada. Continua a mesma coisa.

O óbice hoje é muito mais político que econômico e financeiro. Posso atestar isso a vocês. Se realmente não houver essa vontade política das federações e da CBF... A CBF ainda tem algo que facilita muito seu trabalho. Os árbitros não são da CBF, eles são das federações. Portanto, o ônus, o custo dessa profissionalização vai afetar somente as federações, não vai afetar a CBF. A CBF capta os árbitros durante o Campeonato Brasileiro nas federações, utiliza-os e depois os devolve para as federações.

Ainda há pouco falávamos do Brasil, e sabemos que 80% da Europa cabem dentro do nosso país. Há esse problema de logística, de distâncias, uma série de coisas que ainda acabam inviabilizando o processo.

O que mais causa espanto e assusta hoje as federações é quando se fala na profissionalização, porque se entende que essa profissionalização seria a carteira assinada, todos os direitos trabalhistas, a CLT, essa coisa toda. Primeiro, estamos em um país em que os encargos sobre a folha de pagamentos são os maiores do mundo, haja vista os impostos que pagamos também – poderíamos traçar essa analogia: INSS patronal, fundo de garantia, férias retorno. Poderíamos citar várias coisas que fazem parte desse arcabouço. Devido à elevada carga sobre a folha de pagamentos que atravanca a competitividade das empresas, o governo vem estudando, há algum tempo – não creio que isso hoje vá sair – a redução na contribuição do INSS de 20% para 14%. Mas estamos com fatores hoje – 85, 95, para chegar até 100 –, e creio que isso é natimorto, não mexerão, porque é preciso arrecadar, e não diminuirão neste momento.

Passamos por um processo, e Portugal também utilizou bastante isso, que é o sorteio. A MP nº 671/2015, recentemente aprovada pelo Congresso Nacional, estabelece, no art. 40 e no Estatuto do Torcedor, que é direito do torcedor que os árbitros de cada partida sejam escolhidos mediante sorteio, dentre aqueles previamente selecionados, ou audiência pública transmitida ao vivo pela rede mundial de computadores, sob pena de nulidade. O sorteio ou audiência pública serão realizados 48 horas antes do evento, em local e data previamente definidos, e o sorteio será aberto ao público para dar uma ampla divulgação e transparência a isso também, obviamente.

A introdução do instituto do sorteio da arbitragem público e transmitido pela internet é um avanço significativo no sentido de se obter transparência no processo, como já dissemos. Mas não é suficiente, porque não resolve uma questão primordial, que é essa formação, esse acompanhamento do árbitro, ter árbitros mais bem preparados, indicados para um jogo de acordo com o seu perfil. Em jogos mais difíceis, árbitros mais experientes; em jogos mais palatáveis, mais fáceis, pode-se usar um árbitro que ainda não é tão experiente. Esse jogo agregará ao seu currículo, ao seu cabedal essa experiência no transcorrer do tempo. E a formação e o aperfeiçoamento dos “profissionais” de arbitragem, profissionais aqui ainda entre aspas.

A Anaf. Algumas sugestões que já trabalhamos. Fui presidente da Associação Nacional dos Árbitros de Futebol – Anaf – por dois mandatos, e há essa nossa luta pelo reconhecimento da arbitragem como profissão. Vimos aqui, ainda há pouco, a professora falando também. Há um contexto muito profissional nos discursos que nos antecederam. Fiquei durante 25 anos na arbitragem, e vemos que a coisa é a mesma. Um quarto de século dentro de uma atividade e não se muda, a arbitragem continua amadora, numa cadeia em que os elos são cada vez mais profissionais. Não se vê o esforço efetivo para se mudar essa realidade. A Anaf propõe, na mudança do art. 32 do Estatuto do Torcedor, quase que a mesma coisa que lemos e que já está no texto de lei. Ela pede uma comissão de arbitragem autônoma, ou seja, não intramuros como acontece hoje na CBF, mas fora da CBF. Para mostrar que realmente deve haver... Porque isso aqui é profissionalismo também, não é só a carteira assinada, são os meios pelos quais vão-se qualificar, capacitar, auxiliar, treinar esses árbitros para que prestem um serviço de

excelência. O que ela propõe? Isso já foi proposto. Uma comissão formada por cinco ex-árbitros, com pelo menos cinco anos de experiência de atuações em competições oficiais.

A indicação será de vários segmentos: associação dos clubes, que é parte muito interessada nisso; Sindicato dos Árbitros; Sindicato dos Atletas; Tribunal Desportivo e CBF. Cada um indicaria um ex-árbitro para compor essa comissão e fazer esse trabalho de cunho profissional.

Nas competições estaduais, a CBF seria substituída pela federação, e nas estaduais, quando fora da Federação, seria um representante da liga. A divulgação e a indicação continuam da mesma forma, previamente definidas, garantida a plena divulgação, transparência etc.

Continuando as sugestões, na teoria, ter a atividade reconhecida como profissão é muito bonito, mas, na prática, a realidade é bem diferente. Ouvimos o deputado dizer que deveríamos estar falando sobre os brasileiros, nada contra a seleção portuguesa, mas o futebol brasileiro tem de se modernizar, óbvio. E o futebol moderno, o brasileiro por consequência, é um grande negócio, movimenta bilhões de reais. Se antes os árbitros administravam paixões, na minha época, na época do João, hoje são milhões de dólares. Não pode mais o ser humano, amador, que trabalha fora, ir para o campo de futebol com toda pressão, com tudo que gira no entorno daquele estádio, dentro e fora, estar mal preparado. O João falava há pouco que viu um estudo de 300 campos na Alemanha. Não há um centro de treinamento no Brasil para os árbitros. Quando se usa, é a Granja Comary, da CBF. Levam os árbitros para lá e fazem um processo de final de semana, que não resolve nada, porque o trabalho deve ser contínuo e dinâmico. Os campos de futebol estão acabando, os árbitros amadores vão acabar por consequência. Eu joguei na várzea, joguei no Monte Azul, disputei Copa Itatiaia pelo Monte Azul. Vão acabar também.

Então, esse trabalho pode ser feito, tenho convicção plena disso, pelas federações e pela CBF. Recursos não faltam. É uma realidade palpável. A cobrança em cima dos árbitros é absurda e o retorno é desproporcional. O ideal seria poder dedicar-se exclusivamente à arbitragem. É o que os sindicatos e a Associação Nacional dos Árbitros buscam. Os resultados apresentados seriam bem melhores do que os atuais, tenho certeza disso também. Quanto mais se treina mais se dedica, e a pessoa só vai pensar no que está fazendo, produzindo melhor.

Já falamos de 0,5% no primeiro *slide*, essa participação que os árbitros estão buscando, pois é uma forma de investir na sua atividade. Isso também é profissionalização, melhoria de suas condições de trabalho.

Sugerimos, no primeiro momento, uma coisa mais embrionária, um processo que acontece na Associação de Futebol Argentino – AFA. Os árbitros Fifa – lá eles chamam de 1ª A, 1ª B do campeonato nacional da primeira divisão – têm um contrato com a AFA e dedicam três ou quatro dias da semana, 8 horas por dia, ao treinamento. Não é só a parte física, mas tomadas de decisão, pressão, trabalho psicológico muito grande, que é extremamente necessário. Eles recebem uma quantia fixa para dedicar esse tempo à AFA, mais a taxa dos jogos.

Outra sugestão é construir um grande centro de treinamento no Brasil para os árbitros, com sede a ser definida, mantido pela CBF, e reunir esses árbitros quinzenalmente, fazendo um trabalho efetivo.

Tudo isso seria viável, mas esbarramos em uma coisa básica: coragem. Não se tem coragem para realizar isso no Brasil. Aos gestores, muito se fala em investimento maciço na arbitragem, mas na prática isso não ocorre. A receita da CBF é enorme – ela deve ter hoje no mínimo 15 patrocinadores –, e isso poderia ser destinado à arbitragem. Para deixar um dado com vocês, o patrocínio estampado na camisa dos árbitros – na manga, no peito ou nas costas – vai para a CBF. É um dinheiro que deveria ser “uso e fonte”: se está nos árbitros, que seja investido nos árbitros, para sua qualificação, capacitação, etc.

A Associação Nacional dos Árbitros de Futebol – Anaf –, depois de tudo isso que rolou no Brasil pela regulamentação da profissão, tem tido muito mais voz e vez, e uma das coisas que ela está tentando fazer agora, que até já adiantamos um pouco, é modificar a seguinte situação: atualmente, quando os árbitros saem para apitar uma partida de futebol, eles não têm o dia abonado. Então, a Anaf está buscando modificar essa situação para ajudar os árbitros, porque isso tem prejudicado muito os árbitros que se ausentam do trabalho para apitar uma partida. Muitos estão repondo durante as férias e feriados os dias não



trabalhados, para não correrem o risco de ser demitidos. Para que isso não aconteça, estão trabalhando nas suas férias e em outros momentos em que poderiam estar com a família.

Deixo aqui algumas reflexões, algumas questões que ainda estão sendo trabalhadas e estudadas. Qual seria o salário ideal para uma dedicação exclusiva dos árbitros? Com a profissionalização e com o custo advindo dela, a quantidade de árbitros vai ser reduzida? Como os árbitros se reuniriam para os treinamentos e avaliações? Sobre isso, já demos uma sugestão há pouco. Qual seria a estrutura para se realizar essa atividade? Falamos de logística – campo, salas, instrutores para cuidar dos pilares físico, técnico, psicológico, etc? O árbitro faria o contrato por temporada? Ou seja, se foi mal na temporada que acabou, seria demitido? Isso é do contrato de trabalho: todos que trabalhamos, se não formos bem em nosso emprego, seremos demitidos para que outros entrem. Mas, em caso de demissão, o que faria o árbitro? Ele deixaria a sua atividade para ser apenas árbitro? Haveria uma legislação previdenciária especial para fins de aposentadoria? Pensaríamos em uma semiprofissionalização neste primeiro momento, contratando, por exemplo, uma empresa para a gestão de tudo isso? As árbitras e as árbitras assistentes, que hoje já têm pouquíssimas chances, seriam colocadas de lado? São reflexões em que temos de trabalhar e não podemos deixar de lado de maneira alguma.

Chegando ao final desta primeira parte, apresento uma breve conclusão. A profissionalização da arbitragem é necessária e urgente. Profissionalizar a arbitragem vai muito além da carteira assinada e dos direitos reconhecidos, como já dissemos. Passa, necessariamente pelo *fair play* em todos os sentidos e por condições dignas de trabalho. É preciso fazer um investimento de vulto na qualificação e na capacitação dos árbitros e parar com essa falácia de que o árbitro é profissional, porque ainda não é. Existem recursos para tudo na CBF e federações, mas, quando se trata da arbitragem, sempre existem óbices. Sabemos que não existe uma fórmula mágica para que os árbitros possam ter um trabalho de excelência; isso só será alcançado com muito investimento e esforço de todas as partes. Os dignos presidentes da CBF e federações deveriam acordar para o problema. Não podemos mais brincar de fazer arbitragem neste país.

Vemos aqui alguns documentos que a Anaf já encaminhou. Foram encaminhadas à CBF, por exemplo, entre outras, várias solicitações sobre passagens. O fato é que o árbitro não tem como modificar sua passagem; ele tem de cumprir a passagem emitida. Assim, às vezes o árbitro viaja dois dias antes de um jogo que vai acontecer em São Paulo. E ele tem de ir, porque, se mexer na passagem, vai pagar multa. Ele não pode mexer na passagem. São coisas que aconteceram e continuam acontecendo, e a Anaf tem trabalhado para mudar isso. E nossa mensagem final é que vamos chegar a um momento como o que vemos aqui: vamos caminhar para isso aí; ou melhor, já estamos caminhando. Sabemos que o tempo está curto, mas chegamos ao final desta primeira parte.

Pediram-nos e vamos, rapidamente, falar alguma coisa sobre o uso da tecnologia. É um projeto do Manoel Serapião, membro da Comissão de Arbitragem da CBF.

O futebol pondera que vale a pena aderir àquilo que é rotina em muitos outros esportes: o uso de vídeo e tecnologia em decisões da arbitragem. A Comissão Nacional de Clubes fez esse pedido à comissão de árbitros, ou seja, para que se usasse a tecnologia para resolver os problemas dos erros dos árbitros no campeonato nacional. A visão é quase unânime: há vantagens na parceria com a tecnologia, mas com ressalvas. Os próprios atletas – há aqui ex-atletas que poderiam falar sobre isso, e muito bem – lembram que o vídeo não elimina erros e questionam o risco de quebra da dinâmica do jogo, da paralisação do jogo para que se resolva aquele problema – e acho que até os torcedores também. Esse projeto da CBF fala basicamente que os benefícios seriam: menos paralisações – eu acho que não, pois se você paralisou o jogo para tomar uma decisão, a paralisação vai demandar tempo; mais gols, e todos legítimos; menos violência; menos lesões; menos simulações; menos punições; resultados legítimos; mudança filosófica; e ética plena. Os objetivos são: corrigir os erros de arbitragem em lances claros e indiscutíveis que possam alterar os resultados das partidas – gols, pênaltis, impedimentos e ações violentas; legitimar os resultados dos jogos; dar mais dinâmica e fluência ao futebol; diminuir a violência; diminuir a pressão sobre arbitragem; e uma evolução educacional dos jovens atletas.



Eles falam em inserir um árbitro de vídeo. É um árbitro que ficaria vendo o jogo aqui de cima, com toda a parafernália tecnológica, e havendo uma dúvida de um lance que não é de interpretação... A regra é interpretativa. Sobre todo fato existem sempre três pontos de vista: o meu, o seu e o correto. Então não nos esqueçamos disso.

Eu falava agora, na hora do almoço, sobre o lance no jogo entre Cruzeiro e São Paulo. Entre quatro comentaristas que são ex-árbitros e mais um menino que trabalhou no jogo, as opiniões são divididas. Estaríamos no Mineirão discutindo até agora sobre se foi pênalti ou não, e não chegaríamos a um consenso. Então, é preciso tomar muito cuidado com isso. Outra coisa: quem vai gerir e gerar as imagens? Quem vai gerir? A Fifa tem a HBS, que é a prestadora de serviço. Nós transmitimos a Copa do Mundo agora no Brasil e, se não vier o *replay*, não vem. Ninguém mete a mão num botão e fala: “Volte esse lance aí para ser comentado”. Não vem! Então só põem no ar aquilo que interessa, que não conflite, que não dê problema para a arbitragem. Quem vai gerir e gerar isso? Quem vai resolver?

A comunicação será feita por meio eletrônico. Esse é um projeto da CBF que estamos apresentando a vocês. Os lances aplicáveis seriam: dúvida sobre se a bola entrou ou não na meta; dúvida sobre se a bola saiu pela linha de meta, tiros livres, etc.

Os impedimentos. O árbitro de vídeo só atuará em lances de ganho de vantagem e interferência no adversário, quando o erro de arbitragem for claro, indiscutível – mas quando o erro é claro e indiscutível, é mais fácil de o assistente acertar; jogo brusco grave – seria uma agressão, uma conduta violenta. A própria CBF fala que essa tecnologia não evitará erros de arbitragem em lances que exijam interpretação. O processo pode ser iniciado imediatamente e sem necessidade de aparato tecnológico.

Bola em treinamento. Não atuar em lances cujas imagens não os elucidem. O árbitro de vídeo deverá ter conhecimento profundo das regras de futebol e muita prudência. Faz-se uma crítica àqueles que gostam da polêmica no futebol para não perder a graça.

Busquei a opinião do próprio torcedor, e ele fala que a tecnologia já é utilizada, mas esse tipo de coisa é que transforma o futebol no que ele é hoje. Acredita que, com a tecnologia, iríamos perder um pouco desse sentimento. Essa é fala de um torcedor, é a visão dele.

A Uefa é favorável. A Fifa é contrária, pelo conservadorismo, a tudo que vai nesse sentido. A CBF foi natimorta quando levou isso para a Fifa, para a *International Football Association Board*, porque a *Board* não aceita.

No basquete e no futebol americanos já é usado. O futuro. De repente, teremos o “Põe na tela”, ou seja, o *Hawk-eye*, que é aquele DAG, a linha do gol, se a bola entrou ou não. Tivemos isso em todos os estádios da Copa do Mundo. No entanto, assim que a Copa acabou, todos foram retirados. Ele é uma ajuda para a arbitragem. Segundo a CBF, o custo era muito alto, e retiraram tudo. Os árbitros já têm decidido por meio de bandeiras eletrônicas e sistema de comunicação.

O vídeo é totalmente justo? Não. A Fabi traz um exemplo disso no jogo da Alemanha com o Brasil no *Grand Prix*. A Alemanha disse que a jogadora brasileira havia tocado na bola, que havia acontecido o desvio no bloqueio, e a arbitragem deu ponto para o Brasil. Pediram o desafio. A arbitragem foi e olhou o vídeo: “Não, o ponto é do Brasil”. E de fato havia ocorrido o desvio. Então, são seres humanos. Aqui mostramos que alguns esportes já praticam isso, como o tênis, principalmente.

Para encerrar, trazemos algumas reflexões. A CBF trouxe isso no momento em que havia vários erros de arbitragem no Brasil. Então, é para um desvio de foco, ou seja, tirar o foco daquilo que estava acontecendo. Não há respaldo legal. Já perguntamos quem gerará as imagens e assumirá os custos. Aí sairemos de um parâmetro para outro. Em vez de os árbitros que estão no campo trabalhando no jogo serem questionados, o árbitro de vídeo é quem passará a ser questionado na decisão em que tomar utilizando o vídeo. A regra é interpretativa. Sempre teremos duas ou três opiniões diferentes. Esse problema da paralisação e da demora pode operar no ânimo do torcedor e fazer com que também se afaste do campo. Creio que, em algum momento, caminharemos para isso. Só que é preciso tomar muito cuidado, ter zelo e equidade para trabalhar com isso. Corri



um pouco porque o tempo já está acabando. Já estou nos acréscimos. Obrigado a todos pela paciência. Foi um prazer estar com vocês.

– No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de *slides*.

O presidente – Agradecemos ao ilustre palestrante, que, da minha parte, obteve os 3 minutos. Quer dizer, dei 3 minutos de prorrogação, e ele ficou dentro desse prazo.

Antes de passar a coordenação da próxima Mesa ao deputado Fábio Avelar, queria fazer uma provocação ao Prof. Márcio Rezende. Para mim, a coisa mais impressionante que inventaram no futebol, Paulo Roberto Prestes, foi esse negócio de que agora, se pegou na mão dentro da área, é pênalti. Joguei no Alvorada, da Vila Oeste, com um jogador que não tinha os braços. Esse era o cara perfeito para esses inventores do futebol.

Imaginem que agora alguns treinadores vão começar a treinar o cara para entrar na área e chutar na mão do outro jogador. É uma coisa espetacular. Quem inventou isso é um gênio. É algo impressionante, nunca vi uma coisa tão burra na minha vida como isso que eles inventaram. Trouxeram o maior problema para o árbitro, que ainda vai correr o risco de morrer em um campo de futebol com essa situação.

Outro dia o árbitro teve de voltar atrás no jogo do Atlético. A bola encostou na barriga do Leonardo Silva, mas dava impressão de que a bola pegou no braço dele mesmo. Agora, como você trabalha uma questão daquela? Em toda bola que bater no braço, no ombro, no rosto, dentro da área, se parecer que pegou na mão, será pênalti. Eles conseguiram mudar o futebol. Agora vamos ter o treinamento para o cara chutar a bola na mão do outro.

Por fim, queria agradecer ao Prof. Ricardo Drubscky, que nos presenteou aqui com o *Universo tático do futebol*. Agora estou pronto, gente. Vou realizar o meu sonho de ser treinador de futebol. Era o meu sonho, mas minha mulher acabou com ele de início.

Neste momento, concedo a palavra ao vereador Juliano Lopes e passo a coordenação dos trabalhos ao deputado Fábio Avelar Oliveira, membro efetivo da Comissão de Esporte, Lazer e Juventude.

Palavras do Sr. Juliano Lopes

Boa tarde a todos. Primeiramente queria cumprimentar esta Casa, a Assembleia Legislativa, bem como a Comissão de Esportes, os deputados Geraldo Pimenta, Fábio Avelar, Anselmo José Domingos, João Leite, e demais deputados presentes. Que bom estarmos debatendo o futebol brasileiro, que está no sangue de cada um aqui, principalmente a arbitragem.

Gostaria muito, João Leite e Márcio, de ficar para o debate final a fim de falar principalmente sobre arbitragem, mas irei trabalhar daqui a pouco no jogo do América. Como o Márcio mesmo disse, há o árbitro, o assistente, o 4º árbitro e o assessor de arbitragem, que faz o relatório do árbitro. Então, estamos trabalhando hoje no jogo do América, que será daqui a pouco, por isso tenho de me retirar.

Parabéns a vocês, parabéns Assembleia, parabéns aos árbitros presentes aqui, Ronei, Samuel, Antônio William Gomes, e o Ronaldo, presidente do Sindicato dos Árbitros de Minas Gerais. Parabéns à Assembleia e ao meu amigo Márcio Rezende pela brilhante explicação da realidade da arbitragem no Brasil. Aquilo ali é pura verdade e pura realidade. Muito obrigado. Tenham uma boa tarde.

O presidente (deputado Fábio Avelar Oliveira) – Boa tarde a todos. Quero parabenizar o deputado João Leite pelo segundo ciclo de debates Muda Futebol Brasileiro. Quero cumprimentar todos os presentes, as autoridades da Mesa, o ex-jogador de futebol Paulo Roberto, na pessoa de quem cumprimento os demais ex-jogadores presentes, os desportistas, os esportistas e o vice-presidente da Federação Mineira de Futebol, Ernani.

Quero fazer um convite – vamos abrir um espaço para eles – ao jogador de futebol Fábio Júnior e ao Michel Neves para comparecerem à tribuna.



Palavras do Sr. Michel Neves

Boa tarde a todos. É com imenso prazer que vimos aqui representar o Villa Nova, de Nova Lima. Quero saudar todos da Mesa. Já estava até de saída, porque tenho um voo para o Rio de Janeiro. Estamos fazendo as contratações. Quero agradecer, a gente sabe que fazer um evento como este, trazer essas pessoas até aqui, não é fácil, todos têm compromissos, horários. A gente tem de ser rápido.

Chegamos aqui, eu e o Fábio Júnior, e ouvimos o nobre Júlio Garganta, que estava na Mesa. O que ele expôs na sua palestra é uma realidade do futebol, tem acontecido, hoje, não somente lá fora, nos países europeus, mas também aqui, no Brasil. Visando solucionar esse problema, essa indiferença, diversos clubes apreciam e incluem no seu CNPJ parcerias com algumas escolinhas. Temos, hoje, 853 municípios que vão se beneficiar de um novo projeto, sobre o qual vocês, lá na Europa, ainda vão ouvir falar. Trata-se de um projeto inovador, não existe igual no Brasil, e, provavelmente, é o único na América Latina. Esse projeto foi feito e conduzido por um ex-jogador que assumiu um contrato com o Villa Nova, o Fábio Júnior, que, com sua experiência de anos no mundo da bola, trouxe-o para dar oportunidade aos menores e adolescentes carentes. Vocês podem ver aí, na tela, o projeto Resgatando Vidas, Vila Nova Atlético Clube, com a imagem do Ronaldinho Gaúcho e do Fábio Júnior. Estamos com uma parceria com o Estado, a Cemig, e vamos levar para 853 municípios um trabalho de raiz, o chamado trabalho de base. Diante do que o palestrante disse e que é muito importante, estamos aqui mostrando à sociedade do mundo do futebol que não devemos somente nos preocupar com as nossas políticas, com as nossas empresas.

Há pouco tempo, houve uma catástrofe em Mariana. Fábio Júnior telefonou para o prefeito Eduardo, solidarizando-se com a situação e dizendo que faremos um jogo beneficente para contribuir. Esta é uma oportunidade de convidar todos vocês que queiram participar disso. As portas do Villa Nova estão abertas para irmos a Mariana e fazermos um jogo beneficente.

Terminando, agradeço aos deputados Anselmo e João Leite, que abriram esta porta, esta discussão, este debate, que é muito importante para o mundo do futebol. Na realidade, estamos aqui representando o Villa Nova. Não sei se vocês viram o *Estado de Minas* de domingo, em que o Fábio Jr. deu uma entrevista dizendo que temos de nos preocupar verdadeiramente com as bases, porque os verdadeiros Ronaldos, os verdadeiros Fábio Jr. estão na periferia. Hoje a maioria da elite consegue pagar a taxa para o seu filho participar da escolinha de futebol e comprar o uniforme, mas e os verdadeiros Ronaldos, que estão lá no Norte de Minas e em todos os lugares do nosso país, que não têm condição de pagar por um sonho de ser um jogador de futebol, por uma carreira? Colocando esse projeto em prática, vamos abençoar muitas vidas, muitas crianças e adolescentes de 6 a 17 anos.

Na verdade, esse projeto, montado pelo Fábio Júnior, será colocado em prática primeiramente em Minas Gerais e, depois, servirá de espelho para todo o Brasil. Por meio dele, levaremos aquelas crianças da casa a uma escolinha, dando-lhes não somente a oportunidade de participar de uma escolinha, mas de ter aulas profissionalizantes. Esse é o projeto, porque, quando você faz uma avaliação com um pequeno jogador, ele passa no teste, mas e os meninos que não passaram? Você vai excluí-los? Não, vamos torná-los cidadãos de bem. Vamos lhes dar aulas profissionalizantes. Através de uma parceira que firmamos com o governo do Estado, a CNI, uma empresa de 35 anos, que hoje gera, queria ou não, 40 mil empregadores, e mais alguns parceiros, vamos concluir esse projeto, resgatando vidas.

Quero agradecer por este momento que deram ao Villa Nova para falar que hoje o clube está de cara nova. Hoje o Villa Nova é um novo Villa Nova. Queria também pedir a todos vocês e aos deputados que não nos abandonem, porque não há somente um ou outro clube que vêm passando por dificuldade, mas vários. O presidente da Comissão de Esporte, o deputado Anselmo, está aqui, e queremos agradecer-lhe esta oportunidade. É muito importante, pois milhares de famílias estão nos vendo hoje, ao vivo; várias famílias hoje estão contemplando um projeto de imensa amplitude, que os deputados desta Casa estão abraçando e que vai se tornar espelho internacional.

Então quero comunicar a cada um que está aqui que o Villa Nova está aberto para firmar parcerias com vocês também e levar essas escolinhas a cada cidade de onde vieram. Agradeço pela oportunidade. Muito obrigado, e que Deus abençoe a



vida de vocês. Estamos aqui de braços abertos, com novo elenco no Villa, rumo a 2016, sob a direção do Nélio Aurélio, nosso presidente; a minha assessoria, com o *manager* Fábio Júnior. Muito obrigado.

O presidente – Hoje é uma honra participar desta pauta do futebol amador e falar um pouco desse assunto. Eu vivo no futebol amador a vida toda. O meu amigo Paulo Roberto está aqui; no último domingo, estivemos juntos num futebol, na minha cidade de Nova Serrana.

Agora, iniciaremos o painel “Realidade e perspectiva do futebol amador e das categorias de base em Minas Gerais”. Com a palavra, o Sr. Genderson Silveira Lisboa.

Palavras do Sr. Genderson Silveira Lisboa

Boa tarde a todos. Cumprimento a Mesa na pessoa do presidente, deputado Fábio Avelar, assim como os nobres deputados presentes, os meus colegas de Mesa, as senhoras e os senhores. Cumprimento, de forma especial, a Elvira, uma guerreira no combate à exploração do trabalho infantil e pela regularização do trabalho adolescente. Ela é servidora do Ministério do Trabalho e do Emprego, além de presidente do fórum de erradicação do trabalho infantil de Minas Gerais.

Nosso tema do painel é “Realidade e perspectivas do futebol amador e categorias de base em Minas Gerais”. E o que me foi proposto como tema é o desafio na formação de atleta de base, tendo em vista o Estatuto da Criança e do Adolescente e demais normas de proteção à criança e ao adolescente. Em relação ao esporte amador e ao futebol amador, com pouco ou quase nada poderei contribuir até porque não tenho nenhuma experiência em relação à temática. Eu, como procurador do trabalho, que integro o Ministério Público do Trabalho, posso contribuir com o debate em relação à categoria de base, em relação à formação de atletas no Brasil. Posso contribuir em função de experiência em atividade profissional. Já vão quase 10 anos que o Ministério Público do Trabalho tem como uma de suas prioridades, dentro do combate ao trabalho infantil, investigar e tomar medidas judiciais e extrajudiciais em relação à lesão a direitos fundamentais de crianças e adolescentes, decorrentes do mundo do futebol. Muito se falou acerca do futebol. Futebol é um sonho, futebol é uma paixão, futebol é um esporte, futebol é um negócio. Para as crianças, muitas vezes o futebol é um sonho, e às vezes um sonho difícil de se tornar realidade. Às vezes, na busca de realizar esse sonho quase impossível, crianças e adolescentes sofrem lesões às vezes irreversíveis, que vão macular a existência dessa pessoa durante sua passagem aqui na Terra.

Antes de entrar especificamente na categoria de base, gostaria de fazer uma digressão sobre o desporto. É interessante sabermos que nosso ordenamento jurídico partiu da Constituição, no seu art. 217, e na própria Lei Pelé, em seu art. 3º. Daí saiu a norma que dispõe como o desporto se manifesta na nossa sociedade. Basicamente ele se manifesta de três formas. Uma delas é o desporto educacional, que, como o nome diz, deve ou pelo menos deveria ocorrer dentro das escolas. Esse é um desporto inclusivo, para todos. É um direito principalmente das crianças e dos adolescentes que estão em formação. Esse desporto educacional na verdade é uma ferramenta pedagógica de formação do ser humano. O desporto educacional tem algumas características, como a existência de seletividade, porque ele é para todos, não visa selecionar. Não é objetivo dele tratar o desporto para aquele que será um atleta profissional, para aquele que terá como profissão o desporto. Ao contrário, é uma mera ferramenta pedagógica.

Outra forma como a Constituição e a Lei Pelé tratam do desporto é o lazer, talvez aqui relacionado ao esporte amador. É quando a prática desportiva é para divertimento, para promoção da saúde, para integração social. Essa é uma forma de manifestação jurídica do desporto.

A outra é o desporto de rendimento. Hoje já foi falado aqui pela manhã, mas é bom repetir que, dentro de categoria de base de futebol, o que se pratica é desporto de rendimento, de alto rendimento. Qual a característica desse tipo de desporto? Não é para todos. Muito pelo contrário, é para poucos. É só para aqueles, como disse o professor que me antecedeu, que demonstram algum talento que pode ser trabalhado ou burilado. Ele tem de ter algum talento, algum potencial de se transformar em um atleta de rendimento. Não adianta um jovem que não tenha habilidade maior com o futebol, com a bola buscar uma vaga dentro de uma categoria de base de futebol, porque infelizmente ele não passará no teste de seleção.



Quando se faz a seleção, os atletas que entram na formação desportiva são aqueles que demonstram um mínimo de potencial de se transformar num atleta de rendimento, num jogador profissional de futebol. Precisamos fazer essa separação.

Vejo um equívoco muito grande, principalmente, após o 7 a 1 da Alemanha, no Mineirão. Penso que no pós-olimpíadas também vamos discutir muito essa questão, o desempenho do Brasil, não só no futebol mas também nas outras modalidades esportivas. Vai ficar aquém? Vai. Vamos ter muitas vitórias? Vamos, mas não vamos atingir todo o nosso potencial.

Faço o seguinte questionamento: se preocupar só com o desporto de rendimento vai resolver o problema do desporto no País? Não. Precisamos voltar os olhos para o desporto educacional. Quando se fala em base, não é categoria de base. Categoria de base é esporte de rendimento. Base é nas escolas. Por que nossas escolas públicas, no Brasil e no Estado de Minas Gerais em particular, não são dotadas de aparelhos, de campos de futebol, de ginásios poliesportivos, de equipamentos e materiais para os atletas e professores qualificados darem uma iniciação em toda e qualquer modalidade desportiva, inclusive, no futebol? Por que não há um campo de futebol em cada escola pública? Por que não temos um ginásio esportivo em cada escola pública? É essa que deveria ser a nossa preocupação.

Já foi dito pela manhã – assisti pela internet – que uma das estratégias para se buscar uma melhor *performance* num desporto de rendimento é aumentar o leque na base, e base aqui entende-se como escola e não como categoria de base de clube de futebol, na base da prática desportiva. O que temos de fazer é incentivar a prática desportiva nas escolas, com os parâmetros do desporto educacional e não do desporto de rendimento.

Acho que é interessante analisarmos essa premissa para sabermos o que acontece numa categoria de base, num clube de futebol. O que se pratica lá é desporto de rendimento. E não é por coincidência que nossa legislação considera como única hipótese do desporto ser considerado trabalho, quando ele é de rendimento, por quê? Porque, geralmente, quem entra nessa linha do desporto de rendimento quer ter a prática desportiva como profissão, como ofício, como ganha-pão, como meio de subsistência, e por isso ela é encarada como trabalho. É interessante termos essa separação de como o esporte se manifesta na sociedade, para podermos encarar os problemas como eles se apresentam.

Além dessa questão da prática desportiva de alto rendimento, eu gostaria de falar com os senhores sobre a questão do negócio. Futebol é paixão, futebol é um desporto e futebol é também um negócio lucrativo. O Márcio Rezende destacou aqui que não temos noção da quantidade de dinheiro que circula no mundo do futebol. Eu assisti a um ciclo de palestras aqui, no ano passado, e um dos apresentadores trouxe uma pesquisa dizendo que, nos 29 maiores clubes de futebol do Brasil, havia uma receita anual da ordem de R\$3.400.000.000,00, mas as despesas desses clubes era da ordem de mais de R\$6.000.000.000,00. O problema de endividamento de clube, que também foi tratado aqui, é muito simples, é o problema que estamos vivendo na economia nacional. Arrecada-se muito, mas gasta-se muito também. A gestão foi discutida aqui e a corrupção também foi discutida aqui hoje pela manhã. Há muitos problemas em volta do futebol e há fortunas em torno dele também.

Infelizmente, a formação de atleta faz parte da receita dos clubes de futebol. Essa mesma pesquisa indicou que de 20% a 30% das receitas dos clubes brasileiros são oriundas da comercialização de atletas, ou seja, nossos clubes, por imposição desse negócio do futebol, quando formam atletas, não se preocupam em gerar um talento, em burilar um talento para defender as cores da sua agremiação e para defender a seleção brasileira muito menos. Quando se forma um atleta hoje no nosso país, talvez a maior preocupação seja a comercialização daquele atleta. Essa é uma receita importante para todos os clubes de futebol. Essa comercialização é importante não só no nosso mercado nacional como também no mercado internacional. Não é à toa que os craques, os excelentes que se despontam aqui no Brasil, são exportados. Eles não ficam aqui.

Esse é um fato que temos de enfrentar. A nossa formação não é voltada à prática desportiva apenas, mas também ao negócio futebol, que gera uma receita importante. Para colaborar com essa receita, temos um dispositivo na Lei Pelé que é a repetição de uma norma administrativa da Fifa: a tal cláusula de solidariedade. Não sei se os senhores sabem que quando um clube forma um atleta, ganha ao comercializá-lo. Em torno dessas transações orbita muita fraude, a exemplo do que aconteceu com o Neymar, quando foi para o exterior. Até hoje há processos e processos discutindo essas questões. O fato é que o clube



recebe um valor na hora da venda do jogador. Se o Neymar, formado no Santos, sair do Barcelona e for para o Chelsea, o Santos terá direito a 5% da negociação. Isso é cláusula de solidariedade. O clube contribuiu para a formação daquele atleta. Isso faz com que realmente formar e comercializar atletas no mercado nacional e internacional seja um negócio lucrativo. Onde há muito dinheiro aparece a ganância, infelizmente. É essa ganância que às vezes faz com que o direito de nossas crianças e adolescentes seja lesado, porque querem logo carimbar o menino. Quando alguém vê um menino de 12 anos que demonstra habilidade com o futebol, já quer carimbá-lo como se fosse coisa, como se fosse rês. O clube já quer federar o atleta, porque, se amanhã ele der certo, terá receita.

A Elvira esteve comigo em diversas diligências. Isso não ocorre apenas em Belo Horizonte, mas em todo o Estado, em todo o Brasil. O Ministério Público do Trabalho é um ramo do Ministério Público da União. Temos unidades no Brasil inteiro. As lesões se repetem em vários estados da Federação. Os atletas são precocemente retirados do seio de suas famílias e inseridos em centros de treinamento, que às vezes nem têm condições de receber uma pessoa em formação, longe de sua família, sem proteção, fora da escola. A Elvira é testemunha dessa situação. Encontramos muitos atletas fazendo teste. Ainda não estão em clube algum, pegam ônibus e fazem testes em Minas, em São Paulo, onde passam dois, três meses. Depois, vão para a Bahia, o Paraná. Enfim, viajam o Brasil inteiro durante o ano fazendo testes, ficando fora da escola. A principal lesão ao direito que está ocorrendo diz respeito à educação. Não podemos admitir, em pleno século XXI, uma criança fora da escola.

Estive no Congresso Nacional recentemente, numa comissão para discutir a reforma da legislação desportiva. Fiz um pedido, quase implorando, de que incluíssem na lei que, para ser jogador de futebol, é preciso estudar. E, para fazer teste com um atleta que quer ser jogador de futebol, é preciso ver se ele está estudando primeiro. E nem isso nós conseguimos. O Município de Belo Horizonte tem uma lei dizendo justamente o contrário, ou seja, que para fazer teste de futebol não precisa estar matriculado em escola.

Fiz outro pedido: a realização de exame médico antes de submeter um atleta a teste. Aliás, esse pedido vem sendo contemplado nos termos que propusemos aos clubes há 10 anos. Depois disso, um atleta de 14 anos, que estava fazendo teste num clube de futebol, teve um problema de saúde e faleceu. Talvez um prévio exame médico apontasse uma cardiopatia ou doença que o excluísse do teste e fizesse com que ele estivesse entre nós. São condições baratas que garantem o direito à vida. E temos dificuldade de implementar até isso no mundo do futebol.

Em relação à proteção aos direitos da criança e do adolescente, destacamos a nossa norma constitucional, o art. 227, que consagra a teoria da proteção integral. Crianças e adolescentes têm direitos fundamentais que não podem ser sonogados nem retirados sob nenhuma circunstância. Vida, saúde e convivência familiar são direitos que vêm sendo sacrificados no mundo do futebol.

Participei, algumas vezes, de evento na universidade federal e vi um especialista, um professor, doutor em psicologia do esporte que dizia da necessidade do apoio da família para aquele talento se tornar uma potencialidade no futuro. Aquele jovem que pratica o esporte dentro do seio familiar com o apoio da família tem um potencial muito maior de dar certo do que aquele que é retirado do seio familiar. Tenho o meu questionamento. Será que essa forma precoce com que estão tirando os jovens do seio familiar e internando num clube de futebol não está matando os nossos talentos? Será que essa forma precoce de querer trazer um jovem para dentro de um centro de treinamento com cobrança é um bom caminho? Categoria de base tem cobrança, exigência de resultado, desporto de rendimento. Será que isso não está, de certa forma, tirando o prazer, o lúdico, o brincar de futebol, tão destacado aqui? Infelizmente, dentro de categoria de base, o futebol é tudo menos brincadeira. Participei de seleção com atletas de 15, 16 anos. Há cobrança e tem de haver. Não são pessoas que estão ali brincando de futebol. São pessoas que querem um futebol como profissão. São pessoas em formação profissional, em situação de aprendizagem profissional.

Então, acho que trazer uma criança precocemente para esse meio, como vemos propostas de reduzir a idade na legislação, não é o ideal. Aliás, não é nem a Lei Pelé, é a própria Constituição que veda o trabalho com menos de 16 anos e



autoriza a partir de 14 só na condição de aprendizagem. Querem trazer isso para 12 anos. Será que, com isso, não estamos matando os nossos craques? O questionamento que faço é esse. O desporto tem de ser encarado não só em categoria de base de futebol, mas na escola. Aliás, seria muito interessante se nossas escolas públicas fossem aparelhadas. Esses mesmos aparelhos poderiam ser utilizados, por exemplo, para prática de esporte amador, que, aliás, é a bandeira defendida pelo deputado João Leite.

Então, a nossa perspectiva é que a instituição tem por obrigação defender o direito da criança e do adolescente e que esses direitos devem ser respeitados. O primeiro direito é a educação de base, com práticas esportivas aparelhadas, com profissionais qualificados em quantidade necessária para a prática não somente de futebol, mas de iniciação em toda e qualquer modalidade esportiva.

Foi dito aqui que somos uma potência no futebol. Somos um país que temos um material humano para ser uma potência desportiva mundial em qualquer modalidade. Se fizermos o investimento certo neste país em educação de base, educação desportiva, aparelhando nossas escolas públicas, colocando profissionais competentes para comentar a prática desportiva desde a idade tenra com padrões educacionais, não com padrões de desporto de rendimento, isso vai criar um leque muito maior para, no momento oportuno, na hora oportuna, a escola ser um local de seleção desses atletas. Esse é o sonho de muita gente.

O Prof. Ricardo Drubscky estava aqui. Tive uma conversa com ele, que disse que isso acontece em muitos países. A seleção de atleta não é somente entrar no clube e fazer a seleção. É realizada por torneios estudantis. Imaginem a seleção dos grandes clubes ser feita num torneio regional, estadual, com a participação de todas as escolas do Estado. Os jovens disputam torneio com base em desporto educacional, e os clubes, no momento certo, na idade correta, selecionam os atletas. Aí, sim, vão tratar o desporto como trabalho, como formação profissional. Creio que essa antecipação, essa gana de querer carimbar o menino como se coisa fosse, não só por parte de empresário, mas, infelizmente, por parte de clubes de futebol, de querer trazer esses jovens de idade mais tenra para dentro do clube, infelizmente, pode contribuir para matar o futuro dos nossos atletas.

Acho que um projeto, como o foi citado aqui, pela manhã, da Alemanha, em que há acompanhamento da família, em que o desporto é praticado perto de casa, dentro da escola, com o acompanhamento de professores, de forma lúdica, prazerosa, não com cobrança, talvez seja o caminho para nossas escolas, para que, no futuro, tenhamos atletas de sucesso, não só no futebol no qual já somos uma potência, apesar dos 7 a 1, mas em todas as modalidades. Somos uma potência no futebol mundial. Não há nenhuma nação com cinco títulos, somente o Brasil. Podemos, também, ser uma potência em várias modalidades esportivas.

Encerrando, despeço-me, agradeço a atenção e coloco-me à disposição para os debates.

O presidente – Agradecemos ao ilustre palestrante. Parabéns pela fala, pela palestra.

Passo a condução dos trabalhos ao presidente da nossa Comissão de Esportes, Anselmo José Domingos, que assume os trabalhos a partir deste momento.

O presidente (deputado Anselmo José Domingos) – Boa tarde a todos. Com a palavra, o Prof. Próspero Paoli, que abordará o tema “Desafios na formação de atletas de base”.

Palavras do Sr. Próspero Paoli

Boa tarde a todos. Quero agradecer o convite para estar aqui hoje, na Assembleia. Foi um dia muito proveitoso e espero que seja assim até o final do evento. Acredito que a fala do procurador do Trabalho, o Dr. Genderson, é uma das mais importantes. Deputado Anselmo, presidente da comissão, na verdade deveríamos ter uma audiência pública na Assembleia para discutir amplamente esse assunto tão importante, que é a formação do atleta de futebol. O Dr. Genderson não deixa de ter razão em seus argumentos, em sua fala. A grande pergunta é: como vamos formar o atleta, se os clubes poderão recebê-lo a partir dos 14 anos de idade? A ciência nos diz que a idade de ouro para que possamos, principalmente, fazer intervenções,



construir o acervo motor, a base motora do nosso atleta, é de 11, 12 anos. Na verdade, estamos recebendo nos clubes analfabetos sinestésicos, sérios problemas motores.

Nosso procurador tem razão, aliás, ele aponta soluções, que é o mais importante. Muitas vezes fazemos críticas, apontamos falhas, mas não apontamos soluções. Dr. Genderson, não tenha dúvida de que a saída é termos uma política pública para o esporte no Brasil, mas não temos. Deveríamos ter, como base na formação não só do atleta de futebol mas também de outras modalidades esportivas, a escola, a escola integral, mas também não temos isso. Deveríamos ter espaços nas ruas para trabalhar essa base motora, mas também não temos mais espaços. O deputado João Leite disse aqui hoje que perdemos 13 campos em Belo Horizonte.

Precisamos discutir amplamente esse assunto, discutir esse assunto com os clubes que trabalham nesse negócio, nesse produto, nessa indústria, como Atlético, Cruzeiro e América. Vejo aqui o Prof. Emerson Ávila, coordenador técnico da base do Cruzeiro. Na verdade, não deveríamos discutir somente com os grandes clubes, pois quem alimenta essa indústria são os projetos sociais, são as escolas de futebol, são os clubes menores. Eles também deveriam fazer parte dessa discussão. Assim poderíamos apontar saídas e ter atletas de qualidade, ter garotos de qualidade recebendo a partir dos 14 anos de idade.

Temos de diferenciar o que é formação de base, o que é categoria de base e o que é categoria profissional. Temos um erro conceitual muito grande nesse sentido. Na minha concepção, a formação de base deveria ir até os 16 anos. A ciência nos mostra que o atleta tem seu acervo motor com 15 anos, mas os 16 anos é uma etapa crucial nessa transição. Assim ele poderia ir para a categoria de base, que deveria se iniciar com 17 anos, e depois para a categoria profissional. O que diferencia a formação de base da categoria de base?

Exatamente um dos pontos fundamentais que nos difere do futebol europeu é um plano diretor, é um caderno metodológico, é metodologia, é conteúdo, é respeitar as idades, é respeitar as especificidades de cada faixa etária. A formação de base está regulada pelo conteúdo, pela formação – o nome já diz –, e a categoria de base, aí sim, já não é questão de competição, de resultado.

Temos um grave problema. O deputado João Leite disse aqui hoje, pela manhã, que o futebol não é trabalho, que o futebol é educação, e deveria ser educação prazerosa. Mas não o é, porque é trabalho, é rendimento, é negócio. Um clube investe, em média, R\$1.000.000,00 por mês em suas categorias de base. São R\$12.000.000,00 por ano. Então, é um negócio, há investimento. Essa educação, para ser prazerosa, deveria iniciar-se... O Dr. Genderson me disse uma frase aqui que vou plagiar, vou utilizar: “Não existe formação sem formadores”. Todo processo, na verdade, começa pela qualificação dos nossos profissionais.

Mas vocês podem ter uma certeza: estou há 30 anos estudando futebol e convivendo nesse meio. Depois do 7 a 1 muito se criticou, e quiseram até jogar no colo da base toda a culpa pelo que aconteceu. Conheço todos os grandes e os médios clubes e os clubes formadores neste país. A qualidade dos nossos profissionais é muito boa, temos excelentes profissionais trabalhando nesses clubes. Em Minas mesmo, há uma qualidade de um Klauss Câmara conduzindo o Cruzeiro, de um André Figueiredo dirigindo o Atlético, lá no América o Evandro. Há profissionais da qualidade de um Emerson Ávila, de um Diogo Giacomini, de um Marcos Valadares, de um Alexandre Lemos, de um Leonardo Cherede, de um Ricardo, no Atlético. E aí vai pelo Brasil afora. Temos qualidade dos nossos profissionais. Mas precisamos qualificar mais os nossos gestores. O grave problema do futebol de base e do futebol profissional brasileiro é a dimensão política. É onde temos realmente de avançar mais.

Estou preocupado com o horário, mas espero que dê tempo. Sim, este é um grande problema quando nos referimos à questão da formação: a especialização precoce. Há um excesso de carga e estímulo, uma preparação unilateral. O futebol brasileiro foi regulado por muito tempo, porque o futebol europeu queria o perfil de jogador alto, forte e veloz. Privilegiamos isso por muito tempo durante o processo de formação no futebol. Com isso, trabalhamos muito a parte física e nos esquecemos de que toda e qualquer ação do futebol, pode ser um tiro de 30m, 40m no campo, sem a bola, é tática. Toda e qualquer ação no futebol é tática, o futebol é um esporte tático. Por isso sempre temos, na tomada de decisão de um atleta, três respostas, duas



cognitivas e uma motora. São duas respostas cognitivas, a primeira delas é identificar o problema; a segunda é encontrar uma solução para esse problema e a terceira é executar essa solução. Por isso o futebol mudou, ele está mais veloz, tem o ritmo mais acelerado, joga-se em pequenos espaços, com pressão forte ao portador da bola. Com isso, qual é o perfil do jogador que queremos hoje formar? É o jogador que tenha velocidade no processo da informação e na execução da ação motora.

Para isso, meus amigos, o processo de escolarização, em que muitas vezes há omissão por parte das famílias, dos clubes e até dos nossos órgãos fiscalizadores, que não dão conta disso, tem relação direta com o nível de inteligência do jogador que se quer formar.

Se o espaço diminuiu, se a pressão ao portador da bola aumentou, e se é preciso tomar decisão mais rapidamente, esse jogador deve ter uma leitura de jogo muito rápida.

Aparecimento de barreiras de rendimento, lesões provocadas pela carga de treino e abandono desportivo: o futebol tem um grande problema, a oferta com baixa demanda. É isso que faz com que se tenha pressa e não haja paciência com o processo. Estamos falando de formação, que deveria ser, no mínimo, de 10 anos. Mas, nos clubes, um jogador de 15 anos de idade inicia a temporada muito bem, vai na curva, é normal a oscilação – o processo de maturação vai até os 23 anos de idade, estou falando da regra, não da exceção –, e ele tem uma queda. Nessa queda, tem muitas ofertas e o mandam embora, é liberado. Ou seja, não dão tempo ao tempo, não dão tempo ao processo de formação porque tem uma grande oferta e uma baixa demanda. Um grupo é formado por 25, 30 atletas, na categoria sub-15, sub-17, sub-20. Mas há uma oferta muito grande, o que faz com que haja paciência com esse processo, o que é grave no futebol.

Esta foto se reveste de um capital simbólico muito grande, é de maio de 2011, na Granja Comary, e talvez represente o grande legado que um mineiro deixou, chamado Ney Franco. O Ney tinha um projeto para a base no Brasil, e, pela primeira vez desde 1500, quando este país foi descoberto e se falou em futebol, alguém conseguiu reunir os gestores de 37 dos 40 clubes do futebol brasileiro. Ficamos três dias na Granja Comary discutindo futebol de base. Discutindo muito aliciamento de jogador, a falta de ética entre os clubes, a questão de calendário, e muitas coisas avançaram. Para terem ideia, a cada três meses existe um movimento do futebol de formação de base no Brasil, o MFFB, formado por todos os clubes que trabalham com base. Eles se reúnem a cada três meses, e já avançamos em muitas discussões. Por isso essa reunião na Granja Comary foi importante. Estive lá a convite do Ney Franco para desenvolver uma palestra a respeito das variáveis que interferem no processo de formação. E deveríamos discutir e refletir mais. Por isso, deputado Anselmo e Dr. Genderson, precisamos fazer uma ampla discussão.

Mas precisamos apontar uma solução, e vou repetir, uma saída talvez seja uma política pública para o esporte no País. O Leonardo, em entrevista recente, chamou minha atenção quando disse que a formação do treinador brasileiro é empírica. Infelizmente, é. Ainda estamos discutindo quem deve ser o treinador, se o ex-atleta ou o professor de educação física. Como já disse, essa frase é do Dr. Genderson, não existe processo de formação sem formador. E formador também deve passar por um processo de formação.

A Universidade Federal de Viçosa, da qual sou professor de futebol há 32 anos, com muito orgulho, tem procurado contribuir para o mercado. Temos qualificado muitos profissionais. Temos uma pós-graduação em futebol que está indo para a nona turma, são 11 anos de pós-graduação em futebol. A CBF, com a Escola Brasileira de Futebol, tem feito uma tentativa de qualificar os nossos profissionais. A Universidade do Futebol, com o Prof. Medina e o Prof. Tega, que esteve conosco pela manhã, também tem tentado fazer isso. Mas o caminho é esse, a formação não pode ser empírica porque temos conteúdos a serem trabalhados e precisamos de planejamento, sistematização, avaliação e controle. Por isso a formação é importante. E precisamos entender cada vez mais de pessoas porque, apesar da tecnologia, trabalhamos com pessoas. E, se trabalhamos com pessoas, trabalhamos com comportamento humano, e precisaríamos estudar mais o comportamento humano.

Particularmente tive, há pouco tempo, uma crise de transtorno de ansiedade, de pânico, por excesso de trabalho e de pressão a que somos submetidos para cumprir ensino, pesquisa, extensão, gestão, etc. Foi por isso, Dr. Genderson, que fui estudar o transtorno de ansiedade, e não escapei de fazer uma analogia com um atleta de futebol que, com 14 ou 15 anos de



idade, tem que disputar um clássico, sob a pressão de ser titular ou reserva, de perder a posição, de ser apontado como culpado. É por isso, então, que aqueles que querem ser formadores têm de estudar pessoas, estudar o comportamento humano.

Nesse *slide*, vemos o triângulo que regula o futebol de base, a gestão técnica, a gestão administrativa e a gestão da captação, que é a base do triângulo. Mas isso é recente no futebol brasileiro. Antigamente, há cinco ou sete anos, os clubes tinham três ou quatro profissionais chamados de olheiros, geralmente ex-jogadores dos clubes ou treinadores em final de carreira. Agora, os clubes estão estruturando os seus departamentos de captação, profissionalizando isso. Hoje esses profissionais não se chamam mais olheiros ou observadores técnicos; eles são analistas. Mas aí entra a questão da formação, porque há requisitos a cumprir para se fazer a análise de um jogador. Então, o departamento de captação cresceu. Mas podem ter certeza, voltando ao triângulo – gestão técnica, gestão administrativa, gestão da captação –, que os cursos de educação física não estão dando conta disso; não estão dando conta de qualificar os nossos profissionais na área da gestão. Então, meu caro Prof. Francisco, precisamos de mais cursos nessa área para qualificarmos os nossos profissionais. Assim como todo mundo quer ser jogador de futebol, se perguntarmos aos profissionais do futebol, veremos que eles querem ser treinadores de futebol para ganharem R\$200.000,00, R\$300.000,00, R\$600.000,00, R\$1.000.000,00. Mas no futebol temos várias profissões das mais importantes. Uma delas é a gestão. Outra é exatamente a gestão de um departamento de captação ou do departamento técnico de um clube. São três vertentes diferentes, e cada uma delas deveria ter orçamento próprio, com profissionais específicos, porque cada uma tem uma especificidade.

Baseei esse próximo *slide* em uma palestra que o Prof. Klaus Câmara proferiu em Viçosa neste ano. O fato é que jamais vamos ver no *Estado de Minas*, no *Hoje em Dia* ou no *O Tempo*, um edital de concurso público para treinador de futebol nos grandes clubes. Não existe isso; escolhe-se pelo Q.I.: quem indica. E só se sustenta quem é competente – quer dizer, muitas vezes não é assim por causa de outros vieses. Enfim, a primeira grande pergunta é: qual é o critério para estar no clube como treinador? Como é a situação hoje? Ele está no clube sem critério. Como deveria ser? Deveria haver critério para ele estar no clube. Hoje, o treinador profissional muitas vezes é contratado sem saber o que esperam dele. Ora, ele deveria saber o que o clube espera dele. Hoje, ele é cobrado pelos resultados; deveria ser cobrado pelos conteúdos e formação. Hoje, no futebol brasileiro, escolhem um jogo e jogadores para resultados; deveriam escolher um jogo e jogadores para a formação. Hoje, avaliam o jogador pela *performance*; deveriam avaliar pelo potencial. Esse é um dos grandes erros do futebol de base no Brasil: analisamos o momento, analisamos a *performance* do atleta, e não o seu potencial, seu desenvolvimento, para ver aonde esse atleta pode chegar. É por isso que se erra muito no processo de identificação do talento. Fez-se uma pesquisa no Campeonato Brasileiro Sub-20 do ano passado com o elenco que estava em Porto Alegre.

A pergunta era a seguinte: quantos atletas iniciaram no clube com 14 anos e que estão hoje no seu elenco? De 15% a 25%. É um índice baixo. É dinheiro jogado no ralo. Alguma coisa está acontecendo nesse processo, ou então não é processo de formação. Processo de longo prazo. O processo é de curto prazo. Então essa é também uma questão que temos de discutir no futebol. Investem muito em tarefas e resultados. Deveriam investir mais no elemento humano. Trabalha-se sem uma identidade de jogo e de jogadores. Deveria haver uma identidade de jogo e de jogadores bem definida pela instituição. O Barcelona faz isso e é um exemplo para nós, desde as suas categorias menores.

Então como vamos resgatar essa formação do nosso jogador do futebol brasileiro? Será que seria pela escola da rua? Quais são os elementos da rua que são importantes estarem presentes nos clubes, no processo de formação do jogador? Quais são esses elementos que perdemos? Será que perdemos o primeiro deles que seria o prazer de jogar futebol? Será que o segundo que perdemos seria essa capacidade de improvisar, de criar, de driblar, de ser irresponsável, em algum momento, para tomar decisão? Mas não é trazer os elementos da rua, simplesmente, senão iríamos para a rua e estaria resolvido o problema. É como se você transferisse esses elementos e os aplicasse no seu planejamento.

O futsal. Hoje, o Flamengo, no Rio de Janeiro, por exemplo, incorporou o futsal às suas categorias de base. Hoje a gestão de futebol de base do Flamengo tem uma relação direta com a gestão do futsal. Mas o futsal tem elementos



importantíssimos, porque trabalha em pequenos espaços. No futsal, eles trabalham com movimentações dos jogadores o tempo todo, na quadra de jogos. No futsal o jogador tem de ter velocidade no processamento da informação e na execução motora da ação. Então o futsal tem elementos interessantes.

E a educação física escolar? Dr. Genderson, o senhor foi muito feliz. A educação física escolar, para o senhor ter ideia, no ensino médio, no 2º e 3º anos, acabou. Não existe educação física no 2º e 3º anos. Será que a educação física está cumprindo o seu papel lá nas idades menores, que seria exatamente essa prática universal dos esportes? As habilidades motoras básicas, como rolar, arremessar, lançar, saltar, as capacidades coordenativas são importantíssimos, principalmente coordenação, ritmo e equilíbrio. Será que a escola está cumprindo o seu papel? Será que a escola, os nossos professores de educação física, será que as nossas escolas são dotadas de meios para contribuir para esse processo? Deveriam ser. Será que reduzindo a idade de 14 para 12 anos seria a solução? Por um lado, como nós não temos política pública para o esporte, as escolas não têm espaço, estão acabando com os espaços da rua, Dr. Genderson, desculpe-me, mas acho que uma saída seria reduzir a idade para 12 anos e os grandes clubes já receberem esses jogadores logo, esses garotos logo, para poder fazer esse trabalho. Ou nós buscamos essa solução, ou vamos continuar a ter esse grave problema no futebol. Vou repetir o termo: teremos “analfabetos cinestésicos” nos clubes de futebol. Será que essa é a saída? Eu digo um negócio para o senhor: acredito que não deveria ser. Eu gostaria de apostar nisso, de termos, verdadeiramente, uma escola integral nesse país, onde haveria não somente esporte, porque na linha da cultura corporal não é só esporte. Há as lutas, a dança e outros elementos que compõem a cultura corporal, e a escola deveria ser o fórum privilegiadíssimo para isso. E não é, lamentavelmente. Priorizar no jogo o passe? O nosso futebol priorizou o passe.

É muito simples. Se pegarmos a seleção de 1982, veremos que a prioridade era o passe e o jogo no chão – já estou terminando – ou o jogo agudo vertical, que ainda estamos fazendo por conta de resultados. Já vou concluir. Professor, quando pega para falar, vai falando, vai falando, vai falando. Vou simplesmente colocar na tela, porque há algumas variáveis que são importantes e deveríamos discuti-las. Estruturação das categorias de base no Brasil. Só com dados. Você vai de sub-14 e sub-15. Sub-17: de 16 e 17 anos; sub-20: de 18, 19 e 20 anos. As competições hoje de juniores priorizam jogadores de 20 anos. E os jogadores de 18 anos? Quando jogarão? Quanto tempo ficam parados muitas vezes só treinando?

Calendário de competições. A base, deputado João Leite, não tem férias. Entendeu? Falamos tanto em transição da base do profissional. Talvez uma das saídas de melhorar a transição da base do profissional seria incorporar essa categoria de sub-20, 19 e 20 anos, já com o mesmo calendário e o mesmo planejamento do profissional, e estarem próximos do profissional. No nosso calendário hoje da base, ele não tem férias. Estou tentando reunir os meus ex-alunos que estão no mercado do futebol, mas não consigo porque cada um tem um calendário diferente. “Estou numa competição em Porto Alegre, numa competição em Salvador, uma competição no Rio de Janeiro”. Quando você tem férias? Não tem férias.

Processo de maturação e o quartil de nascimento – o Prof. Garganta abordou sobre isso aqui hoje; transição da base para o profissional; integração entre os departamentos de base e profissional, que é um outro grave problema, pois não existe em muitos clubes.

Passando para a frente, temos a demanda e a oferta, sobre as quais já falei; estruturação do departamento de capacitação; paradigma do jogador alto, forte e veloz; acompanhamento integral do atleta; monitoração de empresários; manual de conduta nos clubes; avaliação e controle constantes. Condições básicas: ocupação do tempo ocioso do atleta, que é outro absurdo nas concentrações muitas vezes; qualificação dos profissionais; contexto político dos clubes.

Por fim, meu muito obrigado. Tenho certeza de que cada palestra dela daria um grande espaço e fórum para discutirmos, mas fica aqui a minha proposta. Precisamos ampliar isso. E que isso se amplie na verdade, porque o 7 a 1 foi sendo esquecido aos poucos. Aí você se lembra dos 7 a 1 quando convém.

A Assembleia está de parabéns, assim como o Prof. Francisco, pela iniciativa e liderança. O deputado João Leite é uma pessoa muito importante. Nós, do esporte, precisamos de V. Exa. Agradecemos a oportunidade. Muito obrigado.



– No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de *slides*.

O presidente – Muito obrigado, Prof. Próspero Paoli. Passamos agora a palavra para o Dr. Afonso Celso Raso. Prof. Próspero, ficou anotada a sugestão da audiência pública para continuar discutindo essa questão da formação do atleta menor de idade.

Palavras do Sr. Afonso Celso Raso

Meus amigos, hoje estou aqui na regra três. Vim substituir o vereador Heleno de Oliveira, grande jogador do passado e um político que está se revelando pelo empenho a bem da causa pública. Querido João Leite, meu amigo de velhos anos e nobre deputado, começarei a minha palestra dando total apoio ao Wellington, de Betim, que, antes de mais nada, protestou pela ausência dos debates. Realmente precisamos de mais tempo para debate. Fica a primeira sugestão para que o segundo ciclo já se transforme num terceiro ciclo a fim de debatermos ideias.

Eu, por exemplo, vim aqui para falar um pouco sobre futebol amador, em relação ao nobre vereador Heleno, mas, como ex-presidente e presidente de honra do América, não posso me furtar a dizer que em categoria de base poderíamos enriquecer o debate. Com o nosso procurador Genderson e com o nosso Prof. Próspero, de Viçosa, teríamos muitas opiniões divergentes. Tenho certeza de que o debate seria acalorado e muitas coisas que estão na teoria poderiam ser somadas à prática para que encontrássemos um denominador para esse tema tão importante para o futebol brasileiro, que é a categoria de base.

Posso falar com muita tranquilidade em relação à categoria de base porque o América tem quase que se notabilizado pela formação de jogadores. Quem não se lembra de um ataque formado por Euler, Palhinha, Fred, Tostão e Éder, tendo na reserva o Amauri. Todos eles saíram da categoria de base do América. Quem não se lembra do Gilberto Silva – que estava aqui ainda há pouco –, Evanílson, Ronaldo e hoje o Danilo, seleção brasileira. Todos saíram da categoria de base do América. Na Copa do Mundo de 2002 tivemos lá três jogadores participando daquele campeonato que saíram da categoria de base do América: Gilberto Silva, Fred e o zagueiro do Japão Nagasawa, que também foi da categoria de base do América. Então, seriam exemplos que poderíamos trazer para um debate muito gostoso aqui nesta tribuna.

Em relação ao futebol amador, o nobre e querido João Leite falou uma relação de clubes e de campos que desapareceram do futebol de várzea. Estou me lembrando dos times e dos campos onde joguei. Comecei a lembrar aqui dos três campos profissionais que não existem mais do América, do Atlético e do Cruzeiro, transformados em supermercados. Estou me lembrando do Sampaio, lá no 12º RI; Coronel Alvim, onde hoje é o Conjunto JK; o Eldorado, onde hoje é o colégio estadual; o Minas Gerais e o Aventureiros, onde hoje é o Colégio Padre Machado; a Cerâmica Papini, lá na Avenida Carandaí, que é um prédio do Sesi; a faculdade de medicina, aquele campo de terra vermelha – a gente ficava uma semana para tomar banho -; Colégio Arnaldo, Colégio Santo Agostinho, Colégio Afonso Arinos, onde hoje é a Copasa; o Colégio Loyola; os sete campos na Via Expressa, que foram feitos há pouco tempo e hoje só há um, todos eles terminados lá; o DER, que era ali atrás onde era o campo do América; o Santa Teresa, onde era o time do Biju; o Santa Teresa onde hoje é o Colégio Tiradentes; o Regional Athletic; os campos lá do Cabana que estão em dias aí de terminar; enfim, quantos e quantos campos de várzea que não existem mais em razão do progresso da cidade e da exploração imobiliária e tudo mais.

Traria como colaboração de ontem para hoje, quando recebi essa incumbência. Em relação ao futebol de várzea, sempre achei que, para ser dirigente de clube – inclusive os profissionais também –, você tem de ter muita coragem, muita abnegação, um pouquinho de vaidade e muita vontade de servir. É o que faz hoje o dirigente de base. As dificuldades que ele tem. Sou do tempo em que a gente trocava de roupa atrás do caminhão, onde íamos jogar. Sou do tempo onde os campos tinham mais cascalho que terraplanagem. Sou do tempo em que muitas vezes o juiz era buscado no barranco para apitar o jogo. Muita coisa mudou, evidentemente, mas muita coisa continua como até hoje: o descaso do poder público com as categorias amadoras, o pouco apoio que é dado.

Trago, então, três sugestões para que os nobres deputados possam ver se seriam válidas. A primeira delas: desapropriar todas as áreas onde há campo de futebol. Desapropriar; torna-se de utilidade pública e, em seguida, faz-se a desapropriação dela.

Segundo, o grande momento do futebol de várzea, um pedido de quase todos os clubes – quando passei pela secretaria, foi o que mais pedi: o alambrado para os campos. Os alambrados dão garantia não apenas ao jogador e ao juiz, mas também ao próprio público.

E um sonho meu, que poderia perfeitamente transformar-se em realidade: um convênio DER, prefeituras e clubes da capital e do interior, principalmente do interior, para que quando estivessem abrindo estradas, em vez de propina para partidos políticos, as empreiteiras destinassem pelo menos um dia, um domingo para que as suas máquinas terraplanassem campos, sejam terrenos da prefeitura, sejam de clubes, daquelas cidades que ali se encontram. É uma coisa que me parece bastante simples e possível de ser feita; algo que, se eu fosse deputado, colocaria em prática e resolveria de uma forma ou de outra essa situação.

Terceiro, uma sugestão que queria fazer também à Federação Mineira de Futebol, que soma também com essas minhas ideias que são um pouquinho avançadas, às vezes, e retrógradas outras vezes. É para que os campeonatos do interior voltem para valer, usando os times de várzea. Fico imaginando na minha região, Barbacena, onde temos cinco clubes amadores: Olympic, Andaraí, Vila do Carmo, América e o Campolide. À época de jovem, também jogávamos: Santos Dumont, Juiz de Fora, Desterro do Melo, Alto Rio Doce, Ressaquinha e Carandaí. Eram torneios muito gostosos. Fico imaginando cada região de Minas participando. Dizia o ex-governador Francelino que Minas são cinco, tendo o seu campeonato, com aqueles clubes que, hoje, não existem mais: Ateneu, de Montes Claros, os daqui de perto, dos quais a gente se lembra com saudade, o Meridional, o Metalusina e o Favel de Lavras, clubes dos quais não se fala mais. Quem sabe, com o apoio da prefeitura e da Secretaria de Esportes, não se voltaria a fazer esse campeonato. Seria uma atividade para todo mundo, as rivalidades das cidades se fariam presentes, e quantos empregos seriam arrumados? Então deixo essas três sugestões.

Termino agradecendo a vocês, ao nosso querido procurador do Trabalho, Dr. Genderson. Já tivemos alguns pegos na tribuna, mas as ideias dele são sensacionais, há muita coisa boa na legislação, mas muita coisa precisa ser modificada. Meu professor, diria Voltaire: “Posso não concordar com nenhuma palavra que disser, mas defenderei até a morte o direito de você dizê-las.” Muito obrigado a vocês. O América vai jogar daqui a pouco. Hoje vou realizar um velho sonho e bater palmas por isso, viu, João Leite? Entrar na fila para comprar ingresso para o jogo do América. Muito obrigado.

O presidente – Muito obrigado, Dr. Afonso Celso Raso. Todo o sucesso ao América hoje. Todos os mineiros torcerão por ele.

Passo a palavra ao Dr. Sérgio Romanelli, para a sua exposição sobre “Estratégia de fortalecimento do futebol amador – organização de campeonatos, infraestrutura, recurso materiais e fomento”.

Palavras do Sr. Sérgio Romanelli

Boa tarde a todos. Boa tarde, Geraldo, boa tarde Anselmo. Mais uma vez presente nesta Casa, é um prazer imenso. Em nome da federação e em meu nome, quero dizer que é muito bom estar aqui. Estive aqui, no final de agosto, em uma audiência pública sobre os rumos do futebol amador, que até antecedeu este ciclo de debates. Sinceramente achei que se tratava apenas de uma daquelas reuniões em que se fala muito e se faz pouco.

Mas, para minha surpresa... E a pessoa responsável por essa grata surpresa foi o Diego Jardim, da Secretaria de Esportes, que está aqui. Dois dias após a nossa audiência pública, ele foi à federação e nos apresentou uma proposta incrível para firmarmos uma parceria, utilizando o nosso conhecimento de organização e técnica sobre o futebol e os objetivos do Estado, principalmente a função social que o futebol amador prega na sociedade, que é a mais importante de todas.

Algumas das pessoas presentes neste Plenário sabem que a federação passou e passa por uma mudança profunda e necessária. A gestão do nosso presidente Castellar, há pouco menos de um ano e meio, focou primeiramente na melhoria



estrutural. Nesse sentido, a partir do momento em que melhoramos internamente, agora podemos fazer com que a organização da parte externa dos campeonatos fique melhor. Como todos sabem, mudamos de sede, que estava jogada às traças. Para vocês terem uma ideia da situação em que se encontrava a nossa sede, um dia o teto do TJD caiu. Então mudamos para uma nova sede, moderna, a princípio menor, mas muito mais funcional que a antiga. Então, a partir do momento em que estamos arrumando a casa, que já está quase pronta, podemos nos concentrar na melhoria dos nossos campeonatos.

Neste ano de 2015, pelos motivos que acabei de citar, as melhorias no futebol amador foram singelas, porém pontuais. Estabelecemos representantes em todos os jogos amadores; mudamos os horários da tarde para a manhã, pois o horário da manhã é muito melhor para o clube e para a comunidade; implantamos o novo sistema de gestão – como o nobre professor falou, a gestão é imprescindível para o bom futebol; e estabelecemos a súmula eletrônica, inclusive, para o futebol amador, porque, até o ano passado – não sei se vocês se lembram –, a súmula do profissional era escaneada e feita à mão no futebol mineiro, o que era lamentável, uma vergonha. A partir deste ano, em média, 1 hora depois do jogo, as súmulas já estão na internet para a consulta de qualquer pessoa. Para grande felicidade do futebol amador, conseguimos fazer, pela primeira vez, a final do campeonato de Belo Horizonte na Arena Independência, o que foi uma vitória muito grande para esse povo, que sabemos é tão sofrido.

Apenas a título de informação, em 2015 a federação mineira, por meio do setor de futebol amador, organizou 10 campeonatos. O campeonato adulto tem 3 divisões, com 48 times em cada uma delas. Além disso, há 1 campeonato feminino, 2 campeonatos sub-20, que são os Júniores, 1 juvenil e 1 infantil. Só em campeonatos adulto, há 750 jogos, em média; em campeonatos de categoria de base, 450; e, em campeonato feminino, 55; fora os campeonatos que não são organizados pela federação, mas contam com apoio técnico dela, como a Copa Itatiaia e o Torneio Corujão. Somando tudo isso, são 1.500 jogos por ano, o que dá mais ou menos 30 jogos por semana, levando em conta que um ano tem 52 semanas. É uma coisa absurda, um trabalho extremamente cansativo, mas muito prazeroso.

A verba destinada este ano foi de quase R\$900.000,00, que ainda é pouco. Pelo que nos dispomos a fazer, esse valor vai dar, mas não com o zelo e a vontade que temos de fazê-lo. Mas, no ano que vem, junto com o Estado, estamos projetando um campeonato entre as cidades, como foi sugerido pelo nosso ex-presidente do América.

Para 2016, nos nossos conselhos técnicos, módulos I e II, que ocorreram na quinta e na sexta passadas, estabelecemos que todos os clubes amadores, mesmo sendo essa uma medida apolítica, para disputar o campeonato do próximo ano, devem regularizar toda a documentação junto à federação.

Por quê? Porque a bandeira da gestão é a responsabilidade, a transparência e a legalidade. Vários clubes estão com documentação atrasada e enfrentam muitos problemas por isso.

Em dezembro agora lançaremos a marca do futebol amador de Belo Horizonte. Venderemos essa marca. Não se pode vender algo que contém erros. Ao oferecermos nosso produto, vão querer saber sobre os participantes. Ninguém que vir que está tudo irregular vai querer comprar meu produto. Será difícil para os clubes, mas a federação oferecerá toda a ajuda possível. Faremos um 2016 muito melhor que 2015.

Nessas reuniões de que participo, vejo as pessoas muito presas ao passado. São muito saudosistas, mas, a partir desse momento de mudança, sendo que todos aqui têm objetivos em comum e uma vontade de mudança tremenda, sugiro esquecermos um pouco o passado. Temos de viver o presente e planejar muito bem o futuro para colhermos coisas boas. Muito obrigado, boa tarde a vocês.

O presidente – Obrigado, Sr. Sérgio Romanelli.

Esclarecimentos sobre os Debates

O presidente – Neste momento daremos início aos debates. Informo que as inscrições para questões orais e por escrito estão encerradas. Solicitamos àqueles que fizerem uso do microfone que se identifiquem e, mais ainda, sejam objetivos e



sucintos, ficando dispensadas as saudações pessoais. Cada participante disporá de até 2 minutos para fazer sua intervenção. Vou convidar primeiro os participantes que farão perguntas orais. Em seguida, passarei a palavra aos palestrantes, para as suas considerações finais.

Informamos que a publicação da ata deste ciclo de debates estará disponível na versão eletrônica do *Diário do Legislativo*, na edição do dia 28 de novembro, e poderá ser acessada pelo portal da Assembleia Legislativa: www.almg.gov.br.

Debates

O presidente – Primeiramente passo a palavra ao Sr. Sidney, da Secretaria Municipal de Esportes de Belo Horizonte. Para fazer uso da palavra, pode usar os microfones dali ou aqui da tribuna. Os microfones estão à sua disposição. Enquanto o Sidney chega, aproveito para agradecer especialmente ao Diego Jardim, da Secretaria de Esportes, à Elvira – não sei se ela já saiu – e ao Francisco. Eles participaram de todas as reuniões preparatórias para a realização deste ciclo de debates. Foram fundamentais para a realização de nossos trabalhos.

O Sr. Sidney Jairo Zabeu – Boa tarde a todos. Na pessoa do deputado Anselmo, cumprimento todos os componentes da Mesa. Ao deputado João Leite, nosso reconhecimento pelo belo trabalho que vem fazendo durante vários anos como parlamentar nesta Casa, sempre lutando em prol de um esporte melhor.

Desde a parte da manhã estou aqui, desde a primeira palestra. Fiquei até o final, logicamente por questão de interesse e de educação e para, ao final, fazer alguns comentários e relatar alguns fatos que vêm acontecendo em nosso esporte. Minha formação é em educação física. Sou pós-graduado em gestão esportiva, *marketing* do direito esportivo pela Fifa e pela Fundação Getúlio Vargas. Hoje ocupo o cargo de gerente de Esporte de Rendimento da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer. Trabalhei minha vida quase toda, durante 25 anos, com futebol profissional, aqui e fora do País.

O que quero dizer é algo que considero importante. Esta é uma reunião de trabalho e é dessa forma que construiremos alguma coisa nova, principalmente para o desenvolvimento da política do nosso esporte em nossa cidade, em nosso estado e em nosso país. Hoje pela manhã falamos muito sobre futebol. Lógico que o futebol é efetivamente o patrimônio cultural do Brasil e a modalidade esportiva mais praticada no mundo.

Sendo assim, devido a sua importância para o povo brasileiro, está inserido, inclusive, na estrutura organizacional no Ministério do Esporte. Hoje, na estrutura organizacional, existe uma aposentadoria, salvo engano, que trata dos interesses do futebol. Então o futebol tem de ser encarado e entendido de uma forma muito específica dentro do nosso país em termos de política.

Faço uma provocação e pergunto: como efetivamente o Ministério do Esporte vem contribuindo para que o futebol brasileiro possa avançar no planejamento e na execução de suas políticas? Essa é uma questão que precisamos debater. O atleta de futebol não nasce feito, assim como atletas de outras modalidades. Para obtermos resultados satisfatórios, temos de ter planejamentos bem elaborados, e, no meu modo de entender, quando falo em planejar, falo em pensar antes. Você pensa antes para poder planejar, então a questão da gestão é de suma importância. O que passamos hoje em nosso país é uma questão de transição.

Costumo dizer que o Brasil é uma árvore frutífera, e sempre que balançarmos a árvore cairá potencial. Resta saber para qual direção, para que tipo de esporte e para que tipo de ação. É para cultura, para o esporte e para a arte? Dentro dessa questão, a gestão é de suma importância, e falo da gestão da política do esporte. No dia em que o esporte for considerado efetivamente uma política de estado, vamos avançar, e, enquanto isso não acontecer, sinto muito, mas vamos ficar aqui debatendo, debatendo e debatendo. E o tempo vai passando, porque vamos passando. Hoje estou com quase sessenta anos e gostaria de ainda poder ver este país, pelo potencial que tem e por sua dimensão, com 250 milhões de habitantes e 8.500.000km², avançar nessas questões da política do esporte.



Não vou tomar muito tempo dos senhores, porque já estão cansados. É apenas uma questão de reflexão. Temos de avançar muito nessa política de esporte em relação às manifestações esportivas, tais como do esporte educacional, do esporte participativo, mais considerado como lazer, ou do esporte de rendimento.

Nunca teremos um esporte de rendimento de qualidade e com sucesso se não fortalecermos a base do esporte educacional; e a base do esporte educacional vem diretamente de dentro das escolas do nosso país. Então precisamos ter políticas públicas eficazes dentro das escolas, com o esporte educacional, com profissionais de qualidade, principalmente no que diz respeito ao esporte educacional, embora sirva para outras manifestações também do esporte, seja de rendimento ou até o próprio lazer; é preciso que os profissionais sejam efetivamente educadores e saibam qual é o papel de cada um dentro desse processo.

O que não podemos é tratar o esporte educacional como um esporte de rendimento, tratar o esporte de rendimento como se fosse educacional, tratar o lazer como se fosse uma mescla. Enfim, está na hora de equacionar isso e organizar de uma vez por todas, para que possamos ter sucesso nas nossas políticas. Dentro do esporte educacional, há uma metodologia didática pedagógica pautada na capacidade de oportunizar às crianças e aos adolescentes o conhecimento das mais variadas modalidades de esporte possíveis nesse processo, sob os pilares da brincadeira, do jogo e do treino. É aquilo que o Prof. Júlio Garganta falou: é saber dar oportunidade, através da brincadeira; depois, dos jogos; e, enfim, depois dos treinamentos de forma natural e dentro da capacidade cognitiva e psicomotora de cada participante.

Vivenciar novas experiências esportivas. Esse é o maior propósito do esporte educacional. O desenvolvimento do esporte educacional bem planejado é de suma importância no cenário nacional e vai servir de base para a identificação de potencial esportivo, nesse caso do futebol, para a formação do esporte de rendimento.

Para tanto, a gestão qualificada esportiva é fundamental e decisiva para o sucesso, respeitando o processo do ensino, da aprendizagem e do treinamento.

Quando falamos de esporte de rendimento, não podemos tratá-lo apenas com vontade de ser campeão, mas de se preparar para ser campeão. Há uma diferença muito grande em querer ser campeão e se preparar para tal. Trabalhei na *Major League Soccer – MLS*, nos Estados Unidos, durante muitos anos e sempre ouvia o seguinte: “*Champions are made, not born*”, ou seja, campeões são feitos, não nascem campeões. Dificilmente teremos sucesso no esporte de rendimento se não planejarmos e executarmos uma política voltada para o esporte educacional de qualidade, com políticas eficazes. Já não basta ter apenas jogadores habilidosos para retornar ao topo do *ranking* do futebol mundial, como nos tempos antigos. É necessária uma gestão de política nacional, estadual e municipal voltada para o esporte eficaz, além de uma gestão esportiva qualificada nas entidades esportivas, sejam elas profissionais ou não. Aí incluo o futebol amador, que também precisa se organizar, por mais que não seja profissional. A base de tudo é a origem do nosso querido futebol. Essa foi uma reflexão.

Gostaria de voltar a um assunto que merece ser detalhado. O Bom Senso Futebol Clube já está fazendo isso. Aliás, no TCC do curso que fiz pela Fifa tratei exatamente do calendário do futebol brasileiro, que precisa ser reformulado. Chamo a atenção para dois motivos principais. Como professor de educação física e preparador físico que fui durante muito tempo, percebi dois momentos importantes: o período pré-competição e o período pós-competição. É inadmissível que um atleta de futebol não tenha pelo menos 30 dias para se recuperar de um momento de transição, assim como não tenha um período necessário e aceitável para fazer a sua preparação física, técnica, tática e psicológica. Não podemos tratar o futebol simplesmente na prática pela prática. Isso acabou, isso é empirismo. Lembro-me muito bem que há 10 anos Paul Breitner, que foi da seleção alemã, disse num programa de televisão: “A federação alemã está mudando toda a sua concepção em relação ao futebol. E digo mais. Daqui a 10 anos, mais especificamente em 2014, se Deus quiser, seremos campeões do mundo”. E isso aconteceu. Isso é planejamento, é qualidade de gestão. Já passou da hora de o futebol brasileiro tomar um puxão de orelha, trabalhar com seriedade e, acima de tudo, entender que é um patrimônio cultural deste país.

Temos de nos preocupar com a saúde e a capacidade de produção satisfatória dos jogadores de futebol. São eles que fazem o espetáculo, são eles que estão lá, são eles que sofrem pressão, são eles que se preparam durante o ano inteiro para www.almgov.br Página 93 de 181



mostrar seu potencial. É isso o que o público quer ver. Ele quer ir aos estádios para ver um espetáculo, ver um Neymar, um Zico, um Messi, enfim, vários jogadores de qualidade mostrando o seu potencial. Afinal de contas, Copa do Mundo e Olimpíadas são, para os competidores, esporte; para quem assiste ao espetáculo, lazer. Então, há de se pensar também nos espetáculos.

O atleta é o maior patrimônio do clube e sofre uma pressão psicológica altíssima. Faz-se necessário respeitar o período de recuperação e preparação desses jogadores. A remoção da fadiga do sistema nervoso central, principal objetivo do período de transição, segundo Hahn, 1997, que diz que há necessidade de, pelo menos, três a quatro semanas para que se recupere dessa fadiga, porque é muita pressão. Não é só a capacidade física, orgânica e musculoesquelética do jogador, mas principalmente a psicológica. Há necessidade de se respeitar isso.

Portanto a tomada de decisão é de extrema importância por parte dos gestores da maior entidade do futebol brasileiro na elaboração de um calendário que não prejudique o desenvolvimento dos clubes, a saúde dos atletas, o planejamento dos objetivos e a estratégia geral. Muito obrigado, Srs. Deputados. É só uma reflexão que gostaria de deixar para todos.

O presidente – Muito obrigado, Sidney, aqui representando a Secretaria Municipal de Esportes de Belo Horizonte. Passaremos às inscrições. Podem fazer uso dos microfones e terão até 2 minutos cada para as intervenções; depois, passaremos para a Mesa. Se na intervenção o palestrante não estiver presente, especialmente porque alguns saíram em função do jogo do América agora às 19 horas, as perguntas serão encaminhadas a eles, como Afonso Celso Raso, Márcio Rezende de Freitas e outros que aqui estiveram e que têm outros compromissos.

Primeiramente, Cássio Rocha, do Coletivo Futebol, Mídia e Democracia. Gostaríamos que cada um se limitasse aos 2 minutos, para caminharmos para o encerramento.

O Sr. Cássio Rocha – Primeiramente, boa noite a todos. Meu nome é Cássio, represento o Coletivo Futebol, Mídia e Democracia, sou torcedor cruzeirense e do Movimento Resistência Azul Popular. A princípio, gostaria de mostrar indignação por debatermos sobre futebol e não falarmos do principal alvo dele: o torcedor. Hoje vivemos uma realidade, uma conjuntura em que a maioria dos torcedores está afastada das grandes arenas, uma realidade que se manifesta em função dos preços abusivos dos ingressos, pelo péssimo transporte público da nossa cidade. Se estamos num debate cujo tema é “Muda futebol brasileiro”, temos de pegar isso como ponto de partida.

Vi aqui inúmeros exemplos de ligas europeias, como Alemanha e Inglaterra. Esta última podemos pegar de exemplo. Não sei se vocês chegaram a ver, mas, há pouco tempo, todos os torcedores fizeram uma manifestação em conjunto contra o preço abusivo dos ingressos. Hoje esses torcedores, infelizmente, estão expulsos de suas arenas, de suas segundas casas e estão assistindo aos jogos nos bares. Estão sendo impedidos de assistir aos jogos nos estádios em função dos altos preços dos ingressos. Gosto de pegar o exemplo da Alemanha porque lá 20% dos ingressos são para setores populares. Temos como exemplo a torcida do Borussia, que tem uma média de público fantástica. A lotação do estádio é de 80.400, e eles colocam no mínimo 80 mil por jogo e, desse total, 20% são destinados a setores populares do estádio.

Para concluir, acho que o espaço do debate deveria ser mais valorizado. Temos de respeitar os 2 minutos de fala, mas é muito pouco. Tínhamos uma assembleia cheia, mas, como os debates ficaram para o final, já é noite, temos uma reunião esvaziada. Então, ficam aqui as minhas considerações, a minha indignação. Que no terceiro ciclo de debates peguemos como ponto de partida o principal alvo do futebol brasileiro, que é a paixão, o torcedor.

O presidente – Obrigado, Cássio. Serão anotados os seus questionamentos. Quero dizer-lhe que a Comissão de Esportes vai encaminhar essa questão do torcedor, talvez a tratemos até antes de um ciclo de debates. Com a palavra, o Sr. Carlos Eduardo de Almeida, do Projeto Vila Feliz.

O Sr. Carlos Eduardo de Almeida – Boa tarde. Primeiramente gostaria de parabenizar os deputados Geraldo Pimenta, Anselmo José Domingos e João Leite, que está aqui atrás, que são os únicos que ficaram até o final. Os outros vieram aqui, falaram bonito, disseram o que tinham de falar e foram embora, então não têm compromisso com nada aqui.



Se foram embora é porque não estão interessados na realidade do que acontece no futebol de várzea. Sou líder da Comunidade Vila Marimbondo, em Contagem. Ajudo cinco times de futebol de lá com muita luta. Alguns vieram, falaram muito bonito, mas não estão preocupados com o que está acontecendo na vila, nas favelas. Moro em uma comunidade que tem 12 mil moradores, e é uma vergonha não haver um campo de futebol lá dentro.

Podíamos usar o campo Santa Cruz, que fica no entorno, mas agora houve melhoria e colocação de grama sintética, e isso expulsou a favela de dentro desse campo. Para jogar lá dentro atualmente é preciso pagar uma taxa de R\$400,00 a R\$800,00. Nós que temos cinco times de futebol e lidamos com meninos carentes de favela não temos condições nenhuma de manter um projeto e dar um futuro a eles. Tentar, a gente tenta, mas dificilmente vamos conseguir tirar esses meninos do envolvimento ilícito, paralelo à comunidade, que tem o lado bom e o ruim. Essa é a pura verdade. E não é assim somente na comunidade. Hoje há um lado negativo em tudo. Nós que estamos voltados com amor e com paixão pelo bem da melhoria nessas comunidades teríamos de ter apoio público atuante, mas não é o que está acontecendo. É uma vergonha uma favela com 12 mil moradores não ter um campo de futebol.

Sou cruzeirense. Estão falando que é um time do povo. Sim, é um time do povo que agora tem um ingresso mais acessível, mas até há poucos dias estava impossível ir ao campo. A gente que vai ao campo, gosta de levar o filho, de levar a filha para dar exemplo. O futebol é exemplo. O futebol tem de ser taxado como exemplo, mas hoje em dia não tem como levar um menino para ver futebol, pois quando chegamos lá o ingresso custa R\$50,00, R\$100,00, R\$150,00. Como levar um menino para beira do campo hoje?

Portanto, o que nos resta? A várzea, que também está defasada. A várzea não tem carinho do poder público, não tem nada. Ela tem só jogos de interesse. Em ano eleitoral, prometem, prometem, mas depois que assumem a cadeira se esquecem. Quando cheguei aqui hoje estava cheio de gente. Fiquei aqui até agora esperando que todos também ficassem, pois estavam preocupados com o bem-estar do futebol. Na verdade, o futebol moderno não existe. Existe um futebol de retrocesso, pois não se consegue levar família ao campo, não se consegue convidar um amigo, não se consegue levar uma criança carente, pois não tem como pagar o ingresso nesse preço. O futebol moderno é uma negação, é uma mentira. É só isso. Muito obrigado.

O presidente – Muito obrigado, Carlos Eduardo. Com a palavra, Wellington Wadson Lins, do Betim Futebol Clube.

O Sr. Wellington Wadson Lins – Boa noite a todos. Isso aqui se chama autovalorização do dinheiro público. Este ciclo de debates sai do nosso bolso. O mais importante de tudo é enriquecer e fortalecer o esporte em geral. Trabalhamos por meio de políticas públicas.

Deputado João Leite, o senhor falou dos 13 campos do Bairro São Gabriel que acabaram. Esses campos acabaram há anos. Agora há um projeto da prefeitura – não vou falar de política, vou falar de projetos que existem – para construção de cinco campos na Via 240, onde existiam os 13 campos do Bairro São Gabriel. A mãe da esposa do ilustre deputado mora no Bairro Tupi. Esse projeto está na Regional Norte para ser executado. Com ele seriam construídos cinco campos de futebol. Deputado João, esse é um detalhe.

Há pessoas falando sobre time de várzea. Muitos aqui conhecem a expressão: “Quando você mexe com futebol amador, você perde a mulher”. A primeira coisa que se perde é a mulher. Quem mexe com futebol amador sabe disso. A mulher começa a ficar chateada porque você está no campo. Você perde sua esposa. Daí você perde sua família. Quantas pessoas de outros países vêm aqui dar palestra? Não sei de lá. Eu conheço a realidade do Brasil em relação aos times de várzea.

O nobre procurador do trabalho muitas vezes fala palavras sábias e até bonitas, mas, na realidade, elas não funcionam, porque, o mundo das drogas recruta um menino de 9 anos que poderia estar lá recebendo até um salário para tratar da família. É a forma como esse dinheiro chega, a forma como esse dinheiro é executado que seria o diferencial, não é a situação de 13 ou 14 anos. Uma coisa é o papel, a outra, a realidade. Não podemos jogar fora um mecanismo que temos para usar puramente



por burocracia e por questões técnicas. Não estou fora das questões técnicas, mas existe, procurador, uma realidade, a realidade que se vive nas favelas. O grau de dificuldade é esse.

Os treinadores dos times de futebol falaram muito bonito, que o treinador precisa ser preparador físico. Aí se começa um conflito entre o preparador físico e o treinador, que são coisas diferentes. Até a senhora expressou muito bem sobre essa preocupação dela. O treinador tem de ser professor de educação física. É terrível, são coisas diferentes. No início, o atleta trabalha com treinador alcoólatra, drogado, muitas vezes não grato à sociedade, porque às vezes são pessoas que têm ficha na polícia como bandidos. São pessoas que têm essa formação. Agora vem um discurso aqui em que as pessoas ficam preocupadas com que o treinador tem de ser professor de educação física. Temos de preocupar na essência, na realidade. O atleta se forma lá, com esse tipo de pessoa que não tem formação nenhuma. Para mudarmos uma realidade, teríamos de mudar no alicerce, na base. Não temos de entrar com um discurso que não é a realidade. Você vai trabalhar depois que as pessoas vão para lá, depois que já foi instruído por uma pessoa que não é grata à sociedade? Isso é um dos fatores.

Vimos para um debate. Temos 2 minutos para falar, mas deixamos de escutar o Cláudio Henrique Batista, presidente do Santa Cruz, que teria 20 minutos para sua exposição. Ele seria um palestrante. Se eu estiver enganado, vocês podem me corrigir.

Outra coisa: foi criada uma lei em Belo Horizonte, pelos nossos ilustríssimos vereadores, dizendo que não poderiam mais acabar com os campos de várzea. Acabaram com vários, estão até acabando por uma lei que foi criada pelos nossos vereadores de Belo Horizonte. Eles passam por cima de lei. Não temos tempo para falar da realidade. O Afonso Celso Raso falou sobre criar uma lei que já existe dentro do município de Belo Horizonte. Não se pode acabar com os campos de várzea, mas eles estão passando por cima de tudo e acabando. Especulações imobiliárias. Eles fazem as coisas da forma que querem. Isso é um absurdo.

Tenho conhecimento de causa e falo com autoridade porque sei o que estou falando. Vim a este ciclo de debates para contribuir com o esporte, que, desde os 12 anos de idade, é minha vida. Fui atleta profissional, treinador de futebol, torcedor e hoje sou presidente de um clube de futebol profissional. Vemos várias pessoas aqui e, na hora do essencial, que é para se evoluir e criar uma demanda, para haver um seminário, não temos ninguém aqui para discutir. Ficamos aqui o dia inteiro!

Mas acredito numa coisa, senhores: somos agregadores de valores, somos multiplicadores, daqui podem sair um, sair dois, mas somos multiplicadores. Creio nisso, porque sou brasileiro. Não desisto jamais.

O presidente – Muito obrigado, Wellington.

O Claudinho, do Santa Cruz, foi convidado a participar. Ele foi chamado a tomar assento à Mesa, mas não subiu. Não sei se ele esteve aqui mais cedo. Com a palavra, Álbano Silveira, do Independente Futebol Clube de Capelinha.

O Sr. Álbano Silveira – Boa noite. Gostaria de parabenizar a Comissão de Esportes pela realização do ciclo de debates. Com a provocação do João Leite, desafio a Assembleia Legislativa e a comissão para que, no Vale do Jequitinhonha, seja realizado um ciclo de debates. Se vocês não forem lá, vamos realizar assim mesmo e chamá-los para debater conosco. João Leite, V. Exa. está convidado.

Gostaria de fazer uma pergunta ao Prof. Júlio Garganta, que não está presente, mas o Genderson e o Prof. Próspero poderão responder. Achei fundamentais os conceitos em que foi abordada a questão do talento. Ele colocou a questão do futebol como desenvolvimento do talento, e não como descoberta, colocando como central a busca do desenvolvimento, não sendo o talento uma questão biológica. Com isso criar oportunidades, favorecer uma cultura de excelência, criar ambientes estimulantes e o contexto qualificante, expressão que considero interessante. Porém, pergunto quem cria as condições necessárias para a prática do futebol. O Estado, o mercado, a sociedade? Quem cria condições propícias para desenvolver os talentos, pelo que se vê no Brasil e no Vale do Jequitinhonha, são os boleiros, pessoas apaixonadas pelo futebol. Cito alguns clubes que se organizam na nossa região, como o Independente e o Cometa, em Capelinha; Cerrado, de Turmalina; Nova Pátria, de Angelândia; Atalanta, de Itamarandiba, Juventus, de Novo Cruzeiro; Mangabeiras, de Minas Novas; Megablack, de



Berilo; Itaobim, Padre Paraíso, Pedra Azul, Almenara, Jequitinhonha, Salinas, todos têm algum tipo de trabalho de formação no futebol, inclusive do cidadão, não só de atletas.

Mas não seria o Estado o responsável em estabelecer uma política pública de incentivo ao esporte, ao futebol? Os poucos incentivos existentes priorizam os grandes clubes, e muitos foram citados de manhã pelo representante da Federação Brasileira de Futebol, os quais não têm formação de base. Esses clubes e times que citei são organizações da sociedade, que têm um trabalho de formação de base, sem nenhum tipo de auxílio. Esses times de primeira divisão que não têm formação de base têm auxílio do Estado, da federação mineira, patrocínio de estatais, como Cemig, Copasa e outras. Acredito que ambiente favorável seria, além de estruturas em torno de escolas, o apoio financeiro e logístico às associações desportivas, como as que citei, e muitas espalhadas pelo Estado de Minas Gerais. Os senhores concordam? Obrigado.

O presidente – Obrigado. Com a palavra, o Sr. Roseni Antônio de Jesus, da Associação Desportiva Dom Bosco.

O Sr. Roseni Antônio de Jesus – Boa noite a todos. Já virou noite. Eu me sinto frustrado participando deste evento, porque vim para um debate, esperamos o debate, a exposição de ideias e, por meio delas, poder chegar à solução. Mas o que tivemos foi muita palestra que não contribuiu em nada para o esporte amador, que represento. De esporte amador não se falou hoje. Quando cheguei, estava focado esperando soluções para o esporte amador, que até agora não vi. Somente aquele senhor do América, no final, falou alguma coisa sobre esporte amador, mas a grande maioria não falou. Quando se diz que em Portugal há escolas, universidades, trabalhando para a formação de técnicos, e quando vemos o esporte amador, que é feito basicamente de pessoas que abrem mão da sua vida, da sua família, do seu trabalho para criar aquilo para o qual se nasce com o dom... Porque é um dom.

Quem permanece no futebol amador tem um dom. Aliás, não sei ainda se é um dom que recebeu de Deus, para contribuir com a sociedade, ou uma sina, para pagar os pecados. Mas não é fácil, e a maioria é despreparada. Temos agora a lei de utilidade pública federal que permite a remuneração de dirigentes, mas a estadual ainda não permite isso. Então, cabe aos nobres deputados estaduais analisarem isso e, depois, passar a questão aos vereadores. A partir do momento que conseguirmos remunerar os clubes amadores, vamos começar a melhorar sua estrutura, porque assim a pessoa poderá abrir mão de seu trabalho e se dedicar um pouco mais. Hoje, o cara não se dedica. Como pode fazer isso? Eu, por exemplo, perdi meu dia de trabalho para estar aqui, tive de abrir mão do meu trabalho para vir aqui. Mas, se isso for remunerado, a pessoa poderá dedicar-se e, a partir desse momento, teremos uma estrutura melhor.

O senhor perguntou qual é a solução. Ora, hoje não temos escolas com estrutura; não temos como crescer, não temos onde colocar mais campos e quadras. Então, no meu ponto de vista, a solução está nos campos amadores, onde antigamente os clubes buscavam jogadores. Se hoje investem de R\$10.000.000,00 a R\$30.000.000,00 em uma categoria de base para atender 300 pessoas, por que não investem R\$100.000,00 em um clube amador, que vai atender 500 crianças? Nessa linha, se pegarmos R\$2.000.000,00, R\$3.000.000,00, R\$4.000.000,00, teremos 20 ou 30 clubes com estrutura: basta colocarmos ali uma pessoa capacitada, um preparador físico, um técnico capacitado e alguém para ajudar na administração. Mas ainda não temos isso. Então, acho que precisamos investir no esporte amador. Os campos estão todos sucateados, sem estrutura. Aliás, os clubes não têm estrutura alguma. O futebol amador só é visto pelo poder público na época de eleição: uma grande parte dos candidatos vai lá, cativa as pessoas, pega essas pessoas que não estão preparadas e dão um dinheirinho pelo seu apoio, mas, assim que a eleição acaba, a situação ali permanece a mesma.

Para finalizar, pois já extrapolei bastante o tempo, quero dizer qual é a missão da minha instituição: fomentar o convívio e o fortalecimento de vínculos familiares através de atividades esportivas, culturais, de lazer e sociais, com o objetivo de formar cidadãos capazes de superar sua situação de vulnerabilidade social. Lembro que hoje a grande maioria dos clubes de futebol amador estão inseridos em comunidades com grande vulnerabilidade social. A partir do momento em que tivermos uma visão diferente e começarmos a trabalhar, isso vamos mudar o País, mudar a situação de violência no País e construir um país melhor para todos.



O presidente – Obrigado, Roseni. Vamos passar a palavra aos palestrantes, para que façam suas considerações finais e respondam às indagações que lhes foram dirigidas, começando com o Dr. Genderson Silveira Lisboa.

O Sr. Genderson Silveira Lisboa – Pois não, deputado. Vou tentar abordar rapidamente o que foi levantado nas perguntas. Primeiro, recebi uma pergunta escrita do Sr. Francisco Ferreira, da Ceperf: “O senhor não acha que há também a contrapartida dos clubes bem-estruturados que oferecem aos atletas de base condições de nutrição, assistência médica e odontológica melhores do que as que têm em suas casas?”. Esta pergunta tem a ver com muita coisa que se falou aqui sobre as comunidades de base e as favelas, onde percebemos uma total ausência de política pública educacional e desportiva. A fala do representante da secretaria municipal foi muito interessante no tocante à cobrança ao Ministério do Esporte de uma política pública de esporte no País, mas também ao Ministério da Educação. Estamos em uma época de unificação de ministérios, e talvez voltar a unificar os Ministérios da Educação e do Esporte fosse uma solução, porque as coisas são desassociadas. O que vemos é que o Ministério da Educação, via de regra, não investe muito no desporto porque existe o Ministério do Esporte para cuidar disso. Mas o nosso Ministério do Esporte, principalmente em época de Copa do Mundo e de Olimpíadas, está focado única e exclusivamente no desporto de rendimento. Então, como disse o professor, não temos uma política pública voltada para o desporto educacional, muito menos uma concatenação de políticas públicas de desporto educacional com o desporto de rendimento. É essa a solução. A realidade da comunidade carente tem de ser mudada. A realidade de um local que hoje não tem uma escola com espaço público para a prática desportiva tem de ser mudada.

Essa é a proposta. A proposta do professor é a minha: criação de política pública. E nós estamos numa Assembleia Legislativa. É aqui que se produz as leis; é aqui que se produz políticas públicas. Então, é oportuno trazer isso, e não conformar com uma realidade, uma realidade de violência, de lesão de direitos.

Retomando a primeira pergunta feita a mim, eu lembrei da música do Titãs: “a gente não quer só comida”. Essa música é muito significativa, foi criada e composta num momento em que nosso país passava por uma transformação, quando o cidadão brasileiro passou a enxergar que ele tem dignidade e que essa dignidade tem de ser respeitada. Com todo o respeito, eu não vou permitir que se viole o único direito de uma criança ou adolescente a troco de um prato de comida e atendimento médico. Direito fundamental é para ser respeitado. Na casa dele, não tem em essa alimentação? Eu não sei. Há muito esse discurso de que as crianças e adolescentes que estão no mundo do futebol são oriundas de comunidade carente. Se não estivessem lá, estariam roubando? Estariam no crime? Não sei. Não existe esse estudo sociológico. Clube nenhum faz isso. O critério de seleção não é ser pobre ou não ser pobre. O critério de seleção é: você tem potencial para se tornar um atleta de futebol? Se tem, vai ser selecionado. Do contrário, o Kaká não seria atleta de futebol, porque ele não é de origem humilde.

Então, primeiro, essa afirmação de que os atletas que estão nas categorias de base são oriundos de camadas mais pobres teria de ter respaldo científico, mas eu nunca vi respaldo científico nessa afirmação. Mesmo se for, a gente precisa mudar, então, essa realidade social. Não podemos permitir que se viole um direito fundamental de uma criança ou adolescente, por exemplo, da convivência familiar, a fim de colocá-lo dentro de um clube para treinar e, talvez, realizar o sonho que 1, em cada 3 mil, segundo dados da Universidade do Futebol, consegue realizar.

Termino basicamente abordando essas questões e lamentando não poder contribuir no debate no desporto amador. A minha fala, a minha proposta, foi voltada, única e exclusivamente, para a categoria de base de futebol. Então, lamento, realmente, não poder contribuir muito com a questão do futebol amador.

O presidente – Muito obrigado, Dr. Genderson. Com a palavra, o Prof. Próspero Paoli.

O Sr. Próspero Paoli – Em todo e qualquer evento que organizamos, é assim mesmo, com certeza a comissão vai rever e apontar os pontos positivos e negativos que apareceram aqui. Realmente são muitos assuntos, e cada um deles interessa a um determinado segmento. Com certeza, houve aqui hoje pessoas interessadas em discutir arbitragem, pessoas interessadas em discutir futebol de base e outras interessadas em discutir negócios, *marketing* no futebol, e outras que vieram simplesmente para ouvir o Garganta, a Profa. Mesquita. Quer dizer, cada segmento com seu interesse, e são muitos os assuntos. Tenho certeza de que a essência, a natureza, não morre aqui, não vai acabar aqui hoje. Teremos outros ciclos. Assim, eu fiz a



proposta ao presidente da Casa, ao presidente da comissão de desporto, ao deputado João Leite, para que realmente a Assembleia possa abrir esse canal e possamos perceber que temos muitos assuntos a serem debatidos, discutidos e refletidos no futebol. É muita coisa para se refletir.

Agora, não tenham dúvida de uma coisa: “ah, porque eu não vi nada aqui do esporte amador”. Muitas coisas faladas aqui têm, sim, relação com o esporte amador. Nós falamos muito aqui, hoje, de várias questões, em termos do trabalho com as crianças, da preocupação com a questão educacional. Porque, mesmo que seja esporte amador lá, como foi falado aqui, de que há trabalhos com crianças em situação de risco social e pessoal, isso envolve aspectos que também se referem, por exemplo, ao trabalho com categoria de base. Então, é uma questão de você transferir, de fazer transferência para o seu contexto, para a sua realidade.

Em relação à política pública, estamos numa casa que é a casa das leis, a Casa Legislativa. O professor foi feliz na sua fala, mas a gente não pode fragmentar: aqui é esporte de participação, aqui é de lazer, aqui é esporte de rendimento.

Na verdade, se você tem um esporte de participação, um esporte educacional bem-feito, isso evidentemente vai gerar benefícios para o esporte de rendimento, por exemplo. A minha defesa é muito clara. Acredito – questão do Prof. Francisco para o Dr. Genderson – que realmente os clubes fazem o papel do Estado, os clubes fazem o papel da família porque dão assistência odontológica, médica, psicológica, têm assistente social, têm pedagogo, têm escola, têm comida de qualidade, tem um horizonte para uma criança. Eles cumprem o papel do Estado e da família, mas, também concordo, porque há situações, o Dr. Genderson com certeza teria casos para nos relatar aqui de situações de garotos morando debaixo de arquibancada, o café da manhã um pão molhado no café frio, não têm almoço, uma refeição condizente quando se fala em processo de formação. Ficamos analisando muito os grandes clubes e só falando de uma realidade que muitas vezes não é deste país, que é continental. Talvez estejamos discutindo aqui na Região Sudeste, na Região Sul, parte do Nordeste, mas e o Norte, por exemplo, como é o futebol lá?

Por isso o Dr. Genderson tem razão nessa questão do Ministério do Esporte. Temos uma Secretaria Nacional de Futebol que até aqui tem cuidado exclusivamente de estatuto de torcedor, se pode ou não vender cerveja, essa questão de Olimpíada, de Copa do Mundo... A Secretaria Nacional de Futebol cuidou disso. Em que momento o Ministério do Esporte chamou, convidou os atores para discutir futebol? Como você bem disse, professor, a questão... Existe uma secretaria só para tratar de futebol no Ministério do Esporte, e ela não faz o papel dela, que deveria ser exatamente estimular, isso que nós fizemos, o que a Assembleia Legislativa de Minas Gerais está fazendo aqui é pioneiro no Brasil, essa discussão que está acontecendo na Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Minas está discutindo futebol, está tentando refletir.

Agora, repito: são muitos temas. Pena que, realmente, eu senti falta aqui, na hora em que estamos discutindo formação da comunidade acadêmica, que teve de se retirar, não porque quis se retirar. Temos um evento agora que já está até acontecendo, infelizmente eles não poderiam esperar. Então, é isso mesmo.

Espero que a Assembleia realize outros eventos. Quero agradecer muito, coloco meu nome à disposição não para palestrar, mas para estar presente, para contribuir, para ajudar, porque vejo que precisamos fazer isso. E aproximar, as universidades ficaram muito tempo... Especificamente em relação ao futebol, criamos um muro entre a prática cotidiana e as universidades. Hoje, graças a Deus, criamos pontes e as universidades estão muito próximas do futebol. Isso é importante para aliar ciência com futebol. Não podemos jamais negar a ciência. Não negue a ciência. (– Ri.)

O presidente – Muito obrigado, Prof. Próspero. Com a palavra, para as suas considerações finais, o deputado João Leite.

O deputado João Leite – Obrigado, presidente. Quero parabenizá-lo, V. Exa. se interessou, junto com o deputado Geraldo Pimenta, desde o início, para a realização deste ciclo de debates. É importante esclarecer a todos que nenhum dos deputados se envolveu com as ideias de como seria o formato, nem a nossa consultoria. Apenas dirigimos, convidamos todos. Quem montou toda essa estrutura foram os participantes mesmos. Desde o início tivemos a presença de vários deles, fizeram



parte de uma comissão que tratou disso. Sabem o que acontece muitas vezes com essa comissão? Alguém chega e fala assim – e sou um deles, a gente tem de ter o futebol amador. E chega um e fala: “E a arbitragem? Tem de haver arbitragem, arbitragem é importante demais”. Aí, entra a arbitragem. “Ah, mas vai haver o encontro. O Dr. Júlio Garganta vai estar em Belo Horizonte”. Aí tem de chamar a universidade de Viçosa, o Prof. Próspero tem de vir. Aí aparece alguém que diz que o Prof. Próspero tem de vir. E aí acontece o que vimos aqui hoje. O Prof. Francisco ainda falou assim: “Vamos mudar de ciclo de debates para ciclo de palestras”.

Na verdade não sobrou tempo para o debate. Então, eu queria isentar aqui o deputado Anselmo José Domingos, o deputado Geraldo Pimenta e a nossa consultoria. Não temos culpa de nada, vocês montaram isso. Foram seis reuniões preparatórias, e algumas pessoas participaram desde o início. Essa criança que nasceu não é nossa, não é da Assembleia. Essa criança é da comissão que montou isso. Sugiro que, no próximo encontro, venhamos firmes para não deixarmos essa comissão incluir um monte de coisas.

Por fim, queria fazer só uma reflexão. Depois de sair de uma vila de Belo Horizonte, a Vila Oeste, e me tornar um jogador da Seleção Brasileira, gostaria de insistir em dizer que futebol não é trabalho, é educação. Quem passa pelos ensinamentos de um Telê Santana; pela direção de um Pedro Pires de Toledo, professor da Unicamp; por uma estrutura de um time de futebol profissional, não está passando por trabalho. É educação pura.

Tive a alegria de ter assumido a Secretaria de Desenvolvimento Social e Esporte em 2003, quando tínhamos 58 cidades de Minas Gerais nos jogos escolares. Fechamos o ano retrasado com 763. Tenho certeza de que esporte, futebol, é educação, não é trabalho. É a coisa mais prazerosa que existe. Coloque uma escola com um campinho de futebol, uma outra sem campo de futebol e pergunte qual delas as crianças irão escolher.

Entendo perfeitamente a luta do procurador, ela está correta. O procurador tem de defender as nossas crianças e os nossos adolescentes. Lembro-me da minha mãe lá na Vila Oeste, quando nos dava banho na bacia. Ela dizia que tinha de ter cuidado para não jogar a água do banho com a criança junto, porque usava aquela água da bacia para apagar a poeira do quintal lá de casa. Aquela água era importante, mas a gente não pode jogar a criança junto com essa água. Por isso o processo tem de ser acompanhado.

Na verdade, não podemos tomar isso dessa criança, não podemos tomar esse sonho desse adolescente, o sonho de ser um jogador de futebol. É o sonho da criança brasileira. O futebol no Brasil começou assim: com crianças negras no Rio de Janeiro, olhando, na fábrica inglesa, pessoas correndo atrás de uma coisa redonda. Os meninos lá fora viram aquilo, fizeram uma bola de meia e começaram a jogar lá na rua. Um dia, o pessoal da fábrica os chamou para jogar, e o time dos meninos brasileiros ganharam daqueles ingleses. A gente já tinha jeito desde o início.

Sei que o procurador está preocupado com a família. A presença da família com essa criança é muito importante, mas defendo sempre um modelo. Conversava com o Prof. Sidney Jairo que gosto muito daquele modelo da Barragem Santa Lúcia, onde existem dois campos e uma quadra poliesportiva. Eu e alguns amigos chamamos o secretário da regional para ajudar a recuperar a quadra poliesportiva. Ali também há a Escola Estadual Maria Augusta e o Centro de Saúde Santa Lúcia. O meu sonho é esse arranjo: o professor de educação física formado teria autoridade sobre os monitores do Prointer e da Associação, que são os times dali. Ele cuidaria. O time de futebol, com suas categorias, seria acompanhado por esse professor, e eles estariam inscritos também no centro de saúde. A universidade poderia acompanhar isso tudo. Podemos criar essa estrutura em vários lugares de Minas Gerais e do Brasil. Ora, seria juntar a educação e a saúde com a coisa mais prazerosa que a nossa criança tem e com que ela sonha.

O campo de futebol faz parte também. A escola poderia utilizar o campo de futebol e a quadra. O próprio centro de saúde também orientaria as caminhadas. O Cras Providência também tem toda essa estrutura. Precisamos reunir isso. No desenho do procurador, só falta família, porque ela é importante quando esse adolescente, essa criança vai para um time profissional. No futebol amador, esse é o arranjo melhor.



Fiz outro programa também. Já iluminamos mais de mil campos de futebol amador em Minas Gerais com o programa Campos de Luz, para ser utilizado o maior tempo possível.

Então queria deixar essas palavras e dizer que não temos culpa deste ciclo de palestras, quem o montou foi a comissão organizadora. Vamos dar o nome de todo mundo, não vamos, Anselmo? Muito obrigado.

O presidente – Com a palavra, o deputado Geraldo Pimenta, vice-presidente da Comissão de Esportes.

O deputado Geraldo Pimenta – É só um recado rapidinho. Queria dizer ao Wellington e ao pessoal da Vila Marimbondo que este debate não vai se encerrar hoje, este ciclo não vai se encerrar hoje também. A Comissão de Esportes está pensando em fazer uma série de debates na região metropolitana e em Minas Gerais para discutir não só o futebol amador, mas o esporte de forma geral. Faço um convite aos deputados João Leite e Anselmo e a cada um de vocês. Esta Casa está discutindo a LOA e o PPAG, que discute os recursos públicos, o dinheiro que temos para gastar o ano que vem. Daqui a quatro anos, vamos fazer como a China, estão pensando fazer, como o nosso professor disse aqui hoje: incluir mais gente no esporte, mais gente no futebol? Vamos pensar nisso, vamos planejar melhor as nossas ações. Nesse sentido, a Comissão de Participação Popular está convidando para esse debate. O que sentimos aqui hoje é que falta uma série de questões. Quanto à gestão, o pessoal cobrou mais democracia, mais transparência dos clubes; na reestruturação, distribuição melhor dos recursos, há clubes ricos e grande quantidade de clubes em dificuldade. O nosso amigo Gilberto Silva expôs a dificuldade por que passam 95% dos jogadores. O professor acabou de dizer agora que um em três mil é que, na verdade, acaba se destacando.

Durante a grande campanha, Anselmo, falei que ia lutar muito para ter mais escolas em tempo integral. O professor de Viçosa expôs essa questão da escola em tempo integral. Acho que é preciso mais tempo para a cultura, o esporte, o lazer, para as coisas boas, integradas à educação e à saúde. O Ernesto estava me cobrando hoje: “Pai, e aquela lei que aumenta o recreio?”. Vários países fizeram mudanças na educação, diminuíram provas, diminuíram para-casa e melhoraram a qualidade da educação aumentando cultura, esporte e outras práticas saudáveis.

Quero encerrar agradecendo a cada um dos participantes e convidando para continuarmos o debate na comissão de Participação Popular e discutir a LOA, para haver mais recursos para a educação de tempo integral, mais recursos para o esporte amador. Obrigado.

O presidente – Obrigado, deputado Geraldo Pimenta. Rapidamente, farei umas considerações finais. Saio daqui bastante satisfeito com este debate, do ponto de vista geral. Mesmo que este debate tenha se tornado mais um ciclo de palestras que de debates, deputado João Leite, tivemos um grupo de palestrantes com conteúdo e qualidade excepcionais. Dificilmente se reúne um time desse naipe, desse nível, num evento só. Foi muito amplo, com assuntos muito diversificados. Infelizmente o debate ficou por menos tempo do que deveria, mas acho que o nível das exposições compensou. Contamos com a presença do Prof. Garganta, que esteve aqui aproveitando a presença em outro evento. Foi muito importante, pois compartilhou seu conhecimento conosco. Então, do ponto de vista geral, foi muito proveitoso, mesmo que tenha havido algumas falhas, algumas dificuldades.

Procuramos ficar atentos a quase tudo. Houve algumas saídas, mas a assessoria e eu anotamos muitas coisas, que depois levaremos à Comissão de Esportes. A data ainda será acertada, mas realizaremos, com aqueles que ajudaram a montar este ciclo de debates, uma reunião de avaliação, exatamente para não deixarmos perder algumas ponderações, críticas, sugestões e opiniões que foram feitas aqui, para que, num próximo evento, sejam corrigidas, ajustadas e seja mais produtivo. A Comissão de Esportes dará andamento aos pontos que tiverem a ver com a atuação da comissão, realizando audiência pública, preparando algum projeto de lei ou requerimento sobre os assuntos aqui tratados. Conforme nos propusemos desde a primeira reunião preparatória, aquilo que não coubesse ao ciclo de debates seria levado à Comissão de Esportes.

Queria parabenizar especialmente o deputado João Leite pela oportunidade que nós, da Comissão de Esportes, eu e o deputado Geraldo Pimenta, tivemos de participar deste evento. João Leite, queríamos agradecer-lo pela iniciativa de participarmos de um evento extremamente rico com você. É um prazer muito grande usufruir desses momentos, e um desses importantes momentos é este de hoje, que percebo que está acrescentando muito a todos nós. Queria agradecer também à assessoria e à Consultoria, que estiveram conosco desde o primeiro dia. Contem conosco.

A Assembleia manifesta seus agradecimentos aos expositores, às autoridades, aos telespectadores da TV Assembleia, ao público em geral e a cada um dos participantes que estiveram conosco hoje.

ATA DA 50ª REUNIÃO ESPECIAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 19/11/2015

Presidência do Deputado Durval Ângelo

Sumário: Comparecimento – Abertura – Ata – Destinação da Reunião – Composição da Mesa – Execução do Hino Nacional – Palavras do Presidente – Entrega de Placa – Palavras do Pe. Renzo Flório – Palavras do Pe. Ricardo Pinilla – Apresentação Musical – Palavras do Presidente – Encerramento.

Comparecimento

– Comparecem os deputados:

Ulysses Gomes – Durval Ângelo – Gustavo Valadares.

Abertura

O presidente (deputado Durval Ângelo) – Às 19 horas, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos.

Ata

– O deputado Gustavo Valadares, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Destinação da Reunião

O locutor – Destina-se esta reunião a homenagear a Congregação dos Filhos de Maria Imaculada – Religiosos Pavonianos pelos 50 anos de sua presença na Arquidiocese e Metrópole de Belo Horizonte.

Composição da Mesa

O locutor – Convidamos a tomar assento à Mesa os Revmos. Srs. Pe. Renzo Flório, superior provincial da Província Pavoniana do Brasil; Pe. Ricardo Pinilla, superior-geral da Congregação dos Filhos de Maria Imaculada – Religiosos Pavonianos; e Pe. André Callegari, diretor da Associação das Obras Pavonianas de Assistência em Belo Horizonte; e os Exmos. Srs. João Peres Neto, coordenador do Movimento da Família Pavoniana do Brasil; e vereador Pelé do Vôlei, representando a Câmara Municipal de Belo Horizonte.

Execução do Hino Nacional

O locutor – Convidamos os presentes para, em posição de respeito, ouvir o Hino Nacional, que será executado pela Orquestra Obras Sociais Pavonianas, sob a regência do maestro Antônio Márcio Moreira.

– Procede-se à execução do Hino Nacional.

O locutor – Com a palavra, para o seu pronunciamento, o deputado Durval Ângelo, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem.



Palavras do Presidente

Novamente boa noite a todos e a todas. Quero explicar que estou aqui não só como deputado, parlamentar, cargo que exerço há 21 anos, atuando nos direitos humanos nesta Assembleia, fazendo diálogo permanente com os movimentos sociais e populares, mas principalmente como educador, como professor que, há 38 anos, se apaixona pela causa da educação. Finalmente estou também em um lugar muito especial: durante mais de 20 anos atuei como professor no Instituto Santo Tomás de Aquino – Ista –, onde, nessas mais de duas décadas como professor, tive contato com muitos estudantes da congregação dos pavonianos. Alguns hoje são padres, mas todos são bons cidadãos e bons leigos engajados na caminhada da igreja com os pobres em Minas Gerais e no Brasil. De alguma forma, conheci as obras sociais pavonianas e todo o trabalho desenvolvido pelo polo educativo a partir desse tríplice lugar que citei no início.

Vocês podem ver que a cerimônia é simples, singela, como já nos ensina um velho preceito evangélico e nos ensina hoje o Papa Francisco: que as coisas de Deus, as coisas dos pobres têm de primar pela simplicidade. Então acho importante que esta Casa hoje, muitas vezes imponente, muitas vezes distante, se vista dessa simplicidade dos pobres, que são as verdadeiras obras de Deus.

Foi com a certeza de que o Poder Legislativo de Minas Gerais prestaria uma justa homenagem que apresentei o requerimento para a realização desta reunião especial. Trata-se do reconhecimento do importante trabalho prestado pela Congregação dos Filhos de Maria Imaculada, em seus 50 anos de presença na Arquidiocese e Metrópole de Belo Horizonte. Fundada em 1847, na Itália, pelo Pe. Ludovico Pavoni. Entre os muitos símbolos sacramentais que tenho em meu gabinete, está um busto do Pe. Ludovico Pavoni, presente que me foi dado há 17, 18 anos pelo Pe. André. Está lá na minha seção de sacramentária no gabinete.

A congregação também é conhecida pelos religiosos pavonianos e tem, desde o seu nascimento, um objetivo comum: a educação de crianças e jovens em um trabalho de colaboração entre sacerdotes e religiosos leigos que atuam como educadores da fé, mestres na arte e de humanidade. No século XIX para cá, os religiosos pavonianos, sempre confiantes no potencial do ser humano, têm ajudado jovens a se tornar adultos dignos, comprometidos com o próximo e solidários com seus irmãos, principalmente aqueles que sofrem. Eles desenvolvem suas obras inseridas na sociedade e na igreja com escolas profissionalizantes, colégios, centros especiais de atendimento aos surdos.

Ainda estudante seminarista, terminando o meu curso de teologia, em 1979, 1980 conheci, em São João del-Rei, numa convalidação filosófica, o Pe. Natal e o Pe. João Batista, que me falaram da maravilha do trabalho dos pavonianos com os surdos.

Passamos três férias de convalidação filosófica em São João del-Rei, e foi o meu primeiro contato com a realidade dos pavonianos, e é muito interessante de ser destacado.

Em Belo Horizonte, o ideal pavoniano é muito bem representado pelas Obras Sociais Pavonianas, instituição que vive o carisma de seu fundador procurando dar uma resposta para os desafios sociais da atualidade. Nesse sentido, merece destaque o trabalho do Polo Educativo Padre Pavoni, desenvolvido nas Obras Sociais Pavonianas, na Escola Estadual Professor José Mesquita de Carvalho e no Centro de Saúde Tia Amância.

A proposta educativa da Congregação dos Filhos de Maria Imaculada contempla diferentes ações, tais como atendimento em tempo integral para mais de 500 crianças de 4 a 14 anos; profissionalização de mais de 750 jovens por ano, em cursos como cabeleireiro, manicure, culinária, corte e costura, informática, programação e manutenção de computadores, empreendedorismo e vendas; Educação para Jovens e Adultos – EJA –, com mais de 200 alunos; grupo de convivência da terceira idade, com 40 pessoas; atendimento odontológico diário para crianças das obras sociais e a comunidade.

A maior parte dos recursos para o custeio das ações é proveniente da Congregação dos Religiosos Pavonianos, mantenedora das Obras Sociais Pavonianas. Uma parcela menor provém de convênios com a prefeitura de Belo Horizonte e o governo do Estado de Minas Gerais, além de doações de terceiros.



Em suas diferentes obras, os religiosos e religiosas pavonianos vivenciam o ideal de Pe. Pavoni. É interessante que estamos falando da criação da congregação, e foi um período muito difícil para a Europa como um todo, e para a Itália em particular, com toda a luta pela unificação italiana, que produziu muitos desvalidos. Foram tempos sombrios, de muitas migrações forçadas, semelhantes ao que vivemos no mundo hoje. Tempos sombrios que merecem respostas ativas e de luzes de muita gente. E Pe. Pavoni, desde o início, teve como propósito constituir uma comunidade de consagrados inflamados do amor de Deus e unidos por fortes laços de caridade.

Para nós, em Belo Horizonte, o grande exemplo desse testemunho do Pe. Pavoni é dado pelo Pe. André Callegari. Um apóstolo, um devoto da causa dos mais pobres e esquecidos, que merece todo o nosso respeito e admiração.

Jesus, no Evangelho, ao ser indagado por Filipe, que pergunta: “Mostre-me o Pai”, responde-lhe: “Quem me vê vê o pai”. No Pe. André Callegari enxergamos o fundador, enxergamos o espírito de Jesus Cristo comprometido com os pobres e excluídos da sociedade.

Seus principais instrumentos são a educação humana, religiosa e profissional das crianças e jovens empobrecidos, bem como dos surdos. Eles têm na promoção do bem ao próximo o caminho para a santificação de si próprios. Assim, em tudo que fazem, buscam conformar a própria vida à do Divino Mestre Jesus, que aponta o caminho da vida. Em suas obras, os religiosos pavonianos procuram promover por todos os meios possíveis o bem do próximo. Em tudo buscam conformar a própria vida à do Divino Mestre Jesus, que aponta o caminho da vida. Como em João: 10,10, colocam o seu princípio máximo de compromisso, o seu testemunho maior. Como disse, “Eu vim para que todos tenham vida, e tenham vida em abundância”.

Nossos parabéns a todos aqui presentes ou ausentes, que participam de tão nobre trabalho, de inestimável contribuição para a população de Belo Horizonte. Recebam o sincero reconhecimento e a homenagem da Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Que os pavonianos possam continuar com suas obras por mais 50, 100, 150 anos. Um abraço a todos.

Entrega de Placa

O locutor – Neste momento, o deputado Durval Ângelo, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem, neste ato, representando o deputado Adalclever Lopes, presidente da Casa, fará a entrega de placa alusiva a esta homenagem ao Pe. Ricardo Pinilla, superior-geral da Congregação dos Religiosos Pavonianos, e ao Pe. Renzo Flório, superior provincial da Congregação dos Religiosos Pavonianos no Brasil. Convidamos também a fazer parte do ato o Pe. André Callegari, diretor da Associação das Obras Pavonianas de Assistência em Belo Horizonte. A placa a ser entregue contém os seguintes dizeres: (- Lê:.) “‘Cuidarão das crianças como da pupila de seus olhos’. Essa é a divisa que impulsiona o trabalho dos religiosos pavonianos, da Congregação dos Filhos de Maria Imaculada, fundada no século XVIII pelo bem-aventurado Pe. Ludovico Pavoni, na Itália. Presente em Belo Horizonte há 50 anos, a irmandade vem, com o apoio de voluntários e parceiros, realizando um belíssimo projeto de inclusão social, que, hoje, atende a cerca de 1.400 pessoas em aglomerados da cidade. As crianças estudam em tempo integral, os jovens são capacitados para o mercado de trabalho, os adultos são alfabetizados e os idosos participam de grupos de convivência da terceira idade. Em reconhecimento à importância da contribuição dos religiosos pavonianos para a educação e o bem-estar dos mineiros, a Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais presta justa homenagem à Congregação dos Filhos de Maria Imaculada, na ocasião do cinquentenário de sua chegada à Arquidiocese de Belo Horizonte.”.

– Procede-se à entrega da placa.

Palavras do Pe. Renzo Flório

Exmo. Sr. deputado Durval Ângelo, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem, em razão da sua amizade conosco – talvez V. Exa. não se lembre de nós, mas eu sim, porque há 10 ou 15 anos, de vez em quando, transitamos por aqui e nos cumprimentamos várias vezes. Leve a nossa saudação ao Exmo. deputado Adalclever Lopes, presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais; Revmo. Pe. Ricardo Pinilla, querido superior-geral da Congregação dos Filhos de Maria Imaculada – Religiosos Pavonianos; Exmo. vereador Pelé do Vôlei, representando a Câmara Municipal de Belo



Horizonte; querido João Peres Neto, coordenador da família pavoniana no Brasil; Pe. André Callegari, colega e amigo, admirável diretor da Associação das Obras Pavonianas de Assistência em Belo Horizonte; meu abraço a todos os presentes com alegria.

Libertas quae sera tamen significa que a liberdade é muito importante neste país e neste estado, mesmo que chegue atrasada, não é?

Nós, pavonianos, chegamos atrasados, depois de muitos séculos de caminhada da sociedade, mas chegamos ainda em tempo, porque havia muita necessidade – e continua havendo –, já que Belo Horizonte é uma grande cidade e está em contínua expansão. Característica de qualquer cidade do Brasil, a expansão significa progresso, mas também significa sofrimento. Existe muita gente pobre sofrendo nos bairros.

Faz 50 anos que chegamos ou que chegaram os nossos predecessores a esse bairro, onde ainda existem sofrimentos gritantes, crianças, adolescentes e jovens pobres nas favelas e nos aglomerados que rodeiam a obra que ali está. Obrigado, Durval, pela sua exposição tão clara e destacada das principais atividades que lá são realizadas, que preparam as crianças e os jovens para o futuro, para que sejam honestos cidadãos, para que sejam pessoas dignas, para que tenham uma profissão. Esse era o sonho do nosso fundador, o bem-aventurado Pe. Pavoni. Na época dele, há quase 200 anos, quando engatinhava no mundo a industrialização, ele percebeu que, para muitos jovens, valia a instrução, e já havia colégios; mas, para outros, mais pobres e carentes, que não chegam a tanto, bastava uma instrução básica ou média para que tivessem a possibilidade de se defender na vida com uma profissão honesta. Então, ele os promovia dessa maneira.

A nossa congregação, ao longo da sua história, em vários lugares do mundo, mas especialmente na Itália e depois no Brasil, caracterizou-se sempre pela promoção de crianças e depois de adolescentes e jovens de estratos sociais pobres, fazendo com que se preparassem para o futuro. Queremos que a sociedade lhes ofereça trabalho; queremos que os cidadãos sejam capazes de trabalhar honestamente para ganhar o seu pão, para não precisarem recorrer a drogas, a latrocínio, a assassinato para sobreviver. Essa é a nossa meta.

Eu diria aos trabalhadores e trabalhadoras, funcionários, educadores e educadoras que trabalham nessa obra que se sintam satisfeitos, porque estão realizando uma obra que é profundamente humana e claramente cristã: dar um futuro a crianças e adolescentes pobres, que estão expostos constantemente à tentação da droga, do envolvimento no crime. Meus caros irmãos, parabéns a vocês que trabalham assim. Eu diria também aos nossos seminaristas presentes que fiquem entusiasmados com essa perspectiva do futuro da sua vida.

Se vocês sonham em fazer obras de bem, obras de caridade, obras de promoção humana, têm aí uma oportunidade. Oferecemos aos nossos seminaristas que moram ali por perto, que podem ter relação direta com esses meninos que acolhemos na instituição, e também às famílias onde moram a oportunidade para se sentirem realizados com esse ideal do Pe. Pavone. Parabéns a todos nós.

Como disse no início, nós, pavonianos, chegamos tarde, mas com vontade de colaborar para criar ambientes de liberdade, ambientes de honestidade, ambiente cristão e dar um futuro a essa juventude.

Obrigado pela atenção.

Palavras do Pe. Ricardo Pinilla

Exmo. Deputado Durval Ângelo, queridos amigos, colaboradores, pais e alunos presentes.

Em nome da Congregação dos Filhos de Maria Imaculada, mais conhecida como Congregação dos Religiosos Pavonianos, quero saudar as autoridades que compõem esta Mesa, bem como saudar os presentes, e dizer-lhes que é uma satisfação muito grande poder participar desta homenagem. Satisfação porque esta homenagem significa que a família pavoniana, composta de religiosos e leigos, se empenha em tornar presente o carisma pavoniano na sua missão social. Satisfação também por constatar que as autoridades públicas e o seu povo sabem valorizar um trabalho que é direcionado



para o jovem e para a criança mais necessitada. Um trabalho que possibilita a essas crianças e jovens encontrar um sentido verdadeiro para suas vidas, encontrar alegria e esperança.

Estou percebendo que nestes 50 anos de presença pavoniana dos religiosos pavonianos em Belo Horizonte foi possível encontrar parceiros que acreditaram no trabalho realizado e se empenharam em apoiar e colaborar com nossa instituição, dando assim uma dimensão maior às ações que visam beneficiar as crianças e jovens que buscam nosso atendimento.

Espero que esta parceria entre a Obra Social Pavoniana, o governo e a prefeitura de Belo Horizonte continue entrelaçada gerando oportunidades de um futuro digno para os jovens que precisam de nosso apoio.

Agradecido. Retorno para a Europa com o coração feliz.

Agradeço a todos por sua presença e, sobretudo, por seu entusiasmo, isso porque não sei falar português, mas espanhol. Obrigado.

Apresentação Musical

O locutor – Convidamos os presentes a apreciar mais uma apresentação da Orquestra das Obras Sociais Pavonianas, sob a regência do maestro Antônio Márcio Moreira, com a participação da violinista Camila Cândida, do violoncelista Adilson Rosa e do cantor Diomar, que nos apresentarão as músicas: *Cânone em ré maior*, do compositor Johann Pachelbel, e *Deus no sertão*, da dupla Víctor & Leo.

– Procede-se à apresentação musical.

Palavras do Presidente

No final queremos fazer um agradecimento muito especial pela presença da Orquestra das Obras Sociais Pavonianas. Todos nós sabemos que a música tem um poder curativo muito grande, tanto que há um ditado que diz que quem toca e canta seus males espanta.

Parabéns ao maestro, ao tenor, a toda a equipe. Vocês estão de parabéns. Agradeço também ao Pe. Ricardo Pinilla, superior-geral, a presença. Pode ter certeza, como o senhor já sabe, da impressão e do reconhecimento de Belo Horizonte e do governo do Estado. Como líder do governo, tenho um reconhecimento muito grande pelo trabalho dos pavonianos. A comemoração recente dos 80 anos da presença dos agostinianos em Belo Horizonte, que também são nossos parceiros, foi de minha autoria. E hoje essa alegria se renova por termos feito esse requerimento.

Como muito bem lembrou o Pe. Renzo Flório, já nos conhecíamos. É uma alegria tê-lo aqui novamente.

Ao João Peres Neto, coordenador do Movimento da Família Pavoniana do Brasil, digo que é muito importante essa presença no meio social e de interação com estudantes nas obras sociais, com pessoas que trabalham nas obras sociais e que formam essa grande família.

Agradeço a presença do Pelé do Vôlei, essa legenda nos esportes, um homem vitorioso. Esta Casa ganha muito em grandeza com a presença do Pelé do Vôlei, que todos nós vimos cumprindo um papel maravilhoso na defesa do Brasil. Isso é muito importante.

Agradecemos ao Pe. André Callegari. Temos alguns desafios, Pe. André, e vamos juntos para a frente, procurar negociá-los e resolvê-los. Em breve, talvez na próxima semana, estaremos com a Macaé, nossa secretária de Educação, tentando superá-los. Não é a primeira dificuldade, não é o primeiro problema, mas vamos tentar superá-lo.

Encerramos esta homenagem na simplicidade, como têm de ser as obras de Deus, as obras dos pobres, as obras de libertação, que realmente nos ajudam a encontrar luzes nos tempos sombrios de que falei há pouco. Muito obrigado.

Encerramento

O presidente – Cumprido o objetivo da convocação, a presidência encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a especial de segunda-feira, dia 23, às 9 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

**ATA DA 51ª REUNIÃO ESPECIAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 23/11/2015****Presidência do Deputado Paulo Lamac**

Sumário: Comparecimento – Abertura – Ata – Destinação da Reunião – Composição da Mesa – Execução do Hino Nacional – Exibição de Vídeo – Palavras do Presidente – Entrega de Placa – Palavras do Deputado Dalmo Ribeiro Silva – Palavras do Sr. Romeu Scarioli – Apresentação Musical – Entrega de Votos de Congratulações – Palavras do Presidente – Palavras da Sra. Cecília Resende Alves – Encerramento – Ordem do Dia.

Comparecimento

– Comparecem os deputados:

Antônio Carlos Arantes – Dalmo Ribeiro Silva – Paulo Lamac.

Abertura

O presidente (deputado Paulo Lamac) – Às 9h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra o 2º-secretário para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

– O deputado Dalmo Ribeiro Silva, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Destinação da Reunião

O locutor – Destina-se esta reunião a homenagear o Sesi e o Senai pelo desempenho de seus alunos no Enem e na WorldSkills Competition.

Composição da Mesa

O locutor – Convidamos a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. Romeu Scarioli, vice-presidente do Sistema Fiemg e presidente do Conselho de Educação e Treinamento da Fiemg; Cláudio Marcassa, diretor regional do Senai; e Lúcio Sampaio, superintendente regional do Sesi; a Exma. Sra. Cecília Resende Alves, superintendente de Desenvolvimento do Ensino Médio e da Educação Profissional da Secretaria de Estado de Educação, representando a secretária Macaé Evaristo; e o Exmo. Sr. deputado Dalmo Ribeiro Silva, membro efetivo da Comissão de Educação desta Casa.

Execução do Hino Nacional

O locutor – Convidamos os presentes a, em posição de respeito, ouvir o Hino Nacional, que será executado pelo Grupo de Câmara da Orquestra Jovem Sesiminas, sob a regência de Luciene Villani.

– Procede-se à execução do Hino Nacional.

Exibição de Vídeo

O locutor – Assistiremos agora ao vídeo institucional do sistema Fiemg.

– Procede-se à exibição do vídeo.

O locutor – Com a palavra, o deputado Paulo Lamac, presidente da Comissão de Educação desta Casa e autor do requerimento que deu origem a esta homenagem.

Palavras do Presidente

Bom dia todos e a todas. Com grande satisfação os acolhemos nesta manhã na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, o que é um privilégio, pois não é sempre que iniciamos a semana com um assunto leve, que nos traz um sentimento de realização e de dever cumprido. Inicialmente, gostaria de parabenizá-los e agradecer a oportunidade de começarmos muito bem esta semana.



Saúdo o Dr. Romeu Scarioli, vice-presidente do sistema Fiemg e presidente do Conselho de Educação e Treinamento da Fiemg. É uma honra recebê-lo nesta manhã. Cumprimento o Sr. Cláudio Marcassa, diretor regional do Senai; o Sr. Lúcio Sampaio, superintendente regional do Sesi; meu colega e amigo deputado Dalmo Ribeiro Silva, membro efetivo da Comissão de Educação desta Casa; e a Profa. Cecília Resende Alves, superintendente de Ensino Médio e Educação Profissional da Secretaria de Educação, representando a nossa secretária Macaé Evaristo.

Senhoras e senhores, desde que foram criados, na década de 1940 do século passado, o Sesi e o Senai, braços educacionais e sociais da indústria do nosso país, ultrapassaram em muito a sua missão inicial, que era de formar mão de obra qualificada e de promover melhora na qualidade de vida dos trabalhadores e das suas famílias. Eles passaram a ser parceiros estratégicos de toda a sociedade brasileira na superação dos desafios com soluções criativas e inovadoras e a contribuir de maneira valorosa para o progresso e a modernização do País, sempre dando ênfase à responsabilidade social e à promoção da justiça social.

Em Minas Gerais, o Sesi e o Senai têm trajetória marcante e decisiva para os avanços registrados no Estado nos últimos 70 anos, seja por meio da oferta de ensino fundamental e médio de boa qualidade, seja por meio de curso de ponta para a formação e qualificação de jovens trabalhadores.

O Sesi, além de concorridas unidades educacionais em dezenas de municípios de Minas, oferece uma ampla estrutura, com clubes esportivos, centros culturais, teatros, unidades multioperacionais, unidades especializadas em educação inclusiva e em alimentação industrial e centros de referência em saúde ocupacional, extrapolando e muito aquela proposta original.

O Senai, por sua vez, é a maior rede privada de ensino profissionalizante de Minas Gerais. Ele opera mais de 80 dezenas de unidades espalhadas pelo Estado, com dezenas de milhares de alunos matriculados em quase mil cursos, que vão desde a iniciação e a aprendizagem industrial até a graduação e a pós-graduação.

E são constantes, ao longo desse percurso do Sesi e do Senai na história de Minas Gerais, as provas de excelência com que as duas instituições conduzem seus trabalhos. As mais recentes são motivos desta merecida homenagem que prestamos nesta manhã. Estamos aqui, eu e o deputado Dalmo Ribeiro Silva, representando os 77 parlamentares que assinaram o requerimento para que houvesse esse reconhecimento, que foi aprovado e determinado pelo presidente, deputado Adalclever Lopes, que me incumbiu de justificar a sua ausência, pois, por compromissos anteriormente agendados, ele estaria fora da Casa durante todo o dia de hoje. Ele não pôde estar aqui, mas manifestou o desejo de trazer o seu abraço. Trago o abraço do presidente, deputado Adalclever Lopes, que muito valoriza o feito de vocês, jovens estudantes, professores, toda a equipe e diretoria, que trouxeram resultados que tanto orgulho nos dão em Minas Gerais.

No caso do Enem de 2014, se verificarmos o *ranking* das melhores médias dos estudantes do Sesi nacional, que teve quase 250 escolas inscritas, veremos que 9 entre 10 são de Minas Gerais. Nove entre as 10 principais instituições do sistema com as melhores notas do Enem são de unidades de Minas, o que é um resultado notável, impressionante e que remete imediatamente à qualidade do ensino que está sendo praticado pelo Sesi. Já na WorldSkills, evento que promove o intercâmbio e a troca de experiência na área de educação profissional, que este ano foi realizada em São Paulo, houve 1.190, quase mil e duzentos competidores de 59 países. Não foi a primeira vez que os alunos do Senai fizeram bonito. A história mostra um bom desempenho dos alunos do Senai, mas este ano tivemos conquistas inéditas: trouxeram uma série de medalhas de ouro, prata, bronze, certificados de excelência, resultados que engrandecem não apenas o sistema Fiemg, não apenas a indústria do nosso país, mas o nosso estado. Isso é motivo de orgulho e satisfação. Por isso hoje a Assembleia Legislativa e o poder público estadual fazem o reconhecimento do mérito e dos resultados alcançados por todos vocês não apenas este ano, mas este ano simboliza os bons resultados que vêm sendo alcançados nos últimos anos.

Esse balanço, senhoras e senhores, deixa claro que as duas entidades, ligadas ao sistema Fiemg, estão colhendo bons frutos do incansável trabalho que desenvolvem, sempre buscando a abrangência e a qualidade na educação. Esperamos que o bom desempenho continue no Sesi e no Senai, com a contribuição de gestores, de profissionais de todos os setores, de professores e, especialmente, com a adesão e o esforço dos seus estudantes, sem os quais marcas significativas como as que
www.almg.gov.br Página 108 de 181



mencionei não poderiam ser alcançadas. É com muita alegria que esta Casa homenageia os alunos do Sesi e do Senai pela brilhante atuação tanto no Enem quanto no programa WorldSkills, que é reconhecido como a Olimpíada Internacional das Profissões. O sucesso dessas duas instituições na formação profissional de jovens demonstra a excelência dessas instituições no âmbito geral da educação brasileira. As diversas medalhas obtidas na WorldSkills, não só na competição que se realizou em São Paulo, mas nas que vêm acontecendo pelo mundo, são uma prova de que temos um ensino profissional de qualidade, capaz de desenvolver novas competências num ambiente competitivo e de aceleradas transformações tecnológicas. É um imenso desafio para todos nós da área tecnológica. Sou técnico em eletrônica e engenheiro eletricista e sei que não é fácil nos mantermos atualizados com as novas tecnologias, com os desafios que se impõem tanto na indústria quanto em todas as atividades para podermos ter um País competitivo. Neste momento em que buscamos a sustentabilidade do desenvolvimento no nosso país, precisamos de formação técnica de qualidade, precisamos ter pessoas com visão tecnológica, capacidade empreendedora e condições para realmente dar sustentação ao crescimento e ao engrandecimento que desejamos e precisamos que o nosso país volte a experimentar. O êxito destes jovens é um imenso alento para que nossa economia e nossa indústria possam superar a presente crise, configurando uma séria aposta na inovação e na superação. É isso que estamos comemorando hoje. Recebam os nossos aplausos e os nossos parabéns.

Muito obrigado e um bom dia a todos.

Entrega de Placa

O locutor – Neste instante, o deputado Paulo Lamac, representando o presidente da Assembleia, deputado Adalclever Lopes, fará a entrega ao Sr. Romeu Scarioli, vice-presidente do sistema Fiemg, de placa alusiva a esta homenagem. A placa a ser entregue contém os seguintes dizeres: “O caminho para o desenvolvimento sustentável de uma nação só é possível por meio de uma educação de qualidade, voltada para o mercado de trabalho e focada na ética e na construção da cidadania. Alinhados com esse objetivo de formar indivíduos cada vez mais competentes, criativos e preparados para a nossa realidade socioeconômica e cultural, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – Senai – e o Serviço Social da Indústria – Sesi – buscam incessantemente aprimorar seus processos de ensino, com ênfase na aplicação prática do conhecimento teórico. O desempenho exitoso dos alunos dessas instituições na WorldSkills Competition, a maior competição de educação profissional do mundo, e no Exame Nacional do Ensino Médio – Enem – só corrobora a importância da união de esforços em torno de um projeto maior: melhorar a vida dos cidadãos e alçar o Brasil a uma posição de destaque no cenário mundial. Por contribuírem para o crescimento pessoal e profissional dos brasileiros, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais rende merecida homenagem ao Sesi e ao Senai”.

O presidente – Gostaria de convidar o deputado Dalmo Ribeiro Silva para se somar a nós na entrega da placa.

– Procede-se à entrega da placa.

Palavras do Deputado Dalmo Ribeiro Silva

Muito bom dia, um bom dia feliz a todos vocês, nesta manhã de segunda-feira, em que compartilhamos com todos esse momento tão rico para o Parlamento mineiro. Quero saudar o caríssimo deputado Paulo Lamac, dileto e estimado amigo, presidente da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; saudar toda a mesa já constituída e aqui referendada, neste momento tão solene, agradecendo, desde já, essa participação tão festiva do nosso coral, dos nossos medalhistas, dos nossos dirigentes, da nossa Fiemg, dos nossos Sesi e Senai e de todos os que nos dão imenso prazer, nesta manhã.

Caríssimo presidente, sinto-me muito feliz em compartilhar de uma solenidade tão rica como esta. Dentro das prerrogativas do nosso Regimento, cabe, sim, ao parlamentar buscar encontros solenes, reuniões festivas como esta, para homenagear aqueles que têm produzido dentro da sua história, do seu conhecimento as ações proativas para o desenvolvimento do nosso estado.

Nesta manhã, nós acolhemos todos vocês, os grandes vencedores, aqueles premiados, que, com certeza, pelo estudo, pela inteligência, pela dedicação e pelo exemplo de vida recebem e compartilham esta homenagem. Vejo muitos que carregam



a medalha em seu peito, não importa seja de ouro, de prata ou de bronze, o que importa, com certeza, é o carinho, a dedicação com que puderam referenciar e retribuir ao grande sistema Fiemg e Senai, com certeza, durante essa trajetória do aprendizado de cada um.

Eu quero que, nesta manhã, possam servir de exemplo para toda Minas Gerais, às nossas escolas, aos nossos educandários, quando vejo tantos familiares aqui orgulhosos de seus entes queridos e nós também, como parlamentares. Quero, neste momento tão importante, tão solene e tão nosso, parabenizá-los e dizer que Minas, caríssimos homenageados, precisa muito de vocês. Por meio dessa parceria firme e forte, que sempre tivemos e que a cada dia é mais propositiva, será garantida a história maior de Minas Gerais. A todos parabéns e muita felicidade.

Palavras do Sr. Romeu Scarioli

Bom dia a todos. Eu tenho uma grata incumbência de representar o presidente Olavo Machado neste evento. Como as coisas de educação são muito caras, muito preciosas, para o Sistema Fiemg, e para o presidente Olavo Machado Júnior particularmente, ele só não está aqui por se encontrar fora do País, em uma missão junto à Confederação Nacional da Indústria. Então eu gostaria de dizer que me sinto muito honrado em representá-lo.

Gostaria de cumprimentar o Exmo. Sr. deputado Paulo Lamac, presidente da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia e autor do requerimento que deu origem a esta homenagem e agradecer também a generosidade de suas palavras para com o Sesi, o Senai e o Sistema Fiemg. Quero cumprimentar o prezado amigo deputado Dalmo Ribeiro Silva, membro efetivo da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia e agradecer ao deputado as referências ao sistema e o carinho e o incentivo aos jovens medalhistas do Sesi e do Senai aqui presentes. Cumprimento ainda os membros da Mesa, toda a estrutura do Senai, seus gerentes, professores, alunos, na figura do superintendente regional Dr. Cláudio Marcassa, e toda a estrutura do Sesi, também gerentes, professores, alunos, na figura do superintendente regional Dr. Lúcio Sampaio. Com muita alegria, gostaria de cumprimentar a Sra. Cecília Resende Alves, superintendente de Ensino Médio e Educação Profissional da Secretaria de Estado da Educação. É uma honra a senhora estar aqui. Cumprimento o vice-presidente do Sindijoias, Sr. Manoel Bernardes; cumprimento toda a estrutura do IEL do sistema Fiemg na pessoa do superintendente Adair Evangelista Marques; cumprimento toda a estrutura de gestão e comunicação do sistema Fiemg na pessoa do Sr. Henrique Câmara Azevedo; cumprimento todos os componentes da estrutura de recursos humanos do sistema Fiemg na pessoa do superintendente José Antônio Gontijo do Couto; cumprimento o diretor executivo do Centro de Inovação Tecnologia Senai Fiemg, *campus* Cetec, cuja estrutura contou com o apoio decisivo desta Casa, sendo hoje uma ferramenta, uma base extraordinária para o esforço de desenvolvimento de inovação e tecnologia no sistema Fiemg, o caro amigo Prof. José Policarpo Gonçalves de Abreu; cumprimento a todos os membros da equipe de administração e finanças do sistema Fiemg na pessoa do superintendente Sr. Néelson Dabés; cumprimento todos os membros da área de assuntos estratégicos e internacionais e da área de assessoria econômica e desenvolvimento por intermédio do superintendente Sr. Marco Antônio Gonçalves Mandacaru.

Ilustre deputado Paulo Lamac, estamos agradecidos e honrados com a sua iniciativa de homenagear o desempenho do Senai na WorldSkills 2015 e o desempenho do Sesi no Enem 2014. Nós recebemos esta homenagem como reconhecimento pela sociedade de nosso inabalável compromisso com o ensino de qualidade. Esse compromisso o exercemos pelo que diretamente podemos fazer e pelo que podemos influenciar para que seja feito. O que podemos fazer está ilustrado pelo desempenho dos alunos do Sesi e do Senai no Enem e na WorldSkills 2015; o que podemos influenciar para ser elaborado pode ser ilustrado por ações do IEL em programas como, por exemplo, o Futuros Engenheiros, por meio do qual procuramos contribuir para o desenvolvimento e a melhora do ensino da engenharia em Minas Gerais.

A WorldSkills é a maior competição de ensino profissional do mundo. Nessa edição, foram superados todos os recordes anteriores: participaram 62 países, 1.200 competidores, e foram disputadas provas em 50 profissões. A delegação brasileira também foi a maior de todos os tempos: 56 competidores, que passaram por milhares de horas de treinamento sob orientação de 189 técnicos.

Também os resultados conquistados pelo Brasil na WorldSkills São Paulo 2015 foram os melhores já alcançados pelo País. Nos dois *rankings* mais importantes da competição – classificação por pontos e classificação no quadro geral de medalhas –, o Brasil e a indústria brasileira conquistaram o 1º lugar. Foram 27 medalhas, também um recorde: 11 de ouro, 10 de prata, 6 de bronze e 18 certificados de excelência. É nesse grupo que estão os nossos alunos, os campeões do Senai de Minas Gerais.

Mas não é apenas a educação profissional que alcança conquistas expressivas para Minas Gerais. Nossos alunos e gerentes da educação básica do Sesi também têm muito do que se orgulhar. A rede de escolas Sesi foi destaque no Enem 2014. Com 9 escolas entre as 10 melhores da rede Sesi de todo o Brasil, o Sesi Minas é motivo de orgulho. Para se ter ideia, em 2014 mais de 15 mil instituições de ensino participaram do Enem, sendo 1.826 do Estado. Das escolas Sesi, 250 escolas participaram em todo o Brasil, sendo 19 de Minas Gerais.

Caros alunos, caros gerentes de unidades, senhoras e senhores, essas conquistas são passos importantes em direção à construção não apenas de uma indústria moderna e inovadora em nosso estado, mas da sociedade na qual nos inserimos todos.

Peço a Deus que ajude a indústria de Minas e do País a ter condições de continuar oferecendo empregos para a geração de vocês e para as que se seguirão. Infelizmente, deputados, a indústria do Brasil perdeu este ano 1.400.000 empregos. É nosso desafio precípua a educação de qualidade, mas é desafio nosso também gerar, preservar e manter empregos, que são importantes para esta geração. Jovens, sejam todos muito felizes na sua vida. Parabéns! Vocês honraram todo o sistema Fiemg. Muito obrigado.

Apresentação Musical

O locutor – Convidamos os presentes a apreciar mais uma apresentação do Grupo de Câmara da Orquestra Jovem Sesiminas, que, sob a regência de Luciene Villani, apresentará as seguintes músicas: *Quatro momentos nº 3*, composição de Ernani Aguiar; *La vie en rose*, composição de Louiguy e arranjo de Luciene Villani; e *Eleanor Rigby*, composição dos Beatles e arranjo também de Luciene Villani.

– Procede-se à apresentação musical.

Entrega de Votos de Congratulações

O locutor – Neste momento, o deputado Paulo Lamac, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem, fará a entrega de votos de congratulações aos representantes do Sesi e do Senai pelo desempenho no Enem e na WorldSkills Competition. Convidamos para o recebimento dos votos de congratulações: Arielle Silva Barrado, Carlos Adriano Vieira, Carlos Rubens Teixeira Júnior, Carmen Rosemary Batista Belém, César Alexandre Nunes Ferreira, Cláudio Marcassa, Danilo Antônio Costa Nogueira.

O presidente – Gostaria de convidar o deputado Dalmo Ribeiro Silva, mais uma vez, e também o Dr. Romeu, para fazermos essa entrega conjuntamente.

– Procede-se à entrega dos votos de congratulações.

O locutor – Parabéns aos homenageados. Convidamos também a posicionar-se no local destinado à entrega dos votos: Eric Coimbra da Silva, Evandro Junio Gomes Lima, Fabiano Martins Reis, Gabriel Lucas Teixeira Teles, João Tomaz da Silva Júnior, José Adailton da Silva, Kaio Júnior Martins Silva e Lúcio Sampaio, o qual já compõe a Mesa.

– Procede-se à entrega dos votos de congratulações.

O locutor – Parabéns a todos os homenageados. Convidamos a se posicionar no local indicado: Maria da Conceição Caldeira Oliveira, Mateus Alessandro Gonçalves, Paula Elizabeth Corrêa Alves Gomes, Rômulo Hauck, Sara Cristina Silva de Souza, Victor Gabriel Veríssimo Brandão, Weslen Pereira Santana, Welliton José Davi, representando neste ato Cláudia Maria Resende.

– Procede-se à entrega dos votos de congratulações.

O locutor – Muito bem, parabéns a todos os destacados.

Palavras do Presidente

Uma brevíssima palavra de parabéns. Mais uma vez, fizemos aqui um reconhecimento público aos estudantes e às representações das unidades que obtiveram essa tão relevante distinção. Gostaríamos de saudar todos os professores, todos os estudantes presentes, bem como os que não puderam vir e também aqueles que ainda virão. Finalmente saudamos os gestores e todos os servidores e funcionários das unidades. É com esforço compartilhado e somatória de todos os esforços que atingimos resultados relevantes como esses.

Em momentos de muita emoção como este, vemos jovens começando a vida com a perspectiva de um futuro imenso pela frente, munidos de qualificação e capacidade técnica de empreender e inovar, o que realmente projeta um futuro muito melhor para nós. Gostaria de fazer uma distinção à Orquestra Jovem de Câmara Sesiminas. Parabéns a vocês. Quero dizer à maestrina Luciene Villani que sempre recebemos, neste Plenário, um número significativo de solenidades e atividades, mas pouquíssimas vezes, sem querer sem injusto com qualquer um, recordo-me de apresentações tão emocionantes como essa desse grupo. Quero parabenizar a Luciene e cada um e cada uma de vocês que nos emocionaram com interpretações brilhantes. Esse é mais um belíssimo resultado do empenho do Sesiminas. Quero saudá-los e parabenizá-los pela atuação.

No mais, meus amigos, quero agradecer a presença de todos e todas. É uma honra muito grande para nós estarmos aqui. Como já havia dito antes, começamos bem a semana. Espero que esse sentimento de realização, de vitória, de conquista, e de boas perspectivas para o futuro possa pautar o restante desta semana e deste ano de 2015, que já vai se findando. Aproveito também para desejar a cada um, a cada uma, às famílias, ao nosso telespectador que nos assiste pela TV Assembleia um grande final de ano. Esperamos que possamos ter boas festas e que entremos com o pé direito em 2016, que será muito melhor, se Deus quiser. Agradeço muito a presença de todos. A Profa. Cecília me falou que precisa fazer um agradecimento. Então, vamos quebrar o protocolo e conceder a palavra à Profa. Cecília, que representa a Secretaria de Estado de Educação.

Palavras da Sra. Cecília Resende Alves

Em nome da Profa. Macaé Evaristo dos Santos, estou muito honrada de estar nesta Casa participando desta solenidade. Quero dizer que a função da educação básica é desenvolver cinco grandes competências: dominar linguagens, enfrentar e compreender problemas, compreender fenômenos, elaborar propostas e construir argumentação. Isso apenas é conseguido se existir muito trabalho, se existir muita dedicação. O único lugar em que sucesso vem antes de trabalho é o dicionário, e o sistema S tem mostrado que trabalha muito. O sucesso é resultado desse trabalho. Há também um trabalho especial de partilha, porque quem sabe faz, quem sabe partilha, quem sabe compartilha. Então, precisamos não apenas parabenizar essa ação mas também dizer das possibilidades de partilha que estamos fazendo com o Sistema S, via Secretaria de Educação, especialmente em nome da Profa. Conceição. Estamos assinando contratos, parcerias e convênios para também atender e trazer esse ensino de qualidade que vocês têm praticado para os alunos da rede pública estadual. Isso me faz muito feliz. Como superintendente da educação de ensino médio, de juventude e educação profissional, digo que é para esse jovem que devemos trabalhar. Esse jovem precisa fazer do Brasil uma Nação cada vez mais forte. Parabéns por esse momento. Quero especialmente, como professora, dizer da alegria de poder contar com cada professor, com cada professora nas nossas parcerias. Quero dizer a cada aluno, a cada aluna sobre a alegria imensa que temos por vocês fazerem parte disso e terem acesso a um ensino de qualidade. Parabéns e obrigada.

O presidente – Teremos mais um número musical na saída. Encerraremos este encontro realmente escutando a maravilha desse grupo. Certamente sairemos daqui com o astral ainda melhor. Muito obrigado. Uma grande dia a todos e a todas.



Encerramento

O presidente – A presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para as extraordinárias de amanhã, dia 24, às 9 e às 18 horas, nos termos do edital de convocação, e para a ordinária também de amanhã, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (– A ordem do dia anunciada foi publicada na edição do dia 24/11/2015.). Levanta-se a reunião.

ATA DA 46ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 24/11/2015

Presidência do Deputado Hely Tarquínio

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: Ata – 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Inexistência de quórum para votação – 2ª Fase: Questões de Ordem – Discussão e Votação de Proposições: Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 2.946/2015; discursos dos deputados Rogério Correia e Gustavo Corrêa; Questão de Ordem – Registro de Presença – Encerramento.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Adalclever Lopes – Hely Tarquínio – Lafayette de Andrada – Braulio Braz – Ulysses Gomes – Alencar da Silveira Jr. – Doutor Wilson Batista – Antônio Carlos Arantes – Arlete Magalhães – Arnaldo Silva – Bonifácio Mourão – Cabo Júlio – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celinho do Sinttrocel – Cristina Corrêa – Dalmo Ribeiro Silva – Deiró Marra – Dilzon Melo – Dirceu Ribeiro – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Duarte Bechir – Durval Ângelo – Fabiano Tolentino – Fábio Avelar Oliveira – Fábio Cherem – Fred Costa – Geisa Teixeira – Geraldo Pimenta – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Inácio Franco – Ione Pinheiro – Iran Barbosa – Isauro Calais – Ivair Nogueira – João Alberto – João Leite – João Magalhães – Léo Portela – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Missionário Marcio Santiago – Nozinho – Paulo Lamac – Professor Neivaldo – Rogério Correia – Sargento Rodrigues – Thiago Cota – Tiago Ulisses – Tito Torres – Tony Carlos – Vanderlei Miranda – Wander Borges.

Abertura

O presidente (deputado Hely Tarquínio) – Às 9h10min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

– O deputado Dalmo Ribeiro Silva, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

O presidente – Nos termos do edital de convocação, a presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 1ª Fase, com a apreciação de pareceres e de requerimentos. A presidência verifica, de plano, que não há quórum para votação, mas que há para a discussão das matérias constantes na pauta.

2ª Fase

O presidente – A presidência passa à 2ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta.



Questões de Ordem

O deputado Carlos Pimenta – Presidente, antes da votação, se for possível regimentalmente, gostaria de merecer de V. Exa. um tempo para relatar uma reunião de ontem que foi muito importante e que surtiu alguns efeitos. Nós estávamos discutindo – o deputado Dalmo estava presente – a transposição do Rio São Francisco. Queria que V. Exa. pudesse, se possível, proporcionar-me uns 5 minutos para fazer esse importante relato. Muito obrigado, deputado Hely. Ontem houve aqui, presidente, durante toda a tarde, importantíssima reunião promovida pela Comissão de Minas e Energia. Estávamos presentes, assim como os deputados Dalmo, Antônio Carlos Arantes e Gil Pereira. Contamos também com a presença do Gilberto, ministro da Integração Nacional – fiquei sabendo até que é mineiro, do Sul de Minas –, e do presidente da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco – Codevasf –, Sr. Felipe Mendes, piauiense e ex-governador do Piauí. Este Plenário ficou pequeno para o número de pessoas que acompanharam aquela audiência, uma reunião extremamente importante, só que no lugar errado. O tópico que predominou na reunião de ontem foi a transposição do Rio São Francisco, obra magnífica. Vimos as imagens da transposição; o governo federal está construindo dois canais, um de 260km e outro de 216km. A transposição foi idealizada por D. Pedro II, no século XIX. Daí vieram outros presidentes, até que, há sete anos, começou o processo efetivo da transposição. É uma obra fantástica, magnífica. Como disse uma senhora ontem, parece que nem é obra do Brasil, este país de inflação alta, de desemprego e de corrupção. Uma obra espetacular. Digo que a exposição foi maravilhosa, mas no lugar errado, porque o sentimento que estava imperando nesta Casa Legislativa era o da revitalização do Rio São Francisco. Estão destinando quase R\$10.000.000.000,00 para a transposição e apenas R\$260.000.000,00 para a revitalização do rio. Quando o presidente da Codevasf falava sobre o processo de revitalização, até indaguei-lhe se não estava apresentando *slides* de outro Estado, porque ele disse, Dalmo, que estava tudo bem, que as nascentes estavam sendo recuperadas, que os afluentes do São Francisco estavam sendo recuperados, referindo-se à revitalização dos afluentes do Médio São Francisco, enfim, aquelas imagens lindíssimas do Rio São Francisco. Só que a realidade é totalmente diferente. Indaguei ao Dr. Felipe, presidente da Codevasf, se ele conhecia, por exemplo, o Rio Pardo, o principal do extremo Norte de Minas, que corta toda uma região e está seco; se ele conhecia o Rio Jequitaiá, que está seco; se ele conhecia o Rio Verde Grande, um dos mais importantes do Norte de Minas, que está seco. E foi por aí, o Rio Mangaí, o Guavinipan, o São Lambertão, o Pacuí, o Pandeiros. Todos esses rios, afluentes importantes e perenes do Rio São Francisco, presidente, estão secos, e o Sr. Felipe veio dizer em alto e bom som que a Codevasf está cumprindo seu papel na revitalização. Parabenizo a Assembleia pela promoção desses eventos, mas não poderia deixar de, na minha fala, externar este sentimento que tenho dentro de mim de que o presidente da Codevasf estava falando de outro Estado. Perguntei a ele se não havia mudado os *slides*, se não retratavam o Rio Grande do Sul, onde está sobrando água e os rios, todos transbordando. Ele vem aqui contar balela, falar o que não está acontecendo, numa demonstração inequívoca de que não conhece o Estado de Minas Gerais, não conhece a nossa realidade. Ele veio falar que quase todos os municípios já têm o processo, já receberam recursos do governo federal para promover o saneamento, a coleta de esgoto, e evitar que esse esgoto caia *in natura* no Rio São Francisco. Isso não está acontecendo. Esse homem devia estar meio perdido, talvez seja o fuso horário ou o cansaço porque veio aqui falar o que não estamos enxergando nem sentindo. Então quero deixar bem claro esse sentimento de indignação pelas mentiras que aqui foram contadas, pela exposição aqui feita, que não condiz com a verdade; ele deveria, sim, preocupar-se com a revitalização. Não vamos ter água para mandar para os outros estados nordestinos. O São Francisco está agonizando, morrendo; seus principais afluentes já estão mortos, começaram a correr um pouco agora depois da chuva torrencial que caiu na região de Montes Claros na noite passada, mas foram oito meses de seca; e vem agora o presidente da Codevasf falar o que realmente não está acontecendo. Então, fica aí a minha fala, uma resposta para o que presenciei aqui, uma resposta em nome de toda a população de Minas Gerais. Até aceitamos a transposição e com ela concordamos, mas desde que o nosso Rio São Francisco esteja revitalizado, revigorado, com água suficiente para transportar para os irmãos nordestinos. Muito obrigado.

O deputado Vanderlei Miranda – Sr. Presidente, sabedor que sou de que o senhor tem raízes presbiterianas, trago duas notícias não muito boas nem agradáveis e que eu gostaria de não ter de dar nesta manhã. A esposa do Rev. Ludgero, da 1ª



Igreja Presbiteriana, uma das colunas do presbiterianismo no Brasil – posso dizer sem medo de errar –, Regina, faleceu nesta madrugada, e o velório será na 1ª Igreja Presbiteriana, na Rua Ceará, esquina com Avenida Afonso Pena, a partir das 9h30min. Partiu também para o encontro com o senhor o nosso querido professor do Seminário Teológico Presbiteriano, Rev. Sebastião Guimarães, cujo corpo está sendo velado na 8ª Igreja Presbiteriana, no Bairro Palmares, em frente ao Minas Shopping. Então, fica aqui o registro do passamento desses dois irmãos: a nossa irmã Regina, esposa do Rev. Ludgero, e o nosso querido Prof. Rev. Sebastião Guimarães. Repito que o velório da irmã Regina será na 1ª Igreja Presbiteriana, na Ceará com Afonso Pena; e o do Prof. Sebastião, na 8ª Igreja Presbiteriana, no Bairro Palmares. Era essa a minha questão de ordem.

O deputado Antônio Carlos Arantes – Quería aqui fazer coro com o deputado Carlos Pimenta. Ontem participei também dessa audiência pública, com a proposta feliz do deputado Gil Pereira de discutir a revitalização do Rio São Francisco. Como ele bem disse, é real. O pessoal do PT tem esse defeito de vir aqui mostrar números bonitos, muita fotografia e relatório, mas, na prática, sabemos que não é verdade. Convivo semanalmente com a região do Alto São Francisco, pois sou muito bem votado nas cidades de Pimenta, Arcos e, nem se fala, São Roque de Minas, onde nasce o rio e onde está o Parque da Canastra; onde está o principal colchão d'água e onde a água infiltra para a nascente do rio. Entretanto, ela não está infiltrando mais porque, no ano passado, o fogo queimou tudo. E os fiscais, muitas vezes, nem têm combustível, nem lá aparecem; os bombeiros não dão conta, e o fogo queima todo aquele parque de 70.000ha. Falam que estão fazendo toda a revitalização do rio, mas não há uma obra em São Roque de Minas. Embaixo da Cascata Dantas há o Distrito de São José do Barreiro, um dos lugares mais bonitos do mundo, porque ficamos de frente para a Cascata Dantas. A menos de um quilômetro da Cascata Dantas, estamos na praça do distrito vendo a cascata cair, toda majestosa. É uma coisa maravilhosa. O esgoto do Distrito de São José do Barreiro cai dentro do Rio São Francisco, deputado Dalmo. O rio chega cristalino até ali, no distrito; a partir dali é o esgoto a céu aberto. E eles falando em revitalização. Não há uma nascente cercada, que eu conheça, por ação do governo. A região não tem aquelas bacias de captação de enxurrada, as barraginhas. Como é que estão falando em revitalização? Como é que estão falando em transpor um rio que está morrendo? Estão fazendo obras de concreto para todo lado na região de Pernambuco, da Bahia para baixo. Onde há concreto, onde há grandes empresas, onde há grande número de pessoas, há obras. Onde o rio precisa do cuidado do produtor, de atenção, de recursos, aí não há, não. Onde não entram as grandes empreiteiras para executar serviço não há dinheiro. O orçamento, para terem ideia, neste ano cresce de forma acentuada. Parece que serão mais 47%, aumentando o orçamento para construções, obras físicas de concreto, e diminuem 67% daquilo que já era pequeno, da revitalização do Rio São Francisco. O que estão fazendo com o Rio São Francisco não é por interesse de levar água para o trabalhador, não é interesse de se fazer um rio diferenciado, mas é o interesse de grandes grupos, de grandes empresas que querem passar a mão no recurso, mas não estão nem aí para o produtor, não estão nem aí para a nascente do rio, nem para a recuperação do Rio São Francisco, que é uma das coisas mais bonitas que conheço. Venho aqui me manifestar mais uma vez, pois é triste ver as pessoas dizerem: “A revitalização pode ser feita devagar”. No dia em que terminarem de fazer os projetos de revitalização, não vai mais haver rio. Falam que vão transpor não sei quantos metros cúbicos por segundo lá na frente, que, na realidade, é mais do que está passando na vazão de Três Marias. Então, isso significa que vão transpor um rio inteiro e secar o outro; se houver o outro, porque, do jeito que está, diminuindo aceleradamente a vazão do rio a cada dia, na hora em que as obras estiverem prontas não vai mais existir rio. Então, no meu entendimento, o que fizeram aqui ontem não foi justo com Minas Gerais, não foi correto com Minas Gerais, porque os rios estão secando. O Pimenta enumerou, um a um, os rios que estão secando. Os córregos das regiões de Piumhi e São Roque de Minas estão secando. Para terem ideia, o prefeito de Doresópolis está puxando água, deputado Dalmo, com caminhão-pipa. Já ouviram falar de caminhão-pipa nas regiões do Sul e do Sudeste mineiro? Ali é Alto São Francisco, mas ainda é muito pertinho de Passos, então é praticamente na região Sul. Estão usando caminhão-pipa porque os córregos secaram. E falamos: e aí, prefeito, vamos buscar um projeto? E ele fala: “Não, já tenho um projeto que está lá na Codevasf há cinco anos, mas o dinheiro não sai”. E não sai porque não é interessante. Essa é a nossa manifestação. O que estão fazendo com o Rio São Francisco é criminoso para o Brasil. Precisamos revitalizá-lo.



O deputado Dalmo Ribeiro Silva – Caro presidente deputado Hely Tarquínio, caríssimos deputados e deputadas, também quero manifestar a preocupação já aqui expressada brilhantemente pelos deputados Carlos Pimenta e Antônio Carlos Arantes em relação à matéria discutida na tarde de ontem. São ações que nos preocupam muito. Temos de discutir efetivamente uma solução para essas questões. Ontem ouvimos o debate com muita atenção. Houve vários esclarecimentos e debates, mas eu particularmente, Sr. Presidente, não fiquei convencido em nenhum momento. Respeito o posicionamento dos expositores, mas temos muitas ações a desenvolver. O Rio São Francisco vem sendo debatido há não sei quantos anos, procurando-se soluções junto ao governo federal, mas, até a presente data, nada de concreto foi feito. Quero abordar um tema que me preocupa muito, presidente, em decorrência do decreto do governador do Estado que deverá vigorar a partir de 1º de janeiro, quanto ao aumento da carga tributária. Estamos às vésperas de um aumento significativo. São mais de 152 itens e isso vai para o bolso do consumidor. Muito tenho me preocupado com o setor cerâmico da nossa região de Andradas e Poços de Caldas; com o setor têxtil da minha querida Ouro Fino, de Monte Sião e Jacutinga; com o setor eletroeletrônico de Santa Rita do Sapucaí. Outro problema seríssimo é o aumento tributário dos produtos farmacêuticos, da indústria de medicamentos e equipamentos para os hospitais. Na semana passada estivemos reunidos com um conjunto de empresários de várias indústrias de medicamentos de Minas Gerais que já se encontram há longos anos manifestando a sua preocupação quanto ao aumento da carga tributária de 12% para 18% aqui em Minas Gerais. Fizemos uma reunião, constatamos e apresentamos uma sugestão ao governo. Estamos aguardando por parte da Secretaria da Fazenda um espaço para debater isso. Então, gostaria de solicitar mais uma vez que nos fosse dada essa abertura para que os empresários tenham condições de expor o que será inviabilizado hoje com esse aumento da carga tributária, principalmente dos medicamentos e dos materiais para os hospitais. Sem dúvida alguma isso será fortemente um abalo para a saúde pública e para a saúde do consumidor. Os laboratórios já estão manifestando o fechamento de suas atividades em Minas, indo para outros estados. Então quero, mais uma vez, como presidente da Frente Parlamentar da Indústria, renovar o nosso apelo ao governo de Minas para que nos abra uma discussão, porque o PIB hoje de empregabilidade e rentabilidade quanto ao ICMS é muito alto. Apresentamos os dados por meio de planilhas e não tivemos nenhuma resposta por parte do governo. Inobstante outros itens que sofrerão aumento substancial a partir do dia 1º de janeiro, o que mais me preocupa são os medicamentos, porque é a saúde do mineiro que está em jogo. Então quero fazer esse apelo mais uma vez. Fizemos uma reunião, convidei para estar conosco o deputado Antônio Carlos Arantes, da indústria e do comércio, e estamos aguardando. Vamos abrir uma discussão para demonstrar o que pode e o que não pode ser feito pelo governo. Muitos ainda estão numa grande expectativa de ter de levar suas indústrias e seus empregos para outro estado. Muito obrigado.

O deputado Gustavo Corrêa – Presidente, vou indagar de V. Exa. se já entramos no processo de discussão do projeto. Se tivermos entrado, gostaria de discuti-lo.

O presidente – Na sequência, vamos entrar na discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 2.946/2015.

Discussão e Votação de Proposições

O presidente – Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 2.946/2015, do governador do Estado, que dispõe sobre o Sistema Estadual do Meio Ambiente – Sisema – e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, da Comissão de Meio Ambiente. Em discussão, o projeto. Com a palavra, para discutir, o deputado Rogério Correia.

O deputado Rogério Correia* – Presidente, deputado Hely Tarquínio, deputado Gustavo Corrêa, solicitei a palavra para discutir o assunto porque realmente preciso usar a tribuna hoje para falar sobre essa questão ambiental. Tentarei abordar alguns temas importantes, que estão na ordem do dia, além do nosso projeto. O deputado Gustavo Corrêa falará em seguida. Realmente preciso abordar o assunto da questão ambiental.



Presidente, esse projeto está em debate na Assembleia Legislativa e tem sido polêmico. Foi por isso que pedi para fazer a discussão dele. V. Exa., ao acompanhar o meu raciocínio, verá que há um substitutivo apresentado na Comissão de Meio Ambiente e posteriormente referendado pela Comissão de Administração Pública. Esse substitutivo foi trabalhado pelos deputados Cássio Soares e João Magalhães, e gostaria de parabenizá-los porque escutaram todos os atores envolvidos, como deve ser feito no governo e também na nossa Assembleia Legislativa, especialmente no tocante às emendas e sugestões que vieram dos movimentos sociais, das ONGs, das entidades e associações. O referido substitutivo faz modificações importantes.

Assisti a todo o debate feito na audiência pública, que durou um dia inteiro, acerca desse projeto de lei. O deputado e secretário Sávio Souza Cruz também esteve presente. Ouvimos diversas sugestões e críticas do movimento social em relação ao projeto e, ao final, solicitamos a eles que apresentassem sugestões de alterações ao projeto. Em primeiro lugar, solicitaram que o projeto não tivesse regime de urgência para que tivessem um tempo maior para o debate. Independentemente do regime de urgência, pedi a eles que adentrássemos no conteúdo do projeto para analisarmos as divergências, e assim foi feito. Apresentaram alguns pontos de que me lembro de cabeça, e o primeiro deles dizia que não poderíamos alterar a relação da polícia ambiental, pelo contrário, que deveríamos reforçar o seu papel no processo de fiscalização do meio ambiente. Então o substitutivo veio exatamente para adequar o projeto aos termos por eles propostos, e o reforço, evidentemente, terá de ser feito por meio do governo, para reforçar o papel da polícia ambiental e também o quantitativo de policiais que ficarão à disposição, com base nas deliberações do Sisema. Portanto, essa sugestão foi acatada, e não houve alteração da lei em relação ao papel da polícia ambiental. Esse ponto da sugestão foi acatado.

Um outro ponto muito discutido, presidente, foi o papel do Copam. Discutiram se ele tinha poder deliberativo ou se deveriam tirar esse poder dele. O substitutivo do deputado Cássio Soares e do deputado João Magalhães também acata essa exigência, digamos assim, das entidades ambientalistas, e o Copam continuaria, conforme acontece hoje, a ter caráter deliberativo em relação às licenças ambientais. Esse foi um ponto fundamental proposto. Também houve uma emenda da deputada Marília Campos e outras emendas.

Houve ainda uma terceira questão polêmica relativa à criação de uma superintendência que pudesse acatar projetos considerados prioritários pelo governo, os quais teriam tramitação especial, o que foi muito questionado. Em um novo substitutivo, chegou-se a uma solução para essa questão.

Essa superintendência existe, mas ela apenas pode receber projetos vindos do Conselho Estadual de Desenvolvimento Sustentável e Econômico. Esse conselho remete o projeto, e este é acatado não para um trâmite especial na sua finalidade. Ele é recebido, é feita a sua análise por essa superintendência e ele segue os trâmites normais e naturais, dependendo de ter investimento de maior ou de menor porte, etc., como todo projeto. Também, portanto, ficou resolvida essa outra questão abordada pelos ambientalistas. Esses foram os três pontos centrais abordados à época, sendo todos acolhidos.

Fizemos também um capítulo à parte porque, no meio dessa discussão, aconteceu o crime ambiental de Mariana, da Samarco, da Vale e da empresa canadense. Falarei sobre isso mais tarde. Ao acontecer isso, evidentemente não poderíamos deixar de tratar essa questão no projeto de lei. Então, será incluído nesse substitutivo – está incluído – um capítulo à parte, em que se endurece para as mineradoras o seu licenciamento. Também fica para o Copam a deliberação final de qualquer uma liberação que se tenha por meio de mineradora. Houve ainda outras questões abordadas que incluímos, como, por exemplo, a de necessariamente termos um plano para segurança e um plano, portanto, que faça exigências maiores às mineradoras. Enfim, julgo que o projeto recebeu alterações fundamentais.

Conversando outro dia com ambientalistas, eles me disseram: “Esse, então, é outro projeto”. Digo: “Sim”. Do ponto de vista do conteúdo mais abordado, das questões cruciais mencionadas, ele pode ser considerado assim porque foram acatadas as quatro sugestões colocadas desde o início do projeto. Votaremos o projeto que estamos discutindo, e não o original. Votaremos o substitutivo apresentado. Então, solicito, aliás, aos ambientalistas, aos que estão nessa causa, às entidades e aos movimentos sociais que leiam agora o substitutivo. Havendo ainda alguma restrição, peço que ela seja discutida, pois essa é a



nossa vontade. Estamos na Assembleia Legislativa e queremos, sim, aprovar novidades e alterações no Sisema, mas devemos respeitar evidentemente as questões ambientais.

Então, sobre o projeto propriamente dito, eu queria fazer essas considerações, para que já discutamos o seu substitutivo, e não o projeto original apresentado. Eu falava, deputado Cássio Soares, sobre as alterações colocadas no projeto por você, como relator, e também pelo deputado João Magalhães, e buscava explicar as que eu me lembrava como principais. Citei quatro questões relevantes que muito transformaram o projeto original, dando a ele uma característica mais democrática e uma fiscalização maior, incluindo as mineradoras. Esse será o substitutivo votado. Não será votado o projeto original, pois esse é o compromisso do governo, o qual eu reitero. O Bloco Minas Melhor votará o substitutivo. Sei que o relator já concluiu o seu trabalho, mas, havendo outras alterações sugeridas pelos movimentos e entidades, ele estará disposto a escutar. Então, deputado Cássio Soares, quero parabenizá-lo, assim como ao deputado João Magalhães pelo trabalho que tiveram. Eu o acompanhei não tão de perto, mas pude ver as sugestões acolhidas e o projeto melhorado a olhos vistos. Parabenizo também o secretário Sávio Souza Cruz, que participou desse debate e teve uma postura de acatamento das sugestões apresentadas. À deputada Marília Campos, em nome do nosso bloco e do Partido dos Trabalhadores, eu solicitei que acompanhasse de perto a tramitação do projeto. Sr. Presidente, esse foi o primeiro assunto que me trouxe aqui. Os outros assuntos são também concernentes ao Sisema e à questão ambiental. Não fugirei do tema.

Apenas quero falar sobre o São Francisco. Concordo plenamente que não é possível falar em transposição sem revitalizar o rio. A transposição está sendo feita, o que obriga uma revitalização mais radical do Rio São Francisco. Cabem também ao Estado de Minas Gerais ações que revitalizem o rio. Pergunto aos deputados que vieram fazer cobranças: descobriram isso só agora? Durante 12 anos, não recebemos um centavo sequer do governo passado para a revitalização do Rio São Francisco; não foi feita nenhuma atividade de revitalização. Agora, felizmente, eles descobriram que o Rio São Francisco precisa ser revitalizado, com o que concordamos.

Não canso de falar que Minas Gerais nunca foi a “ilha da fantasia” desenhada pelo governo do senador, o ex-governador Aécio Neves. Nunca foi. Minas sempre foi um Estado com muitos problemas, mais problemas até do que a média dos estados do Brasil, muito mais problemas. Só que aqui os problemas eram escondidos. Ou alguém acha que o Rio São Francisco ficou doente agora, Celinho? Depois que o Pimentel assumiu, o Rio São Francisco ficou doente? A barragem da Vale do Rio Doce, da Samarco e da empresa canadense, a maior mineradora do mundo, rompeu-se porque o Pimentel assumiu? Ou essa barragem já tinha vários riscos? Engraçado. A herança maldita é esquecida como se não existisse. Agora os deputados do PSDB estão descobrindo que o Rio São Francisco precisa ser revitalizado e que ele tem vários problemas, no entanto não colocaram um centavo para sua revitalização. Estamos cobrando do governo de Minas e do governo federal a revitalização, como sempre cobramos. Tem de haver essa revitalização. Para que pensemos na transposição lá em cima, que é essencial – e concordo com ela –, a revitalização se impõe, até porque, se não a fizermos, não teremos transposição adequada do Rio São Francisco para o Nordeste do País. Isso se faz necessário, principalmente porque vivemos um período prolongado de seca e, se o rio não for revitalizado, não teremos sucesso sequer na transposição nem no custo para fazê-la.

Isso nos faz cobrar ainda mais a revitalização, tanto do governo federal da presidenta Dilma, como também do governo Pimentel, mas não podemos deixar de criticar que, no passado, durante 12 anos de governo tucano, nenhum centavo foi colocado para a revitalização do Rio São Francisco. Então, queria fazer essa pequena adequação aos discursos que escutei aqui, porque fica meio forçado dizer que Minas só tem problemas agora, que eles surgiram agora. Não sei se alguém acredita nisso. Mas falo para que os próprios deputados pensem. Às vezes, as coisas vão sendo repetidas tantas vezes que a gente fica com medo de alguém ser enganado pelo discurso, embora o povo mineiro, nas urnas, já tenha mostrado que só propaganda e falação não resolvem as coisas e tenha dado uma resposta que até hoje os tucanos não engolem: a derrota eleitoral em Minas Gerais.

Quero fazer eco às cobranças no procedimento de revitalização do Rio São Francisco. Vamos ver se a chuva este ano ajuda um pouco mais. Mas chuva só ajuda; a revitalização e as nascentes custam dinheiro e precisam ser feitas.



Por fim, presidente, quero tocar em outro assunto relativo ao rompimento da barragem de Mariana. Fui escolhido para relator da comissão extraordinária que vai verificar os motivos, as responsabilidades e as tarefas que serão executadas daqui para frente para minimizar os efeitos do rompimento da barragem para o povo do Vale do Rio Doce, bem como para a recuperação e o renascimento do Rio Doce, que foi ferido de morte pela lama da Vale e da empresa canadense que, repito, é a maior mineradora do mundo.

Foi um desastre de proporções terríveis. Ontem estive em Valadares, já tinha estado em Mariana, e assistimos ao que aconteceu com essa lama, que percorreu 800km até chegar ao Oceano Atlântico.

É uma imagem triste, que faz doer por dentro, de uma lama da mineradora chegando criminosamente ao mar. Imaginem o que será para o Estado do Espírito Santo a perda de receitas, pois ele vive basicamente do turismo, e as suas praias já estão temporariamente fechadas, sabe-se lá até quando. Houve também o agravamento de outra atividade fundamental desse estado, que é a pesca. E isso ainda causará danos a todo o meio ambiente de Mariana até o Espírito Santo.

Ontem o deputado Celinho do Sinttrocel esteve lá conosco e tentamos trazer a água de Mariana. Colhi a água do rio e pus em uma garrafa, mas a Azul impediu que a trouxesse. Expliquei que era a água que havia tirado do Rio Doce, mas eles não me deixaram trazer no voo. Depois a trarei, pois ela está vindo de carro. Não sei se a moça do avião ficou com medo da água do Rio Doce. Ela não me deixou trazê-la de jeito nenhum. Essa água deve ser mesmo perigosa.

Isso é impressionante. A lama ainda corre Rio Doce abaixo, passando por Governador Valadares, com a sua cor avermelhada, pois é a lama que vem de Mariana, trazendo enormes problemas para a população e para o meio ambiente. É algo terrível. Dói ver esse desastre ambiental. Não posso deixar de dizer que apuraremos as responsabilidades por esse desastre, mas é óbvio que a responsabilidade maior todos sabem de quem é. Não adianta dourar a pílula, dizendo: "Será que houve fiscalização adequada disso e daquilo?". Vamos verificar a responsabilidade de todos, mas algo é certo: a Samarco, a Vale privatizada, que é a ex-Vale do Rio Doce, e, evidentemente, a empresa canadense, que é a maior mineradora do mundo, têm de pagar por esse crime ambiental, não resta a menor dúvida.

Quando a comissão foi à Samarco, fomos recebidos pelo seu presidente, que não negou uma pergunta feita sobre aumento de produtividade no ano passado em torno de 30%. Aliás, ele confirmou que houve um aumento de produtividade no ano passado de 32%, ou seja, houve também um aumento de 32% de rejeitos na barragem. É óbvio que a Samarco estava minerando no limite da irresponsabilidade. Portanto, 90% da capacidade da barragem já estavam afetados, sem que as obras para maior segurança fossem feitas a partir de 2013, como o próprio Ministério Público e o Copam haviam determinado à empresa.

Posteriormente, isso ficará claro, mas já é bom expor esse raciocínio a nossa população, para não ficar parecendo que isso foi um acidente. Na verdade, não houve um acidente. O que ocorreu foi fruto de toda uma produção em linha imposta pela empresa. Portanto, quando a Samarco diz que pretende se responsabilizar pela recuperação do rio de Mariana até o mar do Espírito Santo e que contratará uma empresa de projeção internacional para fazer os estudos, ela não faz nada mais e nada menos do que a sua obrigação pela responsabilidade que tem.

E digo mais: fui fazer uma análise do lucro que a Samarco teve nos últimos cinco anos, que foi de R\$2.500.000.000,00, R\$2.700.000.000,00; e, no ano passado, R\$2.800.000.000,00. Nos últimos cinco anos, a Samarco teve mais de R\$13.000.000.000,00 de lucro, e não de faturamento. Se nos lembrarmos que a Vale do Rio Doce foi vendida por R\$3.300.000.000,00 e valia R\$92.000.000.000,00, pelos números vemos o que aconteceu.

Antes de conceder aparte ao deputado Celinho do Sinttrocel, quero mostrar por que nós, do PT e do PCdoB, temos uma visão antiprivatista dos setores estratégicos da sociedade brasileira. No caso só de minério, por exemplo, não temos uma empresa nacional estatal. Portanto, estamos reféns das empresas que vêm aqui minerar, cuja intenção é minerar para o lucro. E levam as nossas montanhas por meio do sistema arcaico da água, barragem e mineroduto para o mar. Esse produto é exportado, e o recurso fica para o enriquecimento dessas empresas, trazendo para o Brasil muito pouco em relação àquilo que



é levado daqui. Depois, ainda temos que comprar o produto que foi feito na forma de aço, etc., etc., porque estamos exportando apenas a matéria-prima a preço, evidentemente, muito mais baixo. Essa foi a relação que existiu no Brasil com a privatização dessas empresas. Não tivemos, portanto, uma visão estratégica da mineração. Isso levou a pelo menos dois outros problemas, além desse que coloquei.

Um deles, deputado Celinho do Sinttrocel, é que hoje a mineração depende da tecnologia que eles trazem para cá. E é uma tecnologia arcaica, que utiliza barragem, mineroduto, água. O Rio São Francisco, que comentei, é o bem principal e o mais importante, que vai se deteriorando por meio de minerodutos, de barragens, e ainda com risco, como vimos agora, de causar acidentes ambientais, ou melhor, crimes ambientais enormes. E essa tecnologia não é trazida para o Brasil. Como não temos uma empresa para produzir novas tecnologias, ficamos reféns dessa tecnologia arcaica que vem para cá. Esse é mais um dos malefícios do processo de privatização que tivemos no setor de mineração no Brasil.

O outro foram as ferrovias. Quando se privatizou a Vale, repito, por R\$3.300.000.000,00, ela valia R\$92.000.000.000,00. Junto com ela, foram as ferrovias. Aí também ficamos com um sistema arcaico de rodovia no Brasil, mais caro, mais perigoso. E as ferrovias só servem para a Vale do Rio Doce – agora só Vale, porque já mataram o Rio Doce – levar o minério para exportação. Isso é o que acontece. Então, o nosso sistema ferroviário não serve, por exemplo, para produção de grãos, de alimentos. Não serve para passageiros, ficamos dependentes das rodovias. Esse foi outro mal do sistema de privatização no Brasil. Então, deputado Hely Tarquínio, sofremos até hoje os malefícios da privatização que foi feita no Brasil nesse sistema estratégico.

Falam muito da Petrobras, mas imaginem se ela tivesse sido privatizada. Não teríamos condições, por exemplo, de possuir tecnologia para a exploração do pré-sal. Estaríamos com empresas estrangeiras fazendo a exportação do petróleo a preço de banana, sem tecnologia, e teríamos acidentes acontecendo no Oceano Atlântico a todo instante pela irresponsabilidade das empresas que, cada vez mais, querem extrair mais lucro, como fazem a Vale e a BHP, a tal da empresa canadense que dizem que é a maior mineradora do mundo. Então, faço aqui um paralelo entre esse problema de permitir a privatização nos setores estratégicos e as empresas privadas com o objetivo único de obter lucro, e não de pensar estrategicamente o desenvolvimento do País. Se tivéssemos uma empresa estatal de minério, provavelmente ela já teria feito com que esse minério fosse tratado aqui, com que a indústria de mineração e siderurgia no Brasil fosse fortalecida, e teríamos sistemas muito mais modernos do que os sistemas arcaicos de hoje.

Deputado Celinho do Sitrocell, peço desculpas por ter me alongado nesse assunto, mas vamos ter que estudar muito bem o que aconteceu.

Não podemos dar folga para a Samarco! Hoje, vi a *Folha de S.Paulo* dizendo que a Samarco tinha um contrato com a Vale para depositar também lama desta na própria barragem. Para mim, toda aquela lama é da Vale e da BHP, mas havia um contrato direto da Vale, que queria tirar a sua responsabilidade. Precisamos colocar a responsabilidade nessas duas grandes mineradoras, porque elas têm a obrigação de fazer a recuperação total dos malefícios provocados às pessoas e ao meio ambiente.

O deputado Celinho do Sinttrocel (em aparte)* – Deputado Rogério Correia, primeiro quero parabenizá-lo pelos temas que traz ao Plenário. Concordo com tudo que colocou. Tivemos a oportunidade de estar, ontem, em Governador Valadares, junto com a deputada Celise Laviola e com o Bonifácio Mourão. Constatamos essa realidade colocada por V. Exa., ontem, na Comissão Extraordinária das Barragens.

Rogério, temos de, urgentemente, buscar as responsabilidades por essa tragédia. Ontem, ao chegar de Valadares, estivemos reunidos com várias lideranças do Vale do Aço. A repercussão dessa tragédia, nessa região, é muito grande, e nossa preocupação é tamanha!

Primeiro, a preocupação maior é com a recuperação do Rio Doce, que hoje está numa situação que traz inúmeros problemas para a região e um grande impacto negativo. A empresa Cenibra está com sua produção toda paralisada. Ontem,



recebi a direção da Cenibra, no Vale do Aço. Eles mostraram um trabalho, um levantamento do impacto dessa tragédia. Quero, de imediato, pedir ao deputado Rogério Correia, como relator da Comissão Extraordinária, que aprovemos, o mais rápido possível, um requerimento para receber a direção da Cenibra, para que ela possa fazer a apresentação de todo o estudo, de todos os prejuízos, de todo o impacto dessa tragédia que ocorreu no Rio Doce, especialmente com a produção de celulose da empresa.

Isso, conseqüentemente, traz problemas para várias outras empresas. Nós temos várias transportadoras paradas, dando férias coletivas para os trabalhadores. Empresas da construção civil estão totalmente paralisadas, já com problemas de captação de retirada de areia do Rio Doce, sem a matéria-prima para fazer a produção na construção civil. Isso, com certeza, impacta negativamente a mão de obra e ameaça muitos postos de trabalho.

Deixo nosso sentimento de profunda tristeza e de muito repúdio a tudo o que tem acontecido. Pedimos providências. Teremos de trabalhar firme para buscar as responsabilidades pelo ocorrido.

Deputado Rogério, há um fato que precisamos levantar. Ontem, o pessoal da Cenibra nos posicionou: da tragédia ocorrida em Mariana até uma usina hidrelétrica, há ainda muitos rejeitos ao longo desse traçado. É preciso, urgentemente, buscar uma solução para retirar todos esses resíduos, porque qualquer chuva que vier volta a levar tudo para o Rio Doce, impedindo a captação de água, prejudicando o Estado e a população.

Na próxima semana ou durante esta semana, V. Exa. terá condições de falar, aqui, sobre a qualidade de três águas que tivemos a oportunidade de ver, ontem, em Governador Valadares. Uma água foi retirada por V. Exa. do Rio Doce, mostrando a realidade da água dele; outra foi retirada de vagões da Vale do Rio Doce, que foi transportada para fornecer à população com total contaminação de querosene; e, por fim, outra água foi trabalhada pelo Saae, pela prefeita de Governador Valadares, que está dando garantia de atendimento à população e às residências.

Nós voltaremos a falar sobre esse assunto. Mas tudo o que for relativo a esse acidente teremos de apurar, sem medo de chamar à responsabilidade, de punir e de buscar a reparação para todos os atingidos por esses acidentes.

O deputado Rogério Correia* – Presidente, já estou terminando. Precisarei apenas de 30 segundos. Depois o deputado Gustavo vai prosseguir.

Quero apenas anunciar dois assuntos. O Celinho já adiantou um, e eu vou falar de mais dois. Um é o risco de rompimento de novas barragens, o que infelizmente não está descartado. E a gente está exigindo da Samarco que agilize as obras. Falar em fazer obras para conter essas barragens apenas em 45 dias é muito arriscado. Precisamos dar um jeito nisso, ver que tecnologia pode reforçá-las. Ficamos muito preocupados com a ida até a empresa e com as palavras do presidente.

O segundo é a retomada do trabalho da Samarco. Eu vejo o povo de Mariana todo aflito em relação a isso, mas o próprio presidente disse que a retomada depende da segurança daquelas barragens, ou seja, muito dificilmente a Samarco vai voltar a funcionar. Ele próprio acha isso e chegou a dizer que não sabia quando voltaria. Eu coloco que a dificuldade será muito grande, porque a retomada depende hoje daquelas barragens. A não ser que a gente – o governador Pimentel fez um decreto instituindo uma comissão – estude novas formas de minerar, o que eu acho que vai ser a solução para Minas Gerais. Muito obrigado, presidente.

O presidente – Com a palavra, para discutir o projeto, o deputado Gustavo Corrêa.

O deputado Gustavo Corrêa* – Bom dia aos deputados e às deputadas aqui presentes. Quero cumprimentar o deputado Hely Tarquínio, nosso eterno presidente.

Agradeço inicialmente ao deputado Rogério Correia a oportunidade que me deu de iniciar a discussão desse projeto pela manhã. Nós todos sabemos e conhecemos o Regimento desta Casa. Sobretudo em vista da ausência de alguns parlamentares, o deputado Rogério Correia poderia ter tomado outra atitude, outra postura, mas, num gesto de solidariedade e, sobretudo, de companheirismo, permitiu que este deputado tivesse a oportunidade de aqui tecer algumas palavras. Então, ao deputado Rogério Correia, os meus agradecimentos.



Presidente, eu ouvi aqui atentamente as palavras dos parlamentares que me precederam. Eu acho que, por dever de direito, preciso fazer algumas observações, para que o público que nos acompanha das galerias e por meio da TV Assembleia possa entender o que vem sendo tratado e realizado.

Nós estamos neste momento, deputado Tito Torres, discutindo aqui o Projeto de Lei nº 2.946/2015, que dispõe sobre o Sistema Estadual de Meio Ambiente e dá outras providências. Esse projeto chegou à Casa há cerca de um mês e meio ou dois meses, em regime de urgência. Para aqueles que não conhecem o processo legislativo, essa modalidade de tramitação de projeto encurta alguns prazos, sobretudo nas comissões, para a emissão de seus pareceres.

Desde que esse projeto chegou à Casa, deputado Duarte Bechir, os deputados do bloco de oposição Verdade e Coerência posicionaram-se favoráveis ao seu conteúdo, sobretudo por entendermos que, de alguma forma, resolveria algumas dificuldades e divergências que o setor produtivo de nosso estado enfrenta. Na base governista, houve um questionamento muito grande relativo a esse projeto, sobretudo por seu regime de urgência. Como já foi dito anteriormente, deputado Cássio, foi realizada uma reunião neste Plenário, numa manhã e numa tarde, e debatidas exaustivamente, com a presença do secretário Sávio Souza Cruz, algumas questões relativas a esse projeto. A sociedade teve condições de opinar, o setor produtivo da mesma forma, as organizações não governamentais também. Posteriormente, o parecer desse mesmo projeto - parecer este que votaremos tão logo se encerre esta discussão - foi construído, a quatro mãos, pelo deputado Cássio e pelo deputado João Magalhães, a quem quero, de público, parabenizar pelo relatório aqui apresentado.

Mas, nesse meio-tempo, minhas senhoras e meus senhores, infelizmente Minas Gerais sofreu um grande baque, uma grande tragédia, que matou algumas pessoas e causou inúmeros danos ao meio ambiente. E os deputados do bloco de oposição entenderam que seria, por parte do governador do Estado de Minas Gerais, um gesto de grandeza retirar esse regime de urgência. Estaria mostrando à sociedade mineira e brasileira que alguns pontos precisam ser debatidos mais exaustivamente, que algumas questões inerentes ao setor precisam sofrer uma fiscalização um pouco maior. Entendemos que, se assim o governador fizesse – e a oposição comprometeu-se a votar esse projeto ainda neste ano –, que se o governador retirasse esse regime de urgência, algumas questões, que precisam ser mencionadas, sobretudo em vista do episódio de Mariana, poderiam, quem sabe?, evitar novas tragédias como essa.

Aproveitando uma deixa que aqui me foi dada, este parlamentar tem afirmado categoricamente que não tem medo e jamais escondeu, deputado Dilzon Melo, suas convicções. Jamais me deixei levar pela pressão popular, jamais me deixei levar por outros interesses, sobretudo eleitoreiros, mas sempre pautei meu trabalho em minhas convicções. Tenho afirmado, deputado Douglas, que aqui não tenho procuração para fazer a defesa de A, B, C ou D, mas que, neste momento de comoção, devemos ter tranquilidade e serenidade para apuração dos fatos.

O presidente desta Casa, de forma acertada, assim como foi feito no Congresso Nacional, criou uma comissão para tratar de uma questão que interessa a todos os mineiros e brasileiros.

Aqui não foi criada comissão para tratar exclusivamente da questão de Mariana. Esta, sim, será tratada da forma que merece; porém temos de ter uma preocupação sobretudo com as outras barragens existentes em nosso Estado, para que não ocorram tragédias e desastres ambientais como o de Mariana.

Já na última semana, tivemos oportunidade, deputado Dilzon, de visitar a empresa Samarco e, em especial, as barragens ali existentes. Confesso a V. Exas. que, sem dúvida alguma, as cenas que ali presenciamos são fortes, são cenas que, tenho certeza, nenhum ser humano gostaria de ver. Ali estiveram alguns deputados, ali assumimos alguns compromissos, mas tenho certeza – e o deputado Tito Torres lá se encontrava – de que a direção da Samarco foi extremamente transparente com os parlamentares que lá estiveram. A direção da empresa fez questão de nos comunicar as ações que vêm sendo implementadas para, de alguma forma, diminuir a dor daquelas pessoas. A Samarco disse que está fazendo todos os estudos necessários, para buscar entender o que ocorreu naquela tarde de quinta-feira. Todas as perguntas feitas à direção da Samarco foram respondidas de forma transparente, nenhuma ficou sem resposta.



Sobre o aumento da produção da empresa, o seu presidente confirmou, mas disse que a capacidade das barragens estava dentro do limite, que as medidas de segurança que precisavam ser tomadas estavam sendo tomadas, até porque assumiu sua responsabilidade. E, de forma até emocionada, o presidente disse a todos os deputados que, enquanto existir a Samarco, enquanto ela tiver recursos em caixa, eles não medirão esforços para indenizar aqueles que merecem ser indenizados.

Eu disse, a empresa tem custeado o salário dos servidores. A população de Mariana já se mobilizou, deputado Alencar da Silveira Jr., solicitando a retomada das atividades da empresa, mas o presidente Ricardo, de forma muito serena, disse que, neste momento, a empresa quer apenas efetuar as ações sociais e ambientais necessárias e que estejam dentro da sua capacidade. Depois, numa etapa futura, nós vamos ver se a empresa vai voltar a operar, se vai utilizar novas tecnologias. O presidente, deputado Alencar, quando indagado se existem novas tecnologias para resíduos, disse que apenas na China é utilizada outra tecnologia, que as barragens ainda são utilizadas em todos os outros países.

Mas essa comissão que foi criada, até por sugestão de V. Exa., deputado Alencar da Silveira Jr., deve cobrar do governo federal, que tem a responsabilidade de fiscalizar essas barragens, que faça esse trabalho.

E ali foi exposto muito claramente que essas grandes empresas são muito mais fiscalizadas do que as pequenas. Estou vendo sua vontade, deputado Alencar da Silveira Jr., de fazer algumas ponderações, portanto concedo aparte a V. Exa.

O deputado Alencar da Silveira Jr. (em aparte)* – Deputado Gustavo, senhores e senhoras, telespectadores da TV Assembleia, daqui a pouco, no dia 30 de novembro, faremos 20 anos.

Deputado Gustavo Corrêa, acho que a Samarco pecou por não ter elaborado uma estratégia de prevenção. Em todo o mundo, onde há represas e montes gelados, existe prevenção. A Samarco errou, e o presidente errou. Na Austrália, abaixo das barragens, há um sistema de segurança e uma comunicação direta com as vilas. V. Exa. falou de uma nova tecnologia da China. Há 10 anos tivemos o mesmo problema na China, que se modernizou e está aí. Já temos alguns desses equipamentos na cidade de Congonhas. Já tive a informação de que a Samarco, no início do ano, começou a tentar negociar isso, mas não foi para a frente.

Tudo o que aconteceu foi devido ao pensamento de que não ia acontecer. Deveria haver um sistema de rádio até os atingidos, embaixo. Um sistema que informasse antes de a lama chegar ao Rio Doce. Onde existem áreas com plantações, áreas vazias, áreas de fazendas, que implodissem o rio desviando seu curso. Faltou essa estratégia do governo federal. Faltou ao governo federal pensar que isso poderia acontecer. Faltou a presidenta da República, na hora em que ficou sabendo do fato, pegar um avião e vir aqui na mesma hora para saber o que estava acontecendo e para mandar chamar o Exército, todos os empresários, toda a população e colocar todos as maquinarias, fazendo uma represa com urgência, espalhando-a no entorno de todo o rio, dali para cima, pois já se tinha perdido mesmo. E que explodissem e fizessem uma reserva para que a lama não chegasse ao Rio Doce. E, depois disso, quantos foram os dias que a lama já estava descendo, mas nenhum desvio foi feito pelo governo federal? E aí cito o governo federal, porque ele tinha recursos. Ele tinha de chamar o Exército e colocá-lo na rua, porque foi uma catástrofe. Então, faltou isso da Samarco, faltou isso do governo federal.

Quanto à atividade da Samarco em Mariana, cidade pela qual tenho carinho por ser votado na região dos Inconfidentes, ela emprega na região de Mariana, em Ouro Preto, em Itabirito e em Ouro Branco. Ela emprega em todo o circuito ali. A preocupação da população com o desemprego é correta. E esta Casa, deputado Gustavo, tem de deixar bem claro que não criou esta comissão para acabar com o emprego lá. Ninguém quer acabar com o emprego, todo o mundo quer mineração com nova tecnologia. Todo o mundo quer uma mineração que respeite o meio ambiente. Todo o mundo quer uma mineração que dê emprego, mas com qualidade para o meio ambiente. Temos de deixar isso bem claro, incutir isso na população. Esta Casa, este deputado e, tenho certeza, também V. Exa. vamos lutar para a retomada das atividades da Samarco com qualidade para o meio ambiente. Vamos lutar por essa retomada. Com certeza a empresa vai retomar suas atividades. Temos um mineroduto caríssimo, e toda água que vai, volta para Minas Gerais. Venho falando isso aqui há muitos anos.



Entendo que vamos, sim, pedir providências, como foi feito. E vamos, sim, cuidar. A população de Mariana pode ter a certeza de que vamos cuidar do meio ambiente, de que vamos cuidar da geração de empregos ali. Temos de deixar isso bem claro, porque muita gente já está dizendo que a Assembleia está fazendo isso porque quer prejudicar a Samarco.

Ninguém quer prejudicar a Samarco aqui; queremos a responsabilidade de uma nova tecnologia para a mineração, não apenas lá, mas também em todo o mundo, com prevenção, estudos e treinamentos para essas comunidades, a fim de não passarem o que está passando Mariana.

O deputado Gustavo Corrêa* – Deputado Alencar da Silveira Jr., aproveitando sua fala, queria parabenizar V. Exa. como dirigente do nosso glorioso América, que, felizmente, representará Minas Gerais, no ano que vem, na Série A do futebol brasileiro; e espero que permaneça lá por alguns anos. Isso é fruto do trabalho que V. Exa. ali realizou como dirigente.

Mais do que isso, V. Exa. foi muito feliz quando aqui disse que o único estado que tem em seu nome “minas” é o nosso. Para aqueles que não sabem, a produção de minério em nosso estado representa 25% de seu PIB; e se, de alguma forma, a atividade mineradora for inviabilizada, Minas Gerais cairá, no *ranking* dos estados da federação, de 3º para 14º lugar. Então, é fundamental, neste momento, termos tranquilidade e serenidade; a Justiça precisa apurar os fatos e punir os culpados, mas, de alguma forma, precisamos encontrar uma maneira de continuar realizando essa atividade.

O deputado João Leite (em aparte)* – Pois não. Vejo que V. Exa., praticamente, já gastou todo o seu tempo. O Projeto de Lei nº 2.946 tramita em regime de urgência, portanto V. Exa. tem 30 minutos, que estão quase completados.

Queria também saudar os alunos da Fundação João Pinheiro aqui presentes, acompanhando esta reunião, e também meu querido irmão e amigo que a preside, nosso querido deputado Hely Tarquínio.

Deputado Gustavo Corrêa, queria fazer menção aqui ao fato de eu já ter recebido 683 *e-mails* apenas nesta semana pedindo que não votasse o projeto do governador Pimentel. Se há um momento impensável de votarmos um projeto dessa importância em regime de urgência, o momento é este. Que pressa é essa do governador Pimentel de mudar o licenciamento em Minas Gerais, tornando-o mais rápido? E o mais grave é que essa legislação remete a marcos que não dependem da Assembleia Legislativa, as chamadas portarias e decretos, no que se refere a todo o restante que não estamos vendo no projeto.

O interessante, deputado Gustavo Corrêa, é ser neste momento – e esse é o pedido dos vários *e-mails* que recebi –, em que as pessoas querem participar. A Assembleia Legislativa tem o sonho da participação popular – “Poder e voz do cidadão” –, mas agora estamos cassando esse poder e voz, ao votar, dessa maneira, o projeto. Sem ouvir a população, sem dar uma oportunidade para as entidades da sociedade ligadas à questão ambiental se manifestarem, estamos rasgando o que a Assembleia Legislativa vem defendendo nestes anos todos: o poder e a voz do cidadão.

A reclamação dos *e-mails* é que a população quer participar, e a Assembleia Legislativa, ao aceitar o jogo do governador Pimentel de votarmos aceleradamente este projeto, tira da população a oportunidade de participação. Por isso esse regime de urgência, essa vontade de não ter reuniões. V. Exa. está tendo tempo de falar, mas a ideia é sempre o encerramento da reunião. Abre a reunião, conta três ou quatro reuniões e já vai para o período de votação. O encaminhamento de votação cai para a metade. E nós vivemos essa situação com a população de Minas Gerais reclamando. A população reclama desta Casa, que pertence à própria população. Se há um Poder que pertence à população, é o Parlamento. A população está pedindo tempo. Querem se manifestar, querem dizer o que pensam. Qual é a preocupação que leio nesses *e-mails*? Como o Ibama, um órgão que fiscaliza, que permite a exploração mineral, tem quatro fiscais em Minas Gerais? São apenas quatro fiscais que o Ibama tem em Minas Gerais. E o que estamos fazendo com esse projeto? Dando celeridade.

Para encerrar, lembro-me daquele grande atleta canadense, Ben Johnson. Rápido. Ele tinha o recorde olímpico e mundial dos 100m. Ele era muito rápido. Ele corria em regime de urgência, mas o fazia dopado.

O deputado Gustavo Corrêa* – Deputado João Leite, agradeço suas observações.

Questão de Ordem

O deputado Gustavo Corrêa – Sr. Presidente, sobretudo para evitarmos que a discussão se encerre, gostaria de pedir a V. Exa. que preserve meus 5 minutos e encerre a reunião por falta de quórum.

Registro de Presença

O presidente – Queremos saudar os alunos do curso de administração da Fundação João Pinheiro que se encontram nas galerias e nos honram com sua presença. Estejam à vontade entre nós.

Encerramento

O presidente – A presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada, e para a extraordinária também de hoje, às 18 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

* – Sem revisão do orador.

ATA DA 47ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 24/11/2015

Presidência dos Deputados Hely Tarquínio e Dirceu Ribeiro

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: Ata – 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Inexistência de quórum para votação – 2ª Fase: Discussão e Votação de Proposições: Prosseguimento da discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 2.946/2015; discursos dos deputados João Leite, Cristiano Silveira, João Leite, Rogério Correia, João Leite e Rogério Correia; Suspensão e Reabertura da Reunião; discursos dos deputados Rogério Correia, João Leite e Antônio Carlos Arantes; questão de ordem – Encerramento.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Hely Tarquínio – Lafayette de Andrada – Ulysses Gomes – Doutor Wilson Batista – Agostinho Patrus Filho – Antônio Carlos Arantes – Antônio Jorge – Arlen Santiago – Arlete Magalhães – Bosco – Cabo Júlio – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celinho do Sinttrocel – Celise Laviola – Cristiano Silveira – Cristina Corrêa – Dalmo Ribeiro Silva – Deiró Marra – Dilzon Melo – Dirceu Ribeiro – Doutor Jean Freire – Duarte Bechir – Durval Ângelo – Elismar Prado – Emidinho Madeira – Fabiano Tolentino – Fábio Avelar Oliveira – Fábio Cherem – Felipe Attiê – Fred Costa – Geisa Teixeira – Geraldo Pimenta – Gilberto Abramo – Glaycon Franco – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Ione Pinheiro – Isauro Calais – João Alberto – João Leite – João Magalhães – Leandro Genaro – Léo Portela – Luiz Humberto Carneiro – Missionário Marcio Santiago – Neilando Pimenta – Noraldino Júnior – Nozinho – Paulo Lamac – Professor Neivaldo – Rogério Correia – Tito Torres – Tony Carlos – Wander Borges.

Abertura

O presidente (deputado Hely Tarquínio) – Às 18h6min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

– O deputado Dirceu Ribeiro, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

O presidente – Nos termos do edital de convocação, a presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 1ª Fase, com a apreciação de pareceres e de requerimentos. A presidência verifica, de plano, que não há quórum para votação, mas que o há para a discussão das matérias constantes na pauta.

2ª Fase

O presidente – A presidência passa à 2ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta.

Discussão e Votação de Proposições

O presidente – Prosseguimento da Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 2.946/2015, do governador do Estado, que dispõe sobre o Sistema Estadual do Meio Ambiente – Sisema – e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, da Comissão de Meio Ambiente. Continua em discussão o projeto. Com a palavra, para discuti-lo, o deputado João Leite, que ainda dispõe de 3 minutos e 2 segundos para o seu pronunciamento.

O deputado João Leite* – Sr. Presidente, continuo a discussão do Projeto de Lei nº 2.946/2015, que, a pedido do governador, está em regime de urgência. Quero reiterar o nosso estranhamento com esse pedido do governador no momento em que Minas Gerais, o Brasil e a própria Assembleia Legislativa, com uma comissão especial presidida pelo ilustre deputado Agostinho Patrus Filho, acompanham o drama das famílias de Mariana, Barra Longa, Governador Valadares e Alpercata. Aproveito para mandar um abraço ao meu amigo Paulo Gato, que me ligou ontem preocupado com a água, pois a população de Alpercata está sofrendo. E o problema chegou ao Espírito Santo.

Enquanto isso, o governador Fernando Pimentel, vivendo em sua ilha da fantasia, pede regime de urgência para tratar de um tema tão fundamental para Minas Gerais neste momento. Eu dizia que o discurso do PT é muito diferente da prática. O PT ficou 12 anos aqui tratando da questão do desmatamento em Minas Gerais, falando que era um absurdo, que o Estado de Minas Gerais foi pentacampeão de desmatamento da mata atlântica e, quando assume o governo, coloca justamente o projeto que trata da fiscalização do acompanhamento do meio ambiente em regime de urgência.

O discurso do PT é muito distante da sua prática. Imaginem, acompanhamos muitas vezes em Minas Gerais o deboche dos movimentos sociais em relação ao meio ambiente, o desmatamento para vermos esses acampamentos e assentamentos sem nenhuma preocupação. Ao mesmo tempo, o governador manda à Assembleia Legislativa um projeto retirando do sistema o policiamento ambiental. A chegada desse projeto à Assembleia Legislativa vem com a retirada da Polícia Ambiental. A Polícia Militar não poderia mais fiscalizar. Mas, para mim, é impressionante esse governo do PT em âmbito federal e, agora, em âmbito estadual.

A gente começa a entender algumas coisas com os últimos acontecimentos. Ninguém imaginava que um grande amigo de Lula era latifundiário. É por isso que o discurso do PT é muito distante da prática. A vida inteira, nesta tribuna, o PT criticou os latifundiários. Só que Lula é o grande amigo de um latifundiário, do Sr. José Carlos Bumlai. Deve estar fazendo frio em Curitiba, e ele deve ter levado uma blusa para se agasalhar bem, convocado pelo juiz Sérgio Moro.

Imaginem que temos uma queda de 62% na formação de fiscais do meio ambiente pelo governo federal. Fiscalização a distância é o modelo do PT para fiscalizar barragens. O DNPM tem quatro fiscais de barragens. Em Minas Gerais, no próximo ano, teremos 116 mil para fazer a fiscalização de barragens.



Sr. Presidente, agradeço pelo tempo a mais que me foi concedido e aproveito para dizer que voto “não”. Não confio em dar um cheque em branco ao Sr. Pimentel. Não confio nele. Ele é um abusado violador do meio ambiente, um contumaz violador do meio ambiente. Votarei “não” a esse projeto.

O presidente – Com a palavra, para discutir o projeto, o deputado Cristiano Silveira.

O deputado Cristiano Silveira* – Sr. Presidente, quero também discutir a tramitação do projeto, pois entendo que a matéria é relevante. O que se tem pedido nesta Casa, especialmente pelos deputados da oposição, é que haja um amplo debate, um consistente debate, um necessário debate entre os parlamentares sobre a matéria que vamos votar.

O que tem sido comum nesta Casa – e alguns vão tentar fazer uma análise pessimista ou negativa do que tem ocorrido, mas vejo de outra forma – é a manutenção da construção do debate democrático e das ideias. O que quero dizer com isso? O projeto que estamos discutindo, da sua entrada e tramitação na Assembleia até o momento em que poderemos votá-lo, sofrerá várias alterações, será passível de mudanças. Ainda nas comissões, não estamos nem falando das emendas que virão a Plenário, uma série de emendas e substitutivos têm sido apresentados ao projeto para o seu aprimoramento. Os movimentos sociais, a população e todos aqueles que têm dado contribuições nos debates colaboraram para o aprimoramento da matéria.

Em relação aos prazos, entendo que o que está acontecendo tem sido razoável para a construção de um entendimento que esteja à altura da necessidade da sociedade mineira. Isso tem acontecido na Casa. O que acontece, presidente, é que temos de equalizar duas situações. A primeira é que a regra, os dispositivos e a legislação não podem ser um impedidor para que algumas realizações, algumas obras, algumas questões que tratam até do desenvolvimento se deem em nosso Estado. Por outro lado, não podemos descuidar. Tudo aquilo que aprovamos aqui tem de garantir, acima de tudo, a preservação do meio ambiente e da vida. Isso está presente na discussão, está presente nas nossas preocupações, está presente no nosso debate. Tenho a certeza de que o produto final de todo esse processo será um projeto que consiga atender ao destravamento da máquina.

Conversei com o secretário Sávio, e sabemos que existem projetos, alguns dos quais tramitam há anos. Alguns são de baixo impacto, mas, mesmo assim, com uma burocracia de anos que impede que algumas coisas possam ser feitas, mesmo do ponto de vista da infraestrutura; porém, volto a dizer: não defendemos aqui nenhum descuido, nenhuma flexibilização que culmine, que traga como consequência qualquer impacto.

Tentar atrelar a questão do Sisema, que estamos discutindo e votando, ao episódio que ocorreu em Mariana, não acredito que seja justo. É como se o problema que ocorreu em Mariana estivesse atrelado ao processo dessa votação, à discussão dessa matéria. Ora, se fôssemos tentar estabelecer um raciocínio lógico, de vínculo com o que ocorreu, com o sistema e com a legislação, nós poderíamos, então, afirmar que o sistema atual – este, sim – não nos atende, porque, se aconteceu, aconteceu sob circunstâncias e sob a égide do que hoje está em vigor, e não daquilo que está sendo proposto. Tanto é que a atenção a esse fato se deu em vários substitutivos que foram apresentados. Há o Substitutivo nº 2, que, entre outras coisas, prevê um plano de atendimento e emergência, já incluindo circunstâncias que não foram previstas, por exemplo, em episódios como o de Mariana. Então isso passa também a constar nessa matéria.

Eu mesmo, presidente, pretendo apresentar emenda, ainda em Plenário, para aprimorar o projeto, a fim de dispormos de um projeto mais a contento, mais de acordo com o que queremos.

Não é possível dizer que a discussão sobre a política ambiental em Minas Gerais, no governo de Fernando Pimentel, no governo do PT, não tem sido feita de maneira democrática; que não tem respeitado a participação, a contribuição do Poder Legislativo, da Assembleia. Precisamos lembrar aqui que quem não gostava de discutir e ouvir o Parlamento sobre matérias ambientais eram os governos passados. Os governos passados gostavam de governar com leis delegadas. As leis delegadas eram aquelas que retiravam as prerrogativas, as competências e o exercício pleno da atividade parlamentar e legislativa dos deputados e entregavam isso ao Poder Executivo. Alguns deputados diziam o seguinte: “Esse projeto nos preocupa porque prevê que, em algumas situações, as medidas poderão ser tomadas por meio de decreto”. Não é isso?



A Lei Delegada nº 178, de 29/1/2007, dispunha sobre a reorganização do Conselho Estadual de Política Ambiental — Copam. A Lei Delegada nº 179, de 1º/1/2011, dispunha sobre a organização básica e a estrutura da administração pública do Poder Executivo do Estado, tratando da questão da Secretaria de Meio Ambiente. A Lei Delegada nº 180, de 20/1/2011, dispunha sobre a estrutura orgânica da administração do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais, também relacionada com as políticas e a estrutura do meio ambiente.

Então, Rogério, tudo o que há hoje – se formos dizer que não é bom, que não nos serve, que é ruim – foi construído no passado e entregue a nós hoje. Volto a dizer: se fizermos qualquer analogia, qualquer vinculação do sistema com as tragédias que ocorreram, entenderemos que elas ocorreram no contexto da legislação sobre a política ambiental que temos hoje.

Estou muito tranquilo. No projeto dos professores nós enfrentamos essa situação; na votação do orçamento e em outras votações obtivemos as contribuições dos deputados, e essas contribuições se transformaram em importantes emendas, que aprimoraram os projetos que foram aqui aprovados. Então, não há a preocupação de que o Poder Legislativo não será ouvido e de que outros agentes do sistema, da administração, não terão papel importante nesse processo.

Aproveitam o momento da discussão desse projeto para também fazerem uma disputa política. Aí começam a fazer uma disputa política e misturam tudo, Rogério. Ao mesmo tempo em que se está discutindo a política ambiental de Minas Gerais, o sistema, fala-se do Lula, dos amigos do Lula. E respostas para o que apresentei aqui, no meu pronunciamento, durante o Grande Expediente, não foram dadas. Questionei algumas amizades do senador Aécio Neves, amigos que foram parar no Bangu 1, amigos que se assumiram sonegadores de impostos. Foram pessoas que utilizaram as aeronaves do governo do Estado de Minas Gerais, do governador Aécio Neves.

Eu, muito mais que ouvir o que eles têm a dizer das amizades do presidente Lula, quero saber como se responde às amizades do senador Aécio Neves. Vamos falar de outras amizades. Podemos falar do amigo Cunha, grande amigo de primeira hora, líder do processo do *impeachment*, que cantava música boa aos ouvidos da oposição, mas que de repente agora já não é amigo. O Cunha agora já não é amigo. O Cunha agora é patinho feio. A turma agora não quer ficar perto do Cunha. Então vamos ter problemas para fazer essas discussões.

Acho que precisamos ter foco no debate. O que está sendo discutido é a reestruturação do Sisema, com a preocupação de termos processos mais céleres, mas sem prejuízo de análise do impacto ou de qualquer dano ambiental ou que prejudique a vida do povo mineiro. O que não dá é termos um sistema que não funciona sob nenhum aspecto. As críticas são generalizadas. Ao mesmo tempo em que há movimentos que fazem crítica de tramitação, ninguém também está dizendo que o que temos aí é bom. Vamos fazer a defesa das proposições e contribuir para a construção da proposta até o momento da votação do projeto.

O deputado Rogério Correia (em aparte)* – Deputado Cristiano Silveira, eu, na parte da manhã, tive oportunidade de discutir o projeto. Aliás, desde que o projeto chegou, solicitei a todos que primeiro discutissem o conteúdo do projeto, para não haver preconceito em relação ao projeto nem à forma como ele chegou. Não que não seja importante discutir a forma, se é regime de urgência, ou não. Não estou dizendo isso, mas que é fundamental, em primeiro lugar, nos atermos ao conteúdo. Se não chegássemos a um acordo quanto ao conteúdo, teríamos mais tempo para discutir o projeto. Seria importante avaliar o conteúdo do projeto.

Fiquei na reunião marcada, na audiência pública, o dia inteiro, com o deputado Sávio Souza Cruz. Fiz questão de ficar o dia inteiro. Escutei as críticas feitas ao projeto, todas as contribuições e críticas. Algumas eram sinceras; outras, acho que eram críticas mais de preconceito. Pude fazer minha avaliação. Julgo que o projeto, por intermédio do substitutivo, tem agora um grande avanço. Alguns têm dito que o projeto é outro. Eu não diria isso. O projeto avançou muito em relação ao que veio para cá, em especial nos pontos sugeridos por ambientalistas, por entidades do movimento social e do movimento popular, os quais fomos acatando, assim como os da oposição.



Acatamos pontos da oposição quando essa era sincera. A oposição diz: se é regime de urgência, não voto. No entanto, essa é a mesma oposição que governou por lei delegada. Só o Aécio Neves fez 200 leis delegadas. Muitas delas foram leis delegadas do meio ambiente. Foram feitos decretos e leis delegadas. Quando a oposição diz que não aceita regime de urgência, sinceramente acho que a oposição está, nesse caso, equivocada e fazendo uma intervenção meramente oportunista, aproveitando-se do momento. Não reclamaram das leis delegadas que votaram. As leis delegadas foram feitas em grande quantidade. Só do senador Aécio Neves foram duas centenas de leis delegadas, sendo várias delas do meio ambiente. Quando um tucano vem aqui reclamar da urgência, acho que se trata de brincadeira de mau-gosto. Concordo com o movimento, quando esse quer discutir mais. O movimento tem razões para querer discutir. Demagogia é outra coisa. Não estou me referindo ao movimento, que tem razões para discutir.

Eu já dizia que o fundamental era ir ao conteúdo. O que o movimento apresentou como conteúdo? É impossível retirar o Ministério Público do Copam. Isso foi acatado. O Ministério Público está no Copam. Tem até uma emenda para ele estar em toda câmara técnica. Não acho razoável o Ministério Público estar em toda câmara técnica, até porque ele não fará estudo técnico. Ao Ministério Público caberá, no Copam, a análise do conjunto do projeto. Assim o fará. Está garantida a presença do Ministério Público, ponto que julgo fundamental. O movimento quis, e o Ministério Público também reivindicou isso.

Segundo, o Copam não pode perder o seu poder de decisão, com caráter deliberativo. Isso também foi colocado no substitutivo, o que julgo correto. Direi mais, o Copam teve poder deliberativo até na ditadura militar. Acho errado tirar esse poder. Nem os tucanos tiraram o poder deliberativo.

Fizeram um Copam de mentirinha com decreto. Vocês sabem que Copam é por decreto? Os tucanos fizeram com decreto. A tarde inteira, ele xingou Lula, xingou Dilma, esbravejou, xingou e falou, mas, quando escuta conteúdo, não sabe escutar, porque vai na raiz da discussão real. Nem os tucanos tiraram o poder do Copam. Digo nem os tucanos, embora eles tenham burocratizado o Copam, que é uma entidade completamente burocrática. Ela tem de ser democratizada, mas seu poder tem de ser mantido. Isso está no substitutivo e foi acatado como sugestão das entidades, que estavam aqui e que estão discutindo.

Polícia Ambiental também está acatada no substitutivo. Não era intenção do governo a retirada, conforme o Sávio Souza Cruz já disse. Era apenas uma visão de como fazer a Polícia Ambiental estar presente nisso, e ele discutiu outra forma. Não convenceu o movimento, que acha que deve se manter da forma como está. Isso também está no substitutivo.

Criação de uma superintendência para ver projetos especiais. Qual era o receio? Que essa superintendência, apreciando projetos especiais, aprovasse esses projetos, atropelando a forma convencional de aprovação e análise, etc. Isso também foi modificado, ficando claro que os projetos virão do conselho e não mais do governo ou do secretário. A superintendência vai agilizar a análise. Feita a análise, ela será remetida ao processo normal de todo projeto, sendo ele classificado como nível 1,2,3,4,5, mas seguirá normalmente a sua análise. Isso não só foi acatado como foi aperfeiçoado dentro do projeto.

O quinto ponto importante. Fico impressionado de ver deputado falar: "Agora que aconteceu aquilo em Mariana querem aprovar esse projeto". O que tem uma coisa a ver com a outra? Por que aconteceu aquilo em Mariana? O que aconteceu foi dentro da legislação atual; aliás, Minas é a casa da mãe joana das mineradoras não é de hoje.

Em 2003, propus uma CPI das mineradoras, mas o governo passado não permitiu que fosse criada, porque diziam que estava tudo bem, que Minas Gerais era uma maravilha. E tome licenciamento para tudo o que é mineradora com mineroduto e tudo o mais. Agora vêm dizer que esse projeto não pode ser aprovado em virtude da questão da mineradora? Não tem nada a ver uma coisa com a outra. Pelo contrário, aproveitando o projeto, leiam o substitutivo, há um capítulo a parte endurecendo com as mineradoras. Por exemplo, elas terão de apresentar um plano de segurança na licença de operação. Isso não estava na legislação, mas estará agora. O rigor contra as mineradoras está melhorando neste projeto. É o tudo e o absoluto? Não, é pouco, mas está melhor que antes.



Vamos apresentar, a partir da comissão extraordinária de que faço parte como relator, muito mais coisas severas em relação à mineração, para aqui não ser uma casa da mãe joana como era no governo passado. Digo mais, agora eles estão nervosos falando da mineração, mas para onde ia a Cfem? Onde o governo passado deixou a Cfem? Para a Minas Arena, lembram? Foram parar R\$59.000.000,00 na Minas Arena como pagamento da Cfem, em vez de ir, durante o governo passado, para a segurança e a fiscalização. Agora descobriram que tem coisa errada. O governador Pimentel foi eleito, então Minas não é mais perfeita. Minas era a “ilha da fantasia”, com a Andrea Neves controlando tudo que deveria controlar, controlando toda a imprensa. Vi gente de movimento social aqui, da Amda, dizer que no passado Minas era um exemplo ambiental. Que exemplo? Quando Minas foi exemplo? Não tenho esse tipo de avaliação. Do ponto de vista da defesa do meio ambiente, Minas continua ruim. Minas tem de melhorar muito.

O projeto melhora um pouco, porque ele vai agilizar procedimento de pequenos empreendimentos, que estarão mais ágeis e precisam estar através da Supram. Faço um parêntese, cabe recurso, mesmo à Supram ou ao Copam, que tem caráter deliberativo final. Está mantido no texto, mas não ficará preocupado com pequenos projetos. Ficará preocupado com os maiores projetos, com a maior fiscalização dos grandes empreendimentos.

Então, nesse sentido, melhora. Por isso quero discutir o conteúdo. Aos companheiros dos movimentos sociais, que prezo muito, área em que sempre atuei, se houve, dentro do substitutivo, mais alguma coisa, estamos dispostos a fazer conversação. Agora, vir com preconceito, confundindo tucano com passarinho, é difícil. Passar gato por lebre já é difícil; passar tucano por passarinho não dá certo. Muitos estão querendo apresentar um tucano como se fosse um passarinho voando. É tucano, tem bico longo. Então, tomem cuidado. A legislação, como estava, não foi boa para Minas Gerais. Mantê-la como está é bom? Julgo que não. Por isso há eleições também no Poder Executivo. Quando um perde, outro governa. É assim. Sei que foi dolorida a derrota do senador Aécio Neves. Perdeu em Minas. Perdeu para Dilma no Brasil por causa de Minas. Minas derrotou Aécio. Aí, eles não conseguem engolir que precisamos governar, que não vivemos mais os tempos das leis delegadas, da ditadura. As coisas vêm para cá para serem discutidas. Havia muito decreto? É verdade. Estamos diminuindo o número deles.

Então, a crítica foi feita e está sendo absorvida. Antigamente, deputado Dirceu, era por lei delegada. Não vinha para cá. O movimento nem ficava sabendo, nem aqui vinha, porque tudo era feito nos escritórios dos senadores Aécio Neves e Anastasia e da Renata Vilhena. Assim eram feitas as leis. Elas não eram feitas na Assembleia Legislativa. Estamos abertos, evidentemente, à discussão do conteúdo. Política com ódio, com fígado, de discutir que o Lula não sei o quê, não sei o quê mais, para fazer política do ódio a um partido, não é democrático, não resolve para a democracia. Ela se resolve discutindo conteúdo, vendo quem tem razão ou não, esclarecendo. Não que sejamos os donos da razão e da verdade, mas também não somos os donos da mentira. Queremos discutir isso aqui na Assembleia Legislativa. Muito obrigado. Parabéns, Cristiano.

O deputado Cristiano Silveira* – Obrigado, deputado Rogério. Quero dizer que há muita concordância. Quando V. Exa. ocupa esta tribuna e reiteradamente alerta para o risco, o perigo de se propagar, disseminar o ódio, achamos que isso não chega a cabos extremos. Mas, ao vermos o que acontece em países como, por exemplo, a França, não há de se dizer que o terrorismo não tem como principais componentes a intolerância e o ódio. Temos de ficar atentos a esse tipo de coisa. No Brasil temos de caminhar mais sob o espírito da tolerância, no verdadeiro espírito democrático.

O deputado Rogério, quando fala de se admitirem derrotas do processo democrático e eleitoral, mostra que isso é o grande espírito republicano do homem público. V. Exa. está correto, deputado Rogério.

Agora, às vezes, quando a oposição diz que se deveria retirar o regime de urgência, se fosse para discutir conteúdo, como V. Exa. lembra, seria até razoável. Então, o *pseudo* pouco tempo que a oposição diz que tem – que não acho ser pouco, acho que é suficiente para poder discutir –, ela utiliza parte para fazer o debate partidário contra o Lula, que o Lula está feio, que o Lula está de barba ou sem barba. Então, acredito que precisamos aproveitar melhor nosso tempo, nosso espaço e tentar fazer uma reflexão crítica sobre o que estamos fazendo aqui.



O deputado Rogério conseguiu destacar talvez os principais pontos, inclusive de mudança do projeto, que são aqueles defendidos pelos movimentos sociais. Os principais pontos estão atendidos. V. Exa. cita, e tem nossa concordância, a retomada do papel da polícia ambiental, o caráter deliberativo do Copam, especialmente nas ações de grande impacto. Agora, também temos de dar finalidade às superintendências regionais. Não é possível que se criem estruturas que não possam deliberar sobre projetos que tenham uma avaliação de menores impactos, desde que precedida da devida análise técnica, correta e ambiental, dentro dos termos da legislação. Assim, acho que é isso que estamos tentando buscar.

O controle social está garantido, isso a sociedade precisa entender. Os trâmites seguirão, de toda maneira, a participação da sociedade nesses espaços que o próprio projeto prevê. Isso para nós é um grande avanço. Minas Gerais teve a oportunidade de melhorar vários aspectos da legislação ambiental e também a relacionada à mineração. Há projeto de lei do deputado Rogério Correia sobre barragens e projeto do deputado Paulo Lamac, que assina junto com o deputado Elismar Prado. Outras proposições que tratam sobre o tema não avançaram na Casa, não tiveram como avançar.

Embora a gente não vá resolver isso nesse projeto de lei, preciso dizer também que são três momentos nas tragédias: o primeiro momento é de imediato socorro às vítimas, de imediato atendimento aos atingidos; o segundo, de apuração rigorosa e estabelecimento de responsabilidades; e o terceiro, de aprendizado. É nesse ponto que o poder público em Minas Gerais tem rateado. Como já disse, em 15 anos, houve em torno de seis grandes rompimentos de barragens em Minas, e o aprendizado não se deu: não se avançou na legislação nem na fiscalização. Não se avançou! O pouco de avanço que temos acontece, por exemplo, quando o governador Pimentel quer debater questões relativas a mineração e barragens, como faz nesse projeto. Até o final do processo de discussão da proposta do governador Pimentel que aqui está, precisamos, deputado Rogério Correia, manter os nossos espíritos e mentes abertos e os ouvidos atentos. Vamos continuar dialogando com o movimento social; vamos aprimorar a matéria até onde for possível; vamos acolher emendas. A própria oposição disse aqui que tem feito algumas propostas que têm tido algum acolhimento nas comissões.

Ou seja, não há preconceito, não há problema. O que há é democracia. Neste mandato do governador Pimentel e do presidente Adalclever Lopes, nesta nossa legislatura, o Poder Legislativo tem tido personalidade, identidade e possibilidade de debater qualquer matéria que seja. Veja V. Exa. que em nenhum momento o governador Pimentel se utilizou do instrumento chamado lei delegada, que foi utilizado por Aécio e Anastasia. Não entendo como os deputados que estiveram nessas legislaturas, no período desses governos, não fizeram essas contestações. Mas não fizeram.

Mas tenho outro dado a apresentar. Acompanhei alguns indicadores do governo passado e, segundo a Fundação SOS Mata Atlântica, Minas Gerais foi pentacampeão em desmatamento. Foi o estado brasileiro que mais perdeu mata atlântica, com essa legislação atual. Os movimentos sociais precisam saber disso: nos governos passados, por cinco anos consecutivos, ou seja, Minas foi o estado pentacampeão em desmatamento da sua mata atlântica. O que propomos, então, é uma legislação que proteja, melhore e reverta a situação, porque o nosso cenário é trágico.

O deputado Rogério Correia (em aparte)* – Esqueci de comentar uma questão que julgo importante, deputado. Algumas coisas não são de legislação – aliás, a legislação já existe, e isso é feito assim mesmo. A Samarco, na verdade, é a Vale mais uma mineradora australiana, a BHP Billiton, que é a maior mineradora do mundo. Pois bem, um dos presidentes da BHP Billiton disse em entrevista que, como o minério caiu muito de preço, eles realmente tiveram que aumentar a produção, mas que, mesmo aumentando a produção e com o preço baixo, ele tinha boas notícias a dar. Ressalto que a entrevista foi dada depois do que ocorreu em Mariana. Ele lamentava muito o que se deu em Mariana, mas queria dar a boa notícia de que, durante os últimos anos, mesmo com essa queda, ele repassou 6,6 bilhões de dividendos para os acionistas. Essa era a boa notícia que ele tinha que dar.

Hoje, a *Folha de S.Paulo* noticiou que uma das empresas da Vale, sem ser a Samarco, utilizava a mesma represa como depósito. Não sei se V. Exa. leu isso na *Folha de S.Paulo*, mas ela utilizava o mesmo depósito da Samarco; ou seja, para garantir a sua lucratividade, utilizava a mesma barragem, que já estava com 90% de utilização. Quer dizer, a lucratividade é a única coisa que interessa para a Vale, empresa que foi privatizada, comprada por 3,3 bilhões quando valia 92 bilhões, o que



também tirou do Brasil qualquer perspectiva estratégica de extração do minério e de nossas riquezas. Isso também é algo que temos de discutir: no que deu o processo de privatização.

De roldão, ainda levaram as ferrovias mineiras e brasileiras de maneira geral para a Vale, tirando de Minas a capacidade que tinha de ser um grande centro de ferrovias por onde escoar produtos alimentícios. Então, faz parte desse modelo injusto, que levou à privatização e ao processo neoliberal no Brasil. A Vale é resultado disso, aliás dos mais comemorados resultados da privatária que houve na época.

Hoje é preciso fazer uma análise do que aconteceu, também com o histórico de como funcionou o modelo de mineração aqui no Brasil, notadamente a partir da privatização. É outro elemento em que temos de entrar também, com o raciocínio sobre o procedimento que tivemos que levou a esse crime ambiental – que alguns chamam de acidente, mas que eu prefiro chamar de crime ambiental.

O deputado Cristiano Silveira* – Obrigado, deputado. Para concluir, se nós entendemos e concordamos que o que há de legislação ambiental hoje em Minas não atende à sociedade, que há falhas nos processos fiscalizatórios, se concordamos que Minas Gerais teve perdas nos seus indicadores de desempenho, o governador Fernando Pimentel não foi parte desse problema. Evidentemente que tem a responsabilidade de ser parte da solução, mas notadamente não é responsabilidade do governador Pimentel a situação em que nos encontramos no momento atual. Obrigado, presidente.

O deputado João Leite – Sr. Presidente, art. 164.

O presidente – Com a palavra, pelo art. 164 do Regimento Interno, o deputado João Leite.

O deputado João Leite* – Muito obrigado, presidente. Queria dizer que 59,6% da Vale do Rio Doce pertence ao governo federal. Vale do Rio Doce, proprietária da Samarco. O deputado não consegue ouvir, quer invadir o campo. Calma, deputado, o senhor vai ter tempo de falar. Já falou muito. Então o governo federal tem 59%. Quem colocou o Sr. Murilo Ferreira presidente da Vale foi o Sr. Lula. O Sr. Lula retirou o presidente anterior, Roger Agnelli, e colocou o Sr. Murilo Ferreira. Ele está colocado pelo Lula na Vale do Rio Doce. Então, já que eles mandam na Vale, é bom ir lá e corrigir isso. Queria lembrar também que a lei de segurança de barragens de 2010 determina que o DNPM, órgão federal que está aí há 13 anos, ilustre deputado Lafayette de Andrada, é responsável pela fiscalização de rejeitos de minério. O governo federal é o responsável. E quantos fiscais tem? Quatro. São quatro fiscais para todo o Estado de Minas Gerais, para setecentas e tantas barragens. E vem aqui xingar outros partidos. Expliquem. O que este governador quer está claro nesse projeto, no qual eu voto “não”. Votarei “não”. Não aceito esse projeto. É a concentração de poder nas mãos do Poder Executivo. Esquece, Dalce. Movimentos sociais, esqueçam, porque vocês não terão mais espaço. Tudo estará concentrado nas mãos do governo. Classe 1, 2, 3 e 4 é decisão direta do Executivo. Esqueçam. Acabou aquela discussão dos movimentos sociais. É concentração de poder. Onde estão as estruturas? Onde está o pessoal especializado? A montanha que eles anunciaram está parindo um camundongo, um ratinho. Para a fiscalização de barragens no ano que vem há R\$116.000,00 no orçamento do Estado. É importante também dizer que a lei federal de 2010, regulamentada em 2012, é clara ao dizer das responsabilidades de cada órgão. O governo federal não vai se safar disso. E o pior é a presidenta da República vir aqui parecendo uma fiscal do Ibama ou do DNPM e multando – R\$250.000.000,00 de multa para a empresa – e levando o dinheiro para Brasília. Como as famílias de Mariana e de Barra Longa vão sobreviver ao longo do Rio Doce? A presidenta trouxe uma mala, enfiou nela R\$250.000.000,00 e levou para lá. Vai para o fundo ambiental? Está bem, mas como as famílias vão receber esse dinheiro? Como ficará a situação delas? Queria dizer, presidente, que o art. 164 é muito claro: o deputado que não teve oportunidade de se manifestar terá o tempo de 5 minutos. Estou tendo esses minutos porque meu partido foi achincalhado. Essa manifestação é difícil. Depois de eles governarem 13 anos e deixarem o DNPM abandonado dessa maneira, vêm com o discurso de cinco anos de desmatamento de mata atlântica em Minas Gerais. E agora, em relação às classes 1, 2, 3 e 4, bastará uma canetada do Poder Executivo para resolver. Então, presidente, quero agradecer a V. Exa. O regimento da Assembleia Legislativa é claro. O deputado, o partido foi citado dessa maneira, com tanta descortesia. Não somos nós quem estamos ligados agora aos latifúndios, aos latifundiários, ao amigo do rei, tão criticado aqui, Dalce. E tem a Kátia Abreu, latifundiária também. Falaram tanto. Sr. Presidente, esse



deputado quer retrucar. Ele falou, xingou e agora quer falar novamente. Não é assim. O regimento é claro. Não tive oportunidade de falar e estou falando depois de ele falar todas essas coisas. Quero agradecer, mas ressaltar que o regimento é claro.

O deputado Rogério Correia – Art. 164.

O presidente – Vou manifestar minha dificuldade em decidir, porque muitas coisas ficam na base da praxe, da interpretação do presidente. Como não gosto de dificultar as coisas nem de contrariar ninguém, vou conceder a palavra, ininterruptamente, interpretando o regimento. Vamos conceder aqui a réplica, a tréplica, enfim, tudo, até o pessoal desistir. Vamos deixar que cada um reflita sobre seu posicionamento e ficaremos tranquilos. Como temos tempo, vamos conceder, *ad aeternum*, a palavra aos que estão em posições opostas no campo das ideias. Isso se chama contrariedades do ponto de vista dialético. Com a palavra, pelo art. 164 do Regimento Interno, o deputado Rogério Correia.

O deputado Rogério Correia* – Presidente, não vou deixar V. Exa. em saia justa e ficar discutindo indefinidamente. Apenas estou querendo centrar o nosso debate no conteúdo do projeto. Procurei fazer isso, fiz um aparte no conteúdo. Dizer que a presidente Dilma veio aqui, encheu uma mala e levou para lá não é o conteúdo do projeto, mas uma ofensa à presidente. Ela, no exercício da sua função, trabalhou com o que é possível de multa e vai multar uma empresa que merece ser multada. A multa é muito pequena. São R\$250.000.000,00. Isso é apenas o início. Então, foi correto o que a presidente fez. Ela não encheu uma mala de dinheiro e a levou. Esse tipo de conduta não é correto de ser feito. Esses ataques são ilegítimos e, por isso, eu pedi o direito de resposta. Pensar o que cada um pensa do conteúdo não há problema. Não é verdade que nós, o Partido dos Trabalhadores, nos mostramos ser amigos dos latifundiários. Onde? O que estava no debate? Que ataque fortuito é esse? Então, houve durante a tarde inteira ataque gratuito e fortuito. Vamos responder aos ataques, porque não podemos deixar que isso prevaleça, que as pessoas atrapalhem o debate e o conteúdo para fazer ataques e disseminar o ódio. Outro dia o ministro Patrus Ananias foi tomar uma cerveja e almoçar em Belo Horizonte, mas, quando ele saiu do local, foi atacado e ofendido por pessoas que gritavam improperios. Muitos deles são repetidos aqui no microfone a torto e a direito, porque se tem a ideia de proclamar o ódio. As pessoas escutam esse ódio e costumam repassá-lo. Ele foi discutir o conteúdo, mas a pessoa apenas repetia o ódio. Então, na Assembleia Legislativa, vou cansar de dizer: vamos discutir o conteúdo. No conteúdo, vimos aqui várias propostas, como disse o deputado Cristiano Silveira, propostas que foram aceitas. Estamos para ouvir outras críticas, para que possamos emendar o projeto. Estamos abertos a isso. Citei várias aqui, e talvez tenha me esquecido de alguma. Tenho conversado com vários companheiros do movimento social sobre isso. Peço que nos apresentem críticas ao projeto. Essa crítica de que ele está em regime de urgência é válida como observação de método, mas, se a crítica é apenas essa e no conteúdo chegou-se à conclusão de que o projeto avança, que pode ser aprovado, não há problema, evidentemente, em seguirmos com o regime de urgência, caso se acerte o conteúdo. Por isso, há o esforço para se discutir o conteúdo. Dizer que não se vai votar o projeto apenas porque ele está em regime de urgência e não apontar realmente quais as críticas que se tem sobre ele não nos faz avançar. Retira-se a urgência, mas ele continua o mesmo, porque há que se mudar o seu conteúdo. O costume eram as leis delegadas, e elas eram feitas às pencas. Repito: houve mais de 200 apenas durante o período do governador Aécio Neves. Foram mais de 200 leis delegadas, e isso não é nenhuma blasfêmia minha. V. Exa. se lembra das leis delegadas. Basta consultar o número, e vocês verão no Google que foram mais de 200 leis delegadas, sendo muitas delas para tratar da questão ambiental. Esse projeto está vindo às claras, como, aliás, veio também a reforma administrativa. Então, do ponto de vista do conteúdo do projeto, as críticas que foram feitas, muitas delas estão aceitas, como o Ministério Público e a diminuição do número de decretos. Houve uma crítica de que tudo dos níveis menores é decidido pelas Suprams. Não. São decididos os menores, mas cabe – e isso está no substitutivo que vocês poderão ler – recurso ao Copam, a qualquer um deles. Isso pode ser feito na Supram. Podem fazer o recurso, que vai ao Copam. Isso está no projeto e foi colocado também como resultado da absorção de uma crítica. Dessa forma, haverá o direito de fazer o recurso que irá ao Copam. Então, não existe nesse caso autoritarismo. Os projetos são menores, e cabe recurso à Supram para que o Copam possa dar a palavra definitiva



em relação a ele. Então, estamos agilizando e mantendo o procedimento democrático. Essa foi outra crítica sobre o conteúdo que foi feita. Se não está assim, estamos abertos a fazer a discussão. Quero discutir o conteúdo e não o preconceito e o ódio.

O deputado João Leite – Eu também, Sr. Presidente, quero discutir. Art. 164.

O presidente – Da mesma forma, quero falar só para esclarecer ao Plenário. Mas a palavra será concedida. Olhem a dificuldade do presidente muitas vezes. A palavra “interpretação” é consciente, inconsciente e temos de aplicar uma porção de outras ciências do conhecimento amplo, da epistemologia, da legística, de uma porção de coisas. Lá está escrito: “A Presidência, no exercício de suas atribuições e tendo em vista a necessidade de se conferir melhor aplicabilidade ao art. 164 do Regimento Interno, com a interpretação que melhor corresponda ao espírito do Diploma Procedimental, decide que a palavra a deputado citado em pronunciamento somente será concedida, a critério da Presidência, para contestar acusação pessoal à própria conduta ou para contradizer o que lhe foi indevidamente atribuído como opinião pessoal”. Como gosto de todos, vamos *ad aeternum*. Então, quero dizer que não vou ser ortodoxo. A palavra “ortodoxo” significa opinião reta. Como não entendo que há uma opinião reta diante do universo dos deputados aqui, ainda sendo prolixo, mas com essa dificuldade de interpretação e com a praxe que tem mil saídas, V. Exa. tem a palavra. Com a palavra, pelo art. 164 do Regimento Interno, o deputado João Leite.

O deputado João Leite* – Muito obrigado, querido amigo, deputado Hely Tarquínio. Queria, deputado Hely Tarquínio, que não houvesse ódio mesmo. Eles não conseguem esquecer Aécio Neves. Toda hora têm de citar Aécio Neves. Deixa ele lá em Brasília. Eles sofrem muito com o Aécio Neves. Ele perdeu a eleição, gente, esquece o homem. Agora, se é conteúdo, está claro: será remetido às unidades regionais se, em seis meses, não houver parecer. Imaginem, estamos com esse drama do Rio Doce. Se não houver parecer em seis meses, vai para a unidade regional resolver. Nunca vi uma coisa tão arbitrária, algo tão centralizador. Se for necessário estudo de impacto ambiental, OK, um ano. Além disso, já citei, classes 1, 2, 3 e 4 são na caneta do governo. Isso é democrático, gente? Isso está sendo discutido? Isso é aceito nesse momento de drama ambiental que estamos vivendo? É importante dizer que não adianta o governo federal querer fugir de sua responsabilidade. A Lei nº 12.234, de 2010, Maria Dalce Ricas, regulamentada em 2012, que trata da política nacional de segurança de barragens, do Sistema Nacional de Informações sobre Barragens, é clara: o responsável é o DNPM. Mas como o DNPM vai fiscalizar se há quatro fiscais? Isso não é conteúdo? Onde está a estrutura para isso tudo funcionar? Onde está no projeto? Já tentei achar nesse calhamaço, que agora está cheio de emendas e substitutivos, mas continua a remissão para decreto; é a coisa mais centralizadora que existe. Eles vão dominar o licenciamento. O que tem a ver com conteúdo? Está aqui a notícia: o nosso latifundiário, uma empresa dele, que era inativa, recebeu R\$64.000.000,00 do BNDES. A empresa inativa do latifundiário amigo do Lula, Sr. Bumlai, já pensou, recebeu R\$64.000.000,00 para o meio ambiente. O amigo do PT recebeu R\$64.000.000,00 do BNDES. Já pensou, deputado Arantes, amigo da agricultura, R\$64.000.000,00 para um latifundiário? Ele foi beneficiado mesmo. Tem tudo a ver. Como é? Liberal, latifundiário, crescendo. Sei que isso incomoda porque eles falavam outras coisas aqui. Diziam antes que Minas é campeã de desmatamento, mas agora são classes 1, 2, 3, 4; pode tudo. Pode chegar desmatando, pode chegar arrebetando com tudo, não tem problema. A mata seca, lá no Norte de Minas Gerais? Esquece, com esse projeto, ela vai acabar. É por isso que falei “não”, voto “não” a esse projeto. Por mais que eles costurem, não vão conseguir resolver o problema; esse projeto do Sr. Pimentel está vazando por todo lado. E ele é responsável, sim. O Sr. Pimentel era ministro do Desenvolvimento Econômico do Brasil. O deputado Felipe Attiê lembrou que ele, Mantega e Dilma é que nos puseram nessa situação. A situação do Brasil tem de ser colocada na conta deles. Estou pronto para esse debate, presidente. O projeto é muito ruim. É um projeto péssimo, deveria ser retirada a urgência e ele deveria ser retirado de pauta. Estou aguardando para continuar.

O deputado Rogério Correia – Art. 164, presidente.

O presidente – Com a palavra, pelo art. 164 do Regimento Interno, o deputado Rogério Correia.

O deputado Rogério Correia* – O art. 164 do presidente vale independentemente do regimento, não é isso? Pode falar pelo art. 164 quantas vezes quiser, embora o regimento estabeleça que a palavra somente pode ser usada por um deputado



por representação partidária, uma única vez, no procedimento. Mas o presidente quer entender de forma diferente, e, sempre que a oposição pede, V. Exa. concede. Não vou mais admitir que o regimento só valha para um lado e não para o outro. Já que V. Exa. interpreta dessa forma, também vou interpretar. Presidente, nas classes 1, 2, 3 e 4, cabe recurso ao Copam. Então, é decidido e agilizado, e, caso não haja consenso local, cabe recurso ao Copam, que terá caráter deliberativo para resolver. Isso vai agilizar os procedimentos para empreendimentos menores, como, por exemplo, assentamento de reforma agrária, que pode ser decidido lá. Se houver recurso, vai ao Copam. Por que um assentamento de reforma agrária, para fazer algum tipo de produção, precisa passar pelo comando central do Copam e do Estado? Então, isso vai para a Supram; 1, 2, 3 e 4. (– Manifestação das galerias.) É engraçado como a plateia só tem paciência de me escutar em determinado momento. Estou discutindo o conteúdo. Presidente, se não se está dizendo o que ela gosta, a plateia, com o ódio e o preconceito que tem a algum projeto, não escuta. Aí é difícil. Peço a V. exa. que desconte meu tempo porque não vou falar com interrupção. Se os tucanos não querem me escutar, paciência, mas vou falar. (– Manifestação das galerias.) É, mas só reclama quando fala o PT. Aliás, aqueles que foram nadar com o Anastasia no Rio das Velhas são bastante democráticos mesmo. Presidente, peço a V. Exa. que desconte o meu tempo.

O presidente – Vou solicitar à plateia que nos ajude. Sei que o deputado traz para dentro do Plenário, no seu imaginário, no seu universo, nos seus pensamentos, a representação de muita gente, porque o parlamentar representa muita gente. A democracia representativa é muito flexível. Gostaria que, com a plasticidade mental de todos, pois sei que todos são inteligentes, a gente chegasse ao entendimento de ouvir como uma forma de aprendizado, para ver o tanto que as paixões, os desejos, as convicções predominam sobre o ser humano. Seria de bom alvitre que a gente ouvisse a sabedoria dos deputados, e em silêncio. Com a palavra, o deputado. Está descontado o seu tempo.

O deputado Rogério Correia* – Falando direto no conteúdo, em relação às classes 1, 2, 3 e 4, cabe recurso do Copam. Então elas são decididas na Supram. Quero esclarecer que nesse caso cabe recurso ao Copam. Então você pode agilizar um assentamento de reforma agrária, alguma questão que vai dentro de empreendimentos menores, que podem ser decididos em nível local, descentralizados. Mas, se houver divergência, pode haver recurso ao Copam, que tem caráter deliberativo recursivo. Então não está eliminada a chance disso. Em relação a determinar um prazo de seis meses a um ano para parecer, isso ajuda. E ajuda muito. Estou vendo ali uma frase, agora vou conversar com vocês: “Samarco, Vale, Pimentel, culpados”. Engraçado, não é culpado quem privatizou a Vale, não? Esses não são culpados, não entram nas faixas? Eu fico impressionado de ver. (– Manifestação nas galerias.)

O presidente – Vamos evitar conversa colateral, senão complica. (– Manifestação nas galerias.)

O deputado Rogério Correia* – Isso, a Vale privatizada. A Vale que custou 3,3 bilhões privatizada, foi vendida e entregue por 3,3 bilhões pelo governo Fernando Henrique. Esse aí entregou... (– Manifestação nas galerias.)

O presidente – Gente, mais uma vez eu solicito, de forma...

O deputado Rogério Correia* – Aí fica claro – não é presidente? –, porque quem licenciou a empresa para fazer foi o governo Aécio Neves, mas os tucanos não querem concordar com isso. Fica claro o caráter partidário. É isso que estou mostrando.

O presidente – Vou pedir à plateia, se possível, vamos ouvir...

O deputado Rogério Correia* – ... porque não há culpa de quem deu a licença. Foi o senador Aécio Neves que deu a licença para fazer a represa e a barragem. Foi ele mesmo.

O presidente – Rogério Correia?

O deputado Rogério Correia* – Eu propus uma CPI em 2013, e os tucanos não quiseram. Mas o movimento social que está aqui tem uma predileção partidária. Aí é difícil.



Suspensão da Reunião

O presidente – A presidência vai suspender a reunião por 2 minutos para ver se a gente consegue a paz aqui dentro. A harmonia nunca vai acontecer, mas a paz, quem sabe, contando com a compreensão de todos vocês. Estão suspensos os nossos trabalhos.

Reabertura da Reunião

O presidente – Estão reabertos os nossos trabalhos. Mais uma vez, gostaria de apelar para o bom senso e pedir que evitem conversa colateral ou discurso colateral do orador com a plateia. Peço silêncio à plateia e solicito que um orador não ofenda o outro. Com a palavra, pelo art. 164 do Regimento Interno, o deputado Rogério Correia.

O deputado Rogério Correia* – Presidente, terminarei. Do ponto de vista do que foi colocado em termos de conteúdo, em relação às classes 1, 2, 3 e 4, cabe recurso ao Copam. Então os empreendimentos menores são agilizados na Supram, mas, caso haja discordância de qualquer entidade ambiental, de qualquer membro da Supram, pode ser pedido recurso ao Copam, que terá caráter, repito, deliberativo e recursivo. Não há problemas em relação a esse tema. É o que está dentro do projeto. O outro diz respeito ao parecer, obriga entidades a fazer o parecer, algumas em seis meses, algumas em um ano. Isso é bom, porque muitos não davam parecer. Para ser julgado se vale ou não vale, se faz ou não faz o licenciamento, é preciso ter a obrigatoriedade do parecer dos órgãos ambientais. Isso é um avanço no projeto do ponto de vista de obrigar a ter, de não poder ficar sem. As entidades ambientais terão isso. Em relação à questão da Vale e da BHP, em relação à Vale e à Samarco, é evidente que são responsáveis por esse crime ambiental. Terão evidentemente que pagar por isso, e a Assembleia Legislativa vai cobrar. O Brasil fará essa cobrança, aliás, considerando o ponto de vista internacional, haverá cobranças. Não se pode, evidentemente, permitir que esse tipo de coisa aconteça. Faço um debate de conteúdo. Acho que a privatização da Vale foi um mal inigualável para o Brasil. Ela permitiu que as empresas viessem ao País, do ponto de vista privado, apenas explorar nosso minério, mandá-lo para fora, sem nenhuma contribuição, até mesmo tecnológica. O Brasil e Minas Gerais terão de parar de minerar com mineroduto, terão de parar de minerar com represas, como feito agora, porque isso representa um risco ambiental absurdo. Teremos de parar esse procedimento de mineração. Essa é minha opinião do ponto de vista ideológico em relação à privatização. Era isso presidente, para ficar num debate de conteúdo.

O deputado João Leite – Sr. Presidente.

O presidente – Quero fazer um pedido, deputado João Leite. Rogério, vocês que são do Parlamento, que entendem a representação de cada um, que têm peso aqui dentro, devem entrar num entendimento para colocar fim a essa alternância. Deputado João Leite, poderemos conceder a palavra a V. Exa. mais uma vez. Vamos evitar, se possível, a ofensa a um e a outro. Com a palavra, pelo art. 164 do Regimento Interno, o deputado João Leite.

O deputado João Leite* – Muito bem. É importante dizer, Sr. Presidente, que nesse prazo de seis meses, que está claro na proposta que o governador mandou, caso não haja o parecer, o projeto irá para a unidade regional e será decidido sem participação de ninguém. É isso que estamos colocando. Voto “não” a esse projeto. Ninguém me convence de que ele está correto. Depois, é importante dizer, Sr. Presidente, que 49,8% da Vale pertence ao governo federal. Repito, 49,8% da Vale pertence ao governo federal. O presidente atual da Vale, Sr. Murilo Ferreira, foi lá colocado pelo presidente Lula. O Lula tirou o Roger Agnelli e colocou o Murilo Ferreira. O governo federal tem poder sobre a Vale. Portanto, 49% da Vale pertence ao público, não é privado, é ao público. (– Manifestação das galerias.)

O presidente – Vamos evitar interferência. Deixem o orador expor seu conhecimento, sua opinião. Com a palavra, o deputado João Leite.

O deputado João Leite* – Obrigado, presidente, já estou encerrando. Queria apresentar minha posição contrária. Deve ser retirado o regime de urgência desse projeto. Minha vontade é que ele seja retirado como um todo, mas, se retirarem o regime urgência, já nos ajudaria muito. Assim poderíamos discutir essa questão de licenciamento, de classes 1, 2, 3 e 4, porque isso é dar poder ao órgão sem participação dos movimentos sociais. Também quero falar da questão da remissão dos



decretos. Tudo que está no projeto é encaminhado para regulamentação posterior do governador do Estado. Queria, presidente, lamentar, pois é importante dizer que essa barragem que se rompeu foi licenciada pelo governo do Estado atual, que tem, junto com a Vale, com a Samarco e com a BHP, de assumir as responsabilidades, além do governo federal, que tem quatro fiscais do DNPM para fiscalizar mais de setecentas barragens em Minas Gerais, todas a montante de comunidades e a montante de bacias hidrográficas. O próprio Rio das Velhas... (– Manifestação das galerias.) Sr. Presidente, está contando o tempo?

O presidente – Vamos reiniciar e contar mais uma vez com a compreensão de vocês. Aqui é a Casa do Povo, queremos que vocês participem, mas desse jeito não há como continuar. Vamos ouvir mais um pouco, está terminando. Com a palavra, o deputado João Leite.

O deputado João Leite* – No final da minha participação, queria pedir desculpas ao deputado Antônio Carlos Arantes, que usará a palavra para discutir o projeto por 30 minutos. Lamento que não tenhamos oportunidade de discutir o projeto talvez mais importante deste ano. Então, Sr. Presidente, queria expor o meu posicionamento e encaminhar contrariamente. Espero que reflitamos e que impeçamos a votação desse projeto, que não atende ao meio ambiente de Minas Gerais. Obrigado.

O presidente (deputado Dirceu Ribeiro) – Com a palavra, para discutir o projeto, o deputado Antônio Carlos Arantes.

O deputado Antônio Carlos Arantes* – Sr. Presidente, nobres colegas. Cumprimento também todas as pessoas que estão aqui manifestando seus pontos de vista.

Confesso que não entendi nada agora, porque V. Exa. se manifestou 100% contrariamente ao projeto. Que eu saiba V. Exa. não recebeu dinheiro de mineração. Foi enfático! Manifestou-se contra o projeto, pediu para retirar a urgência e foi vaiado. Então, imagine eu.

O projeto, quando chegou aqui, realmente veio com muitos defeitos, estava muito ruim. Eu estava na cidade de Monte Belo, e o deputado Sávio, que hoje é secretário, estava lá também. O pessoal falou que ele estava meio adoentado. Eu não vi nada. O homem estava numa saúde danada lá. Estava muito animado. Eu e ele recebemos o título de Cidadão Honorário de Monte Belo. Ele mesmo admitiu que o projeto era muito ruim, e eu concordo com ele.

Gente, sou pequeno produtor rural, não sou grande não, sou da roça, fui prefeito de uma cidade pequena. Convivo diariamente com pequenos produtores e convivo muito com pequenos empresários, com associação comercial, com o pessoal ligado a pequenas e microempresas. Tenho visto, nos últimos anos, grandes dificuldades para se licenciar, às vezes, um pequeno laticínio de 200 litros de leite. Muitas vezes, o homem e a mulher encontram grande dificuldade para fazer a legalização daquela queijaria, enfim, dificuldade em relação à questão do meio ambiente.

Havia uma simples fábrica de iogurte na minha cidade de São Sebastião do Paraíso. Que dificuldades enfrentaram com a fiscalização! E um pessoal limpo, formado em engenharia de alimentos, na cidade de Viçosa. Sonharam que fariam o melhor projeto de uma pequena fábrica de iogurte, com todas as recomendações ambientais, sociais e trabalhistas. Tentaram até cansar; venderam-na porque não aguentaram o excesso de burocracia.

Falo mais. Fui prefeito da minha cidade de Jacuí e vi, numa reportagem do *Globo Rural*, o Prof. Tinoco, da cidade de Viçosa, ensinando como se montava uma usina de reciclagem de lixo que poderia aproveitar 90% do lixo; apenas 10% ficavam como rejeitos e seriam aterrados. Não vou falar lixo, mas material reciclável, porque é dinheiro. Escolhi o melhor lugar, uma área seca, que não tinha nascente. Havia um lixão a céu aberto. Que peregrinação! Fui mais de 20 vezes à Supram e não consegui licenciar. Só consegui a licença para iniciar a reciclagem no dia em que peguei o processo, joguei na mesa e mandei aquele pessoal para aquele lugar. Eu queria preservar o meio ambiente, e o próprio pessoal da Secretaria de Meio Ambiente na época – inclusive o secretário era o José Carlos Carvalho, e o Paulo era o subsecretário – estava criando obstáculos. Essa era a concepção, Deputado Neivaldo.

Na área do meio ambiente, estavam as pessoas que mais agrediam o meio ambiente naquela época, pois não tinham essa visão. As coisas não eram favoráveis.



Nesse mundo, gente, não dá para fazer uma ação que exclua o cidadão. Todo mundo precisa ter a consciência de preservar e de produzir. É possível produzir e preservar. Como prefeito, consegui, até pelas mãos da Dalce – e na época tiramos fotos com o troféu e tudo direitinho –, fazer o melhor projeto de preservação da água em Minas Gerais – na época, o Rio São João, em Santana. Conseguimos fazer com que a nossa usina de reciclagem fosse a melhor de Minas Gerais – e os prefeitos continuaram esse trabalho. Na época, em 1992, ganhei um prêmio no Rio de Janeiro, pelo melhor projeto de preservação ambiental do Brasil. A premiação que ganhamos foi também em dinheiro para o nosso município, e foi grande. Então, se há algo com que sempre tive proximidade é a preservação, e também sempre tive essa cultura.

Vejo que esses produtores e pequenos empresários querem preservar, mas não conseguem ficar legais; aí, ficam na clandestinidade. Esse projeto veio com defeitos, mas também com avanços – não tenho dúvida de que traz avanços, e percebo que houve uma boa correção dos defeitos no substitutivo, mas ainda precisa ser melhorado. Há muita autonomia para o Executivo e pouca participação da sociedade. É um ponto em que precisamos melhorar. Hoje tentei falar sobre isso com o Durval, que, aliás, me recebeu de forma muito áspera – achei até estranho que, como líder de governo, tenha me recebido dessa forma, dizendo que não tinha mais discussão porque já tinha ouvido a sociedade. Não tinha. Por isso mesmo, sugerimos que tirássemos a urgência do projeto – a ideia é avançar mais, porque o projeto é necessário, é importante e tem avanços, mas pode ser melhorado. Lembro que o mote de campanha do Pimentel, o jargão da sua campanha, foi “ouvir para governar”. Então, ele podia ouvir mais; podia ouvir pelo menos por mais uns 15 dias. Podia conversar com a Amda e com essa moçada idealista que tem tentado defender o pessoal de Bento Rodrigues. Realmente, é triste ver o sofrimento e a humilhação daquelas pessoas, que estão pagando o que não devem. Essa é a realidade.

Confesso que uma avançada no tempo seria positiva – poderíamos avançar, sim –, mas preciso discutir mais, como pessoa séria e consciente, que aqui representa os mais de 90 mil eleitores que votaram em mim e que, com suas famílias, sonharam, queriam e querem o avanço aliado à proteção ambiental. Não tenham dúvida de que não podemos abrir mão da preservação ambiental, porque, com o meio ambiente preservado, os cidadãos – nossos filhos e netos – poderão ter uma vida melhor. Não tenham dúvidas disso.

Então, falaram que o deputado Sávio estava doente e chegaram a falar que ele não foi visitar a mineradora e ver os problemas – não sei se isso é verdade, mas doente ele não estava; estava com uma saúde danada. Aliás, ele mesmo concordou comigo que o projeto poderia melhorar.

Estou falando que ele estava todo animado e feliz na cidade de Monte Belo. Então, nessa discussão que tivemos hoje com o Durval, a assessoria e entidades, vimos que tínhamos que fazer algumas emendas. Uma delas é a que trata do rodízio que terá no Copam. Como vai ser esse rodízio? Quais entidades serão representadas?

Como será essa mudança? Vai haver eleição? Qual a forma de indicação? Precisamos ter garantias e clareza para que as entidades estejam bem representadas, tanto o setor ambientalista, as entidades sociais, como também o setor produtivo, que gera emprego, que gera desenvolvimento e que precisa, sim, no nosso entendimento, ter espaço, mas também ter limites, ter obrigações de preservação. Não tenha dúvida disso. O que adianta produzir agredindo o meio ambiente? Olha o preço que a sociedade está pagando. Toda uma bacia, a água chegou ao mar. O pessoal colocando boias, falando que elas cercariam a lama. Era para inglês ver e não deu outra, as boias não resolveram nada. Não adianta querer remediar depois que o leite está derramado. Temos de ter ações positivas, proativas e responsáveis para que essas coisas não venham a acontecer no futuro.

E aí apresentamos uma outra emenda porque não está claro para nós qual é o regulamento para se fazer uma barragem. Da forma como está, se uma pessoa vai fazer um simples barramento no seu sítio para segurar uma água para irrigar sua produção ou para criar uma pequena piscicultura, terá de utilizar a mesma tramitação de uma grande barragem da Vale do Rio Doce e da Samarco. Tem de dividir: mineração é uma coisa, o setor dos pequenos produtores, das comunidades, dos pequenos laticínios, das pequenas fábricas de doces, as empresas pequenas que fazem tratamento de madeira, é outra. As grandes têm de ter outro tratamento. Tem de ser diferenciado. Não vamos jogar todo mundo no mesmo balaio. No meu entendimento dos avanços que há, quando o licenciamento simplifica para grau 1, 2, 3 e 4, é positivo, porque vai desafogar



para que haja grupos, mais gente para trabalhar e analisar melhor os grandes projetos. Mas, quando o governo busca essa intenção, mas não a deixa clara, a interpretação, não tenha dúvida, será contra quem vai apresentar o projeto. Chega um momento em que se estabelecesse que aqueles que não forem analisados vão para a URC. Isso significa que a pessoa terá de voltar novamente com o projeto, sendo que às vezes é um simples conjunto de irrigação para uma horta orgânica que vai fornecer alimento para as escolas, por exemplo, e de repente aquele processo estará no mesmo padrão, no mesmo nível de uma grande mineradora. Está errado. Os grandes projetos têm de ter um processo diferenciado.

E onde está o pessoal para fazer todas essas análises? Onde estará esse pessoal? Os números da Lei de Responsabilidade Fiscal indicam com uma luz amarela quando está no ponto prudencial, quando está batendo no percentual que não pode ser ultrapassado. O Pimentel chegou a isso. E por que chegou? Criou mais secretaria, mais subsecretaria, contratou um mundo de gente. Eu até acho que deveria ter contratado, sim, um mundo de gente para colocar na fiscalização. Houve R\$250.000.000,00 que não foram aplicados. Se tivessem colocado na fiscalização de projetos ilegais, de problemas que estão correndo riscos como nesse caso, até seria aceitável, mas não é o que estamos vendo na minha região. Na minha região tem gente andando à toa com dinheiro público e com carro do Estado. Para isso há dinheiro. Mas não houve dinheiro para fiscalização, não houve dinheiro para uma série de programas importantes do governo.

E vamos mais fundo. Quando se diz que o governo do Estado está muito preocupado com a preservação, está muito preocupado com o meio ambiente, não vejo isso. Ontem eu vi um gesto muito forte aqui dentro. Ontem discutimos aqui a revitalização do Rio São Francisco. Essa transposição do Rio São Francisco foi concebida com o argumento de levar água para o nordestino que não tinha água no sertão.

Houve uma manifestação contrária, até greve de fome de um frei que julguei realmente uma pessoa idealista, e o presidente Lula, na época, falou o seguinte: "Para cada real que colocarem na transposição, será colocado o mesmo real para a revitalização". Vão lá a São Roque de Minas, onde nasce o São Francisco, para verem: não há preservação; o rio está morrendo. Basta ver lá o que aconteceu. Não tenho dúvida. (– Manifestação das galerias.) Sr. Presidente, meu tempo, por favor.

O presidente – Gostaria de pedir a atenção de vocês para deixar o nosso orador terminar. Gostaria de pedir a colaboração de vocês para terminarmos nosso trabalho. Muito obrigado. Com a palavra, o deputado Antônio Carlos Arantes.

O deputado Antônio Carlos Arantes* – E, quando se fala em preservação do Rio São Francisco, basta irem lá para ver que a nascente de São Roque de Minas secou no ano passado. Basta ver o parque: 70.000ha foram praticamente todos queimados, pois não houve recursos na área do meio ambiente para fazerem a fiscalização, para apagarem o fogo. Ao descermos rio abaixo, não vemos obras de revitalização, mas, ao chegarmos bem mais abaixo, nos Estados da Bahia e de Pernambuco, aí, sim, vemos não a revitalização, mas a transposição de um rio que está morto. Se olharmos na região de Lagoa da Prata, Bom Despacho e Três Marias, verão que ele está morto, não é mais navegável. Fui a Pirapora nos anos 2000 e vi um rio que batia nas barrancas. Nele rodava o Barco Benjamim Guimarães, ponto de atração, de turismo. Hoje não há mais navegação. Vão transpor o quê? Um rio que está morrendo?

Qual é a análise? Um orçamento de R\$700.000.000,00 do ano passado para as obras de transposição, neste ano, foi para mais de R\$1.100.000.000,00, ou seja, subiu mais de 40%. E a parte de revitalização? De um orçamento de um pouco mais de trezentos milhões, este ano voltou para cento e poucos milhões. Isso quer dizer que revitalizar o Rio São Francisco não é prioridade do governo federal, essa é a realidade. E, se há revitalização, ela não acontece em Minas Gerais; o rio está sendo maltratado em todo o seu leito, mas principalmente no nosso estado. Quando dizem que fizeram uma revitalização de R\$50.000.000,00 – e o assessor do secretário Paulo Guedes falou isso aqui ontem –, digo que não sei para onde foi esse dinheiro, porque não o estamos vendo ser aplicado em bacias de captação, em nascentes, em cercamento de nascentes.

O esgoto de São José do Barreiro, que fica logo abaixo da Casca d'Anta, um dos lugares mais bonitos do mundo – São José do Barreiro é um distrito que está de frente para Casca d'Anta –, está caindo dentro do rio. O projeto está aprovado, mas o governo não libera o dinheiro. E o rio está lá sendo contaminado. Isso é revitalização?



Por que estão fazendo a transposição e não a revitalização? Porque a transposição envolve grandes empreiteiras, grandes obras, muitas máquinas, muitas pessoas e muito dinheiro. Assim as coisas ficam mais apetitosas para o governo e também para as grandes empreiteiras. Revitalização é feita pela sociedade, por essa juventude, pelo produtor rural, pela igreja, pelos movimentos sociais e pelos produtores rurais, mas eles não têm dinheiro porque o governo não tem repassado recursos nem investido na recuperação do rio. Fico por entender por que a oposição, a cada hora, fica lembrando de Aécio. Aécio. Aécio. Gostam tanto dele que não se esquecem dele, mas não foi o Aécio nem o PSDB que colocou o Cunha lá. Quem pôs o Cunha lá não foi o PSDB. Agora o Cunha não sai porque o PT está do lado. Quem votou no PT é responsável, agente o Cunha. Quem votou no PT agente o Cunha, porque o PT está lá segurando. Fizeram as manobras, as pessoas do PT não foram na reunião para não dar quórum. Na hora em que der quórum, deputado Arlen Santiago, o PT que se vire com o Cunha, pois são eles que o estão segurando. Não adianta o povo reclamar. Vocês devem reclamar do PT, porque são eles que estão segurando. Então, quando falam que davam dinheiro lá, também dão hoje. No passado, davam troco. Agora é dinheiro gordo. São malas e malas, e se fala dessas ações.

Vimos hoje que o Bumlai foi preso, o homem mais próximo do Lula, o grande latifundiário. Ele era o homem com quem o Lula tinha confidências. As confidências do Lula eram com o Bumlai e, parece, com o Vaccari. Eram os dois. Eles eram os homens com quem se faziam todos os entendimentos. Os dois estão presos, e aí falam aqui que a oposição espalha o ódio. Nunca vi uma oposição tão complacente como essa. Se fosse o contrário, estaríamos perdidos. A oposição é complacente, é uma oposição que não incomodou a presidente Dilma. Essa é a realidade. Agora ela tomou uma posição um pouco maior. Então, quem espalha ódio não é o PSDB. Quem espalha ódio não foi quem votou em Aécio. Muito pelo contrário, quem espalha ódio foi quem impediu as manifestações dos Patriotas, do pessoal que estava em frente ao Congresso. Esses, sim. Foi lá o pessoal da CUT com violência para espantar quem estava lá se manifestando democraticamente. Essa é a realidade. Então, não tem “espalha-ódio” no nosso lado. Nem sabemos fazer isso. Somos ruins de oposição, deputado Rogério Correia. A verdade é essa: não nos adaptamos ao meio e ainda estamos aprendendo, mas está difícil. Não é esse o nosso estilo. Muito obrigado.

Questão de Ordem

O deputado Antônio Carlos Arantes – Então, Sr. Presidente, encerro a minha fala e peço que encerre a reunião, mas gostaria de preservar o meu tempo para amanhã. Faltam ainda uns 10 minutos.

O presidente – A sua fala e o seu tempo serão preservados. V. Exa. ainda terá 8 minutos.

Encerramento

O presidente – A presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para as extraordinárias de amanhã, dia 25, às 9 e às 18 horas, nos termos do edital de convocação, e para a ordinária também de amanhã, às 14 horas, com a ordem do dia já anunciada. Levanta-se a reunião.

* – Sem revisão do orador.

ATA DA 28ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, EM 14/9/2015

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia os deputados Adalcleber Lopes, Presidente; Hely Tarquínio, 1º-Vice-Presidente; Lafayette de Andrada, 2º-Vice-Presidente; Bráulio Braz, 3º-Vice-Presidente; Ulysses Gomes, 1º-Secretário, Alencar da Silveira Jr., 2º-Secretário e Doutor Wilson Batista, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa decide dispor sobre a indenização, aos representantes eleitos em grupos de trabalho, das despesas referentes à participação na etapa final do “Seminário Legislativo Águas de Minas III: Desafios da Crise Hídrica e a Construção da Sustentabilidade”. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores,



para serem discutidos e seus pareceres votados. O presidente inicia a distribuição, cabendo: ao deputado Ulysses Gomes, processos contendo termos de contrato a serem celebrados entre esta Assembleia Legislativa e a Cemig Distribuição S.A., tendo como objeto o fornecimento de energia elétrica na modalidade tarifária horária verde, nas seguintes unidades consumidoras: Rua Rodrigues Caldas, 30, Rua Rodrigues Caldas, 79 e Rua Dias Adorno, 300, no Município de Belo Horizonte – parecer favorável às contratações, com dispensa de licitação, com base no art. 24, XXIII, da Lei Federal nº 8.666, de 1993, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência de Manutenção e Obras, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo requerimento de natureza administrativa do deputado Iran Barbosa referente a assistência médica – parecer favorável, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a BH News TV Comunicação Ltda. – ME., tendo como objeto a prestação de serviços de fotojornalismo, conforme descrito na cláusula primeira – parecer favorável ao acréscimo quantitativo de 11,18% (onze vírgula dezoito por cento) ao objeto do contrato, em razão da ampliação do número de prestantes de oito para nove, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Imprensa e Divulgação, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Seal Telecom Comércio e Serviços de Telecomunicações Ltda., tendo como objeto a aquisição de sistema de transporte de áudio – parecer favorável à contratação, oriunda do Pregão Eletrônico nº 61/2015, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Tecnologia da Informação, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; ao deputado Lafayette de Andrada, Requerimento nº 578/2015, do deputado Gustavo Corrêa, em que solicita ao Governador do Estado informações sobre a divulgação de dados questionáveis, conforme menciona, nos âmbitos da segurança, educação, cidade administrativa, gestão, cultura, inovação e saúde - parecer pela aprovação do requerimento, com a Emenda nº 1, aprovado; Requerimento nº 783/2015, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Defesa Social pedido de informações quanto ao andamento do projeto para construção de um presídio no Município de Poços de Caldas – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 1.015/2015, do deputado Gustavo Corrêa, em que solicita seja encaminhado ao diretor-geral da Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais pedido de informações sobre: 1) data de impressão e quantidade de exemplares impressos da edição extra do “Minas Gerais” que está registrada eletronicamente com data de 27/03/2015; 2) os destinatários da edição extra do “Minas Gerais”, com a data de encaminhamento e de recebimento dos exemplares, acompanhada de cópias dos documentos comprobatórios; 3) data (dia, hora e minuto) da alteração de dados efetuada na página da internet do “Minas Gerais”, com a exclusão da menção à edição extra nos dados relativos ao dia 28/3/2015 e a inclusão nos dados relativos ao dia 27/3/2015 – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 1.060/2015, do deputado Gustavo Valadares, em que solicita seja encaminhado ao presidente da Codemig pedido de informações sobre a fundamentação legal e os valores efetivamente pagos relacionados ao contrato de 7/5/2015, publicado no “Minas Gerais” nº 83 (ano 123), do dia 8/5/2015, na pág. 106, coluna 4, que teve como objeto a contratação dos Srs. Luiz Felipe Salomão e Luiz Fux para proferimento de palestra na conferência “O novo Código Civil Brasileiro”, realizada no Minas Centro, em Belo Horizonte, em 8/5/2015 – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 1.089/2015, da Comissão de Transporte, em que solicita seja encaminhado ao subsecretário de Comunicação Social pedido de informações sobre: o motivo pelo qual o Portal de Investimentos e Publicidade parou de ser atualizado; o critério para contratação de serviços gráficos; os fornecedores de serviços contratados diretamente ou através de agências de publicidade, bem como os valores dos contratos e serviços a partir de 1º/1/2015; os investimentos em publicidade a partir da referida data, especificando os critérios para a sua definição, assim como a relação dos valores, objetos e veículos, incluindo patrocínios, campanhas publicitárias e balanços oficiais – parecer pela aprovação do requerimento, na forma do Substitutivo nº 1, aprovado; Requerimento nº 1.155/2015, da Comissão de Defesa do Consumidor, em que solicita seja encaminhado ao presidente da Cemig pedido de informações sobre o motivo da demora de até três anos no atendimento das solicitações de aumento da potência dos transformadores, quando os cidadãos mineiros fazem construções, reformas ou ampliações de instalações residenciais ou comerciais que o exigem – parecer pela aprovação, aprovado; ao deputado Alencar da Silveira Jr., Requerimento nº 286/2015, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita informações ao secretário de Defesa Social sobre a falta de água e a superlotação no Ceresp, em Betim, a qual



motivou o princípio de motim em 9/3/2015 – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 385/2015, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita ao comandante-geral e ao corregedor-geral da PMMG informações sobre o resultado das apurações de crimes militares e infração disciplinar supostamente praticados pelo 2º Ten. PM Paulo César Pereira Chagas e as medidas adotadas ao final das apurações – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 537/2015, da Comissão de Defesa do Consumidor, em que solicita informações ao Presidente da Cemig acerca da relação de municípios que receberam transferência de ativos de iluminação pública da companhia e do motivo do atraso da transferência para alguns municípios – parecer pela aprovação do requerimento na forma original, aprovado; Requerimento nº 681/2015, da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Transportes pedido de informações acerca da situação geral dos lotes das obras da Rodovia BR-381 – parecer pela aprovação do requerimento, na forma do Substitutivo nº 1, aprovado; Requerimento nº 711/2015, da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte, em que solicita sejam encaminhados à presidente da Copasa-MG e ao diretor-geral da Arsae-MG pedidos de informações quanto ao aumento de 15,04% (quinze vírgula zero quatro por cento) da tarifa de água e esgoto, principalmente os aspectos jurídico e econômico que autorizam o reajuste e o cálculo utilizado para se alcançar esse percentual – parecer pela aprovação do requerimento, na forma do Substitutivo nº 1, aprovado; Requerimento nº 746/2015, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado à diretora do Detran-MG pedido de informações sobre quais são os procedimentos legais aplicados ao condutor que atinge 20 pontos ao ano na carteira de habilitação e sobre a ordem cronológica de aplicação desses procedimentos; requer, ainda, sejam encaminhadas a esta Casa cópias de todos os processos, julgados ou não, no período no qual o delegado Antônio Galvão Dias do Nascimento esteve no comando do Sipat de Juiz de Fora – parecer pela rejeição, aprovado; Requerimento nº 748/2015, do deputado Gil Pereira, em que solicita a inserção nos anais da Casa do artigo "Crise de identidade no setor elétrico", de Diogo Mac Cord de Faria, coordenador do MBA em Setor Elétrico da FGV/Faculdade IBS, publicado no jornal "Estado de Minas" do dia 24/4/2015 – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 997/2015, do deputado Tito Torres, em que solicita seja encaminhado ao Governador do Estado pedido de informações sobre os projetos paralisados, em licitação e a licitar, do Programa Caminhos de Minas - parecer pela aprovação do requerimento, na forma do Substitutivo nº 1, aprovado; Requerimento nº 1.039/2015, da Comissão de Turismo, em que solicita seja encaminhado ao governador do Estado pedido de informações sobre o programa Caminhos de Minas – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 1.040/2015, da Comissão de Turismo, em que solicita seja encaminhado ao governador do Estado pedido de informações sobre o planejamento das obras a serem realizadas na MG-050 – parecer pela aprovação do requerimento, na forma do Substitutivo nº 1, aprovado; Requerimento nº 1.058/2015, da Comissão de Assuntos Municipais, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Transportes pedido de informações sobre as datas das desapropriações previstas para a realização das obras de melhoria do trecho da MG-050 sob responsabilidade da concessionária Nascentes das Gerais – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 1.081/2015, da Comissão de Esporte, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Desenvolvimento Econômico e ao secretário de Esportes pedido de informações que menciona, relativas à parceria público-privada firmada entre o Estado e a concessionária Minas Arena Gestão de Instalações Esportivas S.A. para a gestão do Estádio Governador Magalhães Pinto – parecer pela aprovação do requerimento, na forma do Substitutivo nº 1, aprovado; Requerimento nº 1.092/2015, da Comissão de Defesa do Consumidor, em que solicita seja encaminhado ao governador do Estado pedido de informações acerca da observância da obrigação da aquisição de veículos de motorização flex, quando do acréscimo ou substituição da frota de veículos pertencente à administração pública direta, autárquica, fundacional e a empresas estatais dependentes, bem como da obrigação do abastecimento com álcool combustível – etanol – dos veículos, próprios ou em uso pelo Estado, com motorização flex – parecer pela aprovação do requerimento, com a Emenda nº 1, aprovado; Requerimento nº 1.258/2015, da Comissão de Transporte, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Transporte e Obras Públicas e ao diretor-geral do DER-MG pedido de informações sobre as metas e os cronogramas pactuados para a construção dos trevos no entroncamento da Rodovia MG-050 com a Avenida Arlindo Figueiredo e com o Distrito Industrial 2, decorrentes do contrato de parceria público-privada cujo objeto é a concessão patrocinada da referida rodovia – parecer pela aprovação do requerimento, na forma do Substitutivo nº 1, aprovado; Requerimento nº



1.318/2015, do deputado Felipe Attiê, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Planejamento pedido de informações que menciona sobre o Quadro de Pessoal do Estado em 2015 – parecer pela aprovação do requerimento, na forma do Substitutivo nº 1, aprovado; Requerimento nº 1.408/2015, da Comissão de Administração Pública, em que solicita seja encaminhado ao governador do Estado pedido de informações sobre os impactos do atraso na votação do Projeto de Lei nº 1.660/2015; sobre a quantidade de agentes de segurança prisional e de agentes socioeducativos demitidos em razão da impossibilidade legal de prorrogação de seu contrato; e sobre as unidades que ficarão sem servidores e a quantidade de servidores que serão demitidos – parecer pela aprovação do requerimento, com a Emenda nº 1, aprovado; Requerimento nº 1.465/2015, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado ao comandante-geral da Polícia Militar pedido de informações sobre o protesto e o confronto violentos ocorridos na Rodovia MG-10, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, no dia 19/6/2015 – parecer pela aprovação, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo*, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/1991, 5.179, de 23/12/1997, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012. Para finalizar, o presidente assina o seguinte ato: nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos do art. 51 da Lei Federal nº 8.666, de 21/6/1993, designando o servidor Luiz Paulo Magalhães Lamego para substituir o servidor Luís Antônio Prazeres Lopes, como membro suplente da Comissão Permanente de Licitação, enquanto durar seu impedimento legal. Nada mais havendo a ser tratado, o presidente convoca nova reunião para o dia 21 de setembro e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 21 de setembro de 2015.

Adalclever Lopes, presidente - Hely Tarquínio - Lafayette de Andrada - Bráulio Braz - Ulysses Gomes - Alencar da Silveira Jr. - Doutor Wilson Batista.

ATA DA 29ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, EM 21/9/2015

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia os deputados Adalclever Lopes, Presidente; Hely Tarquínio, 1º-Vice-Presidente; Lafayette de Andrada, 2º-Vice-Presidente; Bráulio Braz, 3º-Vice-Presidente; Ulysses Gomes, 1º-Secretário, Alencar da Silveira Jr., 2º-Secretário e Doutor Wilson Batista, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa, através da Deliberação nº 2.627/2015, dispõe sobre o Boletim da Secretaria e o Diário Administrativo da Secretaria da Assembleia Legislativa. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O presidente inicia a distribuição, cabendo ao deputado Ulysses Gomes processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Integrada Comunicação Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de auditoria de imagem da ALMG na mídia – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Imprensa e Divulgação, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo requerimento de natureza administrativa do deputado Arlen Santiago referente a assistência médica – parecer favorável, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Virtual Cinema e Vídeo Ltda., tendo como objeto a cessão de mão de obra para prestação de serviços de operações dos sistemas eletrônico e de áudio e vídeo da Gerência-Geral de Rádio e Televisão da Casa – parecer favorável à alteração do preço, com vigência retroativa, decorrente de reajuste salarial baseado em dissídio coletivo, autorizando a despesa, considerando manifestações da Diretoria de Comunicação Institucional, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa Lava-a-Jato e Estacionamento Parada com Sabão Ltda. – ME, tendo como objeto a prestação de serviços de lavagem e revitalização de pintura em veículos da Casa – parecer favorável à contratação, oriunda do Pregão Eletrônico nº 62/2015, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral



de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Previação Consultoria e Serviços em Segurança e Saúde Ocupacional e Emergência Ltda., tendo como objeto a locação de centro de treinamento apropriado, equipado com materiais e equipamentos de proteção individuais, para realização de treinamento prático do curso de formação e reciclagem de brigadistas de incêndio – parecer favorável à contratação, oriunda do Pregão Eletrônico nº 50/2015, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Polícia Legislativa, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo*, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/1991, 5.179, de 23/12/1997, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012. Nada mais havendo a ser tratado, o presidente convoca nova reunião para o dia 28 de setembro e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 28 de setembro de 2015.

Adalclever Lopes, presidente - Hely Tarquínio - Lafayette de Andrada - Bráulio Braz - Ulysses Gomes - Alencar da Silveira Jr. - Doutor Wilson Batista.

ATA DA 30ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, EM 28/9/2015

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia os deputados Adalclever Lopes, Presidente; Hely Tarquínio, 1º-Vice-Presidente; Lafayette de Andrada, 2º-Vice-Presidente; Bráulio Braz, 3º-Vice-Presidente; Ulysses Gomes, 1º-Secretário, Alencar da Silveira Jr., 2º-Secretário e Doutor Wilson Batista, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa toma as seguintes decisões: 1ª) aprova a prestação de contas da execução orçamentária, financeira e contábil da Assembleia Legislativa referente ao mês de agosto/2015, composta de balanços, relatórios e demonstrativos; 2ª) aprova a prestação de contas da execução orçamentária, financeira e contábil do Fundo de Apoio Habitacional da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – Fundhab – referente ao mês de agosto/2015, composta de balanços, relatórios e demonstrativos; 3ª) aprova as prestações de contas dos deputados referentes à aplicação, até 31/8/2015, dos recursos inerentes à verba indenizatória de que trata a Deliberação da Mesa nº 2.446/2009. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O presidente inicia a distribuição, cabendo: ao deputado Ulysses Gomes, processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa MCI Decorações Ltda., tendo como objeto o fornecimento e instalação de cortina – parecer favorável à contratação, oriunda do Pregão Eletrônico nº 57/2015, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; requerimento de natureza administrativa do deputado Sávio Souza Cruz referente a assistência médica – parecer favorável, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Âncora Comércio e Importação Ltda., tendo como objeto o fornecimento e reinstalação de divisórias sanitárias e painéis de laminado decorativo estrutural – parecer favorável à correção do custo estimado do ADT/104/2014, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Maxis Informática Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de suporte e manutenção técnica de sistema computadorizado para controle e apuração de registro de frequência – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Tecnologia da Informação, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; ao deputado Lafayette Andrada, requerimento de natureza administrativa do deputado Ulysses Gomes referente a assistência médica – parecer favorável, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo*, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº



5.176, de 6/11/1997, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/1991, 5.179, de 23/12/1997, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012. Para finalizar, o presidente assina os seguintes atos: nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, verificado o cumprimento das condições previstas nos incisos I, II e III do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5/7/2005, c/c art. 133 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais, observados os termos das Leis nºs 15.014, de 15/1/2004, 16.833, de 20/7/2007, 17.637, de 14/7/2008, 18.803, de 31/3/2010, 19.838, de 2/12/2011, 20.337, de 2/8/2012, 20.693, de 22/5/2013, 21.236, de 19/5/2014, e 21.697, de 25/5/2015, da Lei Complementar nº 64, de 25/3/2002, e das Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, e 5.347, de 19/12/2011, aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 9/9/2015, a servidora Rosemeire Rodrigues Maia, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Apoio Legislativo, do quadro de pessoal da Secretaria desta Assembleia; nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, verificado o cumprimento das condições previstas nos incisos I, II e III do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5/7/2005, c/c art. 133 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais, observados os termos das Leis nºs 15.014, de 15/1/2004, 16.833, de 20/7/2007, 17.637, de 14/7/2008, 18.803, de 31/3/2010, 19.838, de 2/12/2011, 20.337, de 2/8/2012, 20.693, de 22/5/2013, 21.236, de 19/5/2014, e 21.697, de 25/5/2015, da Lei Complementar nº 64, de 25/3/2002, dos arts. 105 e 106 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais, das Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, e 5.347, de 19/12/2011, e do Parecer nº 5.289, de 17/12/2012, da Procuradoria-Geral da Secretaria desta Assembleia, aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 24/8/2015, o servidor Eustaquio Antonio Rodrigues, ocupante do cargo de Agente de Execução das Atividades da Secretaria, do quadro de pessoal da Secretaria desta Assembleia. Nada mais havendo a ser tratado, o presidente convoca nova reunião para o dia 5 de outubro e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 5 de outubro de 2015.

Adalclever Lopes, presidente - Hely Tarquínio - Lafayette de Andrada - Braulio Braz - Ulysses Gomes - Alencar da Silveira Jr. - Doutor Wilson Batista.

ATA DA 16ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, EM 8/9/2015

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia os deputados Adalclever Lopes, Presidente; Hely Tarquínio, 1º-Vice-Presidente; Lafayette de Andrada, 2º-Vice-Presidente; Braulio Braz, 3º-Vice-Presidente; Ulysses Gomes, 1º-Secretário, Alencar da Silveira Jr., 2º-Secretário e Doutor Wilson Batista, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa decide revogar o Pregão Eletrônico nº 45/2014, que tem como objeto selecionar a proposta mais vantajosa para a prestação, sob demanda, de operacionalização, produção e assessoria de eventos de caráter institucional, com base nos motivos apresentados pela Diretoria de Comunicação Institucional da ALMG, que entende ser conveniente a mudança do tipo da licitação para técnica e preço, visando maior segurança na contratação. A seguir, por meio da Deliberação nº 2.625/2015, a Mesa dispõe sobre a composição de gabinete parlamentar, em conformidade com a Lei nº 21.732, de 28 de julho de 2015, e a Resolução nº 5.497, de 13 de julho de 2015, e dá outras providências. Isso posto, através da Deliberação nº 2.626/2015, a Mesa altera dispositivos das Deliberações nº 1.541/1998; nº 2.477/2010 e nº 2.565/2013, e dá outras providências. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O presidente inicia a distribuição, cabendo ao deputado Ulysses Gomes processo contendo requerimento de natureza administrativa do Deputado Leonardo Portela referente a assistência médica – parecer favorável, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social – SEDESE, tendo como objeto a cooperação técnica mútua, visando à operacionalização e manutenção das ações do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda – SPETR, (intermediação de mão de obra, ações do seguro-desemprego, qualificação social e profissional e emissão de carteira de



trabalho) por intermédio da Unidade de Atendimento ao Trabalhador – SINE - em Belo Horizonte, em espaço cedido pela Assembleia – parecer favorável ao estabelecimento de plano de trabalho, considerando manifestações do Procon Assembleia, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; requerimento de natureza administrativa do deputado Ricardo Faria referente a assistência médica – parecer favorável, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Argus Produtos e Sistemas Contra Incêndio Ltda., tendo como objeto o fornecimento e instalação de sistema de detecção e combate a incêndio por agente limpo – parecer favorável à contratação, oriunda do Pregão Eletrônico nº 21/2015, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Tecnologia da Informação, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo*, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/1991, 5.179, de 23/12/1997, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012. Nada mais havendo a ser tratado, o presidente convoca nova reunião para o dia 14 de setembro e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 14 de setembro de 2015.

Adalclever Lopes, presidente - Hely Tarquínio - Lafayette de Andrada - Bráulio Braz - Ulysses Gomes - Alencar da Silveira Jr. - Doutor Wilson Batista.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Assembleia Legislativa

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembleia para as 14 horas do dia 30 de novembro de 2015, destinada a homenagear a Associação dos Magistrados Mineiros – Amagis – pelos 60 anos de sua fundação.

Palácio da Inconfidência, 27 de novembro de 2015.

Adalclever Lopes, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Assembleia Legislativa

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembleia para as 19h30min do dia 30 de novembro de 2015, destinada a homenagear a Fundação Mineira de Educação e Cultura – Fumec – pelos seus 50 anos.

Palácio da Inconfidência, 27 de novembro de 2015.

Adalclever Lopes, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reuniões Conjuntas das Comissões de Fiscalização Financeira e Orçamentária e de Membros das Comissões Permanentes – § 1º do Art. 204 do Regimento Interno

Nos termos regimentais, convoco os deputados Vanderlei Miranda, Arnaldo Silva, Felipe Attiê, Rogério Correia, Thiago Cota e Tito Torres, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária; as deputadas Cristina Corrêa, Geisa Teixeira e Marília Campos e os deputados Agostinho Patrus Filho, Anselmo José Domingos, Antônio Carlos Arantes, Antônio



Jorge, Arlen Santiago, Bosco, Carlos Pimenta, Cássio Soares, Celinho do Sinttrocel, Cristiano Silveira, Deiró Marra, Douglas Melo, Doutor Jean Freire, Duarte Bechir, Durval Ângelo, Elismar Prado, Emidinho Madeira, Fabiano Tolentino, Fred Costa, Gil Pereira, Gustavo Corrêa, Inácio Franco, João Alberto, João Leite, João Magalhães, Leonídio Bouças, Missionário Marcio Santiago, Paulo Lamac, Roberto Andrade, Sargento Rodrigues e Wander Borges, membros da Comissão de Membros das Comissões Permanentes – § 1º do Art. 204 do Regimento Interno, para as reuniões a serem realizadas em 30/11/2015, às 11 e às 18 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar os pareceres para o turno único dos Projetos de Lei nºs 3.027 e 3.039/2015, do governador do Estado, e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 27 de novembro de 2015.

Tiago Ulisses, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos

Nos termos regimentais, convoco os deputados Durval Ângelo, Carlos Pimenta, Duarte Bechir e Paulo Lamac, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 30/11/2015, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 27 de novembro de 2015.

Cristiano Silveira, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Conjunta das Comissões do Trabalho, da Previdência e da Ação Social e de Participação Popular

Nos termos regimentais, convoco a deputada Geisa Teixeira e os deputados Gil Pereira, Gustavo Corrêa e Isauro Calais, membros da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social; a deputada Marília Campos e os deputados Doutor Jean Freire, Emidinho Madeira, Fábio Cherem e João Leite, membros da Comissão de Participação Popular, para a reunião a ser realizada em 30/11/2015, às 18h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de debater, com convidados, as implicações das propostas contidas no documento intitulado "Por um Brasil Justo e Democrático", sobre o mundo do trabalho, e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 27 de novembro de 2015.

Celinho do Sinttrocel, presidente.



TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 1.219/2015

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria da deputada Rosângela Reis, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Beneficente Prossiga – ABP –, com sede no Município de Ipatinga.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.



Fundamentação

O Projeto de Lei nº 1.219/2015 pretende declarar de utilidade pública a Associação Beneficente Prossiga – ABP –, com sede no Município de Ipatinga, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, que tem como escopo a promoção do desenvolvimento educacional, social e cultural.

Com esse propósito, a instituição cria, mantém e administra creches, asilos, orfanatos, abrigos temporários, comunidades terapêuticas e outras entidades beneficentes; presta assistência hospitalar e educacional; promove tratamento para adolescentes e adultos que estejam em situação de dependência química; e cria, mantém e administra cursos profissionalizantes.

Tendo em vista o relevante trabalho desenvolvido pela referida associação no Município de Ipatinga, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.219/2015, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 27 de novembro de 2015.

Celinho do Sinttrocel, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 2.249/2015

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria da deputada Rosângela Reis, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Beneficente Educacional Comunitária El Shaddai – Abeces –, com sede no Município de Ipatinga.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 2.249/2015 pretende declarar de utilidade pública a Associação Beneficente Educacional Comunitária El Shaddai – Abeces –, com sede no Município de Ipatinga, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, que tem como escopo a prestação de serviços assistenciais, educacionais e culturais.

Com esse propósito, a instituição presta serviços de assistência social à criança e ao adolescente, organizando e administrando creches, lares, abrigos e outros institutos que lhe propiciem meios para fazer a assistência social; e realiza feiras, congressos, seminários e congêneres para o desenvolvimento do turismo, do esporte e da cultura.

Tendo em vista o relevante trabalho desenvolvido pela Abeces no Município de Ipatinga, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.249/2015, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 27 de novembro de 2015.

Celinho do Sinttrocel, relator.

**PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 2.318/2015****Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social****Relatório**

De autoria do deputado Vanderlei Miranda, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Memorial Unida – AMU –, com sede no Município de Contagem.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 2.318/2015 pretende declarar de utilidade pública a Associação Memorial Unida – AMU –, com sede no Município de Contagem, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, que tem como escopo a prestação de serviços assistenciais, educacionais e culturais.

Com esse propósito, a instituição promove e desenvolve políticas de proteção especial para a criança e o adolescente; oferece atividades lúdicas, esportivas e recreativas; fomenta a cultura, a defesa e a conservação do patrimônio histórico e artístico; promove e executa ações de educação formal, alfabetização, ensino suplementar, educação infantil e creche; oferece assistência social; fomenta a segurança alimentar e nutricional; e promove o desenvolvimento econômico e social e o combate à pobreza.

Tendo em vista o relevante trabalho desenvolvido pela AMU no Município de Contagem, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.318/2015, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 27 de novembro de 2015.

Celinho do Sinttrocel, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 2.774/2015**Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social****Relatório**

De autoria do deputado Doutor Jean Freire, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Comunitária do Bairro da Barra – ACBB –, com sede no Município de Elói Mendes.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 2.774/2015 pretende declarar de utilidade pública a Associação Comunitária do Bairro da Barra – ACBB –, com sede no Município de Elói Mendes, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, que tem como escopo a assistência social, a proteção ao meio ambiente e o desenvolvimento comunitário.



Com esse propósito, a instituição presta assistência social a grupos vulneráveis; combate a fome e a pobreza por meio de campanhas de distribuição de alimentos, agasalhos, materiais de construção e outros; desenvolve atividades de proteção ao meio ambiente, por meio da integração de entidades afins que atuem na promoção de campanhas educativas e projetos de recuperação ambiental; elabora projetos e firma convênios com órgãos e entidades financiadoras para atendimento às necessidades da comunidade; e desenvolve atividades promocionais, culturais e recreativas.

Tendo em vista o relevante trabalho desenvolvido pela ACBB no Município de Elói Mendes, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.774/2015, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 27 de novembro de 2015.

Celinho do Sinttrocel, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 2.877/2015

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do deputado Deiró Marra, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública o Instituto Ambiental Cultural Social Nascentes das Águas, com sede no Município de Prata.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 2.877/2015 pretende declarar de utilidade pública o Instituto Ambiental Cultural Social Nascentes das Águas, com sede no Município de Prata, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, que tem como escopo o atendimento e a defesa dos direitos dos jovens e das famílias em situação de vulnerabilidade social, atuando nas áreas de assistência social, cultura, educação e preservação do meio ambiente.

Com esse propósito, a instituição desenvolve programas ligados à área educacional; promove programas de atendimento integral à família, garantindo e preservando os vínculos familiares; propõe atividades de formação pessoal, social e emancipatórias que permitam alternativas de renda e novos projetos de vida; garante a implantação de pontos de cultura popular e desenvolve programas ambientais de preservação das nascentes.

Tendo em vista o relevante trabalho desenvolvido pelo Instituto Ambiental Cultural Social Nascentes das Águas no Município de Prata, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.877/2015, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 27 de novembro de 2015.

Celinho do Sinttrocel, relator.

**PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 2.898/2015****Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social****Relatório**

De autoria do deputado Iran Barbosa, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Organização Social Popular e Ouvidoria Pública, com sede no Município de Santa Luzia.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 2.898/2015 pretende declarar de utilidade pública a Organização Social Popular e Ouvidoria Pública, com sede no Município de Santa Luzia, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, que tem como escopo a assistência social, o incentivo à geração de renda, a promoção humana e o desenvolvimento comunitário.

Com esse propósito, a instituição promove a assistência socioeducacional e profissional, mantendo projetos que visem inserir as pessoas com dificuldades de colocação e recolocação no mercado de trabalho, por meio de capacitação profissional, treinamentos, cursos, palestras, seminários e similares; atua na área de economia solidária, incentivando a formação de grupos produtivos, prestando assessoria e consultoria técnica; proporciona aos associados, familiares e comunidade amparo material, psicológico, educacional, esportivo e cultural; e contribui para a criação e a implementação de políticas públicas, projetos e programas intersetoriais.

Tendo em vista o relevante trabalho desenvolvido pela Organização Social Popular e Ouvidoria Pública no Município de Santa Luzia, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.898/2015, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 27 de novembro de 2015.

Celinho do Sinttrocel, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 2.932/2015**Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social****Relatório**

De autoria do deputado Antônio Lerin, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Casa Renovação, com sede no Município de Uberaba.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 2.932/2015 pretende declarar de utilidade pública a Casa Renovação, com sede no Município de Uberaba, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, que tem como escopo a assistência social e a promoção gratuita da saúde e da educação.



Com esse propósito, a instituição promove ações e presta serviços gratuitos em atenção às necessidades da criança e da família, priorizando a primeira infância; fomenta o desenvolvimento integral da criança por meio da busca e da construção de propostas efetivas de promoção e proteção da vida individual e coletiva; elabora, promove e apoia estratégias e ações inovadoras e comprometidas com o atendimento às necessidades do desenvolvimento da criança, visando a sua aplicação prática em larga escala.

Tendo em vista o relevante trabalho desenvolvido pela Casa Renovação no Município de Uberaba, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.932/2015, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 27 de novembro de 2015.

Celinho do Sinttrocel, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 2.940/2015

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do deputado Cabo Júlio, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Comunitária dos Moradores do Joá – Amjo –, com sede no Município de Lagoa Santa.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 2.940/2015 pretende declarar de utilidade pública a Associação Comunitária dos Moradores do Joá – Amjo –, com sede no Município de Lagoa Santa, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, que tem como escopo a promoção do desenvolvimento comunitário.

Com esse propósito, a instituição promove a colaboração recíproca entre os moradores; realiza diagnósticos da comunidade com vistas a buscar soluções que visem a seu desenvolvimento social, cultural e econômico; incentiva ações voltadas para a promoção da educação, da cultura, das artes, do esporte e do lazer, além da preservação do meio ambiente; atua pela promoção do bem-estar da criança, do adolescente, do idoso e da pessoa com deficiência.

Tendo em vista o relevante trabalho desenvolvido pela Associação Comunitária dos Moradores do Joá no Município de Lagoa Santa, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.940/2015, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 27 de novembro de 2015.

Celinho do Sinttrocel, relator.

**PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 2.942/2015****Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social****Relatório**

De autoria do deputado João Magalhães, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação de Moradores do Bairro Santa Terezinha – Ambast –, com sede no Município de Manhuaçu.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 2.942/2015 pretende declarar de utilidade pública a Associação de Moradores do Bairro Santa Terezinha – Ambast –, com sede no Município de Manhuaçu, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, que tem como escopo a assistência social e a promoção do desenvolvimento comunitário.

Com esse propósito, a instituição colabora no levantamento, na análise e na interpretação dos dados básicos e complementares para a identificação das necessidades da comunidade; reivindica, perante as entidades públicas, melhorias de qualquer espécie; realiza campanhas de vacinação e prevenção de doenças em parceria com órgãos e entidades afins; fomenta campanhas de sensibilização para a necessidade de proteger o meio ambiente; incentiva encontros de grupos folclóricos para resgate dos valores culturais; estimula a prática de esportes por meio da organização de campeonatos; e combate a fome e a pobreza.

Tendo em vista o relevante trabalho desenvolvido pela Ambast no Município de Manhuaçu, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.942/2015, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 27 de novembro de 2015.

Celinho do Sinttrocel, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 2.973/2015**Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social****Relatório**

De autoria do deputado Wander Borges, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Educadora Samuel Baker – Assesb –, com sede no Município de Santa Luzia.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.



Fundamentação

O Projeto de Lei nº 2.973/2015 pretende declarar de utilidade pública a Associação Educadora Samuel Baker – Assesb –, com sede no Município de Santa Luzia, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, que tem como escopo a promoção da ética, da paz, da cidadania, da democracia, dos direitos humanos e de outros valores universais em defesa da vida.

Com esse propósito, a instituição contribui para o desenvolvimento e a integração da comunidade; promove ações que favoreçam a transformação de situações de risco e vulnerabilidade social; desenvolve atividades profissionalizantes, de assistência social, culturais, artísticas, esportivas e educacionais que possibilitem o desenvolvimento social e humano de seus associados; e proporciona espaço de convivência e fortalecimento de vínculos comunitários.

Tendo em vista o relevante trabalho desenvolvido pela referida associação no Município de Santa Luzia, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.973/2015, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 27 de novembro de 2015.

Celinho do Sinttrocel, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 2.974/2015

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do deputado Dirceu Ribeiro, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Casa Lar para Idosos Antônio Astone Marotta, com sede no Município de Dores do Turvo.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 2.974/2015 pretende declarar de utilidade pública a Casa Lar Antônio Astone Marotta, com sede no Município de Dores do Turvo, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, que tem como escopo a assistência social e a promoção humana.

Com esse propósito, a instituição abriga pessoas necessitadas encaminhadas preferencialmente pela Conferência São Vicente de Paulo; garante assistência conforme apregoa o Estatuto do Idoso; e firma convênios com outras entidades assistenciais, patronais ou do governo federal, estadual ou municipal, em favor dos idosos amparados pela instituição.

Tendo em vista o relevante trabalho desenvolvido pela referida entidade no Município de Dores do Turvo, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.974/2015, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 27 de novembro de 2015.

Celinho do Sinttrocel, relator.

**PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 2.984/2015****Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social****Relatório**

De autoria da deputada Geisa Teixeira, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Pé de Vento Correndo para Vencer, com sede no Município de Varginha.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 2.984/2015 pretende declarar de utilidade pública a Associação Pé de Vento Correndo para Vencer, com sede no Município de Varginha, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, que tem como escopo a assistência social e a promoção humana.

Com esse propósito, a instituição promove, coordena e executa projetos, programas e ações de amparo social à coletividade; presta assistência social e profissional gratuita a usuários em situação de vulnerabilidade socioeconômica; apoia técnica e administrativamente entidades do setor público ou privado que atuem na criação, orientação, coordenação e execução de políticas de cunho social, direitos humanos, combate à desnutrição e à pobreza, garantia dos direitos da criança e do adolescente; e presta assistência à saúde da coletividade.

Tendo em vista o relevante trabalho desenvolvido pela referida associação no Município de Varginha, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.984/2015, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 27 de novembro de 2015.

Celinho do Sinttrocel, relator.

**PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR****96ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA****Discursos Proferidos em 24/11/2015**

O deputado Professor Neivaldo – Obrigado, presidente. Boa tarde a todos e a todas. Ainda no mês de novembro, mês da consciência negra, na última semana, no dia 20, havia preparado um texto referente à temática, que vou usar neste momento, para ressaltar a importância do dia 20 de novembro, a importância do mês de novembro para o movimento negro, a importância da promoção e igualdade racial. Neste ano, o mês de novembro foi intitulado Mês pela Igualdade Racial.

Desde 2003, o governo federal, o governo Lula tem uma escuta diferenciada, primeiro, com a homologação da Lei nº 10.639 e, depois, com a Lei nº 12.519, que instituiu o dia 20 de novembro como Dia Nacional da Consciência Negra. Desde 2003 o governo federal tem essa escuta diferenciada das demandas do movimento negro em relação à superação do racismo, com estabelecimento de dois marcos. Como já disse, a Lei nº 10.639, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB -, e, neste ano, inaugura a Coordenadoria de Promoção da Igualdade Racial – Cpir -, com o objetivo de fazer uma discussão interna e promover políticas públicas do governo federal nas mais diferentes áreas, visando a promoção da igualdade racial.



O Dia Nacional da Consciência Negra, comemorado no dia 20 de novembro, é uma data para reflexão, discussão e para comemorar a presença negra na sociedade brasileira e a sua participação na constituição do nosso país. O dia 20 de novembro é considerado feriado municipal em mais de 1.000 municípios, que decretaram dia de reverência a Zumbi dos Palmares. Alguns estados, como o Rio de Janeiro, também decretaram feriado, com inúmeras atividades de reflexões, debates e mobilizações. O Dia Nacional da Consciência Negra envolve grande parcela da sociedade brasileira em torno dos ideais da igualdade racial e respeito à diversidade.

Este ano, além do dia 20 de novembro, também foi inserido no calendário da Semana Nacional da Consciência Negra, a campanha “Novembro pela Igualdade Racial”, a conferência livre das Mulheres Quilombolas e de Matriz Africana e a Marcha das Mulheres Negras. Acredito que todo mundo deve ter visto esse movimento, que foi muito comentado. Infelizmente comentaram até alguns atos de violência das mulheres que estavam em marcha.

A campanha “Novembro pela igualdade racial” é realizada pela primeira vez pelo governo federal. Este é um marco, porque, pela primeira vez, o governo reconhece que a discussão da igualdade racial e que a superação do racismo é uma discussão de todos nós e de todos os ministérios que fazem parte do governo federal. Este ano o governo procurou fazer uma transversalidade com o tema. Essa campanha foi articulada pelo Ministério das Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos e também pela Secretaria de Comunicação Social. Foi uma articulação muito significativa que produzirá na sociedade brasileira uma reflexão conjunta. Um dos objetivos é construir uma reflexão conjunta sobre a questão racial, sobre os avanços que tivemos, sobre a persistência do racismo e sobre as formas de luta para superá-lo nas suas mais diversas facetas.

Ao mesmo tempo em que vemos, desde 2003, essa discussão em relação à consciência negra, também vemos o avanço do racismo. Há poucos dias, vimos a atriz Taís Araújo ser vítima de racismo, assim como aquela repórter do tempo, do *Jornal Nacional*. Diariamente jogadores são vítimas de racismo. Se essas pessoas, que são artistas, que são jogadores de futebol, que são estrelas de nível nacional, são vítimas de racismo, o que dizer da mulher negra comum, daquela mulher negra que, no dia a dia, batalha para viver? O que dizer do homem negro comum que no seu dia a dia também batalha pela sobrevivência? Quanto essas pessoas, deputado Cristiano, sofrem no seu dia a dia, com discriminação e perseguição? A maior taxa de desemprego acontece com a população negra. Os menores salários também são dessa população, em especial os da mulher negra. Temos visto também o massacre da nossa juventude negra em nosso cotidiano. Nos presídios do Brasil, qual é a maior população? Também é a população negra, vítima de todo esse processo discriminatório.

A campanha “Novembro pela igualdade racial” busca mostrar que o negro deve ser protagonista de sua história, que ele não deve se intimidar ou se diminuir em razão dos ataques racistas. Essa campanha usa um *slogan*, que trata do lugar de negro. Mostra que o lugar do negro é em todo e qualquer lugar que ele queira. Esta é a primeira vez que o governo lança uma campanha como essa em novembro, articulando vários ministérios e mostrando a evolução das políticas públicas para a igualdade racial.

Outra mensagem a ser difundida é que todos os dias são dias de consciência negra. Apesar das conquistas dos últimos anos, há um perigo crescente de retrocesso nas políticas públicas, principalmente com a possibilidade de leis retrógradas serem aprovadas no Congresso Nacional.

É necessário que os negros permaneçam unidos e vigilantes quanto aos direitos adquiridos. Esse é o grande objetivo desse projeto no mês de novembro. Lugar de negro é em qualquer lugar.

O deputado Cristiano Silveira (em aparte)* – Deputado Professor Neivaldo, quero cumprimentá-lo pela importante lembrança da data de 20 de novembro, da consciência negra. É importante, deputado, que a população saiba que o Brasil ainda é um país racista. O povo brasileiro ainda é racista. Se o senhor fizer uma pesquisa de opinião, perguntando a cada indivíduo neste país se ele se considera racista, terá quase 100% dizendo que não, mas esse racismo não é explícito, ele é subjetivo, inconsciente e cultural. V. Exa. acaba de trazer aqui alguns dados mostrando a situação do negro em nosso país, mas um século depois da abolição da escravatura.



Perceba, Professor Neivaldo, que a data que celebramos como a data da luta pela igualdade racial, a data que temos como referência não é a data da assinatura da Lei Áurea, é a data do dia 20 de novembro, que foi quando morreu Zumbi, que lutou e instituiu o Quilombo dos Palmares. Por quê? Porque não é cabível que a população tenha de celebrar como data da abolição da escravatura aquela promulgada por um branco que pertencia à família que escravizou neste país.

Vejo que é um debate que precisamos trazer. V. Exa. traz dados da violência. É verdade, a juventude que morre neste país é predominantemente negra, são 80%. Quando olhamos a violência, vamos além. De todas as mulheres que sofrem homicídio em nosso país – e os homicídios das mulheres acontecem dentro das residências, ao contrário dos homens, cujos homicídios acontecem nas ruas, presidente Hely Tarquínio –, 48% são mulheres negras. Além de sofrerem o racismo, elas sofrem muito mais o chamado feminicídio.

Continuando, a cada 100 universitários, temos 26 negros, e pergunto para o senhor que é médico: quando se trata das vagas no curso de medicina, quantos são negros? A cada 100 universitários, 3 são negros. E digo para o senhor que isso já foi pior, porque, no início da última década, instituímos a chamada política de cotas. A política de cotas aumentou em 235% a presença do negro nas universidades, e, ainda assim, temos 26 em comparação ao universo de 100%. Então, Professor Neivaldo, o Estado Brasileiro tem de pensar que não basta a constatação do racismo, não basta somente a solidariedade e não basta somente sermos sensíveis à causa. É preciso haver políticas propositivas, políticas claras que ajudem a mudar esse contexto, senão daqui a 100 anos diremos novamente os números da comunidade carcerária, os números de quem morre e da baixa escolaridade.

Um último dado para dialogar sobre a importância do tema de que estamos tratando: 48% da população negra acima de 65 anos é analfabeta. É um dado alarmante. Os fantasmas da escravidão ainda estão muito presentes em nosso país. Quero dar as mãos a V. Exa. nessa luta pela igualdade racial, e que Minas Gerais esteja em consonância com o que queremos fazer pelo nosso país. Obrigado, professor.

O deputado Professor Neivaldo – Obrigado pela colaboração, deputado.

Caminhando para o encerramento, gostaria também de registrar que estamos, este ano, iniciando a Década Internacional de Afrodescendentes. De 2015 a 2024 é o período estabelecido pela ONU de combate ao racismo, lembrando que, quanto ao racismo, devemos ver nossos heróis, como eles são lembrados. Temos Carolina Maria de Jesus, lá de Sacramento, a Bitita. Poucos brasileiros conhecem a Bitita. Poucos brasileiros ouviram falar de Carolina Maria de Jesus, mas ela é uma escritora de Sacramento, Minas Gerais, e seus livros são lidos em 13 países. Treze países conhecem a Bitita, menos o Brasil. Grande Otelo é de Uberlândia. Estamos comemorando 100 anos de Grande Otelo, um grande nome que levou o nome do nosso país ao mundo da cultura e da arte. Ele é de Uberlândia e também foi esquecido por nós, brasileiros.

O deputado referiu-se a políticas. Temos políticas concretas, como as cotas nas universidades brasileiras. Em 1997 tínhamos 1,8% de pardos e 2,2% de negros nas universidades; hoje, 8,8% de pardos e 11% de negros. A quantidade de jovens negros que ingressaram no ensino superior por meio de cotas cresceu grandemente e não acabou com a qualidade do ensino, como alguns discursavam. Além disso, temos o Prouni e o Fies. A maioria dos que utilizam esses instrumentos é da população negra. Há, ainda, o Minha Casa Minha Vida. A maioria das pessoas que utilizam esse programa, principalmente as mulheres, são também da população negra.

A presidenta Dilma recentemente aprovou um projeto destinando 20% de concursos públicos, em nível federal, à população negra. Aproveito a oportunidade para parabenizar o prefeito Gilmar Machado, de Uberlândia, um prefeito negro, que, no dia 20 de novembro, também sancionou uma lei, do vereador Isac Cruz, também disponibilizando 20% das vagas dos concursos públicos de Uberlândia, nos próximos 10 anos, para a população negra. Não é uma lei *ad aeternum*, assim como a lei das cotas. Essas duas leis são de equiparação, de reconhecimento de que essa população ficou à margem durante muitos anos, durante muitas décadas. Então, são leis que vêm dar direito à população negra ao que ela não teve acesso. É uma população que construiu este país, que, literalmente, deu a vida e o sangue para esta nação, e na sua “libertação” pela Lei Áurea, esse povo simplesmente ficou à margem dos direitos, das conquistas que este país foi tendo durante séculos.



Concluindo, presidente, o que queremos com o 20 de novembro, com a Lei nº 10.639, com as cotas simplesmente é dar o que é de direito à população negra. Muito obrigado e desculpe-me ter ultrapassado o tempo.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Cristiano Silveira* – Muito bem, senhores. Percebo algumas vezes falas dos colegas deputados num espírito muito nobre em favor da ética, da moral, dos valores, contra a corrupção. Vemos algumas vezes muitas falas carregadas de muita suspeição de quem quer que seja, principalmente se estiver num campo político adversário. Questionam, aliás, as amizades do presidente Lula, que teria amigos latifundiários.

O que acho engraçado é que não percebo a mesma energia dos colegas deputados que, então, querem fazer o debate da ética, da moralidade quando se trata de parlamentares, de deputados que pertencem ao bloco de oposição ao governo federal, que pertencem ao bloco de oposição ao PT. Não vejo a mesma veemência, por exemplo, quando se deveria questionar a ação do Ministério Público Federal que investiga o desvio de mais de R\$14.000.000.000,00 da saúde em Minas Gerais. Gastos contabilizados que não deveriam ser utilizados na saúde. Segundo o Ministério Público Federal, estamos falando, aliás, de vacinas para gado do IMA. A investigação diz respeito à não aplicação desses recursos.

O principal delator do início da Operação Lava Jato, Alberto Youssef, que fez as chamadas delações premiadas, a cada nome que dizia estampava-se uma nova manchete e automaticamente o juiz Moro tratava de dar procedimentos jurídicos ao processo. Porém esse mesmo Alberto Youssef confirma que o ex-governador Aécio Neves recebeu recursos de Furnas. Nada de novo para quem acompanha nesta Casa os debates que se travaram em torno da chamada lista de Furnas. O deputado Rogério Correia já havia feito essa denúncia anteriormente. A Polícia Federal comprovou a autenticidade da lista. Alberto Youssef disse e confirma esse pagamento, mas não vemos o mesmo tratamento, a mesma energia, o mesmo vigor e o mesmo discurso.

Recentemente nos deparamos com a utilização do bem público para o interesse próprio, para o interesse privado. Estamos falando da utilização das aeronaves do governo de Minas Gerais para viagens, algumas para Búzios, outras para Angra dos Reis, outras para artistas, políticos. Tive acesso a matéria do portal Diário do Centro do Mundo, que quero compartilhar com os colegas: “O Diário Centro do Mundo teve acesso à relação completa dos voos de Aécio Neves durante os sete anos e três meses de seu governo em Minas Gerais, entre 2003 e 2010, através da Lei de Acesso à Informação. O uso que Aécio fez dos dois jatos, um Citation e um Learjet, um helicóptero Dauphin e uma turboélice King Air pertencentes ao Estado é um caso de estudo em matéria de patrimonialismo. Foram 1.430 viagens ao todo, 110 com pouso ou decolagem do famoso aeroporto de Cláudio, construído nas terras do tio Múcio Tolentino, que ficou com a chave por um bom tempo. Pelo menos 198 vezes ele não estava a bordo. Um decreto de 2005 estabelece que esse equipamento destina-se ao transporte do governador, vice-governador, secretários de Estado, ao presidente da Assembleia Legislativa e outras autoridades públicas e serve para desempenho de atividades próprias dos serviços públicos. A linha entre o interesse público e o privado é tênue.

Parte desses empréstimos de aeronave foi objeto de matéria da *Folha* do início de novembro. A *Folha* mencionou Luciano Huck, Roberto Civita, Boni, José Wilker, Milton Gonçalves e Ricardo Teixeira, que fez seis voos, três em 2006 e mais três em 2010. Um deles com José Serra a bordo e outro, em 28/08/2007, com Ray Whelan, acusado de envolvimento num esquema de venda ilegal de ingressos da Copa do Mundo do Brasil. Whelan chegou a puxar cana no Complexo de Bangu.

A lista completa, no entanto, traz muitas outras surpresas. Fernando Henrique Cardoso usou os aviões e o helicóptero em pelo menos 10 ocasiões, sem a presença do governador” – é isso que queremos destacar. “A maioria em 2006 – três, uma delas com uma comitiva – e em 2008. Em quatro viagens o pacote foi completo: de Belo Horizonte direto para São Paulo.

Alguns nomes são abreviados e grafados, eventualmente, de maneiras diferentes. Segundo a planilha, Roberto Marinho foi de Belo Horizonte a Brasília em 11/9/2007. No dia seguinte, da capital mineira a Diamantina. Esteve acompanhado do então senador Sérgio Guerra, do PSDB. Roberto Irineu Marinho, um dos donos da Globo, nega que tenha feito a viagem. Ex-



presidente do partido, Guerra foi citado pelo delator Paulo Roberto Costa, que afirmou ao Ministério Público Federal ter dado propina ao tucano para ajudar a esvaziar uma CPI da Petrobras de 2009”.

Por falar em Petrobras, está todo o mundo surpreso com a autobiografia do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Imaginem, dizer que chegou ao seu conhecimento denúncia de corrupção na Petrobras, mas ele orientou que não se mexesse com isso. Se fosse o presidente Lula, já estaria em cana há muito tempo, mas é Fernando Henrique Cardoso.

“O Guerra faleceu em 2014, aos 66 anos, de câncer no pulmão, e foi substituído por Aécio Neves na presidência do PSDB. A Fundação Roberto Marinho tem várias obras de restauração em MG. Em Diamantina fica a Casa de Chica da Silva.

O amigo Alexandre Acciolly foi premiado também. Dono de academias de ginástica, sócio do Gero e do Fasano, *bon vivant*, ele é da turma carioca de Aécio, integrada por Huck, Mário Garnero e outros. Foi padrinho do casamento de Aécio com Leticia Weber em 2013, no Rio. Cabo eleitoral do amigo, ele deu uma entrevista à revista *Alfa*, em 2012, em que admitiu que foi sonegador: 'Eu tomava decisões de risco na minha empresa de *telemarketing*. Não tinha dinheiro para investir e minha carga tributária era de 40%. Eu ia pagar imposto ou comprar computador e pagar salário? Eu falei!' – não posso citar aqui o palavrão que ele soltou – 'No c*, imposto!' Em abril de 2009, voou no Dauphin até Confins; com Aécio, passeou mais quatro vezes.”

Esse é o amigo de Aécio Neves, como se o problema qui fosse o amigo do ex-presidente Lula.

Continuo: (- Lê:) “Houve espaço até para o Dong Kurn Lee, presidente do Rotary International, e Hipólito Ferreira, ex-membro de um certo Comitê de Revisão da entidade. Em setembro de 2008, eles viajaram de helicóptero de Belo Horizonte a Ouro Preto com suas respectivas senhoras.

A generosidade com a própria família é enorme. Tios; primos; até Tancredo Tolentino, o Quedo, que seria denunciado em 2012 por negociar a compra de *habeas corpus* de dois traficantes; ex-mulher; parentes; contraparentes, todos voaram. Andrea Neves, a irmã de Aécio, esteve em São João del-Rei, Brasília, Viçosa e Rio de Janeiro, com e sem o irmão. Para quem era, no papel, presidente do Serviço Voluntário de Assistência Social, é um bocado. No debate da Band, Aécio retrucou uma acusação de nepotismo de Dilma Rousseff. 'Quero saber onde minha irmã trabalha', disse ele, desafiador.

Bem, além do tal cargo 'voluntário', Andrea era a responsável pela distribuição de verbas publicitárias. Durante sua gestão, os gastos com publicidade subiram 300% – de R\$ 24.000.000,00 para R\$ 96.000.000,00. Uma parcela foi destinada aos veículos do clã” – que conheço bem – em São João Del Rei. “A reverência com relação a ela é tamanha que é das poucas identificadas como 'doutora' no relatório. Sua xará, Andrea Falcão, por exemplo, entra apenas com nome e sobrenome. Andrea, ex-mulher de Aécio, mãe de Gabriela, voou para locais como Rio de Janeiro, onde as duas moram, e em março de 2007, para Manaus – Sérgio Cabral também estava nessa. Em 31/3/2010, o King Air aterrissou na cidade maravilhosa com Andréa Falcão, Gabriela Falcão Neves, Luiza Falcão e Matheus Falcão.

Todos os nomes acima se juntam aos divulgados anteriormente pela *Folha*. Luciano Huck, companheiro de Aécio, presente nas horas incertas como a 'festa da vitória', em 2014, foi a Tiradentes em agosto de 2004. Alguns dias depois, com Sandy e Junior e o empresário da dupla, rumou para Santa Bárbara. Estavam gravando um quadro para o programa.

Ricardo Teixeira fez seis voos, deputado Professor Neivaldo, três em 2006 e mais três em 2010, um deles com José Serra a bordo. O detalhe é que, em 28/8/2007, um dos passageiros era Ray Whelan, executivo-chefe da Match Services, acusado de envolvimento num esquema de venda ilegal de ingressos da Copa do Mundo do Brasil. Whelan chegou a ser preso no Complexo de Bangu.

Roberto Civita, ex-dono da Abril, e a mulher Maria Antônia passaram o fim de semana de 27 e 28 de março de 2010 em Minas. O casal foi de Belo Horizonte a Brumadinho, onde fica o fabuloso museu de Inhotim, no helicóptero. De volta à capital, Aécio os levou a São João del-Rei no Learjet. No domingo, pegaram novamente uma carona nas hélices do Dauphin até Confins.

A listagem de voos, como foi dito, é grande e cada uma tem sua história com suas imbricações. Outras serão contadas aqui.”



Meus amigos, a única coisa que queremos é que, se há dúvidas, suspeitas, estranhamentos quanto às relações que o ex-presidente Lula possa ter até com um latifundiário, não são menores as relações do Aécio Neves, ex-governador mais querido do Brasil, aqui citado pelo *Diário do Centro do Mundo* e assinado pelo Kiko Nogueira. Toda vez que fizermos essas considerações, teremos de saber qual é o tamanho de nossa parte partidária em situações semelhantes.

O que sempre defendo aqui, deputado Professor Neivaldo, é que tem de se apurar tudo. Se há denúncia contra o ex-presidente Lula, tem de se apurar isso. Se o ex-presidente for condenado, ele terá de pagar. E assim foi no chamado mensalão do PT, com José Dirceu, José Genoíno, e por aí vai. O mesmo não podemos falar do chamado mensalão tucano, que ficou mais de um ano em Minas Gerais sem juiz designado para investigar. Vai prescrever, não tenho dúvida.

Concedo aparte ao deputado Professor Neivaldo.

O deputado Professor Neivaldo (em aparte) – Obrigado, deputado. Só queria reforçar essa questão. O que eu sempre disse: o pau que bate em Chico tem de bater também em Francisco. Não conseguimos entender essa política na esfera nacional e, ao mesmo tempo, a omissão dos parlamentares em relação a esse debate.

Alguns têm coragem de vir a esta tribuna denunciar o PT, denunciar o ex-presidente Lula, mas escondem debaixo do tapete a sua sujeira, como se não houvesse um mensalão tucano, como se não houvesse o escândalo do metrô do Estado de São Paulo. É interessante, as coisas não são apuradas do outro lado. Tem aeroporto em Montezuma, em Cláudio, mas tudo fica por isso mesmo. Tem um avião cheio de cocaína sem dono. O ex-governador Azeredo entrou no escândalo do mensalão, mas tudo continua na mesma, está livre. Tentaram colocar o ex-governador Anastasia na Operação Lava Jato, mas dizem que parece que é ele, mas não é ele; enfim, tiram-no do escândalo. Para eles tudo tem um jeito. Todas as denúncias em relação a Aécio Neves ficam por isso mesmo, e nada é colocado em pratos limpos.

É o que o senhor disse, queremos que tudo seja apurado. Se temos companheiros em processo, que seja apurado. Se erraram, devem ser punidos, mas queremos a punição para todos, que todos tenham o mesmo tratamento. É como se a Operação Lava Jato fosse um escândalo do PT, mas sabemos que não é verdade. A maioria que está lá não é do nosso partido, mas de outro. A maioria dos políticos envolvidos não são do PT. Pau que bate em Chico também tem de bater em Francisco.

Nesse ritmo de fazer críticas, é bom lembrar que muitos parlamentares vêm aqui criticar o governo Pimentel, mas esquecem que o governador de São Paulo está fechando escolas. Temos hoje mais de cem escolas em que os alunos estão em constante movimento contra o fechamento. O governador do PSDB já demitiu, não valoriza o profissional de educação, já fechou mais de três mil vagas nas escolas do Estado de São Paulo e agora quer fechar 90 escolas. É um escândalo para a educação do nosso país. O reflexo é o que colocaram no jornal hoje pela manhã, como se fosse um problema do governo Dilma, quando, na verdade, o governo do PSDB de São Paulo está querendo acabar com a educação pública daquele estado.

Muito obrigado, deputado.

O deputado Cristiano Silveira* – O Professor Neivaldo cita a Operação Lava Jato. O que eles dizem da Operação Lava Jato? Empresas que tiveram contratos com a Petrobras para dar dinheiro para as campanhas do PT. Como pode ser essa bondade das empresas para com o PT, sendo que as mesmas empresas que doaram para a campanha do PT doaram para a campanha do senador Aécio Neves, mas doaram R\$1.500.000,00 a mais? Dinheiro que é dado para as campanhas do PT é dinheiro do crime; dinheiro dado para a campanha do PSDB é dinheiro do Criança Esperança. Obrigado.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Dalmo Ribeiro Silva – Sr. Presidente, deputado Dr. Hely, caríssimos deputados e deputadas, amigos da galeria, da TV Assembleia, quero ocupar esta tribuna mais uma vez para fazer uma reflexão com todos os parlamentares desta Casa. Durante este ano debatemos muito vários projetos, buscando sempre a convergência, embora a Casa seja plural, buscando soluções de menor conflito e buscando soluções para todas as entidades, principalmente para o desenvolvimento do nosso estado.



Mas, já encerrando o ano, quero me referir a uma questão importantíssima que ainda temos de debater: a situação dos designados da Lei nº 100. Até hoje temos uma pergunta a fazer ao governo do Estado: qual é a solução efetiva e definitiva que o governo vai dar aos designados, aos valorosos servidores que há muitos anos prestam serviços às escolas em todo o Estado de Minas Gerais? Neste mesmo Plenário, já fizemos inúmeras audiências públicas e debates buscando soluções para isso, mas lamentavelmente até hoje não recebemos uma resposta concreta. Só nos dizem para aguardar novas aposentadorias para que os servidores que ainda estão sob a égide da Lei nº 100 possam ser chamados.

Mas o que mais me preocupa são os servidores das Apaes, sobre os quais já fizemos inúmeros requerimentos à Secretaria de Estado e ao governador, já que, por efeito da Lei nº 100, os servidores designados para as Apaes automaticamente deixarão de ter qualquer vínculo de trabalho. Então, mais uma vez, quero apelar para o bom senso de todos os parlamentares, lembrando que já fizemos requerimentos ao governador, à secretária de Estado da Educação, para que possam dar uma atenção especialíssima as nossas Apaes.

Tenho a honra de ser o autor da lei que declarou de utilidade pública todas as Apaes do Estado de Minas Gerais. Temos trabalhado muito nesse campo, e nos preocupa muito essa questão relativa à Lei nº 100 e ao término do contrato no dia 31 de dezembro.

Tenho percorrido o Sul de Minas e me reunido com as valorosas servidoras das nossas Apaes, que ainda não têm nenhuma solução para a sua situação no ano que vem. Essas servidoras conseguiram essa efetividade pelo carinho com os alunos durante muitos anos nas nossas escolas especiais. Por isso, quero pedir aos colegas, deputados João Leite e Felipe Attiê, que façamos uma corrente fortíssima para que ao menos as servidoras das Apaes tenham uma atenção especial. Já trabalhamos nesse requerimento há muito tempo, mas, com a decisão do Supremo Tribunal e com a falta de resposta a essas valorosas servidoras, nossa preocupação é ainda maior. Então, quero pedir a todos que nos ajudem e que façamos uma corrente fortíssima em prol das Apaes, que prestam relevantes serviços ao Estado de Minas Gerais e que ainda não sabem o que fazer no ano que vem.

O deputado João Leite (em aparte)* – Obrigado, deputado Dalmo Ribeiro Silva. Podemos ver como é o PT: eles não conseguem esquecer o Aécio Neves; é o mais querido, mesmo, pois tudo deles é Aécio Neves. Gente, eles ganharam a eleição. Então, governem! Mas só ficam falando de Aécio Neves. Agora vieram falar de voos de Aécio Neves. Tenho em mãos dados sobre outros voos: em seis meses foram 1.456 voos do governo federal, só para políticos. E eles vêm falar em Aécio?

Depois falam do governo de São Paulo. Aliás, a paixão deles é o governo de São Paulo. Estão dizendo que o governo de São Paulo está fechando escolas. Ora, o governo federal cortou R\$70.000.000.000,00 na saúde e na educação. São R\$70.000.000.000,00, deputado Luiz Humberto Carneiro! Não ficaram aqui e não podem ficar mesmo, não, porque é uma vergonha cortar R\$70.000.000.000,00 da saúde e da educação. E ainda vêm criticar o governo de São Paulo, dizendo que fez um remanejamento?

Está aqui a nota oficial do Pimentel: “Governo de Minas. Voos de Aécio Neves foram regulares”. Está aqui a nota oficial do governo de Minas, e vem o deputado aqui falar de voos. Consta aqui: “Uruguai, Minas. Pimentel e a mulher nas asas de Bené”. Aqui, sim, aqui estão os voos de Benedito com D. Carolina e Fernando Pimentel. Estão aqui os voos. Será o Benedito? É o Bené. Aí tem de explicar. Eles vêm falar de voos. O homem só ficava no avião do Bené. Depois... Quer dizer, gente, ele quer comparar doação. A doação da Petrobras dirigida pelo PT, 21ª ação da Operação Lava Jato. São 21 termos aditivos. E agora o latifundiário amigo do Lula. Alô, Maria Dalce Ricas. O PT que usava tanto esta tribuna para falar de latifúndios. O Lula é amigo de latifundiário. Recebeu dinheiro da Petrobras e pagou a conta do PT. É o que a Polícia Federal está dizendo. Isso eles não falam aqui, não. Querem comparar isso com doação para outros partidos. O partido que manda na Petrobras deu dinheiro para o latifundiário, amigo do PT, amigo de Lula, mentor dos filhos de Lula, e quer comparar com quem recebeu dinheiro da Petrobras e não manda na Petrobras? Não tem ninguém bobo aqui, não, deputado. Não tem bobo aqui não.

Por fim, agradecendo muito, eu queria dizer também que é assim, não é mesmo? Estão aqui os ambientalistas. Quero saudar todos os ambientalistas, protetores da vida, na pessoa da Maria Dalce Ricas. É assim, Dalce, a mineração continua.



Está aqui o projeto que eu estou chamando de Ben Johnson, é muito rápido, só que dopado, viciado. Projeto viciado tem de passar urgente nesta Assembleia. Nós vamos ter de votar aqui a mudança ambiental. Eu quero assumir, voto “não”. Pimentel quer que vote rápido para atender as mineradoras. Está na pauta em regime de urgência. Esse é o PT, com seus latifúndios, com sua Petrobras, com as suas mineradoras, com quatro fiscais do DNPM para fiscalizar, Maria Dalce Ricas. Isso é uma verdadeira mentira, não é mesmo? Vem aqui tentar misturar a gente. Nós não estamos misturados. Esqueçam Aécio Neves um pouco. Ele está lá em Brasília. Esteve em Mariana visitando, o mais querido.

Obrigado, Dalmo. Desculpe eu ter extrapolado, mas eu tinha de responder. Respondam o roubo da Petrobras.

O deputado Felipe Attiê (em aparte)* – Eu quero agradecer a esse pequeno gigante do Sul de Minas, nosso deputado Dalmo Ribeiro Silva, o bom Sr. Dalmo, esse incansável defensor das Apaes em Minas Gerais. V. Exa. está de parabéns por essa reivindicação. Conte com nosso apoio, deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Eu quero dizer o seguinte: temos assunto melhor para falar aqui do que abobrinhas que outros já falaram. Abobrinha hoje está fora de moda, vamos falar do Ipsemg. Os funcionários em Uberlândia, os professores estaduais aposentados e atuais, as merendeiras, os serventuários estão lá sem assistência à saúde. O governador não pagava hospital, o povo não paga. Cortou o atendimento da saúde dos servidores de lá. Esse governo Pimentel não está atendendo a saúde. Os servidores de Uberlândia estão na mão, não têm aonde ir para serem atendidos. Não tem mais convênio. Estão sem nada. O hospital cortou o convênio de forma unilateral e eles estão chupando dedo, tomando chuva e sol, desabrigados no tempo. É isso que vocês têm de vir falar aqui. Por que vocês não vêm aqui falar disso? Essa turma do PT. Vêm falar que não estão dando assistência à saúde ao servidor. Vocês que vivem chupando o servidor, vivem atrás do servido, vivem de voto do servidor, vivem de defender o servidor, olhem o servidor passando dificuldade em Uberlândia, sem nenhum atendimento médico. Nos hospitais, se falar que é do Estado, os caras até correm, fecham a porta do hospital. Não tem crédito. Então, na verdade, é isso que vocês tem de ir lá para ver.

Vou dizer uma coisa, João Leite: está sendo difícil ser amigo do Lula. Deus me livre e guarde ser amigo dele. Se amigo do Lula vai preso... Bem que minha mãe disse: “Meu filho, diz com quem tu andas que direi quem tu és. Isso está na Bíblia, meu filho”.

Creio que esse Lula precisa escolher melhor as suas amizades. Realmente todo amigo dele vai para a cadeia. Será por quê? Será que gambá cheira gambá, Sr. Presidente? Devolvo-lhe a palavra, deputado Dalmo Ribeiro Silva, para que continue esse brilhante discurso a favor das Apaes de Minas Gerais.

O deputado Dalmo Ribeiro Silva – Muito obrigado. Restando poucos minutos, quero, mais uma vez, renovar esse nosso compromisso e solicitar ao governo e à nossa secretária uma atenção muito especial para as nossas Apaes. Uma vez que os contratos já estão findando, temos esse compromisso e não podemos deixar que isso ocorra, independentemente de milhares de servidores designados que ainda estão aguardando uma posição, que, até agora, não há. Não estou entendendo até quando levaremos e apresentaremos concretamente uma posição. Estamos recebendo mais de 2 mil, 3 mil *e-mails*. Todos os deputados querem saber qual será a situação. Não temos o que dizer. Será possível que, amanhã, ao terminar o período do Natal, será um até logo, um muito obrigado e felicidades. Não é isso que queremos; queremos que seja feito com transparência. Queremos, inclusive, que durante todo esse tempo de serviço prestado, digam-lhes pelo menos: “Daqui a 30 dias todos estarão na rua”. Isso é o mínimo e o governo não quer fazer, não quer falar. É uma caixa de surpresas. Não sabemos o que dizer mais. Agora vai mexer com servidoras da Apae? Ah, pelo amor de Deus! Aí também é muito. Já não chega tantos servidores que perderão emprego e agora, sem mais nem menos, as nossas Apaes serão fechadas?

Faço esse pedido ao governo. Estamos falando de tantas e tantas oportunidades. As Apaes estão se reunindo no dia a dia, assim como os pais. Há movimentação, mas, até agora, o governo não nos dá uma posição concreta. Ouço, com muito prazer, o querido amigo Mourão.



O deputado Bonifácio Mourão (em aparte)* – Deputado Dalmo Ribeiro Silva, nosso companheiro e prezado amigo de tantos e tantos anos, assino embaixo de tudo o que V. Exa. está falando sobre as Apaes, inclusive as dispensas que já ocorreram e ocorrerão mais, em razão dos problemas da Lei nº 100, que o atual governo criou e de que V. Exa. está lembrando muito bem.

Deputado Dalmo Ribeiro Silva, ouvimos aqui o deputado Cristiano Silveira, de São João del-Rei, criticar Aécio Neves, um dos mais ilustres, se não o filho vivo mais ilustre de São João del-Rei. Lamentamos profundamente um conterrâneo de São João del-Rei criticar, de forma injusta e inverídica, outro conterrâneo, cuja luz está brilhando pelo Brasil inteiro, representando dignamente Minas Gerais. Quando ele diz que o Aécio recebeu as vantagens que o PT recebeu da Petrobras, penso que está dizendo sem a devida comprovação. Nunca terá meios de comprovar o que está dizendo, até mesmo porque Aécio Neves não tem os intermediários que o pessoal do PT sempre teve, como João Vaccari, Pedro Barusco – os Barusquinhos –, Ricardo Pessoa, Fernando Baiano, Bumlai, que, aliás, foi preso hoje, nem José Dirceu e assim por diante.

Deputado Dalmo Ribeiro, como pôde o deputado trazer aqui para a discussão o tema da Lava Jato, que ainda não abordei até hoje porque o deixamos mais para nível federal? Ele trouxe aqui hoje uma verdadeira provocação que precisa ser respondida, conforme estávamos respondendo. O ilustre senador Aécio Neves está sendo injustamente agredido.

O deputado Dalmo Ribeiro Silva – Muito obrigado, deputado Mourão. Quero agradecer-lhe a paciência.

Com certeza, deputado Hely, iremos até o final do ano cobrar com veemência as ações do governo, principalmente para os designados, assim como para as nossas Apaes. Buscaremos o apoio de todos os parlamentares. Chega de audiências. Chega de requerimentos. Chega de blá-blá-blá. Agora não temos mais que esperar reunião. Traremos todas as Apaes de Minas Gerais para o Parlamento e discutiremos essas questões. Não temos mais o que aguardar. Muito obrigado.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Arlen Santiago* – Cumprimento o caro amigo presidente, médico, benfeitor de Minas Gerais e de Patos de Minas, deputado Hely Tarquínio; os Srs. deputados; a Sra. deputada Arlete Magalhães.

Estou vindo, deputado Bonifácio Mourão, deputado Wander Borges, deputado Dilzon Melo, de 6 horas de reunião na Comissão de Saúde junto com o pessoal da Asthemg e também do Sisipsemg. Inclusive, estava lá a Tieta, que luta pelo Ipsemg há tanto tempo, dizendo que o diretor de regulação do Ipsemg, que foi presidente do sindicato dos médicos, numa reunião se dirigiu a ela falando assim: “Cale a boca! Quando um burro fala, o outro murcha a orelha!”. Ora, não sei se esse nível de palavreado pode ser dito.

Estamos vendo que o governador Pimentel tem de acordar. Acorde, Pimentel! Você falou que queria ouvir, então, ouça! Governador do PT, o Jorge Nahas é presidente da Fhemig. Nem o conheço e não sei como ele é, mas dizem que é seu amigo e que por isso o senhor não o coloca para fora da Fhemig. Faça o seguinte: faça ele ser promovido, coloque-o como assessor do senhor, mas não o deixe acabar com a Fhemig!

Hoje vimos os sindicatos, a maioria deles sempre de pessoas muito ligadas ao Partido dos Trabalhadores, colocando que não toleram mais tanta grosseria, tanta mentira. Saímos dali agora e vimos chegar três ônibus da Colônia Padre Damião, de Ubá. Encontramos três pessoas que estão ameaçadas pelos diretores da Fhemig. Gente que mora lá e cujo pai era hanseniano. Vimos um pai chorar ali porque a sua criança está com hanseníase, mas usam o medicamento da criança. Ora, tiraram o leite das criancinhas. É isso que o governo do PT está fazendo. Não sei o que fazer. Ir para a Comissão de Direitos Humanos não adianta, Duarte Bechir, porque nada está sendo feito. Falar para a Fhemig também não adianta. Não veio ninguém da direção da Fhemig para ouvir as pessoas. Além disso, eles marcaram uma reunião com o presidente da Asthemg para falar sobre o vale-transporte dos funcionários, mas foram lá atendidos pelo sub do sub do sub.

O pior é o assédio moral do governo do PT perseguindo os funcionários. Parece que eles estão querendo acabar com a Fhemig, deputado Luiz Humberto. Parece que eles estão querendo acabar com o Ipsemg, porque agora mesmo o sindicato do Ipsemg colocou que até o governo passado tínhamos vários problemas, mas que, pelo menos, a chefia era de funcionários de



carreira, funcionários efetivos. Hoje, não. É vereadora indicada pelo deputado X, é engenheiro que não sei o quê, é fulano. É assim, estão acabando com tudo. Parece que o PT quer acabar com os hospitais públicos estaduais, parece que ele quer privatizá-los.

Agora me falaram que o Washington Guedes estava falando sobre o jeito que os funcionários trataram a mãe dele, que ficou 18 anos no Alberto Cavalcante. Ele disse que tinha de subir na janela e colocar um lençol, porque, senão, o sol acabava de queimar a mãe dele. Nem precisaria ir para a praia mais. Tudo quebrado.

No dia primeiro, às 10 horas da manhã, iremos ao Júlia Kubitschek. Inclusive, quero convidar os deputados para ir lá conosco. Gente, saímos de uma reunião indignados. O deputado Carlos Pimenta ficou lá um pouco.

Senti muita falta dos deputados do PT na comissão, porque eles poderiam pegar o telefone, ligar e falar: Pimentel, tire esse amigo seu, presidente da Fhemig, daí, e ponha-o num lugar maior, faça ele ganhar mais. E o pior é o seguinte: sabe como é que o governo daqui está tratando os aposentados da Fhemig? Igualzinho à Dilma do PT: é pau nos aposentados, é pau nos aposentados.

Sabemos, e o deputado Wander Borges, que é do Tribunal de Contas e sabe fazer conta bem também sabe, que, para quem se aposentar depois do dia primeiro de dezembro, o fator previdenciário será maior. E sabe o que eles fizeram aqui? A Comissão de Saúde realizou uma reunião aqui, no dia 13 de maio, e eles falaram: "Vamos fazer um acordo, vamos fazer um acordo". E não cumprem o acordo. Governador, o pessoal está falando em seu nome. Governador do PT, estão falando em seu nome. Vão lá e falam em nome do Fausto. É Fausto para cá, é Fausto para lá, e não cumprem o acordo. E sabem o que foi feito do acordo? Deram R\$190,00 de abono. Sabem como estão pagando? Deputado Doutor Wilson Batista, grande cirurgião, com grandes projetos importantes na comissão, sabe o que estão fazendo? O acordo: R\$190,00; e havia uma gratificação por eficiência no trabalho, que era de R\$220,00 por mês, até o ano passado, que neste ano já está em R\$70,00. Então, quer dizer, deram R\$190,00 e tiraram R\$220,00. É essa a maneira de governar do PT.

É uma perseguição, os funcionários estão desesperados. Dois funcionários de lá tiveram infarto. No Ipsemg os dentistas estão se aposentando, e não põem ninguém para substituí-los. E querem privatizar. Sabe o que eles falaram, deputado Dilzon Melo? Sabe o que eles falaram, deputado Luiz Humberto Carneiro? Que na região de Uberlândia inteira não há atendimento do Ipsemg. É assim que o PT quer tratar o Triângulo Mineiro, é assim que o PT quer tratar os mineiros.

Caro amigo deputado Carlos Pimenta, V. Exa. fez falta na reunião. Nossa Senhora!

O deputado Luiz Humberto Carneiro (em aparte)* – Deputado Arlen Santiago, eu queria só também fazer uma denúncia a respeito do Ipsemg de Uberlândia e região. V. Exa. comentava aqui, e não vemos nenhum deputado do PT para fazer a defesa, nem na comissão e muito menos lá. Até porque a nossa região era modelo até ano passado. Só na cidade de Uberlândia havia dois hospitais credenciados no final do ano, e, nos últimos anos, na verdade foram 198 contratações de clínicas odontológicas, oftalmológicas, laboratoriais. Realmente um serviço fantástico era prestado lá. Agora, pasmem, é verdade o que estão comentando: não há mais o serviço. O nosso servidor não está tendo mais esse serviço, deputado Carlos Pimenta; mais do que isso, estão pagando por ele. Está sendo descontado na folha de pagamento do servidor um serviço que não é prestado.

Então estamos aqui endossando essas denúncias que foram feitas hoje, na Comissão de Saúde. Deputado Arlen Santiago, tenho certeza de que poderíamos nos somar aqui a mais deputados para exigirmos isso do governo. Acho que, ao lado dos servidores do Estado, temos que cobrar esse trabalho, que, na verdade, é um direito deles. Mais do que isso, eles estão pagando por ele. Então, Uberlândia hoje, como toda a sua região, que abrange mais 26 cidades, está sem esse atendimento na área da saúde.

O deputado Dilzon Melo (em aparte) – Eu iria perguntar-lhe, deputado Arlen Santiago, se, nessa reunião a que assisti pela televisão, o Estado havia enviado algum representante, e V. Exa. disse que não enviou. Tenho dito repetidas vezes que este governo escuta mas não ouve. Ou, se ele ouve, ouve somente aquela quadrilha que está ali perto, os companheiros que



ele colocou na primeira hora nos cargos essenciais do governo para prestar serviço aos mineiros. Mas fico aqui a me perguntar para que serviu a sua reunião de seis horas, em que se discutiu o problema à exaustão com todos aqueles que estão sendo prejudicados por este governo, se é um governo que escuta mas não ouve.

Não sei se V. Exa viu. Na semana passada, numa canetada só, o governo demitiu três ou quatro diretores da Copasa. Depois fui entender. No primeiro momento, tem de abrigar a companheirada, que não fica no meio do caminho. E no meio do caminho, descubrem que não serve, que a pessoa errada está no lugar errado, e isso vem complementar e corroborar a sua posição quanto à Cemig, que está prestando um grande desserviço ao povo de Minas Gerais. E ainda há deputado que vem aqui falar do trabalho exercido pelo Aécio e pelo Anastasia, quando esse instituto era uma referência para todos nós, quando prestava serviço, quando fizemos diversos convênios de ampliação interior afora. Agora a gente vê que o povo está a mercê da desordem e do abandono.

Estava na cantina, e um deputado da base, quando viu V. Exa. na televisão falando daquela reunião, olhou e disse assim: "Esse aí é o presidente de comissão que está dando mais trabalho ao governo". Estava falando exatamente do seu trabalho à frente da Comissão de Saúde. Pimentel está sabendo disso, que você está dando muito trabalho a ele quando vem denunciar esse descaso público com a saúde de Minas Gerais.

Quero lhe dar uma palavra de incentivo: continue firme, porque ele está sendo incomodado pelas suas atitudes, pelas suas audiências públicas, pela sua responsabilidade de médico e de deputado. Ele está muito incomodado. É uma pena que ele escute, mas não ouça. Se ouve, ouve quem não deveria ouvir, ouve quem está levando as barras do tribunal, respondendo à Polícia Federal, o que envergonha todos os mineiros. Esses, ele ouve, porque talvez lhe tragam alguma conveniência. Mas vir ouvir da Assembleia os desmandos que estão acontecendo no Estado, as deficiências, principalmente, da área da saúde, ele ainda não se dignou, como também o que disse em compromisso na campanha política, que ia ouvir o povo para administrar melhor. Se ele está ouvindo é para administrar pior.

Já passei por oito governos, na minha estada aqui na Assembleia, e nunca vi um governo tão ruim como este que está acontecendo nesses 10 meses de desgoverno do Estado de Minas Gerais. E vem fazer apologia à melhora, apologia a investimento quando não vai cumprir nem os compromissos que assumiu com a educação e com a saúde? Então lamento, porque, como um dos deputados mais antigos desta Casa, nunca me envergonhei tanto pelo representante que temos em Minas Gerais.

Parabéns pelo seu trabalho, porque você está incomodando o governador.

O deputado Arlen Santiago* – Obrigado, Dilzon Melo. Mas o que não quero é incomodar o governador, de maneira nenhuma. O que sempre quero é ajudar o governador. Quem o está incomodando são os petistas que ele está botando nos cargos e que estão acabando com a Cemig, estão acabando com o Ipsemg, estão acabando com tudo. Eu não. Estou fazendo o possível com a Comissão de Saúde para ajudar o governador a não deixar esse povo a acabar com tudo que está aí. A vontade deles é de um governo neoliberal, privatista. Já privatizaram... Não há mais manutenção no Júlia Kubitschek. Exibimos um filme, deputado Carlos Pimenta, da goteira pingando. Fechou-se mais um CTI do Júlia Kubitschek. Infelizmente, o povo de Minas Gerais já tem 10 leitos a menos.

Quero convidar todos vocês para irmos nessa visita ao Júlia. Vamos também ao Alberto Cavalcante. Já fomos ao CGP, à colônia de hanseníase. A gente está vendo aí. Agora mesmo, o pessoal foi fazer BO para mandarmos para o governador e para o Ministério Público. O Dr. Gilmar tem feito um grande trabalho quanto à questão da saúde. Tudo que a Comissão de Saúde manda para o Dr. Gilmar ele está transformando em um processo, instaurando um inquérito e um processo.

Já aprovamos um requerimento para irmos à chefia do Ministério Público, porque o trabalho que este governo, através principalmente da Fhemig, está dando para o Dr. Gilmar é tão grande que vamos precisar pedir mais uns quatro promotores para o CAO-Saúde e mais uns dez funcionários para dar conta de instaurar a quantidade de procedimentos. O pessoal de Ubá está fazendo boletim de ocorrência porque está com medo.



Igual ao que aconteceu com Celso Daniel, eles não querem que aconteça com quem denunciar alguma dessas pessoas. Quero ajudar o governador, ao contrário do Jorge Nahas e de vários outros, que querem atrapalhar o governador. Atrapalhando o governador, atrapalha também o povo de Minas Gerais. Muito obrigado por sua tolerância.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Elismar Prado* – Boa tarde a todos e a todas. Presidente, na mesma direção, como o assunto é Ipsemg, e, entre tantos outros temas, é um assunto de grande importância, principalmente para os nossos trabalhadores da educação, quero falar da urgente necessidade de o Estado realmente tomar uma medida em favor dos nossos conveniados do Ipsemg.

Hoje estive com a Elaine, presidente do Sind-UTE de Uberlândia. Viemos no mesmo voo. Ela veio a Belo Horizonte para o encontro que teremos nesta semana. É muito grave. Independentemente dos embates, dos debates político-ideológicos e da nossa disputa, acho que realmente os conveniados estão sofrendo muito. O deputado Luiz Humberto acompanha isso. Agora, há um problema muito grave. Há 10 anos não há correção da tabela do Ipsemg, que está defasada. Simplesmente esse valor não dá para pagar, e eles não estão conseguindo nenhum hospital que os atenda. O dinheiro que é usado para fazer esse pagamento vem da própria contribuição dos servidores.

Só para dar o exemplo de Uberlândia, nos últimos meses eles contribuíram com mais de R\$2.700.000,00, e foi utilizado desse recurso, no último hospital que ainda estava atendendo, apenas R\$600.000,00. Então, não é falta de dinheiro, porque o dinheiro para bancar e pagar os atendimentos provém da própria contribuição dos trabalhadores, que neste momento estão sem atendimento e sofrendo. Houve servidor que já veio a óbito.

Então, independentemente da nossa disputa político-partidária, pois esse é um problema não só do governo, mas do Estado, como eu disse, há mais de 10 anos sem nenhum reajuste, nenhuma correção dessa tabela, e isso já passou por governos anteriores. Quero simplesmente fazer um apelo, Sr. Presidente, para que o Estado encontre uma solução para os nossos trabalhadores da educação, para todos os conveniados. Só lá na nossa região, mais de 50 mil estão sofrendo sem atendimento. Então quero fazer este apelo em nome de todos os deputados, que todos se esforcem nesse sentido e que o Estado dê uma resposta urgente não só ao Triângulo Mineiro, a Uberlândia, mas a todo o Estado, nossos servidores estão sem nenhum atendimento, mas estão pagando, contribuindo, e esse dinheiro que provém da contribuição não é revertido em benefício dos nossos conveniados do Ipsemg. Quero reiterar que há mais de dez anos não há correção da tabela. Peço que o Estado urgentemente faça essa correção e ofereça atendimento aos nossos servidores.

O deputado Rogério Correia (em aparte)* – Deputado Elismar Prado, é um minuto só, apenas para aproveitar e fazer um convite a todos os servidores públicos, deputados e deputadas. Será realizado um fórum de debates na Assembleia, depois de amanhã, na quinta-feira e na sexta-feira. É um fórum de debate de dois dias, o dia inteiro, para discutirmos sobre o Ipsemg, que está sucateado há muito tempo. Há 12 anos reclamamos que o Ipsemg foi sucateado. Agora realizaremos um seminário, muito bem organizado, com a participação de servidores públicos do Estado inteiro, inclusive o Triângulo. Veremos todos esses problemas e buscaremos resolver toda aquela herança maldita que veio do governo passado e que desembocou no Ipsemg, que está sucateado. Corrigiremos isso. O primeiro passo é reconhecer que há problemas, e não esconder os problemas como se fazia antigamente.

Chamo, para quinta e sexta, todos os deputados que estão preocupados com o Ipsemg. Estejam aqui para nos ajudar a encontrar solução para um instituto que foi sucateado e privatizado pelo governo elitista do PSDB, nesses 12 anos que se passaram. Obrigado.

O deputado Elismar Prado* – Agradeço, presidente.

* – Sem revisão do orador.

Encaminho requerimento pela aprovação. Sabemos da importância que foi dada e por que o deputado Fred Costa pede a retirada desse projeto. Quero lembrar também, Sr. Presidente, que os proprietários de monomotores, que também falam em outros projetos que estão aqui, estão sendo prejudicados desde o dia 20 deste mês, por falta de organização deste estado.



Todas as motocicletas abaixo de 50 cilindradas estão sendo presas, detidas. Essas prisões foram feitas por ordem da chefia do Detran.

Por quê? Porque agora as bicicletas elétricas, os monomotores a base de gasolina têm de ser emplacadas. Mas pasmem os senhores: o governo e o Detran não conseguem emplacar essas motocicletas, essas motos, essas bicicletas elétricas, que servem de transporte para pessoas que trabalham em fábricas do setor moveleiro na cidade de Ubá, Sr. Presidente. Essas pessoas saem de casa às 5 horas da manhã para chegar à fábrica. Estão prendendo essas motocicletas, essas bicicletas elétricas na porta da fábrica. Mas o Detran ainda não pode fazer a documentação delas.

Peguei uma bicicleta dessa e mandei o despachante ao Detran, na última sexta-feira. Qual foi a resposta? “Não conseguimos ainda viabilizar a documentação necessária para o emplacamento.” Como V. Exa. entende que, num Brasil como esse, mandam prender, mas não têm solução? As trabalhadoras de fábricas que usam essas bicicletas elétricas no interior, o pessoal da fábrica de tecidos de Caetanópolis não consegue chegar lá com suas bicicletas elétricas, que eram liberadas até então e que não podem andar em estradas, só na cidade. Elas estavam sendo rigorosamente usadas.

Sr. Presidente, faça esse apelo ao líder de governo e ao governador de Estado para que interfiram e para que agora, quando mandarem a regulamentação para esta Casa, não mandem o IPVA que está sendo cogitado, o IPVA de moto que pode andar em estrada, em BR, em cidade. Estão tentando taxar as bicicletas elétricas com o mesmo valor das motos 125.

Gostaria de fazer esse apelo a V. Exa. Esperamos que o Detran baixe uma resolução imediata – bicicletas motorizadas, monociclos, ciclomotores – até que se resolva a situação do emplacamento e que parem de mandar prender, porque quem está sendo preso, Sr. Presidente, são trabalhadores, que não têm transporte coletivo adequado nas cidades do interior, que têm que usar esses monociclos, essas bicicletas motorizadas para ir ao trabalho. Fizeram uma *blitz* em frente a uma fábrica, encheram um caminhão, e o pessoal não tem como voltar para casa nem como ir trabalhar amanhã.

Esse é o apelo que faço, Sr. Presidente, e o faço não só como presidente do América mineiro, um time da Série A. Faço, acima de tudo, um apelo em nome da população mineira, que me concedeu, na última eleição, quase ou mais de oitenta mil votos, Sr. Presidente. Nesses 27 anos que tenho de vida pública, só tenho a lembrar: tudo que está dando certo o governo atrapalha. *Data venia* os condomínios que estão cercados hoje em Belo Horizonte. Agora a câmara municipal quer tirar as cercas deles. Esses condomínios estão passando por um período de insegurança. Eles têm segurança hoje por causa desse fechamento, como é o caso do conjunto Santos Dumont, no Bairro Carlos Prates, que tem 785 apartamentos.

Esse é o encaminhamento nesse requerimento. Não poderia deixar passar amanhã, depois de amanhã e ir passando – e a polícia continuar prendendo – sem uma solução do governo do Estado para as bicicletas, os ciclomotores e motocicletas a base de 50 cilindradas. Muito obrigado.

* – Sem revisão do orador.

O deputado João Leite* – Eu queria só dizer, Sr. Presidente, em relação ao que disse o deputado Alencar da Silveira Jr. que, quem deve fazer essa legislação são o Denatran e o Contran, não o Detran-MG. Ainda não há regulamentação para utilização de bicicletas. Queremos fazer um apelo ao Denatran e ao Contran: que Minas Gerais tenha conhecimento de como será a utilização.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Arlen Santiago* – Presidente, queremos encaminhar contra a retirada de pauta desse projeto que institui o selo Empresa Solidária, porque estamos vivendo em um país em que o governo federal do PT não tem solidariedade com nada, principalmente com os aposentados. A partir do dia 1º de dezembro, empresas extremamente solidárias vão ver seus aposentados prejudicados porque o governo do PT da Dilma, que apoia o Eduardo Cunha, está aumentando o fator previdenciário. Quem se aposentar depois do dia 1º de dezembro terá uma aposentadoria menor. E há algumas regras, as pessoas vão se aposentar com 95 anos. O governo já pede a um deputado da sua base, Eduardo da Fonte, da Bahia, que



entre com requerimento acabando com a aposentadoria por tempo de serviço. Só vão se aposentar com 65 anos. Se o Carlão do PT, por exemplo, se aposentar com 65 anos, estará um caquinho, não tem jeito.

Mas parece que o governo neoliberal do PT, privatista, está sendo copiado em Minas Gerais, em que os funcionários aposentados da Fhemig, ao contrário do que reza a Constituição, estão sem o abono de R\$190,00, que foi dado para o pessoal da Fhemig. Estamos vendo também a cada dia que governo privatista neoliberal do PT de Minas pegou os funcionários efetivos que eram os chefes das residências do DER e colocou os companheiros. Ele acabou também com as necessidades dos funcionários do Ipsemg. Bispo Gilberto, o senhor que sempre está aqui e defende muito bem o funcionalismo público, está vendo a privatização do Ipsemg. Colocaram vereador para ser chefe do Ipsemg, colocaram gente para perseguir os outros.

E agora estamos vendo que as empresas têm de ser solidárias. Portanto, sou contra a retirada desse projeto de pauta porque estamos vendo as empresas sem receber solidariedade do governo federal. O governo federal duplicou o dólar, o governo federal aumentou a energia elétrica em quase 100%, o que inviabiliza as empresas. Além disso, estamos vendo um arrasa-quarteirão.

Fui presidente e relator da comissão das enchentes e já denunciava que o governo federal não queria fiscalizar as barragens. Era uma tragédia anunciada. A barragem de Cataguases já tinha sido rompida, e é lógico que as outras também iriam se romper, matar gente, tirar vidas, acabar com o Rio Doce, tirar dos pescadores o direito de pescar, contaminar as praias do Espírito Santo, etc. Mas vemos que o governo neoliberal e privatista do PT aprova um decreto da presidente dizendo que as empresas não têm culpa, que as empresas não têm de ter solidariedade. Elas têm culpa, sim. Só porque uma empresa faz grandes doações para a campanha da presidente Dilma não podem fazer um decreto como esse. Têm de fazer um decreto que ajude as pessoas a retirar o FGTS. É preciso ter solidariedade com as empresas, mas não tanta como o PT está tendo.

Em Uberlândia, por exemplo, a prefeitura está exigindo a retirada dos sem-teto. Já não basta Uberlândia estar sofrendo com a questão do Ipsemg? Já não basta aquela quantidade enorme de professores que acreditaram na falácia, na mentira da campanha do PT de que a pátria é educadora? Hoje, as empresas de educação não têm mais solidariedade, porque acabaram com o Fies. Acabando com o Fies, os alunos mais carentes não têm direito de estudar. Antes da eleição, dizem que tem Fies; depois, não tem. A pátria é educadora ou não é? Não é. Isso é mais uma mentira. É cada vez mais mentira.

Em Minas Gerais, vemos a mesma coisa. A propaganda do governo estadual, em que ele gasta milhões de reais, é de que recomeçaram as obras daqueles hospitais que foram feitos no governo passado e ainda não foram terminados. O deputado Márcio Reinaldo, prefeito de Sete Lagoas, disse que a propaganda não é verdadeira, porque em Sete Lagoas não se reiniciou nada. Está tudo parado, faltando pouquinho coisa para terminar, e a população sofrendo. Mas o que fez o governo neoliberal e privatista do PT? Botou mais um pedágio na entrada de Sete Lagoas para sacrificar o povo daquela cidade, que já está tendo de aguentar o aumento de impostos impingido pelos governos federal e estadual.

Dessa maneira, sou radicalmente contra a retirada de pauta desse projeto e vou votar contra isso. O selo das empresas que têm solidariedade tem de ser considerado – essas empresas têm de ser beneficiadas. Mas o que não pode acontecer é que o governo federal, privatista e neoliberal, faça um decreto em três dias, isentando uma empresa que não teve solidariedade com o pessoal de Bento Rodrigues, que é a Samarco.

Também fico muito preocupado com denúncias que recebi hoje acerca das empresas e que vamos acompanhar atentamente, com lupa: acabaram com a manutenção dos hospitais da Fhemig; vão privatizar a manutenção. Vejam se não há algum companheiro querendo assumir essa manutenção! Essa empresa não será uma empresa solidária. O governo neoliberal e privatista do PT falou que era contra a terceirização.

Por que eles querem agora, a toque de caixa, fazer terceirização? Terceirização da manutenção de hospitais públicos estaduais, manutenção que sempre caminhou bem. Essa não será uma empresa solidária.



E a nossa tristeza em dizer, de ver agora que o governo privatista, neoliberal do PT falou que não tem dinheiro para consertar o Anel Rodoviário de Belo Horizonte, que não tem dinheiro para continuar a BR-381 e que as empresas que se mobilizaram, que colocaram suas máquinas lá estão sem receber há mais de quatro meses, e o Dnit sendo arrasado, sem concurso. Então esse governo neoliberal, privatista do PT a cada dia vai fazendo mais privatizações, PPPs. Tudo que eles falavam eles negam hoje, inclusive falando aqui, agora, da questão dos aposentados da Fhemig, mais uma vez.

Governador, eu quero, na presidência da Comissão de Saúde, ajudá-lo. Tire o Jorge Nahas e o ponha pertinho do senhor aí e coloque em seu lugar alguém que dê conta de cuidar da Fhemig.

É isso, Sr. Presidente. O meu voto será contrário a esse requerimento.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Carlos Pimenta* – O requerimento é bastante amplo, complacente e dá para a gente tocar em outros assuntos aqui. Também estou encaminhando contrário ao requerimento.

Antes eu gostaria, primeiro, de fazer uma saudação às pessoas que aqui estão vigilantes com relação ao projeto do governador do Estado, que dispõe sobre sistema estadual do meio ambiente. Vejo aqui a representante da Amda, a Maria Dalce.

Eu havia reservado o meu tempo para fazer uma discussão com mais calma, com mais detalhes, que seria daqui a pouco. Parece, porém, que, como os deputados não estão presentes, a reunião será encerrada para ter continuidade na reunião extraordinária, a partir das 18 horas.

Eu queria dizer que esse projeto é o típico exemplo da inoportunidade. Nós estamos vivendo problemas de meio ambiente seríssimos no Estado, um problema com as mineradoras na região de Mariana, que causou o maior desastre ecológico do Brasil. Eu vi a reportagem daquelas águas barrentas chegando ao Oceano Atlântico e o desespero dos ecologistas, o desespero dos pescadores, o desespero dos turistas que utilizavam aquele local para fazer um passeio e descansar um pouco, assim como o desespero da população ribeirinha, no Rio Doce, desde Marina até a foz do Rio Doce. Então o momento é absolutamente inoportuno. E esse projeto chegou à Casa em regime de urgência. Ou seja, colocou-se uma faca no pescoço de cada um dos deputados para votar em tempo recorde esse projeto que vai mexer com todo o sistema de meio ambiente do Estado de Minas Gerais. Nós não vamos ter tempo. Nós não vamos poder discutir ainda mais. Empurramos um pouquinho o projeto na Comissão de Meio Ambiente. Vou voltar a esse assunto quando da discussão do projeto.

Para se ter uma noção de como esse projeto chegou aqui, na Casa, ainda há pouco, na parte da manhã de hoje, eu participei, meu caro Gilberto Abramo, de uma reunião, chamado pelo líder deputado Gustavo Corrêa, que estava ocorrendo naquela salinha das confabulações da Assembleia. Quando eu cheguei lá para discutir o projeto, na Mesa estavam assentados o representante da Associação Mineira de Silvicultura – isso mesmo, o pessoal que planta eucalipto – e do outro lado estavam presentes representantes da Fhemig. Uai, mas cadê os ambientalistas? Cadê a minha amiga Maria Dalce, da Amda?

Onde estão os representantes de várias organizações para nos orientar sobre essas emendas? Elas estão chegando aqui de supetão, de última hora, e ninguém toma conhecimento. Teremos de começar a discutir esse projeto e votá-lo. Imaginem que exemplo negativo e terrível Minas Gerais está dando para os outros estados. O nosso estado sempre foi considerado um estado onde as questões ambientais são discutidas com muita profundidade. A Assembleia terá de discutir esse projeto, em que trataremos de todas as questões de meio ambiente, com emendas chegando uma em cima da outra.

Penso que até mesmo o nosso colega deputado Sávio Souza Cruz, que durante anos ocupou esta tribuna para falar das questões ambientais e hoje é o secretário de Estado de Meio Ambiente, deve estar tendo decepções atrás de decepções. Não era isso que ele queria. Tenho certeza de que, se estivesse aqui, seria a primeira voz, a primeira barreira e o primeiro ponto de resistência a esse projeto. O Sávio está na secretaria. Coitado do Sávio! Farei até uma visita a ele para ver o que está pensando de tudo isso. Não deve estar gostando. Não estou gostando nem me sinto confortável para votar esse projeto.

Caro Alencarzinho, deputado que mais mexe com celular nesta Casa, ou seja, não desgruda dele um minuto, ainda ontem o Sr. Gilberto Magalhães Occhi, ministro da Integração Nacional, que é mineiro, esteve neste plenário para participar de uma discussão sobre a revitalização e a transposição do Rio São Francisco. Ele é um rapaz simpático. Até gostei do jeito dele, despachado e atualizado. Por outro lado, esteve aqui ontem também o Dr. Felipe Mendes, presidente da Codevasf, e que é do Piauí. Aliás, esse estado já cedeu a Minas Gerais um grande governador, o saudoso e amigo Francelino Pereira, que governou Minas por tantos e tantos anos e realizou um trabalho maravilhoso em todas as regiões deste estado. O Sr. Felipe Mendes, presidente da Codevasf, esteve neste Plenário e, em alto e bom som, disse que o governo do Estado está cuidando da revitalização do Rio São Francisco.

Vejam bem como as coisas estão acontecendo de última hora e nós estamos com esse projeto engasgado e atravessado na nossa garganta. O Dr. Felipe, que é piauiense e presidente da Codevasf, disse que está tudo uma maravilha. Até brinquei com ele em relação às exposições que estava passando no painel sobre a revitalização: o senhor deve ter pegado *slides* de outros estados; devem ser do Rio Grande do Sul, porque não são de Minas Gerais. Ele deve ter se enganado. O ex-deputado Dimas Rodrigues, hoje superintendente da Codevasf de Minas, deve ter trocado os *slides*, porque o que ele passou aqui não condiz com a realidade. É isso que está acontecendo no nosso estado. No seu desconhecimento de Minas Gerais, o que é natural porque não é daqui e deve ter vindo ao nosso estado pouquíssimas vezes, não sabia que o Rio Jeiquitaí está morrendo, pois não está correndo mais água nele. Só essa chuvinha aí agora é que molhou de novo o leito desse rio. No Rio Verde Grande, um dos principais rios do Norte de Minas, não está correndo mais água; nem nos Rios Guavinipan, de Bocaiuva, onde só corre esgoto da população dessa cidade; Pacuí, que diminui e está quase cortando as suas águas; São Lambertão, em Montes Claros; Mangá, em Japonvar; Pandeiros e Peruaçu, de Januária; Japoré, em Manga; e no grande Rio Pardo.

Como é que esse pessoal tem a petulância de vir aqui a Minas Gerais, à Assembleia de Minas, falar sobre transposição? Bilhões e bilhões de reais estão sendo usados na transposição, quase R\$9.000.000.000,00. Dois canais atendendo bem Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Maranhão, Bahia, e Minas, que tem a constituição das águas do São Francisco... O Sr. Felipe Mendes veio falar asneira. Perdoe-me pela idade dele, foi governador do Piauí, mas falou asneira. Ele falou exatamente o contrário do que estávamos propondo: que se investisse na transposição.

Então, primeiro queria parabenizar o pessoal da Amda, que está aqui presente esperando a votação da Casa, não vai acontecer agora à tarde porque não há ninguém. O PT acha muito mais importante falar de viagem do ex-governador nas aeronaves do Estado que falar sobre meio ambiente, sobre educação, sobre a saúde pública. Eles querem usar este microfone para defender o indefensável. Querem falar que governador está usando aeronave, mas, na hora de votar um projeto dessa natureza... O meu voto vai ser “não” a esse projeto pela inoportunidade dele. Não estou aqui para atender interesse de plantador de eucalipto.

Não estou aqui para atender interesse de plantador de eucalipto que está acabando com o Norte de Minas. Não estou aqui para atender interesses de terceiros. Estamos aqui para votar um projeto e para devolver a Minas Gerais o título de Estado que realmente se preocupa com o meio ambiente. Obrigado, presidente.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Gustavo Corrêa* – Na parte da manhã, deputado João Leite, começamos a discutir o Projeto de Lei nº 2.946/2015, que trata do Sistema Estadual de Meio Ambiente. Fizemos questão de deixar claro, como líder do Bloco Verdade e Coerência, que, desde que esse projeto chegou à Casa, fizemos inúmeros questionamentos à base governista, à assessoria do governo do Estado, por entendermos que vários pontos precisavam ser aprimorados.

Alguns deles foram atendidos, deputado Carlos Pimenta, como tem sido uma praxe deste governo. Acolhe as nossas emendas, mas a titularidade deve ser sempre do governador do Estado ou de algum deputado da base governista. Mas aqueles que conhecem todo o processo sabem muito bem quem são os verdadeiros autores. E esse projeto chegou à Casa em regime de urgência. Até aquele momento, para a nossa tranquilidade, ainda não havia ocorrido o desastre de Mariana.



Mas, para a infelicidade daqueles que vivem em torno daquela região, em torno do Rio Doce, aquela tragédia veio prejudicar inúmeras famílias. E o Bloco Verdade e Coerência unanimemente entendeu que seria prudente por parte do governador do Estado, do Fernando da Dilma, do Vaccari, e agora, deputado João Leite, do Bumlai – agora há mais companheiros e amigos –, até num gesto aos mineiros e aos brasileiros, que este governo, de alguma forma, pretendesse aprimorar a fiscalização, o controle nas barragens de resíduos e outros tantos instrumentos utilizados no setor mineral. Mas o governador não acolheu, deputado Gilberto Abramo, a nossa solicitação e o nosso pedido. Dissemos aqui que a grande maioria dos deputados – e o bloco está liberado, deputado Carlos Pimenta, para cada um votar de acordo com a sua consciência – deve votar favoravelmente ao projeto. Vamos aqui lutar para que esse projeto não seja aprovado da forma como outros vêm sendo aprovados.

Quero reafirmar, mais uma vez, deputado Hely Tarquínio, que seria um gol de placa do governador do Estado se ele retirasse o regime de urgência desse projeto, se solicitasse à base que não votasse esse projeto agora. Porque, repito, o governador do Estado estaria mostrando a Minas e ao Brasil que pretende, de alguma forma, aumentar o controle sobre as empresas mineradoras. Infelizmente foi uma tragédia que fez com que grande parte dos mineiros abrisse os olhos para algumas questões e alguns debates que precisam ser realizados.

Sempre reafirmei e continuo reafirmando: o setor mineral representa 24% do PIB do nosso Estado. Se retirarmos toda a atividade mineral do Estado, o nosso PIB cairá para 14º lugar entre os estados da Federação. Mas sabemos que é fundamental e necessário um controle mais rigoroso tanto do governo do Estado quanto do governo federal, que não disponibiliza também os mecanismos e os instrumentos necessários para tanto.

Então, deputado João Leite, no encaminhamento, continuaremos solicitando ao governador que prorogue este debate, que o amplie um pouco mais. Mas tenho afirmado, nas minhas declarações, Maria Dalce, que não adianta nada o governo mandar um projeto à Casa, aprovar um projeto, se, por outro lado, não der as condições necessárias para aqueles que têm as obrigações, que fazem parte do sistema, realizarem as suas funções. É necessário que todos sejam bem remunerados e que todos tenham condições, volto a dizer, de realizar um trabalho isento.

Então chamo a atenção e cobro do governador, deputado João Leite, governador que concedeu reajuste aos professores. Em nenhum momento questionamos o mérito, mas afirmávamos que o governo era irresponsável, que não teria condições de arcar com os reajustes que foram dados.

Na última semana, deputado Hely Tarquínio, um secretário de Estado veio a esta Casa para dizer que o Estado não terá condições de honrar com os compromissos que firmou para exatamente fazer mais uma ação eleitoral, que sabíamos que era uma farsa feita pelo governador durante a campanha para iludir os mineiros. Seria muito mais importante... Quero alertar o que tenho afirmado aqui: não seria mais prudente o governo gastar mais em fiscalização da atividade mineral, daqueles que compõem o sistema, do que ter dado esses reajustes? Quantas e quantas milhares de famílias, deputado João Leite, serão prejudicadas pelo desastre? Agora, infelizmente, volto a dizer que o governo, mais uma vez, numa praxe, colocou, deputado João Leite, de dotação orçamentária no orçamento do ano que vem, apenas R\$116.000,00 para fiscalizar, acompanhar os problemas nas barragens existentes em nosso estado.

Então lamento que o governo do Estado, infelizmente, com toda a tragédia que fez com que Minas se transformasse nos olhos do Brasil e do mundo, com todos esses problemas, insista em aprovar um projeto, que sabemos em muito vai ajudar, realmente, milhares de mineiros. Mas é fundamental um debate mais amplo, sobretudo mais sereno neste momento em que todos estão decepcionados ou, quem sabe essa não seja a expressão correta, em que todos estão tristes com os episódios que ocorreram em nosso estado.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Carlos Pimenta* – Obrigado, presidente. Acho que estamos tendo aqui uma oportunidade de pelo menos, se não tivermos condições de ter aqui uma discussão, porque é quase que um monólogo, à exceção do valoroso deputado João



Leite e dos deputados Gilberto Abramo, Gustavo Corrêa e o nosso presidente, ter uma discussão mais aprofundada desse projeto. Continuo a dizer que para o projeto encaminhado pelo governador, que já foi modificado duas ou três vezes, todos os dias chegam emendas novas; hoje chegaram três emendas novas ao projeto. Nem eles acertam, nem eles sabem o que estão querendo mandar para a Casa. Então temos de discutir um projeto que vai tratar de todas as questões ambientais de Minas Gerais em regime de urgência. Isso diminui o tempo de discussão do deputado, não dá tempo para fazer audiências públicas.

Estou vendo o que está acontecendo no Quadrilátero Ferrífero de Minas Gerais. É um absurdo! Essas barragens são bombas cujos estopins já estão acesos, qualquer hora explodem.

Vi pela televisão hoje, João Leite... Parece que a Rede Globo resolveu dar publicidade à questão das barragens e entrevistaram os moradores de um condomínio que fica abaixo de uma barragem em Itabirito. Mostraram o condomínio embaixo e o paredão da barragem lá em cima. Fica a 70m do paredão da barragem. Acho que todo dia, quando as pessoas acordam, a primeira coisa que fazem é orar a Deus e olhar para o paredão lá na frente, para saber se não tem nenhuma rachadura, porque, se romper, varrerá todo mundo, varrerá todo o condomínio.

Estamos votando um projeto de tanta importância, passando por cima de tantos órgãos ambientais, de tantas pessoas que doaram a sua vida para discutir as questões de meio ambiente – vejo a Maria Dalce ali, mais uma vez, fazendo referência a ela – de tantas pessoas que participaram de tantos debates na Casa, mas nem o governo sabe o monstro que está criando. Todo dia muda o projeto, é um verdadeiro frankenstein, todo emendado, com o dedo de todo mundo, principalmente de órgãos, que deveriam até participar, mas não se sentar numa mesa da Assembleia para discutir as emendas que chegaram de última hora.

Sai dali pê da vida, para não falar um palavrão aqui, porque, na mesa, estavam assentadas essas pessoas que não deveriam estar.

Quando falo da silvicultura, entendo, meu caro Wander, que é uma atividade importante, gera emprego, gera renda, não há um consenso sobre o que o eucalipto pode fazer ou deixa de fazer no solo onde está plantado, há os prós e os contras, mas estamos falando da Região do Norte de Minas, do Jequitinhonha, em 2 milhões de hectares plantados com eucalipto, gerando centenas, milhares de empregos. Não sou contra esse povo que planta eucalipto. Sou contra aquelas empresas que não se contentam mais em plantar eucalipto nos planaltos, naquelas terras mais ruins, os eucaliptos clonados. Antigamente, eles cortavam esses eucaliptos com 8 anos, hoje, com 4 anos, já os estão cortando. Não sou contra essas empresas, mas se elas ficassem naquelas regiões onde estão. Eles estão plantando os eucaliptos perto das nascentes. Eles estão plantando os eucaliptos nas veredas, nas encostas, em cima dos morros, e não há limite para a ganância desse pessoal.

Então quero deixar muito claro que não sou contra essa atividade, mas sou absolutamente contra; não aceito, em nenhuma circunstância, que façam como estão fazendo lá em Montes Claros, na nascente do Rio Juramento, que abastece a barragem que leva água ao povo de Montes Claros. Eu não vi, porque não me deixaram chegar ao local. Havia uma placa de todo tamanho: “proibido”. Tinha até cerca elétrica para ninguém passar. Pessoas que moram lá falaram-me que fizeram um tanque, na nascente do Rio Juramento, com uma bomba flutuante, que sobe e desce, e estão captando a água que deveria ir para a barragem da Copasa, enchendo os caminhões-pipa e molhando os milhões e milhões de pés de eucalipto. Eles estão fazendo isso. Como podemos apoiar uma atividade dessas? Como podemos aceitar nos assentarmos em uma mesa de negociação para analisar uma emenda que chegou de afogadilho, de última hora, sendo que o advogado da Associação Mineira de Silvicultura – AMS – estava sentado à mesa. Quando falei, denunciei, ele disse: “Deputado, qual é a empresa? Ela é filiada ao nosso sindicato?”. Falei: “Não sei; não o conheço nem sei que sindicato é esse”. Você está falando de quê? Estou falando da depredação que está acontecendo lá. Por isso, o povo de Montes Claros está com sede. Alguns bairros estão sendo abastecidos com caminhões-pipa, ninguém fala nada, as coisas acontecem desse jeito, e teremos que votar esse projeto do governo, que coloca essa faca no pescoço desta Casa.

Além da Amda, queria saudar algumas entidades de Minas Gerais, que verdadeiramente se preocupam com o meio ambiente. Estamos correndo o risco, com essa falta, essa escassez de água, de haver locais, como o Norte de Minas, sendo

www.almg.gov.br Página 172 de 181



transformados em verdadeiros desertos. Estamos correndo o risco de ver o Rio São Francisco, que nasce aqui, em Minas Gerais, que percorre quase todo o Estado, que banha inúmeras cidades, que atravessa a Bahia, que tem a sua foz entre Alagoas e Sergipe e que vai ser transposto através de dois canais grandes, com duzentos e tantos quilômetros, quase 500km de canais, para levar água ao Nordeste brasileiro... Vemos algumas entidades que verdadeiramente se preocupam com o meio ambiente.

Então, quero chamar atenção para uma dessas entidades. Há dois anos, dois repórteres da Inter TV de Montes Claros, uma afiliada da TV Globo, os amigos e companheiros Geraldo Humberto e Délio Pinheiro, preocupados com o que estava acontecendo na região, filmarem o desespero dos trabalhadores rurais. Eles estavam abandonando suas terras, sendo esse o maior êxodo rural jamais visto na história do Norte de Minas, estavam vendendo barato suas terras, vendendo barato o gado. Eles estavam vendo o gado morrer de sede e não tinham condições de ir ao banco pegar empréstimo, porque empréstimo em banco é só para rico, só para os Bumlai da vida, que recebem milhões e milhões de reais. O pequeno não recebe. O sofrimento era muito grande.

Esses dois repórteres criaram o Instituto Vidas Áridas, que começou com a denúncia, com a preocupação do Geraldo e do Délio, que filmaram o Norte de Minas todo, retratando a seca. Ontem era para ter passado para o ministro da Integração Nacional o vídeo do Vidas Áridas, mas o deputado Gil Pereira não teve tempo para isso. Cumprimento o Vidas Áridas. Em seu nome, cumprimento todas as pessoas, todas as instituições que verdadeiramente se preocupam com o meio ambiente em que estamos vivendo.

Se continuar desse jeito, se a omissão continuar, se esta Casa der exemplo negativo de votação desse projeto de afogadilho, às pressas, estranhamente às pressas, daremos uma contribuição negativa muito grande e um exemplo a não ser seguido por qualquer estado. Estamos vendo o problema das mineradoras, o problema dos minerodutos. No Norte de Minas, haverá uma atividade minerária muito grande numa das regiões mais simbólicas da história de Minas Gerais. Refiro-me à cidade de Grão-Mogol. Empresas multinacionais estarão ali derrubando as nossas montanhas, aquelas montanhas percorridas pelos tropeiros vindos do Jequitinhonha. Farão a mineração, tirarão o ferro, enriquecerão esse ferro e gerarão resíduos. O pior de tudo isso é que esse ferro se transformará em pó, será pulverizado e empurrado para o litoral brasileiro, para a cidade de Ilhéus, para o porto de Ilhéus, por meio das águas tão escassas do Norte de Minas.

Veio aqui representante da empresa SAM. Fizemos uma audiência com eles. Perguntamos por que não transportavam esse minério de ferro pelas linhas férreas, criando um ferroduto, em vez de um mineroduto. A resposta foi muito simples e taxativa: "é caro, deputado; fica duas vezes mais caro". Eles vêm da Austrália da vida, arrebetando com Mariana, vêm da China para fazer o enriquecimento desse ferro de Minas Gerais, que vai *in natura* por mais de 500km de tubulões. Imaginem quanta água será necessária para empurrar esse ferro granulado até Ilhéus, quanta energia. Falam que não tem problema, que tirarão água de Irapé, que será apenas 20% da água de Irapé, ou seja, da água do Rio Jequitinhonha.

E, a montante dessa barragem, a área está assoreada em razão da mineração existente em Diamantina. Ainda bem que existem institutos iguais a esses, iguais ao Vidas Áridas.

Tenho aqui, em mão – não sei se o pessoal da Amda tem conhecimento –, a Carta de Morrinhos. A Carta de Morrinhos foi idealizada pelo amigo, companheiro e colega, o médico Apolo Heringer Lisboa, junto com o Vidas Áridas, ambientalistas, prefeitos, barranqueiros e pescadores. Eles elaboraram esse documento chamado "Meta 2020 em defesa da bacia do Rio São Francisco".

Ontem o ministro e o presidente da Codevasf não conheciam, sequer, a Carta de Morrinhos. Morrinhos era o antigo nome da cidade de Matias Cardoso, antes de se formar o povoado pelo bandeirante Matias Cardoso, que saiu de São Paulo e foi para o Norte de Minas criar fazendas de gado, as fazendas que vinham da Bahia, às margens do Rio São Francisco. Em homenagem àqueles bons tempos, à Nossa Senhora da Conceição de Morrinhos e ao Norte de Minas, essa carta foi elaborada, e ela basicamente centraliza, fundamenta-se, alicerça-se, em cinco itens. O primeiro deles é o volume de água da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. A Meta 2020 é duplicar as águas do Rio São Francisco. Como fazer isso?



Dizem que, no Norte de Minas, não chove. Chove sim. Ontem tivemos uma chuva torrencial em Montes Claros. Em 1 hora, choveu mais de 60mm, só que as chuvas de lá são muito concentradas, e exatamente por isso o governo federal conta papo, em verso e prosa, sobre a transposição, um projeto megalomaniaco, um projeto maravilhoso, mas não vai ter água para essa transposição no Nordeste brasileiro.

O governo federal deveria ler essa Carta de Morrinhos, porque aqui há ensinamentos básicos das pessoas nativas da região. Essa água tem de ser barrada, tem de ser paralisada em grandes barragens. Aí, sim, vamos hidratar o subsolo do Norte de Minas, fazer nascer novamente as nascentes e duplicar as águas do São Francisco.

O segundo item da Carta de Morrinhos fala sobre as lagoas marginais preservadas, aquelas lagoas lindas que tinham ao lado do Rio São Francisco. O rio não transbordou mais, não saiu da sua calha, pelo contrário, diminuiu seu volume. Ele hoje está correndo dentro de uma calha muito estreita. As lagoas morreram porque não houve a renovação, e é necessário que as águas do São Francisco possam fluir mais, possam ser duplicadas e receber seus afluentes que estão mortos. Aí, eles poderão transbordar e mandar água para as lagoas marginais. As lagoas marginais fazem parte do passado, da lembrança do que existia às margens do Rio São Francisco.

A qualidade da água melhorada. Estamos falando hoje que as águas do Rio São Francisco são águas poluídas. O esgoto sanitário de todas as cidades às margens do São Francisco é jogado, quase que *in natura*, dentro do próprio rio. É necessário cuidarmos da qualidade das águas do São Francisco. Para isso existe recurso, para isso há a Funasa, o Ministério da Integração Nacional. O governo federal destinou milhões para se fazer o saneamento, só que não terminaram os projetos. Foi tudo muito malfeito, de uma maneira bastante rápida. Tudo que é feito dessa forma não presta, e as cidades estão com praticamente as estações de tratamento de esgoto prontas, faltando uma pequena parcela de recurso a ser liberada para que as estações possam cumprir suas finalidades.

As águas hoje que chegam ao Rio São Francisco são poluídas. Estamos mandando para a transposição o esgoto da bacia do Rio São Francisco, o esgoto aqui de Minas Gerais.

O quarto ponto é uma mobilização da comunidade. As coisas acontecem sem a participação popular, sem que os prefeitos municipais, os vereadores, as associações, aqueles órgãos ambientais que defendem o meio ambiente tenham vez para participar, para fazer reuniões e audiências. Então, essa mobilização, a organização da sociedade é importante. O governo federal não se preocupa com isso. Ele é imediatista. São tantas denúncias que há hoje no governo federal que acho que eles estão preocupados em se defender. Vimos aqui hoje o exemplo típico de deputados do Partido dos Trabalhadores, que poderiam falar sobre esse projeto, sobre a educação, a saúde. Vieram aqui hoje, usaram a tribuna da Assembleia para fazer denúncia de que o então governador Aécio Neves teria utilizado de forma indevida as aeronaves. Engraçado é que o próprio Pimentel emitiu uma nota dizendo que todo uso foi regular, tudo direitinho.

Então, são oportunidades. Acham que as pessoas não estão sabendo. Eles não estão vivendo, não estão cientes do que está acontecendo com o meio ambiente, não sabem das dificuldades que ocorrem. Só se preocupam quando há um acidente dessa natureza, da magnitude do rompimento dessa barragem de rejeito. Mas, mesmo assim, Wander, fiquei surpreso com o decreto da presidenta Dilma qualificando o rompimento das barragens como de causas naturais. Meu Jesus Cristo! Jesus Amado! Não se rompe uma barragem desse tamanho, com aquela lama toda, que hoje já está poluindo o Oceano Atlântico, por causas naturais. Onde quer chegar tudo isso? Ah, isso é só para poder receber o FGTS. Era só liberá-lo e não decretar, fazer um decreto presidencial dizendo que o rompimento de barragem é considerado causa natural. Que natural coisa nenhuma, meu Deus!

Então, está tudo perdido. Eles não estão tendo tempo para analisar. O tempo que têm deve ser para preparar defesa de roubo daqui e dali. Estão metendo a mão no dinheiro do povo. Só sabem passar para a sociedade a impressão de que as coisas estão dando certo. Não há nada dando certo neste país. O que dá certo não tem repercussão, como um movimento igual a esse da Carta de Morrinhos.



O quinto item da Carta de Morrinhos são ações operacionais técnicas e científicas. Não se vê nada. O que vi ontem aqui de ação técnica do governo federal é que estão preocupados em fazer essa obra de transposição do Rio São Francisco. Maravilha, viu, Wander? Beleza! As bombas que eles nos mostraram parecem umas turbinas desses aviões grandes. Uma bomba só consegue bombear 12m³/s. Que maravilha! Puxa a água, vai peixe e tudo dentro, molha tudo, manda água para o canal. Estão fazendo um túnel enorme, Tito. O ministro se vangloriou de que começaram um túnel de 15km, com uma empresa que está ligada à Lava Jato de um lado e outra empresa também ligada à Lava Jato do outro lado. Foram cavando os dois túneis. Quando se encontraram no meio de 15km, a diferença de um túnel para o outro foi de 15cm. O ministro falou assim: “Somos craques no negócio mesmo!”. Aquele bichão, aquele “tunão” grandão de um lado e de outro no meio da pedra e com uma diferença de 15cm. Isso é bonito. O Brasil está fazendo bonito. Perguntei para ele: e a água? Ele disse que iríamos utilizar apenas 20m³/s de água. São dois rios que vão cortar o Nordeste brasileiro. Vão utilizar 20m³.

Sobradinho está soltando não sei quantos metros cúbicos de água para o mar. Sobradinho está no vermelho. A capacidade de Sobradinho é de 1,2% porque não chega água até lá. Três Marias está com menos de 10% de sua capacidade. Eles vão transpor o quê? Eles não se preocuparam com a revitalização, e agora estão arrotando arrogância dizendo que o Brasil é capaz de fazer uma obra dessa, que foi idealizada por D. Pedro II. Ele idealizou essa obra no século XIX, mas depois falou que não entraria nessa fria. Agora o governo do PT está aí apresentando essa obra.

Quero dizer que essa questão técnica, que é o segundo ponto, é para ensinar ao povo a conviver às margens do Rio São Francisco, em sua bacia. O Rio São Francisco é generoso. Ele poderia perfeitamente continuar dando em abundância peixes aos pescadores. Aquele rio lindo, maravilhoso, está minguado. É triste ver o Rio São Francisco, mas não se faz nada para poder revitalizá-lo. O rio está todo assoreado, Wander. Quando chegamos à ponte de Januária e olhamos rio abaixo e rio acima, vemos as ilhas. O rio está serpenteando entre as ilhas que se formaram. Perto de Itacarambi, uma pessoa mais alta do que nós dois, Wander, com 2m de altura, atravessa o rio a pé, com água batendo no nariz. Lá o rio tinha 18m de profundidade e hoje tem 1,80m, 1,90m. Não há mais peixes. Soltaram tucunaré, que é do Centro-Oeste brasileiro, é do Pantanal. Trouxeram esse peixe e soltaram no Rio São Francisco. O tucunaré comeu quase todos os peixes. Hoje temos tucunaré de um lado e piranha de outro. O famoso surubim, o pintado do São Francisco não existe mais.

É dessa maneira que estamos vendo as questões ambientais serem discutidas. Isso vai ser discutido, o governo quer, esse projeto vai ter de ser votado. Se não tivermos cuidado, esse projeto será votado hoje mesmo. Parece que às 18 horas estará todo o mundo aqui. Há gente que quer, há gente que não quer, mas no frígir dos ovos – como se diz no Norte de Minas –, na hora em que se apurar a votação, será mais um a zero contra o meio ambiente de Minas Gerais.

Quero chamar a atenção para essa carta. Nosso companheiro Apolo estava sentado onde o deputado João Leite está. Ontem ele deu a maior aula. Ele perguntou o que queremos fazer com Minas Gerais. Qual é o recurso que existe para fazer a revitalização? Há barragens projetadas e que não saem do papel. A barragem na região de Berizal foi construída há quase 16 anos. Antigamente falava-se que era problema do governo de Minas, que é duro, não libera as licenças ambientais e atrapalha o desenvolvimento. Falava-se que o governo de Minas estava fazendo isso, estava fazendo aquilo, mas por que não liberam agora? Aquela barragem vai ser fundamental para a região do Alto Rio Pardo, mas ela não sai do papel.

A barragem de Jequitaiá, projetada há 40 anos, vai ter função de regularizar as águas do Rio São Francisco, se voltar a correr água no Rio Jequitaiá. Essa barragem também não sai do papel, aliás, saiu. Sabe o que fizeram, Gustavo? Na eleição do ano passado, no mês de junho para julho, foram a Jequitaiá e levaram um trio elétrico, que veio da Bahia.

“Vamos agora iniciar as obras, vamos dar a ordem de serviço para a barragem do Rio Jequitaiá.” E deram a ordem de serviço. Tinham máquinas enormes, do tamanho deste Plenário. Foram lá; comeram o morro de um lado e de outro; construíram as calhas, aquele buraco que se faz para encaixar a barragem no morro de um lado e de outro. Foi só acabarem as eleições e adivinhem o que aconteceu? Sumiram todos, tomaram Doril, sumiram no mundo, caíram fora. Está lá agora a barragem. O ministro falou: “A empresa abandonou”. Abandonou como? Como uma empresa que ganhou uma licitação, no

comecinho da obra, abandona? Abandonou coisa nenhuma! Aquilo foi para inglês ver, foi um verdadeiro ato de terrorismo político que aconteceu no Norte de Minas. A barragem está lá, o morro está comido de um lado, está ali para ser construído.

A barragem de Congonhas. Quantas e quantas vezes mandaram o pessoal do Departamento Nacional de Obras contra as Secas – Dnocs -, de Brasília, em Montes Claros? Reuniram os prefeitos e disseram: “Vai sair a barragem de Congonhas, que vai abastecer Montes Claros, que vai perenizar o Rio Verde, uma barragem fundamental para uma cidade que, daqui a 10 anos, beirá quase um milhão de pessoas”. Talvez o maior crescimento populacional de todas as cidades do Brasil esteja acontecendo em Montes Claros. E a barragem de Congonhas não sai do papel. Vi agora mais uma notícia do presidente do Dnocs: ontem o Copam liberou a licença de instalação. Termine, presidente. É mais um anúncio, mais um cala-boca, mais uma falácia do que estamos vendo.

Queria encerrar, presidente, dizendo que quero ser convencido da importância da votação desse projeto. Não estou convencido, mesmo porque tudo o projeto remete a decreto. Ele fala: “Não sei o quê, não sei o quê”. E fala: “O governo do Estado vai editar um decreto para organizar esse parágrafo”. Tudo por decreto.

Minas está dando um passo para trás nas questões ambientais, mesmo neste momento tão ruim, de tanta dor, com os problemas do Quadrilátero Ferrífero, com o Rio São Francisco agonizando e com essa seca inclemente e implacável que castiga todo o Norte de Minas. Muito obrigado.

* – Sem revisão do orador.

O deputado João Leite* – Muito obrigado, deputado Gustavo Valadares. V. Exa. tem sofrido com esse secretário de Planejamento do Estado de Minas Gerais. Dizia um pensador cristão que quem não planeja planeja fracassar. Mas especialista em Helvécio Magalhães, quem faz o diagnóstico de Helvécio Magalhães, é o meu querido amigo, combatente, competente economista e deputado Felipe Attiê. Só o deputado Felipe Attiê para explicar, para fazer um diagnóstico de Helvécio Magalhães, o homem que é visto em todos os lugares, menos na hora certa. O homem está na praia. E agora vem desmentir o seu secretário adjunto. Falou aqui na Assembleia, as redes todas mostraram. Por favor, deputado Felipe Attiê, explique para nós o Dr. Helvécio Magalhães, o planejador de Minas Gerais.

O deputado Felipe Attiê (em aparte)* – Eu sempre, como homem do interior, fiquei surpreso, e já vi os olhinhos do Sr. Helvécio Magalhães brilharem quando ele fala de saúde, mas quando fala de planejamento os olhos dele não brilham. Eu já olhei. Pode ser amigo do rei, falar que foi colocado, mas de planejamento mesmo, até agora, ele não entende nada. Deve entender de política. De política qualquer um entende, basta falar o que o povo quer ouvir e passa a entender de política. Nisto o PT é especialista: na mentira.

Subi aqui em fevereiro e disse que o PT estava fazendo uma gestão temerária, perigosa do Estado de Minas Gerais. A situação é a seguinte: eles não vão pagar os professores, porque dinheiro não aparece simplesmente chegando aqui e fazendo discurso. O subsecretário de Planejamento, que talvez não seja nem médico nem político, falou a verdade tecnicamente. Porque um mais um são dois, para o Helvécio, para mim e para o subsecretário. Matemática é uma ciência exata.

Mas esse povo do PT acha que pode fazer a matemática criativa, como fizeram a contabilidade criativa. Na matemática criativa, um mais um pode ser, mais ou menos, quatro.

O deputado João Leite* – As pedaladas...

O deputado Felipe Attiê (em aparte)* – As pedaladas e tudo o que é confusão, fora da lógica e da aritmética, eles são capazes de tentar fazer. Mas as contas não fecham.

Mas o que vai acontecer com a receita de Minas Gerais, com a terrível crise que o PT implementou no Brasil e que será uma das piores crises no primeiro trimestre do ano que vem? Veremos uma brutal queda da arrecadação do Estado. E como sobrevive um estado que vê cair sua receita e subir a despesa? Olha a boca do jacaré aí, a mandíbula do jacaré: com a despesa subindo e a receita caindo, ele quer morder a senhora. Mas o jacaré está sem força; já mordeu, mas o buraco não fecha, porque a fome é grande. É um estômago de elefante com boca de jacaré. Aí, não dá conta, mesmo. Tem de comer



muitas toneladas por dia para fechar as contas públicas. Como? Não sei onde essa Beatriz Cerqueira está com a cabeça: a senhora não vai receber porque não há dinheiro. Já saquearam o dinheiro do depósito compulsório, o dinheiro da D. Maria e do seu Joaquim que estava depositado para pagar o aluguel. Nesse dinheiro o Estado já passou a mão; assaltaram o dinheiro de terceiros na conta do Poder Judiciário, com o aval do Judiciário local, para que todo mundo recebesse. Mas e depois disso? Será que eles vão se reunir com as Polícias Militar e Civil e combinar de assaltar os bancos, para pagar os servidores? O fato é que não tem dinheiro. A receita está despencando.

Estou avisando: gente, essa gestão de vocês é complicada, é temerária, é perigosa. Daqui a alguns dias vocês não vão estar pensando em pagar parceladamente aos servidores; simplesmente não vão ter o dinheiro para pagar. É isso o que vai acontecer no final do mês, governador Fernando Pimentel, se é que o senhor, o seu secretário de Fazenda e o homem que fala que planeja, mas que não planeja nada sabem fazer conta. No final do mês, vocês vão falar que não têm o dinheiro para pagar ao servidor. Aí, vão pensar em parcelar, em esperar a próxima semana ou pagar daqui a 15 dias. Mas o dinheiro não dá. Vai chegar um ponto em que essa bola de neve vai se tornar insustentável. Já disse ao governador: devolva todos os deputados que estão aí para cá; extinga no mínimo 35% de todas as secretarias; corte a frota de veículos; faça o maior corte de despesas que um governo já tenha feito na história de Minas Gerais, se é que o senhor quer continuar pagando aos servidores em dia. Mas falar em aumento com a receita caindo? Quero aprender como se governa dessa forma.

Uma coisa foi o que Pimentel falou na campanha, senhoras professoras: vamos abaixar os impostos e aumentar o salário dos servidores públicos; outra, o que ele está fazendo: subindo os impostos e sem condições de aumentar o salário dos servidores. Vai ter de segurar porque não tem dinheiro para pagar. Mas não admite isso; vai enrolando e mentindo ao povo. Quem olha os números, como eu, que acompanho as publicações todos os meses, está vendo a receita cair. Estou vendo isso e estou vendo o que vai acontecer. Aqui não está falando o político Felipe Attiê, mas o economista, que estudou matemática e aritmética. Aliás, deputado João Leite, não sei para que fui estudar tudo isso – geometria plana, geometria analítica, geometria espacial, trigonometria, depois derivadas, limites, integrais –, não sei para que fazer esse monte de contas de matemática, para aqui, na política, ver que um mais um resulta em quatro. Para que fui estudar matemática e fazer economia? Eu deveria falar o que o povo quer ouvir, porque é assim que se ganha voto. É assim que funciona. Mas, na hora que o Estado quebrar – e vai quebrar –, eu avisei. Eu pejejei. Ao menos, sentei no banco da escola e sei o que está acontecendo. Vejo as projeções, reúno minha consultoria econômica, estudo, olho, e estou tentando alertar: parem de fazer campanha eleitoral com a crise que se avizinha deste estado – uma das maiores crises por que já passamos. Parem de falar que a culpa é do passado, porque o passado é: Mantega, ministro da Fazenda; Pimentel, ministro do Desenvolvimento Econômico; Dilma Rousseff, presidenta da República; Miriam Belchior, ministra do Planejamento. Em quatro anos, ou melhor, em cinco – contando com o último do Lula, com o Paulo Bernardo, o Mantega e o tio Lula, e sem falar nesse sexto, que é o primeiro dela –, arrebataram com o País. Foram cinco anos só para ganhar a eleição municipal; só para ganhar a eleição para a presidência e para o governo do Estado; só para eleger os deputados federais e estaduais. Assim quebraram o País. O déficit estimado do governo federal é de R\$120.000.000.000,00.

Quanto é a receita da prefeitura de São Paulo? As pessoas não têm noção quando se fala “o governo gasta R\$120.000.000.000,00 a mais do que arrecada”. Qual a receita da prefeitura de São Paulo? São R\$55.000.000.000,00, é muito pouco, Sr. Presidente. “Não! São Paulo está ao lado de Nova York, Cidade do México e Los Angeles”. São quatro nas Américas desse padrão. Em todas as Américas, dos Estados Unidos, do Canadá até o final da Terra do Fogo. Quatro cidades. Duas São Paulo para pagar o déficit público federal; duas arrecadações de impostos da prefeitura de São Paulo. São Paulo é responsável, sozinha, aquela cidade, por 11% do PIB de todo o País, de toda a riqueza gerada no Brasil. Precisa-se de duas receitas da prefeitura de São Paulo, que só há uma no Brasil, que levou 500 anos para fazer, a Vila de São Vicente, para poder pagar o déficit. E aqui, o governo está com R\$10.000.000.000,00 de déficit. A receita só cai, só cai, só cai, e a despesa só sobe, só sobe, só sobe. E aí, R\$10.000.000.000,00, deputado João Leite, isso é praticamente a receita da prefeitura de Belo Horizonte este ano. Deve girar em torno de R\$11.000.000.000,00, vamos esperar o fechamento. É uma Belo Horizonte. Só há



uma em Minas Gerais. O Pimentel acostumou a administrar prefeitura rica. A prefeitura de Uberlândia, a segunda do Estado, tem R\$1.600.000.000,00. Belo Horizonte tem R\$12.000.000.000,00, R\$11.000.000.000,00. Agora ele caiu num Estado que é um estado pobre, com 853 cidades. Aí não é mais só Belo Horizonte. Governador, acorda, a situação é grave. O País está parado. Os empresários estão emburrados, não querem investir, não acreditam nesse governo, não aguentam as leis trabalhistas, não aguentam os encargos, os impostos. Eles não vão abrir novos negócios. A receita do senhor não vai crescer. Eles não vão acreditar, da forma que está o Brasil, em carregar o governo nas costas. Eles não querem pagar, os senhores empresários, os salários nossos, dos deputados estaduais, dos senhores desembargadores, dos senhores políticos. Os empresários estão por aqui, o pequeno, o médio e o grande.

Então eles não vão tomar a decisão de investir; não vão tomar a decisão de contratar máquinas, construtoras, novos prédios, novas lojas, novos negócios. As pessoas estão com medo de montar uma engraxataria, porque não dão conta de pagar o aluguel. As pessoas estão com medo de montar um botequim de esquina. Ninguém tem coragem, neste país, mais de investir. Acabou. E aí, senhores, Sr. Governador, como o senhor vai fazer? Não tem negócio novo, não tem imposto novo. Como a despesa pode crescer sem imposto novo? Como pode se dar constantemente aumento a servidores e outras despesas se não há imposto novo? E a manutenção do Estado? As escolas vão cair na cabeça do povo? As estradas vão ficar esburacadas? E o resto? Se fosse só pagar a folha de pagamento, que está orçada, para o ano que vem, no mínimo em R\$41.000.000.000,00 – pode ser mais porque tem de pagar o reajuste do Plano Nacional de Salários. São 41 bilhões, e depois a maior despesa é da dívida, com 6. Não tem condições, vamos ter aí um orçamento, no geral, em torno de 83 bi com tudo, até com as próprias receitas. E um outro de R\$94.000.000.000,00, vocês vão ver, de despesa.

Então a situação é grave. Nós estamos alertando isso aqui desde o início. Estamos explicando isso às pessoas. A vontade política nossa é de dar um aumento grande aos servidores, mas um mais um são dois. Se eu der aquele aumento, eu não vou pagar. Eu vou estar enganando, mentindo, aplicando isso lá. Pior, dar aumento para depois não pagar e até atrasar, deixar de pagar e não ter como pagar? Então acho que vocês estão precisando de chamar esse pessoal para uma conversa e dizer a verdade ao Sind-UTE, e não enrolar. Eu acho que o Sind-UTE também precisa ter um economista contratado no sindicato para saber se eles estão falando a verdade ou não. Arrumem um economista, mas, pelo amor de Deus, arrumem um economista que entenda de matemática, porque economista que só entende de marxista... Já tem muito marxista lá, já tem muito ideólogo de esquerda, já tem muito revolucionário do proletário no Sind-UTE. Arrumem um matemático que entenda de matemática, de microeconomia, que entenda de análise combinatória, que entenda de projeção, que entenda de estimativa de receita, que saiba fazer as coisas. Aí o Sind-UTE vai descobrir que eles estão mentindo. Um conselho que dou a essa presidência.

Devolvo a palavra a V. Exa., João Leite, dizendo que é lamentável, e esse homem, realmente, ainda precisa mostrar ao que veio, além de aparecer nas horas inoportunas. Muito obrigado.

O deputado João Leite – Obrigado. Quero concordar com V. Exa. especialmente nessa análise. A herança é a herança do Mantega, do Pimentel e da Dilma. Talvez o Estado brasileiro que mais representa isso seja o Rio Grande do Sul, que foi governado pelo PT. Hoje o Sr. Sartori, governador do PMDB, para pagar a folha, não paga a dívida com a União. Vejam a situação em que está o Rio Grande do Sul. Infelizmente vemos Minas Gerais hoje assim. Estou aqui com os números, por exemplo, da educação: em 2014, o governo do Estado investiu R\$112.000.000,00; e este ano, só R\$30.000.000,00. As escolas ficarão, cada vez mais, numa situação difícil.

Quero muito agradecer ao deputado Felipe Attiê, que sempre traz um brilho com o seu conhecimento e é um estudioso de toda a situação não apenas do Estado de Minas Gerais, mas também do Brasil. Além disso, é muito preparado e diz a verdade, mostrando como estão as contas de Minas Gerais e do Brasil. Usarei um termo de V. Exa.: voto contra esse projeto do governador Pimentel. Não darei um cheque em branco porque não confio no governador Pimentel. Ele pede a esta Assembleia um cheque em branco.



Estou aqui com um projeto encaminhado por ele. Há várias mudanças feitas por muitos deputados da oposição por meio de emendas e pareceres dos relatores nas comissões. No entanto, deputados Felipe Attiê, Gustavo Valadares Carlos Pimenta e Dalmo Ribeiro Silva, que preside esta reunião, é interessante que praticamente todas as seções do projeto enviado pelo Pimentel à Assembleia Legislativa se encerrem desta maneira: (- Lê:) “A Semad exercerá as suas competências e articulação com os órgãos e as entidades de que trata este artigo, na forma estabelecida em decreto”. Deputado Felipe Attiê: decreto é um cheque em branco. Não sabemos o que acontecerá. Depois diz: “A Feam terá sua estrutura complementar, competências e área de abrangência estabelecidas em decreto”. O fim de tudo é por decreto. “As competências da Feam para o alcance das finalidades de que trata esse artigo serão estabelecidas em decreto”. O governador Pimentel quer que lhe demos o cheque em branco para tratar do meio ambiente do Estado de Minas Gerais. O que ele faz no orçamento que enviou à Assembleia Legislativa? Destina R\$119.000,00 para tratar da fiscalização das barragens em Minas Gerais.

Não temos autoridade da população de Minas Gerais para dar esse cheque em branco a esse governador nem para dizer-lhe que ele fará fiscalização de barragem. Vejam o desastre que essa barragem trouxe para Minas Gerais. Deixaremos que ele trate da questão ambiental das barragens por um decreto que deverá determinar proximamente?

Então, a Feam será assim. “Parágrafo único – O IEF terá a sua estrutura complementar, competência, subordinação, sede e área de abrangência estabelecidas em decreto”. Será que a Assembleia Legislativa pode dar esse cheque em branco para esse governador Pimentel, deputado Carlos Pimenta? O deputado Carlos Pimenta já tinha dito isso aqui. O Igam: “As competências do Igam para o alcance das finalidades de que trata este artigo serão estabelecidas em decreto”. Para mim, o mais grave é o IEF, porque estamos dando competência por decreto para que se crie a estrutura desse instituto. Com muito prazer, ouço o deputado Gustavo Valadares, meu líder.

O deputado Gustavo Valadares (em aparte)* – Deputado João Leite, serei muito breve. Apenas quero dizer que tenho analisado e acompanhado a tramitação desse projeto na Casa. Depois do acontecido em Mariana, vou lhe dizer que tem me incomodado a forma como esse projeto tem tramitado na Casa. O regime de urgência não combina com esse projeto neste momento, deputado Carlos Pimenta, deputado Tito Torres, deputado João Leite, presidente deputado Dalmo Ribeiro Silva. O momento para esse projeto é inoportuno. A análise desse projeto e a sua tramitação deveriam ser paralisadas por algumas semanas, para não dizer por alguns meses, até que tivéssemos chegado a certas conclusões a respeito de quem são os responsáveis pelos desastres – ou pelo desastre – de Mariana, com consequência na bacia do Rio Doce, nos estados de Minas Gerais e do Espírito Santo, para sabermos como a Assembleia, através desse projeto que está tramitando e que ora estamos discutindo, poderia ajudar a melhorar a legislação no que diz respeito à fiscalização das barragens de rejeitos.

Mais do que isso, conversando aqui informalmente com o deputado Felipe Attiê, concordo plenamente com ele. O problema do sistema ambiental não se restringe à lei que estamos discutindo a toque de caixa, como quer o governador Fernando Pimentel. O que precisamos é dar estrutura ao governo e, neste caso, não se restringe a esse governo incompetente do PT, a todos os ex-governadores que lá já estiveram e aos futuros também. Precisamos dar estrutura ao sistema estadual de meio ambiente, para que ele possa exercer com condições as suas obrigações, os seus deveres de fiscalização, de acompanhamento de licenciamento. A estrutura do Sistema Estadual de Meio Ambiente hoje está ultrapassada. São poucos técnicos, poucos profissionais, sem estrutura, sem carro, sem equipamento, nada num Estado que tem como um dos principais setores – se não o seu principal – a mineração.

Não vamos resolver os problemas de amarras do sistema de licenciamento ambiental apenas modificando lei. É preciso darmos estrutura ao Sistema Estadual de Meio Ambiente. Estrutura significa dinheiro, investimento, coisa que esse governo do PT mal ou nada está fazendo na educação e na saúde, quanto mais no meio ambiente.

Estou incomodado. Disse aqui por diversas vezes que mostra-se completamente insensível o governador Pimentel, mesmo tendo ido lá visitar três, quatro, cinco vezes para fazer um jogo de cena para a população de Mariana e de Minas. Mostra-se insensível quando sai de Mariana, mas mantém em regime de urgência um projeto que diz respeito àquilo que estamos vivendo aqui, que é a maior tragédia do país no setor ambiental. Não era hora de termos em regime de urgência tal



projeto. O mérito, até por contribuição de deputados do nosso bloco, deputado João Leite, melhorou demais. Desde que o projeto chegou à Casa, ele vem se aperfeiçoando ao longo das comissões com contribuições dos deputados. Cito aqui o deputado Luiz Humberto Carneiro e o deputado Antônio Carlos Arantes como representantes do nosso bloco no melhoramento desse projeto. Mas o momento é inoportuno. Digo com toda franqueza: estou muito incomodado e, a princípio, não votarei pela aprovação desse projeto por conta do regime de urgência, por conta do momento que estamos vivendo no Brasil, em Minas, no Espírito Santo, por conta da tragédia de Mariana. Muito obrigado, deputado João Leite.

O deputado João Leite* – Eu que lhe agradeço. Não podemos votar favoravelmente a esse projeto. Repito, esse projeto é um cheque em branco para um governador em quem não confio.

Vejam o Capítulo IV, nas disposições finais, deputado Tito Torres: “Parágrafo único: os valores correspondentes às etapas de vistoria e análise para regularização ambiental serão fixados em resolução do secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável”. Quer dizer, a Assembleia Legislativa abre mão de determinar e passa para um secretário, que vai regularizar. Ele vai lá abrir uma portaria para regularizar.

“Art. 29: As regras, fluxos e procedimentos aplicados aos processos de regularização ambiental, autorização para intervenção ambiental e outorga de direito de uso de recursos hídricos, entre outros em vigor, serão estabelecidos em decreto”.

Vocês sabem para quem daremos essa autorização? Sabem quem é o governador Pimentel? O governador Pimentel é o homem que autorizou a construção de 12 torres de apartamentos na área de recarga do manancial do Cercadinho, na Zona Sul de Belo Horizonte. É ele. Trinta mil caminhões na área de recarga do manancial! É o último manancial dentro de Belo Horizonte, e esse homem autorizou. Sabe como impedimos? Com uma lei estadual da deputada Lúcia Pacífico, a qual apoiamos e aprovamos nesta Assembleia, e hoje o manancial do Cercadinho está guardado. Mas o Sr. Pimentel autorizou aquela construção junto com o prefeito do PT de Nova Lima, Sr. Carlinhos, do PT, o homem que autorizou a construção e colocou uma população no Vale do Sereno, Zona Sul de Belo Horizonte. Na Seis Pistas ele colocou 70 mil novos moradores. Área de recarga no Sereno, área de preservação ambiental. O Sr. Carlinhos, do PT, passou por cima de tudo. A estação de tratamento da Copasa perto do Vale dos Cristais não comporta. Ninguém consegue passar ali por causa do mau cheiro. Depois o Sr. Carlinhos do PT aprovou nove torres de apartamentos no Rancho do Boi.

Fiz uma pergunta à Secretaria de Meio Ambiente: o licenciamento é de Nova Lima ou é estadual? Aí a Secretaria de Meio Ambiente fez uma pergunta para Nova Lima: “o escoamento do esgoto será para Nova Lima ou para Belo Horizonte?”. Se eles falassem para Nova Lima, ia para dentro da nascente do Mutuca. Aí eles falaram que era para Belo Horizonte. Então, o licenciamento é estadual, e até hoje não construíram lá. Está preservado lá também. Esse homem autorizou 900 novas vagas no BH Shopping, e foi para a televisão fazer propaganda do BH Shopping. Foi o prefeito garoto-propaganda. Entregaremos esse cheque em branco para esse homem fazer o que quiser com o meio ambiente em Minas Gerais? Um homem que colocou 119 mil para fiscalização de barragens, com setecentas e tantas barragens em Minas Gerais. E ele põe 100 mil no orçamento. Confiamos nesse homem para votar favorável a esse calhamaço aqui, remetendo a decretos e mais não sei quê? Não, eu não.

Quais são as prioridades do PT? É muito interessante vermos. Isso faz com que tomemos cuidado na nossa decisão de votar. A prioridade do PT é a transposição do Rio São Francisco. Enquanto isso a Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco está morrendo em Minas Gerais. O Rio Pará é o 2º afluente mais importante da margem direita do Rio São Francisco. No final de semana estive lá visitando meus parentes, e ele está praticamente morto. Largado, abandonado. Onde o PT enfiou R\$20.000.000.000,00? O PT enfiou R\$20.000.000.000,00 na transposição de um rio, e a bacia desse rio está abandonada.

Não darei o cheque em branco a esse governador. Não darei o cheque em branco para o PT. Não confio no PT, esse partido que se envolveu no maior escândalo de corrupção do mundo moderno numa democracia, que é o escândalo da Petrobras. Não darei cheque em branco, voto “não”. Não confio nos projetos do PT e não confio nesse projeto. O PT que governou a minha cidade, Belo Horizonte, por 20 anos, impermeabilizou a cidade. E faz com que esta cidade esteja dessa maneira.



* – Sem revisão do orador.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATO DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 23/11/2015, o Presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou o seguinte ato relativo ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando, a partir de 24/11/2015, Priscila Bernardes da Costa, padrão VL-30, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Elismar Prado.